



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO**

Dimensões da investigação no “jornalismo desastre”

Luiz Claudio Ferreira

Brasília, 2012



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO**

Dimensões da investigação no “jornalismo desastre”

Luiz Claudio Ferreira

Trabalho apresentado à Banca Examinadora
como requisito parcial para obtenção do grau de
mestre em Comunicação.

Linha de pesquisa: Jornalismo e Sociedade

Orientador: Prof. Dr. Solano dos Santos
Nascimento

Brasília, 2012

Luiz Claudio Ferreira

Dimensões da investigação no “jornalismo desastre”

Projeto de dissertação apresentado ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Comunicação.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Solano dos Santos Nascimento – UnB

Orientador

Profa. Dra. Dione Oliveira Moura – UnB

Avaliadora

Profa. Dra. Luiza Mônica Assis Silva – UCB

Avaliadora

Profa. Dra. Liliane Maria Macedo Machado - UNB

Avaliadora - suplente

Dedicatória

Ao meu pai, José Luiz, o maior amigo que me ensinava: “Vá ser feliz, filho!” e que, de onde estiver, me inspira a tentar ser alguém melhor. A minha mãe, Deolinda, meu melhor exemplo de vida e de força. As minhas irmãs, Michelli e Clarissa, que são minhas referências de amor a proteger. A minha esposa e companheira Anna Christina, que me puxou pela mão para voltar a sorrir. A minha Malu, hoje com cinco anos, e que já faz os dias mais felizes e as noites que eu acorde em sobressalto.

Aos jornalistas que entendem a profissão como oportunidade de ajudar.

Às vítimas das inundações no Brasil.

Agradecimentos

Ao meu professor orientador, jornalista Solano Nascimento, pela colaboração permanente e decisiva, pelas leituras rigorosas, pela sábia tranquilidade no percurso, pelo privilégio de ser seu aluno.

À professora Dione Moura, pelo olhar que mexeu com a minha visão do objeto, o que ajudou de forma imensurável no processo de qualificação do trabalho.

À professora Liliane Machado, que, com sua leitura no exame de qualificação, apontou novas possibilidades de escolhas.

À professora Luiza Mônica Assis Silva, obrigado por aceitar ler o meu trabalho em pleno dezembro.

Aos professores Luiz Gonzaga Motta e Célia Ladeira, por me apresentarem narrativas jornalísticas e seus personagens.

Ao amigo Henrique Moreira, por ter me dado oportunidades de ser professor e me reinserir no mundo da pesquisa.

Aos meus alunos e ex-alunos da graduação no UniCEUB que, com tantas palavras gentis, me estimularam a me doar integralmente à academia.

RESUMO

FERREIRA, Luiz Claudio. **Dimensões da investigação no “jornalismo desastre”**. Dissertação. (Mestrado em Comunicação). Universidade de Brasília, 2012.

Este trabalho tem como objetivo analisar e dimensionar reportagens veiculadas por revistas após inundações para identificar o material publicado em três categorias de investigação jornalística: a) dimensão factual; b) dimensão dramática e c) dimensão causal. A primeira classificação estaria ligada à cobertura de dados exatos e episódicos fornecidos por entes públicos ou institucionais. A segunda: quando a vítima da enchente é a fonte/personagem principal. Enquanto que a terceira classificação relaciona-se com informações de contextos, tais como causas e soluções, apurados a partir, principalmente, de fontes especializadas, mas também de documentos e até atores do setor público que trazem circunstâncias ligadas às ocorrências. São empregados procedimentos metodológicos que englobam a análise de conteúdo (de teor quantitativo) em diferentes espaços dos textos, mas há avaliação qualitativa das informações dos materiais. A estratégia da cobertura jornalística em cenários de desastres socioambientais pode ser identificada como a contribuição da comunicação para que outras situações semelhantes não ocorram. São analisadas coberturas das inundações em Santa Catarina (2008), em Pernambuco e Alagoas (2010) e no Rio de Janeiro (2011) nas revistas *Época*, *IstoÉ* e *Veja*. Os resultados apontam para um espaço ocupado majoritariamente pelas dimensões factual e dramática nos dois primeiros desastres. Por outro lado, a dimensão causal destaca-se nas reportagens sobre as ocorrências nas cidades fluminenses.

Palavras-chave: reportagem de revistas, inundações, dimensões de investigação.

ABSTRACT

The purpose of this academic research is to analyze and measure reports published by Brazilian magazines after floods, classifying the material published in three categories of investigation: a) factual dimension; b) dramatic dimension; and c) causal dimension. The first classification is related to coverage of accurate data and episodic provided by the public or the institutional sources. The second one: when the flood victim is the source / the main character. While the third classification is related to information contexts, such as causes and solutions, calculated mainly from expert sources, but also from document and public sector actors who bring circumstances surrounding the incidents. The methodological procedures employed include content analysis (quantitative content) the texts at different places, but there is a qualitative assessment of information materials. The strategy of media coverage on environmental disaster scenarios can be identified as the contribution of communication so similar situations like that do not come more to occur. The coverage of the floods in Santa Catarina (2008), Pernambuco and Alagoas (2010) and Rio de Janeiro (2011) are analyzed through the Brazilian magazines *Época*, *IstoÉ* and *Veja*. The results point to a space set mostly by factual and dramatic aspect in the first and second disasters. Moreover, the causal dimension stands out in the reports on occurrences in Rio de Janeiro.

Keywords: magazines journalism, floods, dimensions of investigation

LISTA DAS TABELAS E GRÁFICOS

Tabelas:

1. Classificação de fontes da reportagem “O horror diante dos olhos”	73
2. Contagem de palavras na reportagem “O horror diante dos olhos”	76
3. Classificação de fontes de “É possível evitar uma tragédia dessas?”	80
4. Contagem de palavras na reportagem “É possível evitar uma tragédia dessas?”	84
5. Classificação de fontes da reportagem “Chuva, lama e dor”	87
6. Contagem de palavras na reportagem “Chuva, lama e dor”	89
7. Classificação de fontes para a reportagem “A hora da solidariedade”	92
8. Contagem de palavras na reportagem “A hora da solidariedade”	95
9. Classificação das fontes para a reportagem “O despertar da solidariedade”	98
10. Contagem de palavras na reportagem “O despertar da solidariedade”	101
11. Classificação das fontes para a reportagem “Tsunami nordestino”	104
12. Contagem de palavras na reportagem “Tsunami nordestino”	107
13. Classificação das fontes para a reportagem “Foi muita água. E pouca ação”	110
14. Contagem de palavras na reportagem “Foi muita água e pouca ação”	113
15. Classificação das fontes para a reportagem “O Haiti é aqui”	116
16. Contagem de palavras na reportagem “O Haiti é aqui”	120
17. Classificação das fontes para a reportagem “Um banho de lama na civilização”	124
18. Contagem de palavras na reportagem “Um banho de lama na civilização”	129
19 - Classificação das fontes para a reportagem “A maior tragédia do Brasil”	133
20. Contagem de palavras na reportagem “A maior tragédia do Brasil”	140
21. Classificação das fontes para “A mesma cena. E cada vez mais dor sob os destroços”	144
22. Contagem de palavras na reportagem “A mesma cena. E cada vez mais dor sob os destroços”	150
23 - Classificação de fontes para a reportagem “8 soluções para evitar outra tragédia”	154
24 - Contagem de palavras na reportagem “8 soluções para evitar outra tragédia”	160
25 - Classificação das fontes para a reportagem “A dura vida numa região devastada”	163
26 - Contagem de palavras na reportagem “A dura vida numa região devastada”	166
27 - Fontes em reportagens sobre inundação em Santa Catarina	169

28 - Contagem de palavras e dimensões de investigação (Santa Catarina).....	170
29 - Fontes em reportagem sobre inundação no Nordeste.....	172
30 - Contagem de palavras e dimensões de investigação (Nordeste).....	173
31 - Fontes consultadas para reportagens no Rio de Janeiro.....	174
32 - Contagem de palavras e dimensões de investigação (RJ).....	175
33 - Ideias preponderantes na cobertura de inundações (<i>Veja</i> - 1)	183
34 - Ideias preponderantes na cobertura de inundações (<i>Veja</i> - 2).....	184
35 - Ideias preponderantes na cobertura de inundações (<i>IstoÉ</i> - 1).....	184
36 - Ideias preponderantes na cobertura de inundações (<i>IstoÉ</i> - 2).....	185

GRÁFICOS

1 - Distribuição das fontes em reportagens sobre inundação em SC.....	169
2 - Distribuição das dimensões de investigação nas reportagens em SC.....	171
3 - Distribuição das fontes em reportagens sobre inundação no NE.....	172
4 - Distribuição das dimensões de investigação nas reportagens no NE.....	173
5 - Distribuição das fontes em reportagens sobre inundação no RJ.....	175
6 - Distribuição das dimensões em reportagens no RJ.....	176
7 - Utilização das fontes: <i>Revista Época</i>	177
8 - Comparação entre dimensões de investigação – <i>Época</i>	178
9 - Utilização das fontes: <i>Revista IstoÉ</i>	179
10 - Comparação entre dimensões de investigação – <i>IstoÉ</i>	180
11 - Utilização das fontes: <i>Veja</i>	181
12 - Comparação entre dimensões de investigação – <i>Veja</i>	182

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....;	11
Capítulo 1 – A pesquisa	14
1.1 Organização da dissertação.....	14
1.2 Razões de estudo.....	15
1.3 Objetivos	17
Capítulo 2 - A reportagem sob inundaçã de nformações.....	19
2.1 Por que a informação precisa de contexto.....	19
2.2 A revista – espaço e tempo para aprofundamento.....	24
2.3 Reportagens e as complexas condições de produção.....	28
Capítulo 3 – Fontes, personagens e narrativa.....	32
3.1 A hora e a vez de quem fala.....	32
3.2 Fontes oficiais em discussão.....	37
3.3 Classificação de fontes para a pesquisa.....	41
Capítulo 4 – Jornalismo diante do desastre.....	44
4.1 Noticiabilidade e desordem.....	44
4.2 Desastre, catástrofe, tragédia.....	48
4.3 Tratamento de tragédia.....	52
4.4 Abertura de olhares.....	54
Capítulo 5 – O método.....	58
5.1 Escolha do objeto.....	58
5.2 Análise de Conteúdo.....	63

5.3 Aspectos das reportagens elencados.....	66
Capítulo 6 – Observações e análises de reportagens.....	71
6.1 Reportagem “O horror diante dos olhos”	71
6.2 Reportagem “É possível evitar uma tragédia dessas?”	78
6.3 Reportagem “Chuva, lama e dor”.....	85
6.4 Reportagem “A hora da solidariedade”	90
6.5 Reportagem “O despertar da solidariedade”	96
6.6 Reportagem “Tsunami nordestino”	102
6.7 Reportagem “Foi muita água. E pouca ação”	109
6.8 Reportagem “O Haiti é aqui”.....	115
6.9 Reportagem “Um banho de lama na civilização”	122
6.10 Reportagem “A maior tragédia do Brasil”	131
6.11 Reportagem “A mesma cena. E cada vez mais dor sob os destroços”	142
6.12 Reportagem “8 soluções para evitar outra tragédia”	152
6.13 Reportagem “A dura vida numa região devastada”	162
6.14 Consolidação dos dados extraídos das reportagens.....	167
6.15 A maior alteração na cobertura: reportagens no Rio de Janeiro.....	182
6.16 Segunda leitura geral dos resultados: análises, comentários e reflexões.....	186
Capítulo 7 – Considerações finais.....	192
Referências bibliográficas.....	196
Anexo A - Reportagens sobre inundações em Santa Catarina.....	201
Anexo B - Reportagens sobre inundações no Nordeste.....	246
Anexo C - Reportagens sobre inundações no Rio de Janeiro.....	246

Introdução – Incômodo como princípio

Em uma casa, desespero. Todos os móveis retirados e espalhados naquilo que sobrou da rua. Na vizinhança, mais dor. Um caixão com o corpo de uma jovem erguido além dos ombros de homens e mulheres da rua. Eles faziam força para não escorregar. A água ainda fazia pequenas ondas nas canelas, e era preciso mais força para ultrapassar, com os sapatos encharcados, o lamaçal que se formou no lugarejo que se tornou irreconhecível. Eis o cenário de um distrito de Petrópolis (RJ), em janeiro de 2011, a última enchente que pude acompanhar como repórter antes de me dedicar a pesquisar as coberturas sobre o assunto.

No Rio de Janeiro, o cenário era semelhante ao que já havia presenciado em outras ruas, outras enchentes, como em Santa Catarina (2008) e em Alagoas e Pernambuco (2010). As inspirações de repórter se transformaram em interesse de pesquisador. Mas, foi lá, com a roupa suja, o bloco de anotações molhado, os pés enrugados, que surgiram incômodos: nós, jornalistas, não podíamos ter tratado o assunto de outras formas? Não deveríamos ter cobrado ações antes da chuarada? Termos antecipado causas com a profundidade devida? O que poderíamos fazer além de revelar as histórias de dor? Quais devem ser os entrevistados para, de fato, colaborar com as ações públicas? Qual afinal é o papel do jornalista diante de assunto que desperta tamanha comoção?

O fato é que a investigação jornalística ocorre em “dimensões” diferentes. São níveis distintos de ação e escolhas na produção da reportagem. Com a revolução dos meios digitais, por exemplo, o “publicar primeiro” ganhou outras vestes. A internet como plataforma impôs necessidades de informação instantânea. Os jornais diários veem-se em meio a esse furacão e buscam aumentar o seu papel analítico. Mas, entre os meios tradicionais, são, sobretudo, as revistas semanais de maior circulação que ainda estão incumbidas de fazer análises e interpretações aprofundadas.

Trago das coberturas as lembranças de frases que aturdiavam. “Arrume suas malas! Você vai para lá”. Não apenas pelo receio comum ao inesperado. Separar o

caderno, a agenda, a caneta e precisar preencher o vácuo que existe entre as ações técnicas e a dor, a inobservância e o abandono relatados por fontes de informação. Transformar a tragédia em palavras e ir além da função de anunciador de mortes. Colaborar efetivamente com a sociedade. Há espaço para apuração contextualizada: como tragédias podiam ou poderão ser evitadas. É acerca desse limiar profissional que a presente pesquisa está alicerçada.

Percepção preliminar das coberturas

Famílias e suas casas sobre encostas, avanços sobre áreas desmatadas, crescimento populacional, ações humanas e empresariais desconectadas do meio ambiente. Nada que esteja ocorrendo pela primeira vez. Nada que ocorra em um dia só. Se não há “novidades”, não há manchetes? Se chove e se alguém morre, tem reportagem? O professor Nelson Traquina explica que o jornalista age em função do “acontecimento”, a mola mestra para uma apuração e produção informativa. “A importância do imediatismo como valor fundamental da profissão, bem como o imperativo para os jornalistas de responderem uma pergunta básica ‘o que há de novo?’ combinam-se para levar o jornalismo à cobertura de acontecimentos” (2005, p.48). Nesse contexto, a decisão de analisar como são as reportagens que tratam de inundações consideradas desastres para populações foi o rumo, dentre tantos possíveis, de pesquisar o efetivo serviço que a atividade pode prestar à sociedade.

O estudo leva em conta o cenário e o ambiente complexos próprios que alimentam a *praxis* de ouvir, selecionar e hierarquizar informações a partir de espaços de investigação que podem estar destruídos, desconfigurados e afetados por mortes ou desaparecimentos. A responsabilidade social do jornalista, abarcada na ética e deontologia profissionais, inclui o alerta, a fiscalização, informação e interpretação.

Traquina explica a forma de agir do jornalista como uma “comunidade interpretativa transnacional”, que justifica os critérios de seleção de notícias em função das necessidades de tempo e espaço. Ele aponta que o profissional tem “o imperativo de responder à importância atribuída ao valor do imediatismo. Não há tempo para pensar porque é preciso agir” (2005, p.44). Essa ação tem direta relação

com os valores profissionais. Durante a produção desta pesquisa, os desastres por conta de cheias ocorreram repetidamente em verões e invernos de norte a sul do Brasil.

Publicações diárias trazem os números estampados nas manchetes, particularmente em relação à escalada de mortes, detalhes sobre como os corpos foram encontrados, e a previsão do tempo para o dia seguinte. Mais mortes a vir? Enquanto isso, há também a cobertura dos velórios e enterros, em diferentes tônicas, como revolta, lamentação ou fatalismo. A cobertura factual de catástrofe visita os “heróis” bombeiros, os desabrigados, alojados em escolas ou ginásios, por exemplo, que recontam tudo o que perderam, mas que, por sorte ou heroísmo, não tiveram o pior destino.

São exatamente nesses momentos, de fragilidade absoluta de serviços públicos, dias de confusão e crise, que os representantes do município, do Estado e da Federação são instados a falar. Os jornalistas esperam, então, as coletivas e boletins diários para obter as informações sobre números (mortos, desabrigados, casas perdidas...). Mas os números estão longe de dizer tudo. O corpus de análise, ao qual se voltará no capítulo sobre método, é integrado pelas revistas semanais de maior circulação no Brasil, nas quais os jornalistas têm, a rigor, tempo e espaço para trabalhar temas pelo viés de causas, ações e consequências.

Capítulo 1 - A pesquisa

Este primeiro capítulo tem o propósito de apresentar a organização da dissertação, o tema, as justificativas e os objetivos do trabalho.

1.1 Organização do trabalho

Este trabalho propõe a análise das coberturas jornalísticas, feitas pelas revistas *Época*, *IstoÉ* e *Veja*, de inundações qualificadas como “desastres”. O estudo leva em conta a necessidade de reflexão sobre práticas e rotinas produtivas em situações como essas.

O segundo capítulo da pesquisa resgata referenciais teóricos a respeito da reportagem e qual local esse gênero ocupa no jornalismo. São tratados temas relacionados ao produto revista e ao tipo de texto que se desenvolve. Além disso, este capítulo está destinado a refletir sobre o referencial teórico, a partir, principalmente, do conceito de *newsmaking*.

O terceiro capítulo contempla fontes de informação e personagens na narrativa jornalística. Nessa fase da pesquisa, busca-se classificações que colaborem com a análise e categorização do material selecionado.

O quarto capítulo está composto da conceituação de desastre, contemplando as normas em vigor no Brasil, a relação de sinonímia com “catástrofe” e “tragédia”. Outra definição que se busca é de nova visibilidade..

No quinto capítulo, explicita-se o método.. Já, no sexto, dá-se a observação, análise e categorização da amostragem das 13 edições de revistas, que, de 2008 a 2011, cobriram três inundações ocorridas no período. Antes das considerações finais, busca-se compreender, compreender o caminho das revistas durante as três inundações em uma análise global de toda a amostragem.

1.2 Razões de estudo

Com a democracia, o jornalismo passou a ser reconhecido como um elo entre a opinião pública e os governantes. Adquiriu o papel de informar os cidadãos e colaborar para a formação da opinião pública (TRAQUINA, 2005). A justificativa para esta pesquisa tem relação com a constante cobertura jornalística de inundações. Tendo em vista os efeitos sobre pessoas e cidades, há necessidade de materiais informativos aprofundados a fim de que os profissionais da notícia e os veículos de comunicação possam servir ao público.

Em uma primeira observação, pôde-se constatar que as reportagens publicadas sobre inundações, objeto desta pesquisa, apresentam informações de variadas nuances. De contabilidades de mortos a prejuízos financeiros, de histórias dramáticas a busca de causas e até soluções. As variadas consequências desses fenômenos são amplamente abordadas pela imprensa brasileira. Veículos impressos, como jornais e revistas, e eletrônicos, incluindo rádio, TV e materiais postados na internet trazem, em diferentes gêneros jornalísticos, essas calamidades com destaque das publicações.

De 2008 a 2011, período escolhido para a pesquisa, foi decretado estado de calamidade pública¹, em razão de inundações em 110 municípios de 12 estados brasileiros². A pesquisa centra a observação em três desastres naturais que, ainda segundo a Secretaria Nacional de Defesa Civil, tiveram, por conta de inundações, o maior número de mortos e desabrigados no século 21. Esses desastres anotados obtiveram atenção das revistas semanais *Época*, *IstoÉ* e *Veja*. Essas inundações

¹ De acordo com definição da Secretaria de Defesa Civil, o estado de calamidade pública é aplicado a situações em que se enquadra o desastre de nível 4. São chamados de desastres de muito grande porte. Indicam que a situação na qual se encontra a localidade só poderá ser superada com o auxílio de governos e órgãos externos. São eventos que descaracterizam o município ou estado.

² Os dados podem ser encontrados no banco de dados da Secretaria Nacional de Defesa Civil (disponível no sítio do órgão, acessado em agosto de 2011).

ocorreram em municípios de Santa Catarina (2008), de Alagoas e Pernambuco (2010) e na região serrana do Rio de Janeiro (2011).

Outras ocorrências estimularam a aplicação da situação de emergência³, por diferentes motivos naturais, em 5468 municípios. A secretaria não dispõe dos dados pormenorizados, mas aponta no mesmo documento disponível no site do órgão⁴ que “grande parte” dessas ocorrências são inundações lentas (as enchentes) ou bruscas. Somando-se as três inundações selecionadas para este trabalho, foram contabilizados mais de mil mortos e um número superior a 250 mil desabrigados.

Um ano antes da inundação no Vale do Itajaí, em Santa Catarina (com 135 mortos, segundo informou o Estado), o governo federal publicou o Plano Nacional de Defesa Civil (também disponível no endereço eletrônico da Secretaria Nacional de Defesa Civil), que tinha por objetivo oferecer subsídio para as defesas civis estaduais e municipais praticarem políticas de prevenção. No documento, a atividade de comunicação social é apenas citada (página 31) e está ligada ao item “Projeto de socorro às populações”. Não são explorados os contextos de aplicação nem uma recomendação evidente de como entes públicos ou a sociedade devem se utilizar dos meios para apoiar as comunidades. Não há qualquer referência à comunicação quando o assunto é prevenção de desastres.

O fato é que, sejam quais forem os cenários arrasados pela calamidade da enchente, pouco tempo depois, chegam os jornalistas. Sabem que, quando destacados para coberturas como essas, têm chances reais de emplacar manchetes de capa em veículos impressos. No entanto, o trabalho pode não ser dos mais simples, visto que há uma multiplicidade de atores agindo simultaneamente, um sem-número de informações que concorrem para a mesma edição. São momentos em que o Estado, por suas fontes oficiais, é chamado a participar do noticiário. Ao profissional da notícia é imperativo o desafio de uma cobertura que exceda o lugar-comum de acompanhar, simplesmente, as contas do número de mortos ou os

³ Também de acordo com a Secretaria Nacional de Defesa Civil, o estado de emergência é aplicado em desastres de nível 3, de grande porte, mas que o estado e a cidade têm condições de gerenciar o problema sem apoio de auxílio de governos ou órgãos externos.

⁴ Disponível em < www.defesacivil.gov.br >. Acesso em 20 de abril de 2012

milímetros das chuvas. Demonstrar como os entes públicos se comportam na gestão de recursos e nas obrigações em relação aos cidadãos é uma conquista para todo veículo de comunicação que preze a função social do jornalismo. Em situações de crise, como as de desastres naturais, a responsabilidade do profissional no trato da informação revela-se ainda mais decisiva para o entendimento dos contextos.

1.3 Objetivos

O objetivo principal desta pesquisa é analisar as coberturas de três desastres naturais provocados por inundações, em função das características das informações divulgadas e das fontes escolhidas para a cobertura, a fim de identificar diferentes dimensões de investigação jornalística.

As análises fazem parte de uma intenção ampla de verificar se a imprensa brasileira, em particular, as revistas semanais, em casos de ocorrências como essas, tem cumprido o dever social de investigar e informar.

Para chegar ao objetivo principal, foram elencados os seguintes objetivos específicos:

1. Indicar uma classificação das dimensões de investigação jornalística em factual (foco nas divulgações restritas aos episódios em questão), dramática (foco nas histórias das vítimas) e causal (foco no contexto, causas, consequências e soluções para os problemas);
2. Reconhecer o tratamento que é apresentado pela reportagem às fontes/personagens das histórias;
3. Apresentar contextos das publicações das reportagens e verificar evoluções ou alternâncias de abordagens nas coberturas.

Ressalta-se que a palavra “investigação”, atribuída a todas as dimensões, é trazida no sentido de que toda atividade jornalística a pressupõe, como sinônimo de apuração, conforme destacam Lobato (2005) e Sequeira (2005).

Capítulo 2 – A reportagem sob inundação de informações

Para compreender as opções feitas nas coberturas de desastres provocados por inundações, é necessário contextualizar o sentido da reportagem, além das rotinas, estrutura e problemáticas de sua produção. Como esta pesquisa trata de reportagens, é necessário distingui-las do conceito de notícia, além de buscar referenciais clássicos sobre o jornalismo interpretativo e o caminho das revistas em direção ao aprofundamento de conteúdos.

2.1 Por que a informação precisa de contexto

Entende-se por reportagem o texto aprofundado, com a consulta a um número maior de fontes e que não esteja amparado essencialmente pelo aspecto factual, ou seja, os dados do dia presente. Lage (2001) estabelece diferenciação fundamental entre notícia e informação jornalística. Para o autor, a notícia é o fato puro e a informação jornalística, que tem o mesmo sentido de reportagem, é um trabalho mais elaborado, com dados contextualizados. A notícia, numa comparação entre os dois gêneros, mostra-se mais superficial.

O jornalista Ricardo Noblat, em *A arte de fazer um jornal diário* (2004, p.32) considera que “notícia é o relato mais curto de um fato. Reportagem é o relato mais circunstanciado”. Felipe Pena toca em uma das questões principais. “A notícia tem pauta centrada no essencial que recompõe um acontecimento. A reportagem trabalha com pauta mais complexa, pois aponta para causas, contextos, consequências e novas fontes” (2005, p.62). Lage, em *A estrutura da notícia* (2001), situa a reportagem em três gêneros: investigativa (chegar a fatos ocultos), interpretativa (fatos são associados e analisados sob determinada perspectiva) e novo jornalismo (técnicas literárias em combinação com o fato noticiável).

As diferenças também se revelam na estrutura das informações. Na notícia, o primeiro parágrafo, chamado de lide, deve trazer imediatamente as informações

principais, a ponto de “sintetizar a notícia de modo tão eficaz que o leitor se sinta informado só com a leitura do primeiro parágrafo do texto (...) e ser conciso tanto quanto possível”, aponta o *Manual de Redação da Folha de S. Paulo* (1996, p. 77). O lide da notícia está contido na estrutura chamada de “pirâmide invertida”, que estabelece ordem descendente na importância das informações. Já, na reportagem, não há o mesmo compromisso rígido, nem com o primeiro parágrafo nem com a organização do mais para o menos importante. De acordo com Gaudêncio Torquato (1984) e Lage (1993), a pirâmide mista estabelece estilo livre com abertura sucedida por ordem cronológica dos fatos. A estrutura é uma das mais utilizadas para a reportagem. Com esse tipo de texto, a linguagem também deve ser mais livre, com espaço para interpretação. O gênero deve representar conteúdo mais elaborado e produzido para veículos impressos, com variada distribuição de informações.

De acordo com Lage, a notícia e a informação jornalística contêm, em geral, graus bem diferentes de profundidade no trato do assunto. “A notícia é mais breve e sumária, pouco durável, presa à emergência do evento que a gerou. A informação é mais extensa, mais completa, mais rica na trama de relações do universo de dados” (LAGE, 2001. p. 114). O autor defende o caráter desse tipo de trabalho lembrando a perspectiva que deve atuar para aprofundar o produto. “Não se trata apenas de acompanhar o desdobramento (ou fazer a suíte⁵) de um evento, mas de explorar suas implicações, levantar antecedentes – em suma, investigar e interpretar” (p.39).

O professor José Marques de Mello relaciona os tipos de textos com o nível de aprofundamento. Para ele, a diferença entre nota, a notícia e a reportagem estão na progressão dos acontecimentos, na captação e na acessibilidade do público. Enquanto que a nota corresponderia ao relato de acontecimentos que estão em configuração, sendo típica no rádio e na televisão, a notícia seria algo “integral” e que “já eclodiu no organismo social”. No entanto, é a reportagem que deve ter maior aprofundamento. “A reportagem é o relato ampliado de um acontecimento que já

⁵ Suíte, conforme explica o *Manual de Redação da Folha de S. Paulo* (1996), é um jargão jornalístico que se refere à continuação de uma notícia em uma nova publicação, trazendo causas ou efeitos a partir do fato gerador. O “Manual de Estilo e Redação de *O Estado de São Paulo*” (1994) define suíte como o desenvolvimento de uma notícia nos dias seguintes à publicação. No entanto, nos meios eletrônicos, como rádio, TV e internet, as suítes podem ocorrer em um mesmo dia.

repercutiu e produziu alterações que já são percebidas pela instituição jornalística" (2003, p. 66). O professor Luiz Beltrão inseriu o conceito do jornalismo interpretativo na década de 1960, em oposição ao jornalismo essencialmente objetivo (jornalismo informativo) e seguindo conceito semelhante do *new journalism*⁶. Aliás, essa época é denominada por Cremilda Medina, em *Povo e personagem*, como a de maior efervescência estimuladora para o novo gênero. "Foi a geração 60, a dos jornalistas rebeldes, que vocalizou a proposta subversiva da grande reportagem como uma nova possibilidade do jornalismo" (MEDINA, 1996, p.17).

Algumas observações de Beltrão foram anotadas para esta pesquisa literalmente porque se coadunam com a avaliação proposta neste trabalho e remetem didaticamente à análise do objeto. O texto interpretativo seguiria o que se prevê para a grande reportagem, contexto e aprofundamento. "A interpretação é uma das características básicas do jornalismo, o que vale dizer uma atitude de ofício do agente da informação de atualidade" (BELTRÃO, 1976, p.47). O autor aponta que a interpretação jornalística está ligada ao direito da sociedade. Trata-se, pois, de "uma atitude de ofício do agente cultural da informação de atualidade, de que se torna titular o receptor, como decorrência do seu inalienável direito ao conhecimento das ideias, fatos e situações atuantes da vida social" (Ibidem, p.47). Na tentativa de explicar esse tipo de trabalho, Beltrão passa a definições mais específicas. "(O texto interpretativo) puxa o cordão dos fatos, desamarra o fio dos eventos, oferece diferentes ângulos de visão da situação, complementa-as com históricos, depoimentos, dados estatísticos (...), enquadramentos ideológicos e prognósticos" (1976, p.55).

Ao tratar da técnica de trabalho para esse tipo de jornalismo, o autor afirma que o produto veiculado está diretamente ligado à visão de produção e aos caminhos realizados pela equipe. "Para a elaboração da mensagem interpretativa, enriquecida de elementos e ângulos que exigem múltiplos esforços e especialização de agentes, há de organizar-se um comando editorial" (1976, p.71). Para a produção

⁶ O *new journalism* pode ser considerado um movimento na década de 60 a fim de aproximar o jornalismo da literatura. Ligado à contracultura tinha como ideário fazer com que o texto tivesse maior riqueza de dados e fazer do repórter um cronista do cotidiano. A ideia era que se o jornalista não podia superar em velocidade os então novos meios eletrônicos, poderia contribuir com profundidade e contextualização (PENA, 2005).

deste tipo de material, o autor também lista os passos a serem seguidos pela equipe com a intenção de produzir material diferenciado. O primeiro passo seria a “identificação do objeto”, o que inclui critérios de valoração para as informações.

Na segunda fase, a “documentação da ocorrência”. Há uma recomendação explícita com a argumentação que caracteriza a ação profissional, numa citação de Pedro Altares (1972), citado por Beltrão. “Há de aprofundar esta realidade, metermos nela. Os fenômenos históricos não são consequências gratuitas e espontâneas” (p.76). A respeito da documentação, o autor trata com detalhes. “Há que preencher os vazios informativos na notícia – e isso é documentar – com o fim de mostrar a dimensão exata do que é noticiado” (BELTRÃO, 1976, p.78). A documentação seria, então, o diferencial para os apontamentos das circunstâncias de uma história. “Unicamente assim alcançará o fato sua transparência precisa e lograremos ver nele não só seu interesse comunitário, como seu sentido” (IDEM). Para chegar à intenção primeira de exploração do conteúdo, haveria necessidade da “decomposição da ocorrência”, incluindo conhecimento das fontes de informação, e “investigação” dos valores e aspectos opacos da ocorrência (aquilo que não está esclarecido em relação às causas do fato).

Tamanha a importância do produto interpretativo oferecido é levantada por Lage (2001, p. 174), quase 30 anos depois de Beltrão, em obra sobre a “reportagem”. Ele aponta que a publicação jornalística “é atualmente produto de primeira necessidade, sem o qual o homem moderno não consegue gerir sua vida produtiva, programar seu lazer, orientar-se no mundo e, finalmente, formular suas opiniões”. Espera-se do jornalismo que busque as informações as quais os cidadãos não têm acesso e leve ao conhecimento de todos. “O repórter está onde o leitor, ouvinte ou espectador não pode estar. Tem uma delegação ou uma representação tácita que o autoriza a ser os ouvidos e os olhos remotos do público, selecionar e lhe transmitir o que possa ser interessante” (Ibidem, p. 23). A professora Cremilda Medina (1978), no clássico *Notícia: um produto à venda*, já havia relatado que a distância entre notícia e reportagem estaria na profundidade do trabalho, questão fundamental para se entender por que a produção factual não contempla o objetivo de uma investigação que saia do lugar-comum. “As linhas do tempo e espaço (da

reportagem) se enriquecem. (...) A grande reportagem abre o aqui num círculo amplo, reconstitui o já no antes e depois. Deixa os limites do acontecer para um estar acontecendo atemporal ou menos presente” (p.115).

As concepções trazidas sobre os gêneros ressaltam uma tradição da diferenciação entre os objetivos. Os professores Maria Helena Ferrari e Muniz Sodré (1986) também refletiram a respeito das diferenças primordiais entre os gêneros, acentuando o conceito de que a reportagem estaria num plano de desdobramento da notícia. Uma extensão do que o texto mais simples enuncia. Os autores descrevem o que seriam as principais características da reportagem, já que o gênero não estaria ligado essencialmente ao aspecto temporal. “Depreendem-se as principais características de uma reportagem: predominância da forma narrativa, humanização do relato, texto de natureza impressionista e objetividade dos fatos narrados” (FERRARI e SODRÉ, 1986, p. 15).

Dentro dessa conceituação, o trabalho dos autores aponta possíveis modelos para a abertura (o lide da notícia) que poderia enfatizar: a visão, a audição, a imaginação e a pessoa. Já que o estilo se faz mais livre, em estrutura e linguagem, existe, na opinião deles, uma aproximação tácita com a literatura. Conforme os autores, um tipo de texto não expropriado de suas características, mas com acréscimo de linguagem do conto e da crônica. “A reportagem-conto começa por particularizar a ação: escolhe um personagem para ilustrar o tema que pretende desenvolver (p.77)”.

A reportagem-conto tem uma estrutura mais orgânica: geralmente particulariza a ação em torno de um único personagem, que atua durante toda a narrativa. Os dados documentais entram dissimuladamente na história e o texto aproxima-se tanto do conto, que incorpora até fluxos de consciência dos personagens (p.81).

Estrutura e linguagens abertas devem ser ferramentais para o grande sentido de ser e existir de uma reportagem: a possibilidade de investigar e a capacidade de proporcionar ao público uma visão maior de uma história. A apuração para uma reportagem, dentro da rotina de produção jornalística, começa com a pauta. Será como um guia para a ação do repórter no campo de trabalho. Lá estão designados,

entre outras informações, quais os objetivos da apuração, sugestões de abordagens para o repórter, informações principais sobre possíveis fontes e questionamentos. Trata-se de um caminho sugerido para o trabalho que pode sofrer influências em virtude da evolução dos fatos e do andamento da apuração. “Apesar da pauta, quem deve assumir a investigação é o repórter, que pode começar pelo arquivo buscando informações anteriores ao caso em questão”, aponta Guirado (2004, p.65).

Para Kovach e Rosentiel, a finalidade da reportagem está em fazer com que as informações valham para entendimento do mundo. “O primeiro desafio é encontrar a informação que as pessoas precisam para tocar suas vidas. O segundo desafio é tornar essa informação significativa, relevante e envolvente” (KOVACH E ROSENTIEL, 2004, p. 226). Para entendimento mais global de um assunto, repórteres experientes costumam advertir para o fato que determinada informação recebida como denúncia pode ser apenas uma parte de um todo da história. “Eu acredito na reportagem como documento da história contemporânea, como vida contada, como testemunho”, escreveu a jornalista Eliane Brum (2008, p.15). O testemunho inclui o olhar interpretativo e a rigorosa avaliação que nada surgiu por encanto. “O jornalista, aristotelicamente, há de buscar as causas (coisas como eram ou como são), colher dados e depoimentos (como os outros dizem que são) e por fim analisar e interpretar esses dados” (GUIRADO, 2009, p.42). A interpretação, característica ligada ao jornalismo de revista, é tema das observações a seguir.

2.2 A revista – espaço e tempo para aprofundamento

A revista que, em tese, congrega mais espaço para produção e tem um ciclo de produção com mais tempo de trabalho para os jornalistas até a veiculação, seria a responsável por levar à sociedade materiais informativos de maior profundidade. No entanto, não é possível avaliar esse tipo de produção sem levar em consideração as incríveis transformações culturais e tecnológicas que repercutem diretamente no objeto pesquisado. Para chegar aos aspectos relevantes de aferir resultados a

respeito do que emitem esses veículos brasileiros, propõe-se aqui a uma breve contextualização das origens desse tipo de veículo, já que não seria recomendável desconectar o aspecto histórico com o produto que chegou ao século 21.

A jornalista Patrícia Ceolin Nascimento (2002), que estudou as construções discursivas de revistas, define o produto como aquele sem o imediatismo imposto aos jornais. “As revistas lidariam com fatos (...) de maneira mais analítica, fornecendo um maior número de informações sobre determinado assunto” (2002, p.18). Marília Scalzo (2003) é outra autora que se dedicou a pesquisar e compreender as características dos textos em publicações semanais e mensais e, principalmente, entender histórias de encerramento de atividades, como os títulos *A Realidade* e *O Cruzeiro*, e também de sucessos como *Veja*, além das publicações segmentadas que conquistaram público cativo mesmo com custo unitário superior ao preço dos jornais nas bancas.

A autora remete sua observação àquela que seria a primeira revista publicada no mundo. A veiculação teria ocorrido em 1663 na Alemanha e se chamava *Erbauliche Monaths-Unterredungen* (Edificantes Discussões Mensais) com artigos da área de teologia. As primeiras produções, segundo a autora, não tinham esse nome de “revista” e se assemelhavam a livros. Ela relembra que, no século 19 na Europa, as publicações ganhavam a aparência semelhante às que ainda circulam no início do século 21. “Aparece em 1842, em Londres, uma publicação que revolucionaria a forma de conceber e editar revistas. Era a primeira revista ilustrada, a *Illustrated London News*” (2003, p.21). Era uma revista com 16 páginas de texto e 32 de gravuras. “A fórmula foi copiada em todos os países e, no final do século 19, foi aperfeiçoada com o desenvolvimento da fotografia e da impressão com meio-tom” (IDEM).

No Brasil, a primeira revista é *As variedades* ou *Ensaio de Literatura*, do ano de 1812, publicada em Salvador (BA). As primeiras publicações no país, assim como os jornais, eram destinados à elite e “cópia dos magazines europeus” (p.30). Nelson Werneck Sodré, em *A história da imprensa no Brasil* (1998, p.30), registra que o título só teve duas edições e não continha teor jornalístico. No início do século 20, sob a influência da Semana de Arte Moderna, de 1922, e da efervescência cultural

da época, as publicações ganharam impulso. Tanto que em 1928 nasceu o que Scalzo chama de um dos maiores fenômenos editoriais brasileiros, a revista *O Cruzeiro*, criada pelo empresário Assis Chateaubriand. “A publicação estabelece uma nova linguagem na imprensa nacional, através da publicação de grandes reportagens e dando uma atenção especial ao fotojornalismo” (2003, p.30).

Sérgio Villas Boas, em *O estilo magazine* (1996), considera que o sucesso de *O Cruzeiro* teve o aprofundamento de conteúdo como receita do sucesso. “A principal causa do sucesso foi abrir as janelas da modernidade para a imprensa brasileira, utilizando-se de um jornalismo ágil e, sobretudo, investigativo e polêmico” (1986, p.72). Para Patrícia Ceolin Nascimento (2002, p.15), a publicação tornou-se marco para o jornalismo brasileiro. A revista chegaria à marca impressionante de 700 mil exemplares vendidos por semana, mas terminaria de circular na década de 70, como registra o escritor Fernando Morais na biografia *Chatô – O Rei do Brasil* (1994), com a queda do império do empresário.

As revistas fazem jornalismo daquilo que ainda está em evidência nos noticiários somando a estes pesquisas, documentação e riqueza textual. Isso possibilita a elaboração/produção de um texto prazeroso de ler, rompendo as amarras da padronização cotidiana (VILLAS BOAS 1996. p. 9).

Em 1938, a revista *Diretrizes*, de Samuel Wainer, tornar-se-ia referência em reportagem com artigos investigativos e críticos. Por conta das limitações impostas pelo Estado-Novo de Getúlio Vargas, circulou apenas até 1944 (NASCIMENTO, 2002, p.17).

Após a 2ª Guerra Mundial, a revista *Manchete*, da Editora Bloch, seria outra que exploraria ainda mais o aspecto gráfico e de fotografia. Outra publicação foi a Revista *Realidade*, “uma das mais conceituadas de todos os tempos”. Tinha como foco o jornalismo investigativo. A editora Abril deixou de publicá-la em 1976 para dar lugar exclusivamente à *Veja* (um dos títulos analisados nesta pesquisa), que havia sido inaugurada em 1968 nos moldes da norte-americana *Time*. Tornou-se sucesso absoluto de vendas e é, ainda no ano de 2012 (ano de conclusão desta pesquisa), a

publicação jornalística mais vendida no Brasil, conforme dados do Instituto de Verificação de Circulação apresentados no capítulo de metodologia. Os outros dois veículos que também servem de objeto para o presente estudo são as revistas *IstoÉ*, da Editora Três, criada em 1976 pelo jornalista Mino Carta, e *Época*, que passou a circular no ano de 1998 por iniciativa da Editora Globo.

Apresentado este breve histórico das revistas no Brasil, é importante destacar características próprias deste tipo de veículo.

Em linhas gerais, define-se revista como uma publicação em formato e temática variados que se difere do jornal pelo tratamento visual (...) e pelo tratamento textual (sem o imediatismo imposto aos jornais diários, as revistas lidariam com fatos já publicados pelos jornais ou já veiculados pela televisão, de uma maneira mais analítica, fornecendo um maior número de informações sobre determinado assunto)” (NASCIMENTO, 2002, p.18).

Em *O estilo magazine*, Sérgio Vilas Boas (1996, p.72) aponta características da estrutura e abordagem do texto de revista, levando em conta a filosofia de trabalho de uma publicação como essa, que deve priorizar assunto (não o fato) e a documentação.

E vem a pergunta: onde é a linha divisória entre informação concisa e muita informação? Difícil resposta. Envolve bom senso, domínio do material apurado e quase um *controle homeopático* das informações que você vai liberar para o papel (1996, p. 30; grifo original)

Há uma cobrança para que o jornalismo seja mais interpretativo e analítico, ou seja, que não apenas informe o cidadão sobre os fatos, mas forneça contextualização, aborde as causas e as consequências e situe o leitor no mundo. “Uma revista tem obrigação de acompanhar o fato e ir além dele. Tem de municiar o leitor com informações sobre o que tal fato está indicando, que tipo de mudanças e o que ele exatamente significa” (VILLAS BOAS, 1996, p.74).

Com a internet, a necessidade de aprofundamento se acentuou ainda mais para os veículos impressos, visto que aos jornais não bastariam mais trazer em um periódico o que sites noticiosos já divulgaram 24 horas antes. Marília Scalzo diz que,

na revista, o jornalista deve aprofundar, enriquecer e investigar os fatos. São essas publicações que deverão, na visão da autora, trazer o assunto à pauta de outros tipos de veículos durante toda a semana. “A periodicidade mais elástica exige que o jornalista encontre novos enfoques para assuntos de que vai tratar, buscando sempre uma maneira original de abordá-lo. O ‘como’, em revistas, é fundamental” (2003, p.65).

Como visto nas características da reportagem, o texto de uma revista é diferente da estrutura de uma notícia. “Além de conter informações de qualidade, exclusivas e bem apuradas, o texto de revista precisa de um tempero a mais (...) Não usar lugares-comuns é outra regra básica. As fórmulas fáceis dão para o leitor a sensação de um texto velho ou já lido” (SCALZO, 2003, p.77). De acordo com Vilas Boas, o jornalismo interpretativo explica os “porquês” dos fatos. “Os diários tendem a particularizar o fato, tratando-o com imediatismo e pulverizando as consequências. Já a revista deve tratar o conceito de notícia de forma mais ampla, restabelecendo um contexto maior” (1996, p.75).

2.3 Reportagens e as complexas condições de produção

Antes de tratar especificamente de teorias sobre o trabalho jornalístico, como *newsmaking*, e as relações que se estabelecem para tentar explicar por que as notícias e reportagens são como são, é necessário evidenciar um pouco do *ethos* profissional, da ação do jornalista, das implicações do seu trabalho para a democracia e a facilitação de acessos para a sociedade.

Como premissa, Traquina defende a função da prestação de serviço à sociedade e a garantia da pluralidade de vozes. “A teoria democrática argumenta que o jornalismo, inicialmente identificado apenas como imprensa, deve ser um veículo de informação para equipar os cidadãos” (2005, p.129). Ele defende essa relação considerada indiscutível entre o jornalismo, a democracia e a prestação de serviços à sociedade.

Outro valor que o jornalismo trabalha é a objetividade. Já no século 20 foi rotulada de utopia por se considerar que seria impossível que a subjetividade do jornalista não tivesse vez nas relações e rotinas de produção. Traquina avalia que o conceito de objetividade não surgiu no século passado para negar a subjetividade, mas para demarcar a sua inevitabilidade, pensando em um cenário em que, anteriormente, o jornalismo era feito essencialmente de opiniões. “Os jornalistas acreditam que podem mitigar pressões contínuas (...) porque foram seguidos procedimentos identificados como objetividade” (TRAQUINA, 2005, p. 139). Para o autor, por exemplo, o jornalista, mesmo não confirmando uma informação, utiliza a fala de uma fonte entre aspas e chama isso de objetividade.

Wolf afirma que a teoria do newsmaking “segue em sentido diverso da ideia de reflexão da realidade defendida pela teoria do espelho e defende o jornalismo como uma construção de realidade” (1999, p.178). Como se sabe, a quantidade de fatos que ocorre todos os dias é muito superior a que se torna notícia nos veículos de comunicação, já que seria impossível noticiar tudo. Leva-se em conta, segundo Mauro Wolf, que a seleção de fatos a se tornar notícia está vinculada a três vertentes principais: a cultura profissional dos jornalistas, a organização do trabalho e os processos produtivos.

A organização do trabalho, a hierarquia, as jornadas de trabalho, segundo Wolf, também são influências para o produto final (a notícia), bem como os processos produtivos e suas limitações ou vantagens como o horário do *deadline*, a limitação de caracteres, os tempos envolvidos para edição, diagramação, impressão e distribuição. A respeito de autonomia de publicação, Pena (2005) reflete também sobre as lógicas internas de produção, incluindo a verdadeira rotina industrial de uma redação de empresa jornalística. “Embora o jornalista seja participante ativo na construção da realidade, não há uma autonomia incondicional em sua prática profissional, mas sim a submissão a um planejamento produtivo” (2005, p.129). Esse planejamento inclui uma estrutura hierárquica e a sistematização do trabalho. “Diante da imprevisibilidade dos acontecimentos, as empresas jornalísticas precisam colocar ordem no tempo e no espaço. Para isso, estabelecem práticas unificadas na produção de notícias. É dessas práticas que se ocupa a teoria do newsmaking” (PENA, 2005, p. 130). Apesar disso, o autor ressalta que não se pode perceber os

pressupostos de “rotinização” do trabalho, do processo e da cultura como deterministas.

De acordo com Wolf, a produção de notícias leva em consideração critérios para a escolha dos fatos a serem noticiados, medindo seu grau de noticiabilidade através dos valores-notícia, divididos em:

- a) Categorias substantivas: quantidade de pessoas envolvidas, interesse humano, feitos excepcionais;
- b) Categorias relativas ao produto: tempo, atualidade, novidade, organização interna da empresa, qualidade (ritmo, ação dramática) e equilíbrio;
- c) Categorias relativas ao meio de informação: acessibilidade à fonte e ao local, formatação prévia de manuais, política editorial.
- d) Categorias relativas ao público: plena identificação de personagens, serviços de interesse público
- e) Categorias relativas à concorrência: exclusividade ou furo, gerar expectativas, modelos referenciais.

Pena (2005) e Traquina (2005) explicam o modelo teórico do *newsmaking* como o processo de produção da notícia submetido a pressões ou características de uma produção. O pioneiro do estudo do *newsmaking* foi o norte-americano Leo Rosten (1937). Ele disse que, ao produzir uma notícia, a maioria dos jornalistas cederia às pressões das organizações midiáticas e das fontes. Outro autor, que ficou famoso com a frase “se um cachorro morder um homem, não será notícia. Mas se o homem morder o cachorro...”, Bernard Roshco (1975, p. 9) faz duas perguntas para definir o status de uma notícia: “O que aconteceu e eu não sabia? Ou, o que é um fato noticiável e eu não previa que ia acontecer?”.

Acerca do tema, Pena cita que os jornalistas trabalham com a imprevisibilidade dos acontecimentos. Aliás, essa é uma das discussões elencadas sobre a cobertura de inundações. É tema de investigação avaliar se mesmo as

revistas teriam realizado a apuração tendo como base um esforço factual. Estudar a investigação jornalística acerca do tema catástrofe traz, portanto, um olhar sobre um tipo de cobertura realizado pela mídia, além de ser, como antes defendido, um trabalho profissional de complexidade e, para o qual, equipes de redação devem estar preparadas.

Citada por Pena, Gaye Tuchman aponta que os órgãos de informação têm três obrigações a cumprir ao produzir notícias: tornar possível o reconhecimento de um fato desconhecido como algo notável, elaborar formas de relatar os acontecimentos sem a pretensão de dar a cada fato um tratamento idiossincrático; organizar temporal e espacialmente o trabalho, de modo que acontecimentos noticiáveis possam ser trabalhados.

Quando se trata de coberturas de enchentes, objeto dessa reflexão, é possível exatamente estudar uma possível “distorção”, quando uma notícia, por exemplo precisa ser publicada, mas não houve as condições ideais de produção. O jornalista pode se limitar a declarações de uma fonte oficial, tendo apenas informações factuais ou dramáticas. Nesse contexto e mesmo conceito, algumas ações podem ser consideradas na produção de notícias: pessoal, social, ideológica, cultural, do meio físico e histórica.

A teoria do newsmaking, pois, estuda as práticas adotadas na rotina de trabalho pelos órgãos de informação, como a divisão de tarefas, a utilização de valores-notícia, a carga horária de trabalho, o caminho que percorre a notícia desde sua apuração à sua veiculação, a fim de ordenar o tempo e espaço, e assim trabalhar a produção de notícias de forma planejada e ordenada. “Não são módulos uniformes e imutáveis. Há espaços de manobra para os jornalistas e eles estão localizados na interação com os agentes sociais (...) Depende das rotinas profissionais, mas também de iniciativas de jornalistas e demandas da sociedade (PENA, 2005, p. 132)

CAPÍTULO 3 - FONTES, PERSONAGENS E NARRATIVA

Neste capítulo, estão incluídas definições fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa, bem como a análise proposta. São aqui trazidos o conhecimento e classificação das fontes de informação, a ação do personagem na narrativa jornalística e recomendações sobre as citações atribuídas a fontes oficiais.

3.1 A hora e a vez “de quem fala”

O jornalista pode recolher informações para o texto jornalístico, basicamente, de duas formas. Ou o próprio profissional testemunhou o fato ou a informação é repassada ou descoberta em algo (um documento, por exemplo) e por alguém. Como escreveu Claudio Abramo, “o jornalista deve ser aquele que conta a terceiros, de maneira inteligível, o que acabou de ver e ouvir” (1988, p.110). Marc Paillet diz que nenhum jornalista tem contato permanente com os fatos. “Ele se dirige, portanto, aos informantes de primeira e segunda mão: as fontes” (1986, p.34). São essas as chamadas fontes de informação. O “alguém” pode ser transformado em personagem da notícia, aquele que como ilustração seria exemplo do que beneficia ou afeta a vida de uma coletividade. O professor Luiz Gonzaga Motta, que se dedica a investigar a narrativa jornalística, explica que os personagens “desempenham um papel funcional na história” já que são “atores que realizam coisas” (2005, p.7).

Motta (2005), que define as narrativas como “construções discursivas sobre a realidade humana (...)” e “representações mentais linguisticamente organizadas a partir de nossas experiências de vida” (p.18), propõe importantes definições e distinções a respeito do papel dos personagens no texto. “Os acontecimentos relatados pelas narrativas (...) são performatizados por personagens, atores que representam seres humanos e realizam coisas que humanos também realizam” (p. 8). Dentro das ponderações, o autor aponta que o personagem é uma “categoria

linguística”, são “figuras do discurso” e, ao abordá-los em perspectivas de análise da narrativa, é sempre válido lembrar que não podem ser entendidos como pessoas reais, ainda que tenha alguém de carne e osso como correspondente na realidade. No texto, o personagem assume outras características seguindo-se as perspectivas e as seleções impostas pelo autor, no caso, o jornalista.

A compreensão é que o personagem teria função de identificação social no texto. “O que a confiança na palavra de outrem reforça, não é somente a interdependência, mas a similitude em humanidade dos membros da comunidade” (RICOEUR, 2007, p.175). O autor de *A memória, a história, o esquecimento* remete à ideia que supõe-se que uma pessoa ouvida pelo repórter pode dizer a “verdade”. Na mesma linha, Derrida (1997, p.98) indica que a presença do personagem traria “uma promessa de verdade até mesmo no perjúrio”. Motta pontua que os personagens devem ser considerados como “figuras do discurso” (2005, p.73) e não pessoas reais. O autor sugere que “muitas análises da narrativa jornalística podem concentrar-se na observação dos personagens (...)” (2005, p.95) e que “as personagens vivem e realizam as ações, são elementos chave na projeção da história e na identificação dos leitores com o que está sendo narrado” (idem). Reuter (2002), que também propõe análise da narrativa, entende que “toda história é história de personagem”.

Para se realizar uma análise eficiente da presença da fonte de informação, é, de acordo com Motta, preciso compreender que as personagens “habitam apenas a realidade da narrativa” (2005, p. 74). Fazem parte, dessa forma, de uma construção textual e estão inseridos no contexto de um discurso. “Podemos tomar a personagem como encarnação de ações que desestabilizam ou estabilizam situações” (p. 76). Até porque, como o próprio autor entende e conforme se enunciou a respeito da reportagem, esse tipo de narrativa está baseado no conflitos, sendo elemento “estruturador da narrativa”.

Todorov (1970) aponta que a análise pode estar baseada no conflito dos personagens, heróis, protagonistas e antagonistas. “Nas narrativas jornalísticas, estão presentes um ou vários protagonistas e um ou vários antagonistas opondo-se um ao outro” (p.79). O autor é enfático sobre como analisar o dito por eles, via

narrador ou pelas citações explícitas por frases entre aspas. “É bom lembrar que os personagens (...) se definem não pela sua personalidade, características, traços psicológicos, etc., mas pelo que fazem” (idem).

A respeito do papel do protagonista, é possível definir que esse status de figura principal é definido pela frequência e a intensidade da intervenção nas ações. No caso, o antagonista representaria outras forças contrárias, o que não corresponde à desqualificação das posições do(s) protagonista(s). Outra figura que pode aparecer, sob essa mesma perspectiva, é a do figurante, que aparece em papel secundário. “O figurante ocupa um lugar subalterno, distanciado em relação às ações principais” (2005, p.80). Ainda com relação às personagens, Motta (2005) considera que análises da narrativa jornalística “podem concentrar-se na observação das personagens, na sua construção ou caracterização, no seu dinamismo funcional” (p. 95). O autor segue a sua defesa em realizar a análise por esse caminho. “A complexidade das personagens criadas pela narrativa jornalística e os caminhos que a sua análise abre, por si só, justificariam uma análise” (idem). Mesquita (2002) apresenta a noção de que o jornalista deva respeitar os dados do real mais que o romancista. No entanto, o conceito ajuda a enfatizar que a personagem é uma construção do autor, com autonomia e liberdade para moldar o retrato.

Lage (2000) enuncia que, no passado, as pessoas como fontes de informação não eram treinadas para esse tipo de papel. Particularmente, depois da Segunda Guerra Mundial, com o avanço das assessorias de imprensa, profissionais técnicos ou gestores passaram a ser consultados e até se ofereciam para falar sobre determinados assuntos que pautavam a imprensa.

Outra consideração de Lage é que a possível derrocada da imagem dos serviços públicos no Brasil está ligada às denúncias da mídia abastecidas por fontes das próprias instituições, mas também pela correspondência com a realidade. Para diminuir a possibilidade de equívoco interpretativo, a afirmação anterior não indica aceitar a notícia como a “realidade”. Tuchman, como lembra Traquina (2005), escreveu que, embora o propósito de fornecer relatos dos acontecimentos julgados significativos pareça ser claro, na verdade é bastante complexo.

Parte-se, então, aqui da premissa que o material jornalístico é produto. A primeira teoria oferecida, que tem relação com a ideologia do jornalista, é que as notícias “são como são” porque a realidade é a própria determinação. Análises a partir de materiais publicados no século 20, segundo Traquina observa, expuseram que nem o jornalista é um comunicador desinteressado nem a pessoa entrevistada para uma reportagem sem o objetivo de fazer valer a sua versão dos fatos.

A notícia está inserida em um contexto amplo, em que as interpretações, inclusive das falas ou mensagens das fontes, são moldadas realmente como um produto a ser comercializado. Para Marcondes Filho, notícia é a informação transformada em mercadoria. “Ela pertence, portanto, ao jogo de forças da sociedade e só é compreensível por meio de sua lógica” (1989, p.13).

Lage recorre ao modelo de comunicação criado por George Gerbner (1956), que estabelece a função de representar “subjetivamente” a realidade antes de divulgá-la. A percepção começaria na fonte, que formula uma primeira representação que é processada e publicada. O autor ressalta que cada indivíduo da cadeia informativa entende a realidade conforme seu próprio contexto e seu próprio arcabouço de memória. Outra avaliação que pode ser pensada seria a partir da Teoria da Cognição, em que modelos mentais são concebidos como quantificáveis. “Esse é o objeto essencial ou básico a que se reportam as mensagens da fonte ao repórter” (LAGE, 2000). Repensar se as fontes de informação são exatas na medida em que fornecem as informações que os repórteres esperam é discussão ligada ao fazer jornalístico. “Por que se conta que alguém preste informações a um estranho, se não ganha nada com isso? E por que confiamos que, decidida a responder, essa pessoa não inventará uma resposta qualquer?” (Ibidem, p.13).

Lage cita Lazarsfeld para explicar o fenômeno. Segundo o teórico da linha funcionalista, os homens querem ser aceitos e por isso desenvolveriam atitudes cooperativas. De acordo com uma concepção interacionista, para Moloch e Lester (1993) os jornalistas são os produtores das notícias, mas são pressionados ou constangidos pelos promotores (*news promoters*) a alterar o enfoque ou aceitar nova versão. Traquina define esses promotores como os indivíduos, ligados ou não a

instituições, que identificam e “tornam observável” uma ocorrência como especial (2005, p.184).

Chaparro (2010, p.19) aponta que esses atores produzem informações. “Pensam, agem e dizem pelo que noticiam, exercitando aptidões que lhes garantem espaço próprio nos processos jornalísticos”. O autor considera o processo como a “revolução das fontes”. Francisco Sant’Anna (2009), sobre esse fenômeno, definiu que existem as “mídias das fontes”, que passaram a participar desse processo de coleta e divulgação de informações jornalísticas. Ele refere-se a fontes que entenderam a necessidade de apurar acontecimentos para serem divulgados com seus meios.

Duarte (2010, p.310), também estudioso da assessoria de imprensa como fonte de informação, interpreta que o profissional de comunicação tem colaborado com a divulgação de suas informações com habilidade. “Apresenta a informação de maneira embalada, *prêt-à-porter*, pronta para uso, ou pelo menos, para facilitar o trabalho da redação”.

Lage discute como podem operar as fontes individuais, que representam instituições ou não. “Não estar mentindo não significa que se esteja dizendo a verdade” (2001, p. 84). Ele cita alguns tipos de profissionais (vendedores, pregadores, militantes, advogados e gestores públicos) que seriam treinados para estar convencidos daquilo que dizem e se mostrarem convincentes. Burkett (1990), que escreveu sobre o “jornalismo científico”, argumenta que é necessário ser o mais específico possível sobre a definição dos atores da história. “As considerações a respeito dos níveis de escolaridade, renda, idade e sexo (...) desempenham papéis fundamentais na determinação das histórias que serão transmitidas” (1990, p.62). Lage adverte, porém, para o fato que funcionários repetem discursos, que ouviram de seus superiores ou leram em documentos internos, não se sentindo obrigados a avaliar sua veracidade. Informações que são atribuídas e institucionalizadas como verdade absoluta. “Ao relatar um fato policial, testemunhas destacarão os detalhes que estão de acordo com a crença (...) e omitirão os que contrariam essa crença” (2001, p.84).

3.2. Fontes oficiais em discussão

Como as fontes são analisadas nesta pesquisa, torna-se necessário considerar tipos e critérios para avaliar credibilidade de cada uma delas. Lage diz que as informações das fontes são elencadas, hierarquizadas, enfim, processadas segundo técnicas jornalísticas. “Do ponto de vista da pessoa que presta uma informação, a relevância é aferida com base naquilo que ela acha que é ou deve ser relevante para o ouvinte” (LAGE, 2001, p.61). O autor divide as fontes em oficiais (mantidas pelo Estado ou instituições), oficiosas (ligadas a órgão, mas não autorizadas a falar sobre o assunto e, além disso, que podem ser desmentidas) e independentes (desvinculadas de interesse ou da relação de poder). Traquina (2005) afirma que a fonte oficial adquiriria um “papel dominante” na reportagem visto que o cenário da atividade jornalística compreende “1) prazos-limite, 2) imperativo de corresponder ao valor do imediatismo e 3) natureza anárquica da sua matéria-prima – os acontecimentos (...)” (2005, p.119). Tuchman (1974) entende que, por conta das pressões às quais estão submetidos, os profissionais de imprensa precisam criar rotinas diante do inesperado. Schoemaker e Reese (1991) entendem que a rotina produtiva pode levar o jornalista a render-se à burocracia e à institucionalização da informação. “As rotinas podem ser consideradas um meio para atingir o fim, mas muitas vezes estes meios, tendo-se institucionalizado, ganham vida própria” (1991, p.86).

Com a suposta institucionalização da informação, Traquina entende que a fonte oficial passa a ser mais ouvida pelo jornalista. “Duas conclusões essenciais são que 1) Nem todos os agentes são iguais no seu acesso aos jornalistas, e 2) as fontes oficiais são as dominantes na produção de notícias” (2005, p.120). Da mesma forma, advertem Schleisinger (1978) e Gans (1979), visto que acreditam que aqueles que detêm maior poder político e econômico chegam de forma mais fácil aos jornalistas. Traquina cita pesquisa de Sigal (1973), considerada uma das primeiras a avaliar a relação de jornalistas e fontes, que analisou reportagens nos Estados Unidos e chegou à conclusão que funcionários governamentais representavam 75% de todas as fontes noticiosas. Stuart Hall et al (apud Traquina) fazem consideração

importante relativa às necessidades de “competência” e “credibilidade” por parte do jornalista, o que aproximaria o profissional de fontes oficiais, que seriam os “definidores primários” das notícias.

Autores que tratam do assunto acreditam que, das três, as oficiais são consideradas como as mais confiáveis. São, segundo avaliam, aquelas que os jornalistas não contestam ou checam. Exemplos são dados relativos a pesquisas de órgãos vinculados ao Estado. No caso deste estudo, por exemplo, é incomum, de acordo com as observações preliminares, se colocar em dúvida números de desabrigados, mortos ou mesmo quantidade de chuva. Tornou-se conduta habitual não mencionar fontes de dados que são tomados por verdadeiros. “Trata-se de um mau hábito, que se deve mais a um tradicional antagonismo com o mundo oficial do que a questão de credibilidade. Fontes oficiais, como comprovam autores, falseiam a realidade” (LAGE, 2001, p.63).

Em temas complexos, como os desastres socioambientais, por exemplo, o jornalismo deve levar informações e conhecimento de modo interessante e explicativo considerando que os leitores são leigos no assunto. Os jornalistas também não são conhecedores da matéria e o leitor precisa saber qual a origem de determinada informação. Lage aponta que o fato se insere num contexto que deve ser esclarecido. “A notícia nua e crua não revela todas as nuances” (2001, p. 117). O mesmo autor corrobora para o fato que é necessário informar e educar de forma atrativa. “O fundamental num texto de informação jornalística científica é fazer compreender e aproximar o universo da ciência do universo em que vive e pensa o consumidor da informação” (LAGE, 2001. p. 125).

Dentro desse contexto, pode se considerar que a diferença reside no fato de que o jornalista deve colaborar e trazer na reportagem um levantamento documental que permita ao leitor uma compreensão mais ampla do tema. Em *Os fluxos da notícia* (2002), Henn discute que a notícia é produto da relação entre o profissional e seus entrevistados. “(a notícia) esbarra na sua condição de ser absolutamente dependente da relação entre jornalista e fonte, ponte de conexão fundamental entre o sistema jornalístico e o seu entorno” (2002, p.114). Ao trazer denúncias, por exemplo, cuja base vai além das investigações feitas e disponibilizadas pelas

próprias fontes oficiais, o jornalista colabora por trazer dados diversos que podem se complementar ou não. A investigação oficial seria apenas uma das fontes. Pena (2005, p. 62) também considera que as fontes oficiais são sempre as mais tendenciosas. “Têm interesses a preservar, informações a esconder e beneficiam-se da própria lógica do poder que as coloca na clássica condição de Instituição”. Sob esse prisma de avaliação crítica, são inseridas as fontes de informação oficiais para este trabalho. “Como o repórter tem acesso só a parcela da investigação que lhe é liberada, ele se expõe ao perigo de ser usado pela fonte que está passando as informações da investigação oficial”, alerta Solano Nascimento (2007, p.186). Entende-se por fontes oficiosas aquelas que, por informação privilegiada, prestam de forma desautorizada as informações, normalmente sem serem identificadas no texto. Podem nem aparecer literalmente na reportagem, mas abastecem jornalistas com dados que as fontes oficiais não dispõem ou se comprometeriam se divulgassem. No texto jornalístico, aparecem normalmente apenas como “fontes ligadas” a determinado setor ou pessoa. “Na mesma medida em que pretende prover o mundo cotidiano de uma organização narrativa, o jornalismo fica à mercê de suas fragilidades conectivas” (HENN, 2002, p. 114).

São úteis as fontes oficiosas para o jornalista porque conferem impulso à investigação, mas as informações prestadas por elas precisam ser confirmadas. Isso porque, entre as ações das fontes oficiosas, está, lembram os autores, a de divulgar dados que nunca serão confirmados, mas que podem ter função de avaliar como a sociedade receberia medidas ou ações. No entanto, quando isso ocorre, a fonte perde prestígio com o jornalista e pode não ser mais utilizada. São normalmente as fontes em que jornalistas se baseiam para fazer reportagens com denúncias. Nascimento ressalta que “quando dá prioridade excessiva a algum tipo de fonte para alimentar suas reportagens com denúncias, a imprensa está valorizando os interesses dessa fonte em detrimento das demais” (2007, p. 153)

As fontes independentes, conforme aponta Lage, são aquelas que o jornalista avalia não ter nenhum tipo de relação ou interesse com instituições públicas ou privadas. Exemplo corrente são as organizações não-governamentais e entidades sem fins lucrativos. Lembra-se aqui, para o presente trabalho, que, com a

vulnerabilidade do Estado, essas entidades passam a ser protagonistas de ações em situações de fragilidade social. Ambientalistas ou agentes de infraestrutura, como engenheiros, seriam potenciais fontes independentes neste estudo. O autor recomenda, porém, que se reflita ao considerar como fonte independente integrantes de instituições que, conforme se avalie, tenham interesse direto na divulgação do fato.

Lage (2001) estabelece também a classificação entre primárias (aquelas diretamente ligadas ao tema) e secundárias (com informações subsidiárias). Fontes primárias são aquelas em que o jornalista se baseia para colher o essencial de uma matéria; fornecem fatos, versões e números. As fontes secundárias são aquelas consultadas para formulação de pautas ou, para a confecção da reportagem, sobre dados genéricos ou do ambiente em que se desenrola a ação.

Outras definições são sobre fontes testemunhais (que assistiram ao episódio) e experts (os especialistas em determinados assuntos). Os dois tipos de fontes podem ocorrer em situações de catástrofes visto que são consultados os sobreviventes de uma tragédia e também especialistas de diversas áreas que expliquem os fenômenos ou as soluções.

Lage e Pena entendem que uma das fontes pode ser o próprio jornalista, diante de fato que presenciou. Nesse tipo de papel, em que a história é contada a partir dos olhos do narrador presente, o jornalista tende a obter elevado grau de credibilidade, visto que é tomado como privilegiada testemunha. Traquina cita que Tuchman (1978, p.83) relata considerações a respeito da credibilidade dos jornalistas. “A importância de manter a credibilidade leva a um trabalho constante de verificação dos fatos e de avaliação das fontes de informação” (2005, p. 132).

Em relação à credibilidade das fontes de informação, o *Novo Manual da Folha de S. Paulo* (1996) indica aos seus repórteres um fator numérico para aferir ou identificar a força de uma fonte. Quanto maior esse número, menor seria a credibilidade. Embora não se aplique essa categorização nesta pesquisa, nem seja considerada para a análise, traz-se como dado para este estudo tendo em vista que o manual é considerado de referência para veículos em todo o país.

A fonte zero (a de maior credibilidade), segundo a publicação, seria aquela restrita a documentos, tais como pesquisas, laudos registrados, perícias e boletins técnicos. Seriam as fontes consideradas com maior exatidão. A avaliação da necessidade de checagem depende do documento, da vinculação com os dados oficiais ou de personagens que tenham direto interesse na divulgação da história. Durante um episódio de inundação, por exemplo, surgem, por vezes, laudos de engenheiros que indicariam uma necessidade de desocupação de determinada área.

A fonte 1, segundo a mesma classificação, seriam especialistas ou testemunhas de algo com histórico de confiabilidade com o jornalista. Exemplo é que se um estudo pode ser considerado como fonte zero, o pesquisador é fonte 1. A fonte 2 tem as mesmas características da 1, excetuando o histórico e o relacionamento anterior com o jornalista. A fonte 3 é aquela que tem interesse claro na divulgação de um fato. Um dos lados de uma história, por exemplo. Exclui-se, portanto, a possibilidade de uma fonte independente ser do grau 3.

3.3 Classificação de fontes para a pesquisa

Baseado principalmente em Lage, Pena e Chaparro, e também em critérios de hierarquização apontados pela *Folha de S. Paulo*, o professor Aldo Schmitz publicou em 2011 uma proposta de classificação de fontes da notícia que se encaixa nas necessidades deste trabalho, particularmente porque insere tipos identificáveis nas reportagens inseridas no corpus. Schmitz (2011) trata as fontes por categoria (entre primárias e secundárias) de forma idêntica à forma de Lage. Agrega valor à classificação quando se refere ao “grupo” em que está inserida a fonte. Para esta dissertação, a classificação seguirá a seguinte nomenclatura:

- a) oficial – Alguém eleito ou empossado em cargo público.

- b) empresarial – representante de qualquer grupo ou corporação. Lembra-se que, contrariamente, na classificação de Lage, essa fonte poderia ser denominada como “oficial”.
- c) Institucional – era aquela chamada por Lage de “independente”, a desvinculada de interesse. Aqui, porém, Schmitz entende que essa fonte representa pensamentos e busca a mídia para divulgar seus valores.
- d) Individual – Eis aqui uma classificação exposta por Schmitz que representa ganho para esta pesquisa por haver, somente com as nomenclaturas anteriores, dificuldade de classificar, por exemplo, a vítima ou seus parentes. A rigor, não seriam oficiais, oficiosas nem independentes. Segundo Schmitz, a contribuição para definição dessa fonte vem de Chareaudeau que identifica a fonte individual como a vítima, cidadão reivindicador, ou alguém que possa contextualizar um tema da vida cotidiana. A respeito da vítima, Schmitz expõe que esse tipo de fonte é carregado de noticiabilidade e a imprensa interessa-se por quem sofre.
- e) Testemunhal – Define-se como aquela que assistiu ao fato e não é diretamente atingida.
- f) Especializada – também idêntica ao que já foi explicado por Lage e Pena, levando-se em conta que experts (fonte 1 para a *Folha de S. Paulo*) fazem a mediação, normalmente, entre os lados de uma história. Funcionam, por vezes, como juízes nessa disputa entre as versões.
- g) Referência – A classificação proposta por Schmitz seria o que a *Folha de S. Paulo* chama de fonte 0. É a informação documental que serve, por vezes, como prova para a narrativa. Poderia ser considerada incontestável. No entanto, deve-se observar o que alerta Lage (2001) a respeito das fontes que, ainda que documentais, são produzidas por órgão público. Outra observação, apontada por Schmitz, é sobre a utilização das mídias como fontes (como reportagens de jornais e informações via mídias sociais), que não devem ser consideradas plenamente confiáveis.

A identificação da fonte e personagem em cada uma das reportagens terá importância fundamental para que possam ser analisadas a utilização das informações que foram atribuídas às pessoas no texto. Além disso, todas as fontes exercem papéis específicos que colaboram para o desenrolar e entendimento da narrativa. É certo que as fontes são utilizadas na reportagem ao encontro das abordagens definidas para a publicação. Torna-se fundamental observar que um mesmo personagem, por exemplo, pode ser trazido para fornecer números a respeito de um desastre, mas também aparecer como alguém que explica esse fato. Para efeito de análise, devem ser levados em conta, portanto, as funções dessas fontes dentro do texto, quais são as possíveis citações e as informações ligadas a elas a fim de que se colabore para uma avaliação da dimensão de investigação jornalística.

CAPÍTULO 4 - JORNALISMO DIANTE DO DESASTRE

As próximas páginas estão destinadas a buscar referenciais para contextualizar a cobertura jornalística de desastres, além de conceitos de tragédias e catástrofes, e o processo de visibilidade desse tipo de assunto pelo noticiário. Busca-se inicialmente, porém, contextualizar o assunto com dados nacionais relativos a situação de risco e também explicitar o desastre como valor-notícia.

4.1 Noticiabilidade e desordem

Depois de um acidente, seja qual for a sua natureza, espera-se logo pela presença do jornalista. Jorge Pedro Sousa, em *Elementos do jornalismo impresso* (2001, p.39), ao compilar critérios de noticiabilidade, identifica, por exemplo, a “significância” do fato, que leva em conta que é notícia todo acontecimento que tem consequências nas vidas das pessoas. Outros valores listados pelo autor, que têm direta relação com a cobertura de desastre, são a imprevisibilidade (fato surpreendente), a continuidade (assunto em desenvolvimento) e a negatividade. Considera, enfim, que deve ser tratado como fato noticioso tudo o que altera para o bem ou para o mal o dia-a-dia de uma sociedade. Seria inimaginável a ideia de um cenário de desastre não incluir a presença do profissional da informação.

No contexto desta pesquisa, a cobertura de inundações, o desastre é ligado a uma situação climática extrema, mas também a importantes questões urbanas como crimes ambientais e a desordenada ocupação do território. Leva-se em conta que, em relação ao tema, uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE – 2010)⁷, mostra que tem aumentado o número de municípios e de áreas em situação de risco. Pelos últimos dados disponíveis, pelo menos 1933 municípios (34,7% do total de cidades brasileiras) possuem, em seu perímetro urbano, áreas de risco que necessitam de drenagem especial. De acordo com os dados, o órgão concluiu que os municípios declararam que as áreas sem infraestrutura de drenagem (62,6%) e as áreas de baixios (depressões) sujeitas a inundações e/ou

⁷ A pesquisa foi acessada no endereço eletrônico do IBGE (www.ibge.gov.br), em junho de 2012.

proliferação de transmissores de doenças (56,8%) eram os tipos mais encontrados e suscetíveis a riscos no perímetro urbano. “No Sudeste, percentual significativo (56%) era atribuído às áreas em taludes (planos inclinados que limitam aterros) e encostas sujeitas a deslizamentos, configuração geomorfológica peculiar aos estados desta região” (IBGE, 2010).

Ainda de acordo com levantamento do instituto, a erosão (destruição e arrastamento do solo pela chuva) em área urbana afetava, no ano de 2008, um total de 27,3% dos municípios do país que faziam manejo de águas pluviais (5.256 no total). “Entre os principais fatores indicados como causas desse problema, estavam as condições geológicas e morfológicas (47,8%) e as ocupações intensas e desordenadas do solo (46,4%)” (IBGE, 2010).

Pela pesquisa, dado interessante é que dos municípios que informaram ter manejo de águas pluviais, 48,7% dos gestores declararam que as cidades não tiveram problemas com inundações entre os anos de 2003 e 2008, nem pontos de estrangulamento no sistema de drenagem.

Já 27,4% informaram condição exatamente oposta; deles, 60,7% disseram haver ocupação urbana em áreas inundáveis naturalmente por cursos d'água e 48,1% informaram que havia áreas urbanas irregulares em baixios naturalmente inundáveis. A ocupação irregular era o principal fator agravante de inundações e alagamentos nas regiões Norte (50%) e Nordeste (45,8%) e dividia a mesma percentagem (35,5%) com a obstrução de bueiros e vias na região Centro-Oeste. No Sul e no Sudeste, a situação se invertia, e a obstrução era o principal fator (54,5% e 50,3%, respectivamente) (IBGE, 2010).

Informação também reveladora divulgada pelo IBGE, no contexto de ocupação do território e desastres, é o registro de inchaço das grandes cidades. A população em áreas urbanas, que era de 52,1 milhões (56% do total), no ano de 1970, aumentou para 137,7 milhões (81,2%) no ano 2000 e, em 2010, esse número chegou a 160,8 milhões (84,35%). Em 40 anos, portanto, triplicou o grupo populacional em cidades evidentemente inchadas. Se no início da década de 70, 44% optavam por residir em áreas rurais, em 2010, essa porcentagem é de 15,65%.

Cenário da prevenção - No entanto, na pesquisa “Perfil dos Municípios Brasileiros – 2011”⁸, divulgada em novembro de 2012, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística informou que dos 5565 brasileiros, 344 possuem Plano de Redução de Risco⁹ (124 deles produzidos entre 2010 e 2011) e outros 564 estariam em processo de elaboração do documento. Das cidades que já têm plano, 160 estão na Região Sudeste. Outro dado levantado é que um total de 1812 (32,6% do total do país) realizaram ações ou programas preventivos de deslizamento e recuperação ambiental¹⁰.

Ainda observando o todo, o instituto especifica que, entre os anos de 2010 e 2011, quando se repetiram desastres naturais em todo o Brasil, 1135 fizeram drenagem urbana. 75 construíram piscinões (reservatórios de amortecimento de água), 190 tiveram obras de recuperação de várzeas e 240 renaturalizaram rios e córregos. O levantamento (IBGE, 2012) revela outras obras prioritárias que foram, neste período, feitas pela minoria dos municípios brasileiros. Exemplos são que somente 546 cidades construíram muros de proteção ou diques, 1090 têm redes ou galerias de águas pluviais, 630 fizeram obras de contenção ou remoção de moradias e apenas 422 possuíam equipes treinadas para atuar com prevenção e desastres.

De todas as cidades brasileiras que tomaram medidas de prevenção nos anos de 2010 e 2011, 33 delas possuem mais de 500 mil habitantes (existem 38 no Brasil). No entanto, dentro desse corpus de grandes cidades, apenas 12 registraram um Plano Municipal de Redução de Riscos. Por outro lado, entre os municípios menos populosos (existem 1303 no país), a preocupação é menor: 256 realizaram

⁸ A pesquisa disponível no site do IBGE, no link: www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2011/default.shtm (tabelas de 101 a 104), <acesso em 20 de novembro de 2012>.

⁹ O relatório da Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC 2011, divulgado no dia 13 de novembro de 2012 explicou que um Plano de Redução de Riscos é um documento no qual se mapeiam riscos ambientais, geológico-geotécnicos e construtivos, traçando-se objetivos, metas e ações para a prevenção e controle desses riscos.

¹⁰ Os programas ou ações de gerenciamento de deslizamento e recuperação ambiental preventiva foram consideradas as intervenções isoladas de diversos tipos, como, por exemplo, drenagem urbana, recuperação de várzeas, renaturalização de rios e córregos, construção de muros de proteção e diques, drenagem e assoreamento, dentre outros.

algum tipo de ação. No ano de 2012, o governo federal lançou o “Plano Nacional de Gestão de Riscos”, que previa gastos da ordem de R\$ 15 bilhões em obras de prevenção em todas as regiões.

Informações como essas fazem parte de um cenário complexo e dos contextos das inundações, por exemplo. O jornalista Roberto Belmonte (2004), em artigo, defende a contextualização de temas do meio ambiente quando se tratam de “catástrofes”. “O repórter deve ser capaz de juntar as pontas para mostrar o nexo entre assuntos tradicionalmente desconectados na colcha de retalhos do noticiário cotidiano” (2004, p.16). De acordo com observação do autor, a predominância do noticiário sobre problemas urbanos é a cobertura factual “com bastante destaque para momentos de crise (desgraças, de preferência) e pouco espaço para análises, investigações, interpretações e apresentação de novos caminhos” (2004, p.18). O que Ronaldo Henn (2002) entende, porém, é que temas como a seca, por exemplo, somente são trazidos à luz mediante algum fato extraordinário. “A imprensa incorpora o tema com o mesmo descaso e complacência que o poder econômico dedica a ele (a seca) há séculos” (2002, p.14).

Belmonte acrescenta que uma das ligações estabelecidas pela mídia para a questão do meio ambiente está ligada a fatos de graves consequências. “O tema ambiental vai e vem ao sabor das tragédias” (2004, p.22). De acordo com o mesmo autor, há necessidade de uma visão aprofundada e militante. “O jornalismo ambiental não pode ser apenas informativo, tem de estar engajado em um modelo de vida sustentável do ponto de vista ecológico e social” (p.34). Henn critica a forma como a imprensa operaria diante de fenômenos cíclicos e sazonais, como secas e inchentes. “As notícias são submetidas a contrações espasmódicas como se a realidade, que supõe retratar com realidade, vivesse de surtos” (HENN, 2002, p.15)

De acordo com Oliveira (*apud* BELMONTE, 2004, p. 35), “A imprensa tem um papel fundamental em informar e educar a população sobre temas de interesse público, como questões socioambientais”. Nesse sentido, Geraque (2004, p. 80) afirma que para que a mídia cumpra seu papel dentro do jornalismo ambiental é preciso mergulhar no assunto e visualizar o tema com diferentes nuances e transversalidades: “(...) entrar na espiral de relações que a natureza oferece. Na teia

de significações. Na história humana. No povo ribeirinho. Nos grandes empresários”. No mesmo caminho de pensamento, para o jornalista e biólogo Eduardo Geraque (2004), é obrigação do profissional da notícia enxergar com “todas as nuances e transversalidades para depois exigir dos responsáveis algum tipo de solução, não basta apenas uma ou duas ligações telefônicas. No entanto, analistas ressaltam que a imprensa brasileira ainda não teria “despertado” para o jornalismo ambiental, embora os veículos tradicionais tenham já admitido criar editorias com o nome de “meio ambiente” ou “ecologia”, e que profissionais e pesquisadores tenham criado grupos de trabalho para buscar aperfeiçoamento na área. Henn (2002) aponta que o jornalismo tenta fazer frente ao “caos ecossistêmico”, de acordo os seus próprios interesses e dinâmicas. A respeito dessas rotinas, Marcondes Filho indica que a notícia é apresentada de forma “quebrada”, como um “pedaço” do real, de onde se abstrai somente o fato específico que a originou. “Trata-se da dialética da atemorização e de tranquilização que compõe o fato noticioso” (MARCONDES FILHO, 1988, p.15).

4.2 Desastre, catástrofe, tragédia

Reportagens utilizam nomenclaturas diferentes, e ao sabor da subjetividade, para definir fenômenos que resultem em perdas humanas e materiais. Órgãos ligados à defesa civil no Brasil definem como “desastres” as ocorrências com perdas humanas e materiais. Autores consultados como Mattedi (2009) e Valencio (2009) entendem que o conceito de desastres precisa extrapolar o caráter natural e deve ser compreendido não como simples fenômenos naturais, mas como consequência da relação entre desenvolvimento econômico, político, cultural e social com o ambiental, ou seja, como problema socioambiental. Por conseguinte, tomando por base os autores e documentos consultados, este trabalho opta, embora existam variantes no tratamento dado pela imprensa, por tratar inundação como desastre socioambiental.

A fim de contextualizar o tema, os profissionais da imprensa têm o desafio de tratar das relações com as contradições ambientais e desigualdades sociais. O meio

ambiente é trazido para a pauta como relacionado ao futuro da humanidade e, por isso, atrelado, por exemplo, a notícias de poluição, desmatamento, contaminação, mudanças climáticas e fenômenos naturais. Como visto no item anterior, no caso do país, pesquisas do IBGE registram aglomerados humanos nas regiões metropolitanas, falta de políticas de prevenção ao risco e agressões ao meio.

O primeiro registro de tratar desastre como objeto científico é do século 20, segundo Mattedi e Butzke (2009). Os autores apontam uma pesquisa realizada em 1920, sobre um incêndio ocorrido três anos antes, na cidade de Halifax (Canadá), provocado pela colisão entre dois navios. O acidente gerou a explosão de um suprimento de munição atingindo mais de 10 mil pessoas (feridos e mortos), além de 25 mil desabrigados. “Os estudos desenvolvidos neste período consideravam os desastres como exemplos de ‘patologia social’, e sua ocorrência era vista como a oportunidade de estudar a estrutura social de uma comunidade em condições ‘anormais’ ou ‘distorcidas’ (FRITZ, 1965 apud MATTEDI; BUTZKE, 2009, p. 7). Os autores ainda apontam que os estudos sobre desastres cresceram apenas depois da Segunda Guerra Mundial, tendo como consequência o surgimento de grupos de pesquisas sobre desastres ligados ao governo dos Estados Unidos e a criação de órgãos como o Comitê de Estudos de Desastres, ligado à Universidade de Ohio. Em 1971, a Organização das Nações Unidas inaugurou o Undro (*United Nations Disaster Relief Organisation*), organização para alívio de desastres, e a ISDR (*International Strategy for Disaster Reduction*), para elaborar estratégias para reduzir desastres no mundo, além de ser responsável por estudar as origens dessas ocorrências em relação a fatores sociais, vulnerabilidades e riscos. O ISDR, por exemplo, segundo a página do órgão na internet, estuda fenômenos como *El Niño* e o efeito estufa.

Nesse caminho histórico, no plano mais próximo da realidade brasileira, foi criado, em 1980, o Centro Regional de Informações sobre Desastres para América Latina e Caribe (Crid), com o objetivo de promover a pesquisa sobre o assunto para os países componentes. De acordo com informações disponíveis na página do órgão¹¹, as classificações são de “desastre natural” como inundação e terremoto, desastre provocado pelo homem, como guerras e conflitos civis; e “desastres

¹¹ A página www.crid.or.cr foi acessada em 20 de maio de 2012

tecnológicos”, como aqueles ligados a acidentes com substâncias químicas (CRID, 2012). Nos séculos 20 e 21, tem sido reconhecido na mídia, por exemplo, a adoção dos termos “desastres”, “catástrofes”, “calamidades” e “tragédias” como sinônimos.

Segundo documento publicado pela ISDR (2004), para rever causas dessas ocorrências, desastres têm sido associados ao nome “catástrofes” para designar acontecimentos com mortes. “Uma séria ruptura do funcionamento de uma comunidade ou sociedade, causando perdas humanas, materiais, econômicas e ambientais expressivas que excedem a capacidade da comunidade ou sociedade em atender com os próprios recursos (ISDR, 2004, p. 32). Na mesma linha, um documento do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2000), sobre desenvolvimento do milênio e redução de riscos, conceitua “desastre socioambiental” como aquele que provoca alterações “intensas” e “graves” que ultrapassam a capacidade de resposta de uma população.

Desastre é uma situação ou processo social que se desencadeia como resultado da manifestação de um fenômeno de origem natural, tecnológico ou provocado pelo homem, que ao encontrar condições propícias de vulnerabilidades em uma população, causa alterações intensas, graves nas condições normais de funcionamento da comunidade, representadas de forma diversa e diferenciada, por entre outras coisas, a perda da vida e saúde da população para atender os afetados e restabelecer as condições mínimas aceitáveis de bem estar e oportunidades de vida (PNUD, 2000, p. 29).

No Brasil, as definições do Plano Nacional de Defesa Civil (2007) acompanham o conceito internacional e denominam desastre como resultado de um fenômeno. “Eventos extremos ou adversos são fenômenos produzidos tanto pela relação natureza e natureza, quanto pela homem e natureza, desenvolvimento e meio ambiente, que, ao ocasionar consequências, serão chamados de desastre” (PNDC, 2007, p.8). No documento, está conceituado que o desastre é “resultado de eventos adversos, naturais ou provocados, sobre um ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais e ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais” (IDEM). A professora Norma Valêncio identifica um crescimento da consciência em relação à defesa civil no Brasil e também uma exposição cada vez maior desses assuntos. “De um lado, como sociedade da informação, tornamo-nos suscetíveis a muitas coisas, dentre as quais, a sermos

carreados pela enxurrada de notícias sobre os chamados desastres naturais (2009, p.9). Ela acrescenta que a própria sociedade também é responsável pelos “cenários pouco alvissareiros”.

Estatísticas revelam um crescimento do número de desastre naturais. De acordo com dados do *The International Emergency Disasters Database* (EM-DAT)¹², disponíveis na página do *Centre for Research on the Epidemiology of Disasters* (CRED), o centro para pesquisa da epidemiologia de desastres, a média de desastres ocorridos por eventos extremos oriundos da natureza, na década de 1970, foi de 90 por ano. Nos anos 1990, foram 350. Na primeira década dos anos 2000, o número chegou a 308.

Do ano 2000 a 2009, o Brasil registrou o maior número de desastres socioambientais da América do Sul, chegando a 55 e, ao menos, 1336 mortes (estão inseridas aí as enchentes em Santa Catarina, cujas coberturas jornalísticas são objetos desta pesquisa). De acordo com os últimos números disponíveis divulgados no ano de 2012¹³, apenas entre 2010 e 2011 (inclusas as inundações no Nordeste e na região serrana do Rio de Janeiro, também com reportagens analisadas), houve 1373 mortes provocadas por desastres naturais. O agravante apresentado é que todos os casos estão relacionados a inundações ou desabamentos provocados por chuvas. Em relação a esse tipo de desastre, o Brasil ficou com o primeiro lugar no ano de 2011 (978 mortos), e, no total, atrás somente do Japão (onde ocorreu o terremoto de 2011 com 19.975 mortos) e das Filipinas (em grande parte por furacões e tempestades tropicais com 1933 vítimas fatais).

Em artigo, Nobre (2012) defende que a mitigação de desastres socioambientais está ao alcance dos gestores e planejadores, com a utilização do sensoriamento remoto, tanto da topografia de uma região quanto da atmosfera, para aferir a ocorrência de chuvas por longos períodos. “Entre todos os tipos de desastres que acontecem no Brasil, as inundações e deslizamentos de terra são os mais danosos, pois podem afetar pessoas, infraestrutura e o ambiente natural (2012, p.27). Para o autor, é necessário que os gestores públicos façam ações mais

¹² Annual Disaster Statistical Review 2010 – The numbers and trends. Página www.cred.br acessada em 20 de maio de 2012

¹³ Annual Disaster Statistical Review 2011 – The numbers and trends. Página www.cred.br acessada em 20 de maio de 2012

efetivas com relação à prevenção. “A identificação de áreas de risco deve ser o alvo principal para os tomadores de decisões” (Idem)

4.3 Tratamento de tragédia

A informação do fato trágico ocorrido a milhares de quilômetros chega com a velocidade que se poderia supor ter acontecido na vizinhança. Mas, como é produto de mídia, segundo defende Guy Debord, em *A Sociedade do Espetáculo* (2005), ao invés de tornar próximo, se tornou mais distante. “Tudo o que era diretamente vivido se afastou numa representação” (DEBORD, p.13).

De acordo com o mesmo autor, o abalo social, a solidariedade ou até a resignação diante da ideia de mortes violentas desconhecem proximidades e fronteiras por conta dos meios de comunicação. Parte-se aqui de uma premissa de tragédia, tal como se conhece, espetacularizada no jornalismo pós-moderno. Uma construção que a sociedade passou a ligar com a ideia das imagens e textos que chegavam das coberturas de mídias impressas e eletrônicas. Aristóteles, por exemplo, priorizou a tragédia como o gênero mais significativo por imitar esforços e os sentimentos mais humanos. A “tragédia”, segundo ele, é aquela em que os fatos se desenvolvem de maneira mais complexa, e que geram temor e compaixão da sociedade.

Debord salienta que as relações humanas, inclusive nestes momentos, não são próximas, mas mediatizadas. O real e o imaginário passariam a fazer parte de uma única compreensão. “O espetáculo é a ideologia por excelência porque expõe e manifesta, na sua plenitude, a essência de qualquer sistema ideológico: o empobrecimento, a submissão e a negação da vida real.” (Debord, 2005, p. 151).

O professor Muniz Sodré, em *Sociedade, mídia e violência* (2006), trata no capítulo *Da crise à catástrofe* especificamente do interesse da mídia em relação ao assunto. “Os temas das catástrofes (natural ou técnica) e da segurança pública (violência nas ruas) tornam-se caros tanto ao Estado quanto à mídia, cuja imagem do real é dramática e catastrófica” (p.97). Ele explica que, no caso da mídia, isso ocorre como uma teatralização e exageros, como num “soco” ao público. Muniz

Sodré trata também do suposto delírio da sociedade em saber dessas questões e dos problemas do outro.

O conceito de tragédia é estudado em *O trágico e seus rastros*, de Volnei Santos. “A tragédia como a concebemos hoje é o acontecimento imprevisto e irreversível que transforma nossas vidas através do sofrimento” (2002, p. 73). O fato é que, segundo autores, o leitor interessa-se pelos efeitos da catástrofe. Para Traquina (2005), o negativismo é um critério de noticiabilidade.

A referência a algo negativo é outro valor-notícia (...). Os autores apresentam alguns fatores para explicar (...) a) as notícias negativas satisfazem melhor o critério de frequência; b) as notícias negativas são mais facilmente consensuais e inequívocas no sentido de que haverá acordo acerca da interpretação do acontecimento como negativo; c) as notícias negativas são mais consoantes com, pelo menos, algumas pré-imagens dominantes do nosso tempo; e d) as notícias negativas são mais inesperadas do que as positivas, tanto no sentido de que os acontecimentos referidos são mais raros, como no sentido de que são menos previsíveis (TRAQUINA, 2005, p. 72 – 73).

A partir desse conhecimento, pressupõe-se que serão construídas, sejam quais forem as tragédias, os personagens vítimas, vilões e heróis. Para Debord, o risco que se desenrola é que as histórias sejam descontextualizadas e perdidas em si mesmo. A dimensão dramática não avançaria para tentar explicar as causas e evitar que cenários como aqueles representados não se repitam. A apuração jornalística, conforme se defende, não deve caminhar no sentido do espetáculo tendo em vista que se apropria mais de elementos especulativos do que informacionais. No caso dos desastres provocados por inundações, pode-se adiantar, a partir do corpus definido como amostragem, que os personagens da história se repetem em funções e desempenham diferentes papéis em prol do espetáculo que começa quando as águas arrasam cidades ou o primeiro corpo é enterrado.

TRAQUINA (2005, p. 79) defende a ideia de que a “morte” se transforma em um critério de noticiabilidade. “Onde há morte, há jornalistas. A morte é um valor-

notícia fundamental para esta comunidade interpretativa”. Ao tratar do tema, o autor explicita que o editor, em geral, pergunta ao repórter: “quantos corpos?”.

4.4 Abertura de olhares

Desastres socioambientais causam alvoroço nas comunidades, mas também nas redações. Os veículos sabem que precisam transmitir conteúdos com máxima urgência e é inadmissível perder espaço para concorrentes. O terremoto no Haiti, por exemplo, que resultaria em mais de 300 mil mortes, ocorreu no final da tarde do dia 12 de janeiro de 2010. Mesmo com condições precárias de comunicação, o mundo inteiro saberia o que havia acontecido em questão de minutos. Das primeiras mensagens truncadas ao espalhamento e sensibilização do planeta inteiro com o cenário inimaginável, no dia seguinte já se falava muito sobre o assunto quando as primeiras imagens começaram a chegar. O exemplo da multiplicação de dados e informações, a partir de um local hostil e praticamente destruído, serve para ilustrar um fenômeno que tem relação com a profunda evolução tecnológica dos meios de comunicação. Há, com novas alternativas comunicacionais, uma nova visibilidade com um cenário muito mais amplo em que os atores sociais participam, compartilham e também disputam espaço. Mais recursos tecnológicos podem elevar informações a um outro status, quando deixa de ser invisível para ser de conhecimento público. A visibilidade para Thompson (2008) é “arma na luta diária”. “O mundo dos meios de comunicação elabora uma nova visibilidade mediada, tornando visíveis as ações e os acontecimentos cada vez mais difíceis de serem controlados” (2008, p.15).

Nesse mundo novo, há distâncias físicas consideradas “irrelevantes”, ou, como Thompson nomeia, “desespacializadas”. Isso porque a mídia eletrônica, por exemplo, transporta o conteúdo em instantes para lugares fisicamente distantes. Os veículos impressos, não obstante, acompanham o tráfego dos dados e não podem deixar de veicular o que já ficou público rapidamente. As mídias tradicionais não são

mais as únicas mediadoras entre fato noticiável e sociedade, já que o fluxo comunicacional foi alterado. Os cidadãos passaram a também ser geradores de conteúdo, diminuindo a possibilidade de algo não ser visto ou ignorado completamente. “Visível é o que pode ser visto, aquilo que é perceptível pelo sentido da visão” (iDEM, 2008, p.20). Mas o autor observa que o ato de ver também está moldado por pressupostos e quadros culturais, além das informações que são ligadas às imagens distribuídas, o que “moldam a maneira como as imagens são vistas e compreendidas” (Ibidem). O temor da sociedade com riscos de diferentes magnitudes ganhou manchetes, imagens e espaço em uma agenda que demonstrava, antes de catástrofes ou eventos agendados, estar superlotada para tratar de riscos ambientais e estruturais iminentes.

Como bem observam autores que tratam da “nova visibilidade”, fica mais distante a possibilidade de ignorar fatos vistos, comportamentos e atitudes de representantes públicos. Para Thompson, o novo momento alterou também a cultura da investigação jornalística, já que as “cortinas” estariam mais abertas do que nas décadas de 1960 e 1970, por exemplo. “O ambiente de informação é menos controlável no sentido de que dada a proliferação das formas mediadas e das redes de comunicação, é muito mais difícil que os atores públicos encubram suas atividades” (iBIDEM, p.36). Atores públicos que são, como visto na parte anterior, fontes oficiais.

Nesse mesmo sentido, os desastres socioambientais podem ter aberto os olhos (e as pautas), enfim, conferido visibilidade o suficiente para que as redações não pudessem ignorar. O sociólogo alemão Ulrich Beck (1997), com base nas questões ambientais, define o momento atual como a sociedade de risco. Ele aponta que o desenvolvimento industrial no planeta no século 20 seria o principal responsável pelos riscos (não antecipados por entes públicos ou pela cobertura da imprensa) que vivemos no início do século seguinte. Essa noção, inclusive, moldaria o comportamento dos cidadãos, já que não há proteção, muito menos controle, mas apenas a consciência sobre o perigo.

O tema do meio ambiente passou a fazer parte da agenda de assuntos tratados pela mídia e, por conseguinte, pela sociedade. A professora Dione Moura, que estuda, no Brasil, a cobertura de temas sócio-ambientais, aponta que os

veículos de comunicação inseriram o tema na agenda em virtude de crises, mas também de conferências internacionais que ajudaram a trazer o assunto para a pauta. “Pouco a pouco, diante da visibilidade dos problemas ambientais (...) se vem criando um capital simbólico que estabelece status social a ações ecologicamente corretas” (MOURA, 2004). Nenhuma das áreas da comunicação pode ignorar o fato que o tema pertence à agenda social.

A área de comunicação, seja na área do jornalismo ou na da propaganda, ou da indústria do entretenimento, tem sido convocada para dialogar no sentido de tornar o dilema socioambiental e o risco científico-tecnológico e ambiental acessível ao debate público (2004, p.2).

No tocante ao jornalismo, Moura cita que, já na década de 1970, Scrhamm (1971) fazia relações entre a visibilidade da ecologia como tema público e a cobertura da imprensa. A mesma autora, em *O debate público sobre o valor da floresta Amazônica e a imprensa* (2003), traz uma análise do discurso de reportagens da revista *Veja* sobre o meio ambiente e a maior floresta do mundo, em que a publicação enfatiza o valor desenvolvimentista econômico em contraposição ao discurso ‘xiita’ dos ambientalistas. Lage ressalta que a sociedade moderna é composta por especialistas e esses são cada vez mais ouvidos para levar credibilidade a uma reportagem. A informação é, pela apuração especializada, transposta para uma língua comum e simplificada, além de menos precisa. “Mas com potencial o bastante para permitir julgamentos e indicar caminhos de investigação a quem estiver interessado” (2001, p. 22).

Com a lógica de ação e reação, uma das ideias do presente trabalho é descobrir se os veículos impressos tratam do aspecto causa-consequência que liga o desequilíbrio do meio ambiente e de outras condições de vida urbana a uma calamidade como enchentes. O estudo *Mudanças Climáticas na imprensa brasileira*, realizado pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância - ANDI (2009)¹⁴, aponta que o tema se firmou como pauta na agenda do jornalismo brasileiro. De acordo com a pesquisa, houve avanços também na qualidade da abordagem do tema pelos

¹⁴ Pesquisa disponível em www.mudancasclimaticas.andi.org.br (em inglês) acessada em 2 de abril de 2012

jornais. Entre os avanços, a ANDI afirma que “merece destaque, também, a adoção recente de uma linha editorial menos sensacionalista e mais comprometida com o debate em torno das soluções” (p. 61). Os indicadores desta constatação seriam o crescimento da abordagem de proposição de soluções em jornalismo diário (41,1% das matérias analisadas entre 2007 e 2008, se referiam a estratégias de mitigação). No entanto, a agência apontou que é possível ainda observar que informações de contextos em reportagens sobre o assunto prevalecem com dados estatísticos (46%) e referências à gravidade do problema em 36% dos textos.

CAPÍTULO 5 - O MÉTODO

Nas próximas páginas, há o detalhamento sobre o caminho de pesquisa, a observação, a aferição e a análise do objeto proposto. A fim de alcançar o objetivo de dimensionar a investigação jornalística em coberturas de inundações, o método inclui a definição e o tratamento dos textos a serem avaliados, a relação com a função da fonte de informação das reportagens e a análise de conteúdo do material.

5.1 Escolha do objeto

Para se analisar as dimensões da investigação jornalística em cobertura de inundações, optou-se por se pesquisar as revistas de maior circulação do Brasil. Como já mencionado, são produtos jornalísticos que, por natureza, destinam maior espaço e teriam maior tempo para apuração de informações, como visto na parte 2 deste texto.

Como corpus, estão as três maiores revistas semanais de informação que circulam no Brasil: *Época*, *IstoÉ* e *Veja*. O Instituto de Verificação de Circulação (IVC)¹⁵ encaminhou, em 10 de julho de 2012, informações relativas às edições onde estão contidas as reportagens analisadas por esta pesquisa. Os dados de circulação auditados pelo IVC apontam que, em todas as edições em questão, tanto em vendas avulsas como por assinatura, a *Veja* ocupou no mercado o primeiro lugar, a *Época* teve a segunda posição e a *IstoÉ*, a terceira colocação.

¹⁵ De acordo com mensagem por email enviada pela gerente administrativo do IVC, Márcia Ventura, o órgão é responsável pela auditoria de circulação de jornais, revistas e também de websites. Ela explica que o IVC tem como finalidades e objetivos, zelar e estabelecer, primordialmente, pela autenticidade e veracidade de informações utilizadas para a comercialização de espaço publicitário. A gerente ressalta a diferença existente entre tiragem e circulação de uma publicação. “A tiragem de uma publicação consiste meramente no número bruto de seus exemplares impressos. A circulação, por sua vez, representa efetivamente o número de exemplares que chegaram às mãos dos leitores, seja por meio de assinaturas, venda avulsa ou distribuição direcionada”. Desta maneira, o trabalho realizado pelo IVC é a auditoria da circulação das publicações. Por fim, o IVC informa que possui dados de circulação das publicações associadas ao Instituto.

A pesquisa tem como objetos as coberturas jornalísticas dos desastres socioambientais ocorridos nos seguintes estados:

- a) Santa Catarina (2008)
- b) Pernambuco e Alagoas (2010)
- c) Rio de Janeiro (2011)

Sobre a escolha das edições, é preciso informar de antemão que não foram encontradas reportagens em nenhuma das revistas com abordagens antecipatórias sobre a possibilidade de haver desastres provocados por inundações. Há textos nas três revistas que são publicados em semanas seguintes às ocorrências. Os fatos aparecem em 13 edições das revistas e somam um total de 33 textos distintos. As reportagens analisadas, bem como as informações sobre circulação de cada uma das edições, de acordo com o IVC, são as seguintes:

Ano de 2008

Revista Época

1- *É possível evitar uma tragédia dessas?* (3/12)

Estão inclusos na reportagem os textos:

Por que choveu tanto em Santa Catarina,

As vítimas da tempestade,

O Vale do Itajaí embaixo d'água

Circulação da edição

Época nº 550 (3/12/2008): 431.338 exemplares (382.004 por assinatura e 49.334 em vendas avulsas).

Revista IstoÉ

2 - *Chuva, Lama e Dor* (3/12)

Estão inclusos na reportagem os textos:

A tragédia anunciada

Perdi casa, família e emprego

3– *O Despertar da solidariedade (24/12)*

- *Circulação das edições*

IstoÉ nº 2039 (3/12/2008): 338.005 exemplares (313.834 por assinatura e 24.171 em vendas avulsas)

IstoÉ nº 2042 (24/12/2008): 338.611 exemplares (313.798 por assinatura e 24.813 em vendas avulsas)

Revista Veja

4– *O horror diante dos olhos (3/12)*

Está incluso na reportagem o texto:

A catástrofe também na economia

5 – *A hora da solidariedade (10/12)*

- *Circulação das edições*

Veja nº 2089 (3/12/2008): 1.074.197 exemplares (930.848 por assinatura e 143.349 em vendas avulsas)

Veja nº 2090 (10/12/2008): 1.074.567 exemplares (928.832 por assinatura e 145.735 em vendas avulsas)

Ano de 2010

Revista Época

6 - *Foi muita água. E pouca ação* (28/06)

- *Circulação da edição:*

Época nº 631 (28/06/2010): 401.422 exemplares (364.687 por assinatura e 36.735 em vendas avulsas).

Revista IstoÉ

7 – *O Haiti é aqui* (30/06)

- *Circulação da edição:*

IstoÉ nº 2120 (30/06/2010): 338.005 exemplares (313.834 por assinatura e 24.171 em vendas avulsas)

Revista Veja

8 – *Tsunami nordestino* (26/06)

- *Circulação da edição:*

Veja nº 2171 (27/06/2010): 1.068.737 exemplares (926.922 por assinatura e 141.815 em vendas avulsas)

Ano de 2011

Revista Época

9 - *A maior tragédia do Brasil* (14/1)

Estão inclusos na reportagem os textos:

A origem da tragédia

O drama dos resgates quase impossíveis

A bravura encontra a solidariedade

Por que não para de alagar?

9 causas da tragédia e o que fazer para evitar sua repetição

Uma família dizimada pela chuva

Uma esperança em meio às aflições

- *Circulação da edição:*

Época nº 661 (14/01/2011): 413.849 exemplares (361.059 por assinatura e 52.790 em vendas avulsas).

Revista IstoÉ

10 – *A mesma cena. E cada vez mais destroços (19/1)*

Estão inclusos na reportagem os textos:

Responsabilidade compartilhada

A tragédia na serra

11 - *A dura vida numa região devastada (21/1)*

- *Circulação das edições:*

IstoÉ nº 2149 (19/01/2011): 344.855 exemplares (300.780 por assinatura e 44.075 em vendas avulsas)

IstoÉ nº 2150 (26/01/2011): 321.916 exemplares (302.118 por assinatura e 19.798 em vendas avulsas)

Revista Veja

12 – *Um banho de lama na civilização (19/1)*

Estão inclusos na reportagem os textos:

O que explica a violência das águas

O efeito tsunami em Nova Friburgo

Dá para prever (19/1)

13 – 8 soluções para evitar outra tragédia (26/1)

Estão inclusos na reportagem os textos:

Um bom exemplo (26/1)

A vida no galpão (26/1)

- *Circulação das edições:*

Veja nº 2200 (19/01/2011): 1.068.844 exemplares (923.153 por assinatura e 145.691 em vendas avulsas)

Veja nº 2201 (26/01/2011): 1.059.005 exemplares (918.389 por assinatura e 140.616 em vendas avulsas).

5.2 Análise de conteúdo

Com o intuito de analisar as reportagens de revistas sobre desastres socioambientais provocados por inundações e identificar as dimensões das coberturas jornalísticas, a estratégia considerada o ponto de partida para o presente estudo é a análise de conteúdo, método operacional empírico, de viés quantitativo, que tem a professora de psicologia Lawrence Bardin (1977) como uma das principais produtoras e estudiosas. Ela define o procedimento como de variadas formas. “Um conjunto de instrumentos metodológicos (...) que se aplicam a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados” (BARDIN, 1977, p.9). Do ponto de vista histórico, a autora aponta que o método desenvolveu-se principalmente nos Estados Unidos a partir do início do século 20, num estudo

desencadeado pela contagem e pela medida. “Nesta época, o rigor científico invocado é o da medida e o material analisado é essencialmente o jornalístico. A Escola de jornalismo de Colúmbia dá o pontapé de saída e multiplicam-se os estudos quantitativos de jornais” (1977, p.15). Bardin cita Berelson e Lazarsfeld (1954) que haviam definido o método como “uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação” (p.19).

A análise de conteúdo é adequada para o presente estudo, tendo em vista o que é defendido também por Bordieu (1971) e Berelson (1971), sobre a necessidade de documentação como forma de distanciar-se dos pressupostos, subjetivismos e dizer “não à ilusão da transparência” (BARDIN, 1977, p.28). A autora reforça o aspecto do rigor metodológico ao propor que a sutileza do procedimento tem objetivos a ultrapassagem da incerteza e o enriquecimento da leitura. Além de destacar as funções desse tipo de análise.

Uma função heurística: a análise de conteúdo enriquece a tentativa exploratória, aumenta a propensão à descoberta (...). Uma função de administração da prova: Hipóteses **sob a forma de questões ou de afirmações provisórias servindo de diretrizes, apelação para o método de análise sistemática para serem verificadas no sentido de uma confirmação ou de uma infirmação. É a análise de conteúdo para servir de prova** (BARDIN, 1977, p. 30; grifo do autor).

O procedimento atende ao estabelecido para este estudo visto que é definido como um conjunto de técnicas de análises de comunicações, de viés empírico e que pode ser adaptável às necessidades de produção. “A técnica de análise de conteúdo ao domínio e ao objetivo pretendidos, tem que ser reiventada a cada momento” (BARDIN, 1977, p.31). Variável de acordo com as ações pretendidas e pelo objeto. “A análise de conteúdo pode ser uma análise dos significados (como a análise temática), mas também pode ser uma análise de significantes (análise léxica, análise de procedimentos)” (IDEM). A autora esboça regras para o método ser válido, que incluem uma ação exaustiva com a documentação.

As regras devem ser: homogêneas – poder-se-ia dizer que não se misturam “alhos com bugalhos”, exaustivas – esgotar a totalidade do texto, exclusivas – um mesmo elemento do conteúdo não pode ser classificado em categorias diferentes, objetivas – codificadores diferentes devem chegar a resultados iguais, adequadas e pertinentes – adaptadas ao conteúdo e ao objetivo (BARDIN, 1977, p. 26).

Dentro do procedimento, estabelece-se relação direta com a estratégia para a pesquisa a análise que a autora denominada como “categorial”. Nessa estrutura, os elementos são dispostos em “caixas” conforme as características comuns avaliadas. A categorização vai ao encontro da estratégia estabelecida para este trabalho, uma vez que os textos das reportagens sobre inundações serão avaliados de acordo com o que está estabelecido como “dimensões”, que são as categorias mencionadas por Bardin.

A análise categorial pretende tomar em consideração a totalidade de um texto, passando-o pelo crivo da classificação e do recenseamento, segundo a frequência da presença ou da ausência de itens de sentido. Isso pode constituir o primeiro passo, obedecendo ao princípio de objetividade e racionalizando através de números (...). É o método das categorias, espécies de gavetas e rubricas significativas que permitem a classificação dos elementos de significação constitutivas da mensagem. É portanto um método taxionômico bem concebido para satisfazer os colecionadores preocupados em introduzir uma ordem, segundo certos critérios, na desordem aparente (BARDIN, 1977, p.37).

Outro aspecto que deve ser levado em conta para a categorização e análise são as deduções (inferências) necessárias que se possam colocar as informações nas caixas. Bardin compara o analista a um arqueólogo que trabalha com vestígios, no sentido de manifestação dos dados e dos fenômenos.

Se a descrição (a enumeração das características do texto, resumida após tratamento) é a primeira etapa necessária e se a interpretação (a significação concedida a estas características) é a última fase, a inferência é o procedimento intermediário, que vem permitir a passagem, explícita e controlada, de uma à outra. (...) Estas inferências (ou deduções lógicas) podem responder a dois tipos de problemas: O que é que conduziu a determinado enunciado? Este aspecto diz respeito às causas ou antecedentes da mensagem. Quais as consequências que um determinado enunciado vai provavelmente provocar? (BARDIN, 1977, p.39)

No caso deste trabalho, as deduções podem corresponder especialmente aos antecedentes da mensagem, o esforço da reportagem em trazer determinado tipo de informação. A dedução ocorre a partir da escolha das fontes e personagens da história. Na tentativa de explicar o espaço da documentação e das inferências na análise, Guichat e Aubret (1968) estabelecem semelhanças e diferenças para entendimento dos procedimentos. A indexação (ou categorização) pode ser compreendida, segundo os autores, mediante ideias ou termos. Em relação à proximidade de conceitos, eles apontam que as classes são “(..) categorias de uma classificação na qual estão agrupados os documentos que apresentam alguns critérios comuns ou que possuem analogias de seu conteúdo” (GUICHAT e AUBRET, 1968, p.55). Bardin incumbe-se de explicitar a diferença. “A análise de conteúdo é a manipulação de mensagens (conteúdo e expressão desse conteúdo, para evidenciar os indicadores que permitam inferir sobre uma ou outra realidade que não a da mensagem)” (BARDIN, 1977, p. 46).

Para promover a categorização, com base na orientação da análise de conteúdo, foram elencados “questionamentos” em relação ao texto a fim de serem elucidados dados quantitativos e qualitativos sobre a utilização de fontes de informação. De posse dos dados, dimensiona-se o aprofundamento do trabalho da reportagem.

5.3 Aspectos das reportagens elencados

Para identificação das dimensões da investigação jornalística nas revistas, foram feitas questões a serem respondidas com base na observação geral do material publicado. Entendeu-se que, com base nessas respostas, seria possível aferir como ocorreu a apuração das informações. Na análise, é inicialmente apresentado um contexto da veiculação do material, que inclui descrições do veículo e apresentação da reportagem. Em seguida, são apresentadas as respostas para:

- 1) Quais são as fontes de informação?
- 2) Quais os principais assuntos discutidos na reportagem?
 - Na abertura
 - No corpo do texto
- 3) Dramas pessoais têm destaque no material?
- 4) O texto faz menção às causas ambientais das enchentes ou das falhas estruturais?
- 5) Há proposição de soluções para os problemas?

Considera-se que as “perguntas” auxiliam a dimensionar a cobertura. A partir dos aspectos observados, é possível classificar as reportagens em categorias que aqui são denominadas como “dimensões de investigação”:

a) Dimensão factual

Para aquelas informações que se basearam em dados episódicos, ligados estritamente àquela ocorrência, como informações disponibilizadas por órgãos de defesa civil ou providências pontuais tomadas por entes públicos.

b) Dimensão dramática

Esta classificação refere-se à identificação de histórias de sofrimento de personagens em razão do desastre natural. Esses atores seriam as fontes descritas aqui como “individuais”. Em geral, pessoas que contam ter perdido familiares, amigos ou bens materiais.

c) Dimensão causal

A característica principal para categorizar uma informação dessa forma é identificar quando o foco está no contexto da reportagem, ao contemplar principalmente causas, consequências e soluções. Esse tipo de informação pode ser encontrado, por exemplo, em discussões de questões climáticas e preocupações ecológicas, além de implicações da ocupação do solo urbano. O jornalista chega a esses dados com apoio de informações de fontes especializadas ou em documentos.

É válido estabelecer que, sob essa sistemática, é possível encontrar as três dimensões de investigação em um mesmo material jornalístico (até mesmo em um mesmo parágrafo). Torna-se inviável, portanto, categorizar todo um material publicado sendo pertencente a essa ou aquela “dimensão”. Seria uma generalização que faria com que o pesquisador deixasse de observar a reportagem em trechos.

Como não é possível generalizar uma cobertura com a categorização de um material na íntegra, optou-se por calcular o número de palavras e a sua correspondente classificação em uma das dimensões de investigação jornalística. Para isso, foram levadas em conta as características das informações, e de que forma correspondem às dimensões elencadas, nos materiais publicados identificando onde elas aparecem:

- a) No título da reportagem
- b) No subtítulo da reportagem
- c) Na abertura do texto: trata-se do primeiro parágrafo, chamado também de lide. É o primeiro contato do leitor com o assunto depois de se interessar pela reportagem a partir do título. Segundo autores consultados que tratam do jornalismo de revista, a “abertura” tem características diferentes do texto de jornal pela necessidade de buscar aspectos diferenciados, curiosos, descritivos e inéditos, em vista de que o assunto já foi explorado pelos diários.
- d) Na legenda das imagens

- e) No corpo do texto (do segundo parágrafo até o último)
- f) Nos textos vinculados: outros textos ligados à reportagem principal que, normalmente, aparecem em caixas
- g) Nas ilustrações e infográficos: além de imagens, são espaços que amparam o leitor com explicações visuais.

A opção pela contagem do número de palavras (unidades de sentido no texto) tem por finalidade encontrar dados mais significativos do que efetuar a soma de caracteres, que isoladamente não representam ideias. Outra possibilidade seria a aferição dos espaços da reportagem em centímetros. No entanto, mais sujeito à distorção, visto que em um mesmo parágrafo podem haver demonstrações de duas ou três diferentes dimensões de investigação jornalística, inviabilizando a soma. Além disso, as revistas têm projetos gráficos diferentes, o que diminuiria a possibilidade de comparação entre os veículos.

Depois do cálculo do número de palavras de cada um desses itens, dá-se o resultado da priorização que foi estabelecida pela revista para cada uma das coberturas. De posse desses dados, é feita a soma geral para se aferir a tendência da investigação jornalística. Um número que sozinho não tem significado completo. Haveria a possibilidade de alguma distorção pelo fato de se olhar apenas os números gerais. Um número de palavras no primeiro parágrafo do texto deve ser observado separadamente de um outro número de palavras no final da reportagem, por exemplo. Por isso, dá-se a classificação por espaços do material.

É necessário estabelecer que a análise não está restrita à contagem de palavras, uma vez que a categorização ocorre de acordo também com características qualitativas das informações veiculadas. Outra observação necessária é que em legendas, ilustrações e infográficos também colocados em avaliação encontram-se menos palavras, mas conteúdos especiais em termos de informação.

Na análise, as dimensões são apresentadas como “Segunda leitura dos dados”, em que as considerações apoiam-se sobre os aspectos gerais observados e a contagem de palavras.

CAPÍTULO 6 – OBSERVAÇÕES E ANÁLISES DE REPORTAGENS

A seguir, são apresentadas as observações relacionadas a cada uma das reportagens selecionadas para a pesquisa. As edições aparecem em ordem cronológica e, entre as revistas, por ordem decrescente de circulação, conforme dados do IVC apresentados anteriormente.

6.1 Reportagem: “O horror diante dos olhos” - Revista *Veja* (inundação em Santa Catarina)

Edição 2089 de 3/12/2008. (Autores: Igor Paulin, Duda Teixeira e José Edward)

Contexto de veiculação e descrição inicial

A inundação em Santa Catarina, ocorrida no final de 2008, foi tratada pela revista *Veja* com manchete de capa. A primeira página não é avaliada para efeito da pesquisa, visto que não se trata de uma decisão dos repórteres encarregados da cobertura, mas dos editores. No entanto, a escolha da revista adianta a abordagem dos textos internos. A capa da revista é ocupada integralmente pela foto de uma criança tendo como manchete “A primeira vítima” e com o seguinte subtítulo abaixo da foto: *“Luana Eger, de 3 anos, foi a primeira dos mais de 100 mortos pelo dilúvio que desabrigou quase 80.000 e impactou 1,5 milhão de pessoas em um dos estados mais ricos do Brasil”*.

Dentro da revista, a reportagem sobre o assunto foi publicada entre as páginas 84 e 98, sendo que a página 97 é ocupada por um anúncio publicitário de uma rede de eletrodomésticos. O início da reportagem tem, no espaço destinado ao nome da editoria, conhecido como retranca ou chapéu, a palavra “Especial”, que na disposição da página ficou escrita sobre o capacete de um militar que ampara pessoas resgatadas dentro de uma aeronave. A reportagem teve título disposto nas

duas primeiras páginas: “O horror diante dos olhos”. O subtítulo foi “As causas, o desespero e os prejuízos do dilúvio que atingiu o coração de Santa Catarina, um dos estados mais prósperos e desenvolvidos do Brasil”.

O material tem um total de 14 páginas, sendo oito ocupadas integralmente por imagens, em geral, de destruição e resgate (com legendas). Nas outras seis páginas, as imagens também ocupam a maior parte do espaço. Em duas dessas páginas, há informações apoiadas por gráficos informativos a respeito de assuntos climáticos ou formação geográfica das áreas mais atingidas.

A legenda da foto que ocupa as duas primeiras páginas é “Salvação pelo ar: Uma família de desabrigados da área do alto do Baú, em Ilhota, é resgatada por helicóptero da Força Aérea”. Nas duas páginas seguintes, uma foto que ocupa duas páginas é do Vale de Itajaí, região mais atingida pelas inundações. No detalhe, uma imagem da cidade de Nova Orleans, nos Estados Unidos, vítima de furacão, que é amparada pela legenda: “A Semelhança do Katrina: Vista aérea do município catarinense de Itajaí, um dos mais castigados pela chuva. No destaque, a cidade americana de Nova Orleans, na Louisiana, um dia depois da passagem do furacão Katrina, em 2005. Lá, os mortos passaram de 1300”.

Na sequência, mais duas páginas com imagens da inundação em Santa Catarina, com uma casa com teto solar servindo de abrigo para bois próximos à entrada da residência. A legenda faz referência bíblica: “Arca de Noé – gado procura abrigo na sede da fazenda alagada perto de Itajaí-Açu, localizada na foz do Rio Itajaí. A cidade teve 80% do seu território inundado: a subida das marés bloqueou o escoamento da água do rio para o mar, causando seu transbordamento para as margens”.

Aspectos abordados

Conforme mencionado no capítulo do método de trabalho, seguem questões respondidas com base na observação geral do texto.

1) Quais são as fontes de informação?

Vítimas (fontes individuais): Evandro Eger (pai da criança da capa da revista); André Oliveira (perdeu mulher e filha); Zairo Zabel (perdeu mulher e duas filhas) e Kevin (perdeu pais e dois irmãos).

Autoridades (fontes oficiais): Defesa Civil de Santa Catarina e Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Associações/Sindicatos/Federações (fontes institucionais): Sindicato de Indústria e Pesca de Itajaí; Federação das Indústrias de Santa Catarina (Fiesc); Sindicato das Indústrias de Fiação, Tecelagem e do Vestuário de Blumenau (Sintex); Companhia estatal de gás de Santa Catarina (SCGás)

Fontes especializadas: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Serviço Geológico do Brasil (CPRM); Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC); Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe); Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas da Universidade de São Paulo (IAG-USP); e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Centro de Informações de Recursos Ambientais e de Hidrometeorologia de Santa Catarina (Ciram/Epagri)

Tabela 1 – Classificação de fontes da reportagem “O horror diante dos olhos”

Fontes Consultadas	Quantidade
Fontes individuais	4
Fontes oficiais	2
Fontes institucionais	4
Fontes especializadas	8

2) Quais os principais assuntos discutidos na reportagem?

Na abertura

O primeiro parágrafo mistura a história da morte de uma menina de três anos, a dor das famílias a outros dados factuais sobre a enchente no Estado de Santa Catarina. “A primeira das mais de 100 vidas ceifadas por tamanho horror foi a da menina Luana Eger, de 3 anos. No sábado 22, um barranco deslizou sobre a casa em que ela morava, soterrando-a” (p.89).

No corpo do texto

As histórias das vítimas são entremeadas por dados sobre o volume das cheias que atingiram o estado, as consequências das chuvas (números de mortos, desabrigados, quantidade de deslizamentos e contagem de municípios atingidos). “Em cinco dramáticos dias, 300 bilhões de litros de água (...) se esse volume hídrico fosse despejado dentro de uma torre com uma base de 1 metro quadrado de área, a construção teria de ter 300.000 quilômetros de altura – quase a distância entre a Terra e a Lua” (p. 91).

Há um infográfico apoiado por texto que explica causas estruturais dos desabamentos. É feita comparação entre os estragos desta enchente e de enchentes passadas acontecidas em Santa Catarina. Aborda também experiências de vítimas e os prejuízos econômicos. O texto ampara-se em meteorologia e geografia, não havendo menção a questões de ecologia ou de ocupação do solo urbano.

3) Dramas pessoais têm destaque na matéria?

Sim. A abertura do texto jornalístico trata da morte da menina Luana Erger, de 3 anos (personagem da capa da revista). “Restou ao pai comprar num

supermercado o vestido cor-de-rosa com o qual enterrou a filha no dia seguinte”, aponta o texto. Em outros momentos da reportagem, outras duas histórias de personagens colaboram com o viés caracterizado por essa dimensão de apuração jornalística. As narrativas expõem desfechos fatalistas atribuídos à memória das vítimas. Os trechos são trazidos como se o repórter tivesse presenciado a cena. Assim, utiliza-se da suposta descrição da vítima como ferramenta de reconstituição dos fatos. “O operário André Oliveira, de 29 anos, deixou a família na casa de um parente (...) ouviu um estrondo. Ao olhar para trás, viu a mulher na varanda e os filhos no quintal. “Saíam daí”, gritou. Não deu tempo” (p. 93).

4) A reportagem faz menção às causas das enchentes ou das falhas estruturais?

A reportagem utiliza o termo “causas”, em infográfico, para fazer menção essencialmente a fator meteorológico (de um anticiclone) e geográficas (da posição da cidade de Itajaí). “No dia 20, um anticiclone (...) estacionou em alto-mar, na altura do litoral gaúcho, levando chuvas para a costa catarinense” (p. 92). Em relação ao critério geográfico, sob a mesma alcunha de causas da inundação, a reportagem explica que “Por causa do grande volume de chuva que caiu, as camadas superficiais ficaram encharcadas e, portanto, mais pesadas” (p. 93).

5) O material apresenta proposição de soluções?

Não há informações relativas a possíveis soluções.

Seguem a contagem de palavras por espaço no material publicado e a correspondente classificação em dimensões de investigação jornalística.

Tabela 2 – Contagem de palavras por espaço da reportagem “O horror diante dos olhos”

<i>Revista Veja</i> <i>Data: 03/12/2008</i> <i>Reportagem</i> <i>“Horror diante dos olhos”</i> Por espaço na publicação	Dimensão factual (por número de palavras)	Dimensão dramática (por número de palavras)	Dimensão causal (por número de palavras)
Título	-	4	-
Subtítulo	15	2	2
Abertura do texto	176	125	-
Legenda	110	60	-
Corpo do texto	460	332	346
texto vinculado (“Catástrofe também na economia”)	218	-	-
Em ilustrações ou infográficos (“As origens e consequências do pior dilúvio registrado em SC”)	210	---	85
Total	1189	523	433

Segunda leitura: considerações sobre a publicação de “O horror diante dos olhos”

Como pode ser percebido também em relação à contagem de palavras, na reportagem há duas dimensões de investigação predominantes, baseadas em fontes oficiais e personagens em meio à tragédia. Com base nos textos avaliados e nos números apresentados, seguem considerações:

- 1 – Há na reportagem o predomínio da dimensão **factual**, em todos os espaços da reportagem, o que demonstra uma tendência de opção para dados estatísticos consolidados baseados principalmente em fontes de informação oficiais. Embora, na comparação com as demais, exista um número superior de fontes especializadas, elas são inseridas na reportagem para reafirmar os números.
- 2 - A dimensão **dramática**, embora não prevaleça no corpo do texto (em números de palavras), ocupa papel destacado na abertura da reportagem e em dois parágrafos com histórias de famílias que perdem filhos ou crianças que sobrevivem órfãs. São fontes classificadas como “individuais” e, por intermédio delas, são construídas narrativas e realizadas descrições das ocorrências.
- 3 - A dimensão **causal** aparece particularmente ao registrar questões meteorológicas e geográficas, não havendo menção a informações sobre agressão ao meio ambiente ou relativas à ocupação do solo, como já foi mencionado.

6.2 Reportagem: “É possível evitar uma tragédia dessas?” – Revista *Época* - inundação em Santa Catarina

Edição 550 de 03.12.2008. (Autores: Solange Azevedo, Flávio Machado, Marcela Buscato, Maria Laura Neves, Juliana Arini, Isabel Clemente)

Contexto de veiculação

A revista *Época* dedicou manchete de capa sobre o assunto: “É possível evitar tragédias como esta?”, questionamento semelhante ao que é oferecido ao leitor nas páginas internas. O texto foi colocado sobre a imagem de uma foto aérea de ruas e casas submersas. O texto está na parte inferior da capa, em que a publicação, com um subtítulo, promete tratar das causas do problema: “Uma investigação sobre as causas das enchentes em Santa Catarina - e suas lições para o Brasil”. O texto, ao abordar “lições”, não identifica inicialmente se essa ideia teria sentido de aprendizado. Outra observação inicial seria do significado de “Brasil” (o aprendiz da história). Pode ser entendido como sociedade como um todo, ou somente autoridades.

Dentro da revista, a reportagem (publicada entre as páginas 43 a 50) com o título “É possível evitar uma tragédia dessas?” repete-se em quase tudo em relação à manchete de capa, questionando o leitor sobre a possibilidade de se prevenir a “tragédia”. O subtítulo prossegue com a ideia de encontrar as causas para o problema: “Uma das piores calamidades dos últimos anos alagou Santa Catarina e comoveu o país. O que fazer para que nossas cidades não fiquem tão vulneráveis”.

Entretanto, em que pese o anúncio de se trazer um material aprofundado em “causas”, a revista dedica espaço e temática com exploração de imagens de destruição e de vítimas em todas as páginas dedicadas à reportagem. A abertura do texto, por exemplo, aborda histórias trágicas, a dimensão dramática (conforme

proposição para esta pesquisa). A narrativa dos personagens é apresentada como estratégia para conduzir-se a outros fios da trama, entre eles a relação de causas. “Eu tinha a minha filha nos braços. De repente, quando tentei me apoiar num galho de árvore, ela desapareceu”, diz Juliano Schwamach, de 28 anos. (...) Ele é o retrato da tragédia que devastou Santa Catarina. Perdeu tudo: família, casa, carro, trabalho, documentos” (p.43). Mas é certo também que a reportagem dedica-se a apontar causas, a proposição de soluções e os orçamentos de políticas públicas para prevenção de tragédias. Há também uma contextualização histórica com dados de outras enchentes e dados sobre as consequências da catástrofe (sociais e econômicas). Nas causas e proposição de soluções, há destaque para questões ambientais.

Aspectos abordados

1) Quais são as fontes de informação?

Vítimas (fontes individuais): Juliano Schwamach, Marcos Rincos, José Day, Inelda Grah e Nara Grah

Voluntário no resgate (fonte individual): Humberto Collaço.

Autoridades (fontes oficiais): Presidência da República, Defesa Civil do Estado de Santa Catarina; João de Deus, diretor do Departamento de Áreas Protegidas do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Associações/Sindicatos/Federações (fontes institucionais): Federação das Indústrias de Santa Catarina e site Contas Abertas (ONG).

Especialistas (fontes especializadas): Maria Lúcia Herrmann, coordenadora do Grupo de Estudos de Desastres Naturais da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe); Dickran Berian, professor da

Universidade de Brasília; Cláudio Vinícius Leite, diretor-presidente da Cia. Urbanizadora de Belo Horizonte; Pedro S. Dias; Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC), Márcia Hirota, bióloga da fundação SOS Mata Atlântica (ONG); Mirian Prochnow, da Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida (Apremavi – ONG).

Tabela 3 - Classificação de fontes da reportagem “É possível evitar uma tragédia dessas?”

Fontes Consultadas	Quantidade
Vítimas e um voluntário no resgate (fontes individuais)	6
Autoridades (fontes oficiais)	3
Associações/Sindicatos/Federações (fontes institucionais)	2
Fontes especializadas	7

2) Quais os principais assuntos discutidos na reportagem?

Na abertura

A par da menção que se faz no título da reportagem às causas, o destaque inicial é para histórias de vítimas e aspectos factuais. Tais como:

- a) “Eu tinha a minha filha nos braços. De repente, quando tentei me apoiar num galho de árvore, ela desapareceu”, diz Juliano Schwamach, de 28 anos” (primeira frase do texto)

- b) “Perdeu tudo: família, casa, carro, trabalho, documentos. Chovia forte havia dois dias. Faltava energia elétrica”.
- c) “Era domingo, 23 de novembro. Passava das 21 horas. Larissa, de 11 meses, dormia com o casal. Um estrondo, parecido com o ronco forte de um trovão, assustou toda a família”.
- d) “Uma avalanche de lama, pedras e pedaços de árvores carregou os três para dentro de um córrego a cerca de 20 metros dali. Uma seqüência de explosões clareou o céu”.

Com esta imagem apocalíptica (citada no item d, e sem outras explicações) e histórias narradas pelos personagens (e tomadas pela reportagem como cenário fiel) a abertura faz a transição para o corpo do texto.

Corpo do texto

A reportagem não abandona até o décimo primeiro parágrafo aspectos factuais nem histórias de vítimas. No terceiro parágrafo, por exemplo, há uma seqüência de frases que chamam a atenção com relação a isso.

- a) “Até o domingo (30), havia 114 mortes confirmadas pelas enchentes e pelos desabamentos em Santa Catarina, principalmente no Vale do Itajaí”.
- b) “O número pode subir”.
- c) “Só em Ilhota, município com o maior número de mortos, a Defesa Civil tentava localizar cerca de 90 desaparecidos”.

- d) “Estima-se que 79 mil pessoas perderam suas casas. Cerca de 1,5 milhão de pessoas em 48 cidades foram afetadas com falta de comida ou transportes”.
- e) “Em Blumenau, com 296 mil moradores, as águas cobriram 90% das ruas”.

Contextos passam a fazer parte da narrativa no décimo segundo parágrafo com informações como as seguintes:

- a) “O Brasil tem capacidade técnica e experiência suficientes para, no mínimo, reduzir o impacto de chuvas como essa”.
- b) “Em Blumenau, há uma estação telemétrica que monitora a vazão do Rio Itajaí e tem condições de emitir sinais de alerta para inundações”.
- c) “O dilúvio ninguém previu, mas já chovia no Estado quase a primavera toda, e estudos sobre as áreas de risco de enchentes e deslizamentos apontavam o que podia acontecer se chovesse demais”.
- d) “O que sabemos é suficiente para agir”, afirma (a professora) Maria Lúcia. Por falta de entrosamento entre o meio acadêmico e o setor público, tanto estudo jamais se transformou em ação”

3) Dramas pessoais têm destaque no material?

Sim. A narrativa privilegia os dois primeiros parágrafos para histórias de vítimas, como Juliano Schwamach, que perdeu a família, e no sexto parágrafo, com a aposentada Inelda Grah, que teve a casa destruída. A filha dessa personagem, Nara

Grah, embora contabilize perdas materiais, é trazida também à reportagem como suposta testemunha. “Ela acha que, apesar de não ter sido totalmente desmatada, a cobertura vegetal da encosta foi explorada além do razoável por pessoas em busca de poços artesianos” (p.44). À mesma fonte é atribuída uma citação em que utiliza duas vezes a palavra tragédia e revela esperança de superação. “Ainda quero construir minha casinha mais para cima, onde a terra é mais firme. Daqui a dois anos, vão me ver com uma casa bonita e carro na garagem. Essa tragédia não vai abater a gente” (Idem).

4) A reportagem faz menção às causas das enchentes ou das falhas estruturais?

Sob o subtítulo “Por que choveu tanto em Santa Catarina”, a reportagem explica que “o volume recorde de chuvas” foi consequência da combinação de três fenômenos meteorológicos: vento, evaporação da água e nuvens de chuva. Além disso, a reportagem aponta que esses três fenômenos são naturais e já aconteceram outras vezes. Conclui que “é pouco provável que (a enchente) seja resultado do aquecimento global”.

No próprio corpo da reportagem, são citados outros fatores que contribuíram com as causas dos grandes impactos das chuvas sobre a população: 1) não preservação das cabeceiras dos rios, 2) a ocupação dos morros, 3) o escoamento dos rios, 4) falta de monitoramento das populações de risco. Esses mesmos fatores foram apontados para gerar medidas a serem tomadas para evitar que a catástrofe se repita.

5) Há proposição de soluções?

Na proposição de soluções, a reportagem aponta a necessidade de:

a) se preservar as cabeceiras dos rios, b) regular a ocupação dos morros,,c) aumentar escoamento dos rios, d) monitorar as populações de risco, ou seja, que moram nas encostas.

Cada um dos itens foi contextualizado com experiências de outras cidades, pesquisas sobre os temas, pesquisa sobre recursos gastos pelo estado de Santa Catarina, pela União e por outros estados.

Seguem a contagem de palavras por espaço no material publicado e a correspondente classificação em dimensões de investigação jornalística

Tabela 4 – Contagem de palavras por espaço da reportagem “É possível evitar uma tragédia dessas?”

<i>Revista Época</i> <i>Data: 03/12/2008</i> <i>Reportagem “É possível evitar tragédias como essas”</i> <i>(por espaço na publicação)</i>	Dimensão factual (por número de palavras)	Dimensão dramática (por número de palavras)	Dimensão causal (por número de palavras)
Título	-	-	6
Subtítulo	13	-	11
Abertura do texto	-	236	-
Legenda	137	64	22
Corpo do texto	430	412	224
Outros textos vinculados “O vale do Itajaí debaixo d’água” e “Mais histórias sobre vítimas da calamidade”	245	230	-
Em ilustrações ou infográficos “Por que choveu tanto em Santa Catarina”	123	---	268
Total	948	942	531

Segunda leitura dos dados: considerações sobre a publicação de “É possível evitar uma tragédia dessas?”

1 – A par da promessa de enfatizar os aspectos das causas e do número expressivo de fontes de informação especializadas, o texto privilegia, a partir de sua abertura, as dimensões **factuais** e **dramáticas**. Evidências disso podem ser interpretadas a partir dos números contabilizados de palavras correspondentes aos tipos de informações e de apuração realizadas. Os dois primeiros parágrafos do texto, espaço-chave de entendimento da proposta de material, por exemplo, ficaram integralmente destinados à história de um personagem que perdeu a família. As falas atribuídas a ele, como testemunha e vítima do fato, são utilizadas como ferramenta de narração inquestionável e sem qualquer outro cruzamento de dados.

2 - Os textos vinculados valorizam também as histórias de vítimas do desastre, além das posições das fontes oficiais, incluindo informação da Presidência da República sobre providências a serem tomadas, ocasionando o predomínio, nesse sentido, da dimensão **factual** de apuração jornalística.

3 - A dimensão **causal** representa-se no aprofundamento do conhecimento das causas e no apontamento de soluções. As informações relativas a essa temática estão dispostas na publicação em infográficos sob o título de “Por que choveu tanto em Santa Catarina”, sendo este o único espaço, como se pode observar em números de palavras, onde há predomínio das relações de causas e consequências.

6.3 Reportagem: “Chuva, lama e dor” - Revista *IstoÉ* - inundação em Santa Catarina

Da edição 550 de 03.12.2008. (Autoras: Susane Frutuoso e Daniela Mendes)

A revista *Isto É* dedicou 10 páginas (da 34 a 43) à cobertura das inundações de Santa Catarina. A foto da capa da revista é de uma família resgatada em um helicóptero com destaque para uma mulher emocionada. O texto é “Perdi família, casa e emprego - Tragédia no Sul”.

Internamente, das 10 páginas dedicadas à cobertura, cinco são integralmente ocupadas por imagens de destruição, de pessoas emocionadas durante resgate e da presença do então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em um helicóptero olhando as ruas submersas. O título da reportagem das inundações é “Chuva, Lama e Dor”, com o seguinte subtítulo: “As dramáticas histórias de quem perdeu tudo e sobreviveu ao maior desastre natural de Santa Catarina”.

1) Quais são as fontes de informação

- a) Vítimas (fontes individuais):** Francisco Mendonça; Jonathan Neuberger; Egon Stevens; Emerson Silva; Hocinilde Laguna; Loreco Schemes; Josely Rosa; Teresinha Floriano; Adriana Day.
- b) Autoridades (fontes oficiais):** Secretaria de Turismo do Estado de Santa Catarina; Presidente Lula; governador Luiz Henrique; Defesa Civil de Santa Catarina; Ronaldo Malheiros, da Secretaria de Defesa Civil de São Paulo.
- c) Associações/Sindicatos/Federações (fontes institucionais):** Federação das Indústrias de Santa Catarina (Fiesc)
- d) Especialistas (fontes especializadas):** Suely Petry, do Arquivo Público de Blumenau.

Tabela 5 - Classificação de fontes da reportagem “Chuva, lama e dor”

Fontes Consultadas	Quantidade
Vítimas (fontes individuais)	9
Autoridades (fontes oficiais)	5
Associações/Sindicatos/Federações (fontes institucionais)	1
Fontes especializadas	1

2) Quais são os principais assuntos da reportagem?

Na abertura

As histórias das vítimas são priorizadas desde o primeiro parágrafo. “Ficamos observando a água e o lodo que entravam pela parte dos fundos e saíam pela frente arrastando os móveis para a rua”. Toda a abertura segue nessa direção, sob a narrativa do motorista Egon Stevens, de 49 anos. Ele e a filha Géssica, de 21 anos, teriam saído de casa quando começaram a ouvir os estalos. “Levei 11 anos para construí-la, mas os bens materiais a gente recupera”. Ele conta que o vizinho e as filhas morreram.

No corpo do texto

A reportagem privilegia a história das vítimas (nove fontes são apresentadas). Há dados sobre as consequências das enchentes (água, luz, desabrigados, desalojados, desaparecidos e mortos, além de comparação com os efeitos do furacão Katrina, nos Estados Unidos). É trazido um levantamento sobre os prejuízos econômicos (“O turismo deve perder R\$ 120 milhões”, no oitavo parágrafo) e um

resgate histórico de outras inundações no estado. A questão da ocupação do território em Blumenau, apontada pela reportagem como um motivo de agravamento das consequências das inundações, é apresentada somente no décimo parágrafo.

Em texto vinculado

Com o título de “Brasil: uma tragédia anunciada”, há foco na menção às causas, onde são listados os problemas que teriam contribuído para o desfecho.

3) Dramas pessoais têm destaque no material?

Sim. Desde o título da reportagem aos espaços de maior destaque da publicação (como a abertura), a atenção principal está nas histórias das vítimas das inundações. O número de personagens vítimas (9) demonstra o valor dado pela revista para esse tipo de abordagem no material publicado. Na cobertura das inundações em Santa Catarina, este material é o que mais privilegia este tipo de abordagem.

4) Faz menção às causas das enchentes ou das falhas estruturais?

Sim. Na reportagem, um conjunto de problemas é apontado no décimo parágrafo como causa das inundações: a geografia desfavorável (litoral muito próximo da serra). Menciona-se, então, o aumento populacional em Blumenau e a ocupação das encostas como o principal fator para a ocorrência. “A geografia de Santa Catarina é favorável às fortes chuvas (...) Mas a situação tomou proporções dramáticas porque houve uma explosão populacional na região – o número de habitantes de Blumenau, por exemplo, duplicou em 25 anos e hoje a cidade tem 290 mil moradores – e, em muitos casos, com ocupação irregular das encostas” (p.39).

Em outro texto sobre as enchentes, “Brasil: A Tragédia Anunciada”, de uma página, há foco maior na menção às causas. São apontadas as condições climáticas atípicas, crescimento desordenado, falta de saneamento adequado e o hábito dos cidadãos de jogarem lixo nas ruas.

5) Há proposição de soluções?

A reportagem afirma que “políticas públicas eficientes e conscientização da população podem evitar o caos” e ainda aponta que é preciso planejamento e eficiência para conter as ações destruidoras das chuvas.

Segue a classificação e quantificação por partes do texto

Tabela 6 – Contagem de palavras na reportagem “Chuva, lama e dor”

<i>Revista IstoÉ</i> <i>Data: 03/12/2008</i> <i>Reportagem</i> <i>“Chuva, lama e dor”</i> <i>(por espaço na publicação)</i>	Dimensão factual (por número de palavras)	Dimensão dramática (por número de palavras)	Dimensão causal (por número de palavras)
Título	-	3	-
Subtítulo	-	15	-
Abertura do texto	-	122	-
Legenda	144	128	-
Corpo do texto	543	478	137
Outros textos vinculados	188	236	85
Em ilustrações ou infográficos	98	---	182
Total	1063	982	531

Segunda leitura dos dados: Considerações iniciais sobre a publicação de “Chuva, lama e dor”

- 1 – O título e a abertura do texto valorizam a dimensão prioritária da publicação, a **dramática**.
- 2 - Entretanto, como os próprios números indicam, a reportagem não abandona a abordagem **factual** com dados dedicados ao número de mortos ou à quantidade de chuva.
- 3 - A dimensão **causal** tem o menor relevo na publicação, consequência da menor consistência das informações das fontes especializadas. A única consultada pela reportagem é uma bibliotecária do Arquivo Público de Santa Catarina, que informa não ter notícia de uma tragédia de tamanha dimensão “nos arquivos”.

6.4 Reportagem “A hora da solidariedade” – Revista Veja

Da edição 2090 de 10/12/2008 (autores: Igor Paulin e Sandra Brasil).

Contexto de veiculação e descrição inicial

Antes de tratar especificamente sobre a reportagem em questão, vale o registro que nesta edição de *Veja* há uma entrevista (da página 21 a 24) com o então ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, e nenhuma pergunta foi feita com relação à inundação em Santa Catarina ocorrida na semana anterior. Aliás, na edi o, o assunto é apenas retomado na se o de cartas do leitor. A reportagem “A hora da solidariedade” tem a chamada logo acima do título (o chapéu) com a palavra “Tragédia”.

A reportagem teve título disposto na primeira página acompanhado do subtítulo “Um exército de voluntários socorre os desabrigados pelo dilúvio que atingiu Santa Catarina. É preciso, agora, que as autoridades agilizem a libera o do

dinheiro oficial”. A foto, que percorre a primeira e a segunda página, traz 13 crianças (a maioria sorrindo) ao lado de um adulto com um crachá de voluntário. A legenda identifica os personagens: “O dia mais feliz: o comerciário gaúcho Biuthier Tavares comoveu-se ao ver pela televisão o drama das vítimas da inundação. Deixou o trabalho e a mulher e meteu-se em um ônibus para ajudá-las (...)” (p.133). No rodapé dessas duas primeiras páginas veiculadas há cinco imagens que destacam o trabalho das pessoas que ajudam vítimas. Os cidadãos solidários aparecem em todas essas fotos, mas vítimas são registradas em duas. Na página seguinte e última da reportagem, há apenas uma imagem com teor diferente do que anuncia o material, já que mostra o porto de Itajaí com danos estruturais: “O maior prejuízo: boa parte das instalações de Itajaí, o maior porto pesqueiro do país e o segundo em circulação de contêineres, foi destruída e os seus canais assoreados pelas chuvas” (p.134). O detalhe econômico da legenda: “o maior prejuízo” ignora a maior perda humana que a reportagem promete enfocar.

Aspectos abordados

1) Quais são as fontes de informação?

Vítimas (fontes individuais): empresário paulista Wander Menes, de 42 anos (inscreveu-se como voluntário na Defesa Civil para ajudar em Itajaí), comerciário gaúcho Biuthier Tavares, de 27 anos (ajuda pessoas instaladas em uma escola municipal de Itajaí), paulistana Viviane Morilla (moradora de Vancouver – Canadá. “Onde me colocarem eu fico”, disse em Blumenau),

Autoridades (fontes oficiais): Governo de Santa Catarina, Defesa Civil de Santa Catarina, Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Forças Armadas, Companhia estatal de gás de Santa Catarina (SCGás) e Secretaria Especial de Portos.

Associações/Sindicatos/Federações (fontes institucionais): Sindicato das Indústrias de Fiação, Tecelagem e do Vestuário de Blumenau (Sintex);, Sindicato das Indústrias de Cerâmica, Associação Porto de Itajaí

Fontes especializadas: não há

Tabela 7 – Classificação de fontes para a reportagem “A hora da solidariedade”

Fontes Consultadas	Quantidade
Fontes individuais	3
Fontes oficiais	6
Fontes institucionais	4
Fontes especializadas	0

2) Quais os principais assuntos discutidos na reportagem?

A reportagem “A hora da solidariedade” elenca muito mais os prejuízos do que as efetivas ações de solidariedade. Em nenhuma das histórias dos voluntários, há explicações sobre o que eles fazem na área atingida. Pela narrativa, são pessoas que costumam passar férias nas praias catarinenses e se comoveram com o drama (palavra repetida duas vezes) e tragédia (três vezes). A palavra solidariedade aparece uma vez.

Na abertura

O primeiro parágrafo destaca dados factuais, incluindo os números da ocorrência (desabrigados, mortes e desaparecidos). “Na última sexta-feira, o número de mortes confirmadas chegou a 119. A Defesa Civil contabiliza 31 desaparecidos. Dados extra-oficiais indicam que outras cinquenta pessoas desapareceram na enchente” (p.132). A menção à solidariedade é explicitada tão somente na oitava e na nona frase desse início de texto.

Personagens no corpo do texto

As fontes/personagens solidárias são as protagonistas do material no segundo parágrafo e, ainda assim, não estão esclarecidas as circunstâncias das ajudas nem as situações por que passam as vítimas que seriam socorridas. “Mesmo sem ser chamado, viajou para Itajaí em seguida”, referindo-se a Wander Menes, “Tentamos criar um ambiente habitável”, teria dito Biuthier Tavares sobre a atividade que desempenha, e “Gostaria de ajudar em algum hospital ou centro de saúde, mas onde me puserem eu fico”, frase atribuída a enfermeira Viviane Morilla. Todas as informações estão na página 133 da revista.

Depois dos exemplos de voluntários, a reportagem explicita que as doações são tantas que estão acima da capacidade de organizá-las. “A quantidade de doações é tamanha que o governo catarinense passou a pedir aos outros estados para atrasar as remessas” (p.133).

A partir deste dado, a reportagem passa a tratar de prejuízos e cifras financeiras. “A economia catarinense está ameaçada de adernar na inundação. Novas estimativas indicam que os prejuízos já se aproximam dos 3 bilhões de reais” (p.134). A última parte da reportagem ficou reservada para criticar a burocracia do

poder público para enviar socorro financeiro ao Estado. Não há mais nenhuma menção neste material às causas da inundação

3) Dramas pessoais têm destaque na matéria?

Não há na reportagem destaque para personagens que tenham sido vítimas da inundação. Há fotos de crianças ao lado de um voluntário, mas nada se elucida a respeito das histórias delas e mais duas imagens onde aparecem supostas vítimas, mas não se conta qualquer história nesse sentido.

As histórias de vítimas são trazidas indiretamente pelas citações de voluntários, como na foto-legenda com Biuthier Tavares e 13 crianças. "Meu sonho é ser pai. Quando cheguei com um saco de brinquedos para crianças que não tinham com que brincar, foi o dia mais feliz da minha vida. Se alguém me pergunta por que estou aqui, digo que é puro egoísmo. Me dá muito prazer e ajuda a perder peso" (p.133)

4) A reportagem faz menção às causas das enchentes ou das falhas estruturais?

Não. São apontadas apenas consequências (como prejuízos do porto) e números atualizados da "catástrofe", que é como a revista batiza a ocorrência.

5) O material apresenta proposição de soluções?

Não há informações relativas a possíveis soluções para que o fato não ocorra novamente. O que aparecem são críticas à desorganização de governos.

Seguem a contagem de palavras por espaço no material publicado e a correspondente classificação em dimensões de investigação jornalística.

Tabela 8 - Contagem de palavras por espaço no texto na reportagem “A hora da solidariedade

<i>Revista Veja</i> <i>Data: 03/12/2008</i> <i>Reportagem</i> <i>“A hora da solidariedade”</i> Por espaço na publicação	Dimensão factual (por número de palavras)	Dimensão dramática (por número de palavras)	Dimensão causal (por número de palavras)
Título	4 -	-	-
Subtítulo	25	-	-
Abertura do texto	179	-	-
Legenda	141	59	-
Corpo do texto	739	-	-
Outro texto vinculado	-	-	-
Em ilustrações ou infográficos (“Os números atualizados da catástrofe”)	33	---	-
Total	1121	59	0

Segunda leitura dos dados: considerações sobre a publicação de “A hora da solidariedade”

Como pode ser percebido com a contagem de palavras, a reportagem tem uma dimensão de investigação predominante (a factual), baseada em fontes oficiais, institucionais e individuais. Com base nos textos avaliados e nos números apresentados, seguem considerações:

1. Há na reportagem o predomínio absoluto da dimensão **factual**, em todos os espaços da reportagem, o que demonstra uma tendência de opção para dados estatísticos consolidados. As fontes escolhidas trazem um balanço da ocorrência como foco principal da narrativa, embora a intenção expressa no título seja a de demonstrar como cidadãos podem colaborar solidariamente com quem sofre. Esse aspecto, que também representaria a dimensão factual está restrito a um parágrafo. O aspecto da desorganização de governos encerra o texto.
- 1 - A dimensão **dramática** está restrita a um trecho de uma foto-legenda, com a presença de um voluntário e 13 crianças. “Quando cheguei com um saco de brinquedos para crianças que não tinham com que brincar, foi o dia mais feliz da minha vida”.
- 2 – Não há dimensão **causal** de investigação jornalística.

6.5 Reportagem “O despertar da solidariedade” – Revista *IstoÉ*

Da edição 2042 de 24/12/2008 (autores: Rodrigo Cardoso, Carina Rabelo e Renata Cabral e João Lóes)

Contexto de veiculação

Quinze dias após a publicação de *Veja* sobre ações solidárias por conta das inundações em Santa Catarina, a revista *IstoÉ* traz o tema da generosidade de volta à tona com a ocorrência das enchentes apenas como pano de fundo. Entretanto, as mortes no Sul do Brasil não formam o principal assunto da reportagem, mas sim as iniciativas solidárias. O assunto ganhou a capa da edição e seis páginas de reportagem. A manchete da revista é “Por que o ser humano é tão generoso: as razões genéticas, culturais e religiosas que explicam a solidariedade das pessoas”. Internamente, o chapéu aponta a temática definida: “Comportamento”. O subtítulo na reportagem é semelhante ao escolhido para a capa: “As razões culturais, religiosas e científicas que explicam por que o ser humano se sensibiliza e estende a mão para quem precisa”. Antes, no entanto, do início do texto, cinco fotos estão dispostas na primeira página do material com exemplos de ações solidárias. Apenas uma delas (a terceira de cima para baixo) está ligada diretamente à inundação em Santa Catarina: a imagem do ginásio onde ficaram as doações recebidas pela Defesa Civil com a legenda “SOS Santa Catarina: R\$ 25 milhões e 4,3 mil toneladas de alimentos”

Aspectos abordados

1) Quais são as fontes de informação?

Fontes individuais (voluntários e promotores de ações sociais) : analista de sistemas Brunno Pessoa, de 27 anos “morador do Rio de Janeiro, pediu férias para ajudar em projetos sociais em Santa Catarina”; catarinense Zilda Arns, 74 anos, “fundadora da Pastoral da Criança”; socialite carioca Gisella Amaral, 68 anos, “formou-se em enfermagem”; empresário João Doria Jr; “presidente da Nestlé” Ivan Zurita; “presidente do conselho da construtora Tecnisa, judeu” Meyer Joseph Nigri; “Presidente da empresa de contact center Avaya, o mineiro” Cléber Moraes; Vasti Gomes Macedo, 75 anos, “ex-bóia-fria, sustenta hoje o Lar Beneficente de Vasti”; “psiquiatra paulista” Otávio Prado Alabarse, 32 anos

Fontes oficiais: diretor da Defesa Civil de Santa Catarina, Márcio Luiz Alves, Exército Brasileiro (em nota sobre desvio de donativos por parte de soldados)

Associações/Sindicatos/Federações (fontes institucionais): não há

Fontes especializadas: coordenador de pós-graduação em ciência da religião da Universidade Metodista de São Paulo, Jung Mo Sung, autor de *Competência e sensibilidade solidária: educar para a esperança*, teólogo Fernando Altemeyer, da Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), que tratou do tema compaixão em sua tese de doutorado em ciências sociais, Ricardo Monezi, psicobiólogo da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), filósofo Eulálio Figueira, da PUC-SP.

Tabela 9 – Classificação das fontes para a reportagem “O despertar da solidariedade”

Fontes Consultadas	Quantidade
Fontes individuais (voluntários)	11
Fontes oficiais	3
Fontes institucionais	0
Especialistas em áreas diversas	4

2) Quais os principais assuntos discutidos na reportagem?

A reportagem “O despertar da solidariedade” trata da inundação em Santa Catarina em apenas dois parágrafos dos 23 constantes do material e em um texto vinculado. Para efeito de análise, é essa menor parte que o presente estudo tem atenção para efeito de categorização. Na grande parte do conteúdo, os jornalistas

trazem (como indica a tabela anterior) personagens que tomam alguma ação solidária ou que estejam envolvidos em projetos sociais. Dos 11, somente um tem ação ligada ao socorro de vítimas em Santa Catarina, o analista de sistemas Bruno Pessoa. Dos outros 10, cinco são empresários que afirmam incentivar projetos sociais pelo Brasil.

A abertura

Este é um dos raros parágrafos em que a inundação em Santa Catarina é trazida, foi baseada em informações factuais. “A recente enchente em Santa Catarina, que matou 127 pessoas e desalojou 27 mil, comprovou o fato ao colocar sob o holofote, além da tragédia, um outro dado: a generosidade do povo brasileiro” (p. 61), a sétima frase do texto. O conteúdo reafirma a intenção do material de abordar as consequências da inundação, tratadas como “tragédia” e “generosidade”.

Corpo do texto

O segundo parágrafo permanece no assunto da inundação com dados factuais, mas, neste momento, para trazer o quanto foi angariado em ações solidárias, também sob a ótica de balanço de informações. “Ao todo, foram arrecadados R\$ 25 milhões, 4,3 milhões de quilos de alimentos, 2,5 milhões de litros de água, um milhão de quilos de roupa, além de brinquedos, materiais de higiene pessoal e outros utensílios” (p.62). Não há informações sobre modo de distribuição, mas a utilização da citação do diretor da Defesa Civil (que elogia as ações solidárias de pessoas que até “correm riscos pelos outros”) e também uma chamada para o desvio de donativos (que está em texto vinculado). No terceiro parágrafo, a condução da narrativa se apoia na “história” do analista de sistema Bruno Pessoa. A reportagem explica o motivo das ações solidárias. “Aos 27 anos, ele decidiu se engajar em projetos sociais depois de sofrer com a falta de solidariedade das pessoas que o cercavam no momento em que descobriu uma doença neurológica”

(p.62). Os trabalhos do rapaz, segundo a apuração, seriam descarregar caminhões e fazer triagem de alimentos que chegavam a Blumenau.

Texto vinculado

Um texto vinculado (de seis frases) que consta na reportagem, com referências à inundação, tem o título “Os abutres de Santa Catarina”. O material lembra o desvio de donativos por parte de militares do Exército flagrado por uma emissora de TV local. “Ninguém é obrigado a ser solidário. Mas quem vai trabalhar como voluntário para ajudar vítimas de uma catástrofe é obrigado, sim, a ser decente” (p.63). O conteúdo é inteiramente opinativo, os suspeitos não são ouvidos. Além do tratamento editorial que é dado ao assunto, a outra voz que aparece é de uma nota da assessoria de comunicação da Força Armada, que indica a instauração de uma sindicância.

3) Dramas pessoais têm destaque na matéria?

Não há na reportagem destaque para personagens que tenham sido vítimas da inundação.

4) A reportagem faz menção às causas das enchentes ou das falhas estruturais?

Não. São apontadas apenas as consequências, entre elas a generosidade.

5) O material apresenta proposição de soluções?

Não há informações relativas a possíveis soluções para que o fato não ocorra novamente.

Seguem a contagem de palavras por espaço no material publicado e a correspondente classificação em dimensões de investigação jornalística.

Tabela 10 - Contagem de palavras na reportagem “O despertar da solidariedade”

<i>Revista IstoÉ</i> <i>Data: 24/12/2008</i> <i>Reportagem</i> <i>“O despertar da solidariedade”</i> Por espaço na publicação	Dimensão factual (por número de palavras)	Dimensão dramática (por número de palavras)	Dimensão causal (por número de palavras)
Título	4 -	-	-
Subtítulo	-	-	-
Abertura do texto	151	-	-
Legenda	13	-	-
Corpo do texto	272	-	-
Outro texto vinculado “Os abutres de Santa Catarina	-	-	-
Em ilustrações ou infográficos (“Os números atualizados da catástrofe”)	125	---	-
Total	565	0	0

Segunda leitura dos dados: considerações sobre a publicação de “O despertar da solidariedade”

Como pode ser percebido com a contagem de palavras, a reportagem tem, com relação ao tratamento dado à inundação em Santa Catarina, apenas uma dimensão de investigação predominante (a factual), baseada em fontes oficiais e um depoimento individual. Com base nos textos avaliados e nos números apresentados, seguem considerações:

1. Nesta reportagem, que tem como tônica a construção de exemplos e de dados científicos sobre a generosidade humana, os registros sobre a inundação em Santa Catarina são apenas factuais e trazem balanços de dados do que a reportagem chama de tragédia. Outro momento de destaque para a inundação, sobre o desvio de donativos, a reportagem preferiu focar a opinião ao relativizar que os soldados seriam “abutres” e a fonte oficial informando que abriu sindicância para punir.
2. Não há dimensão dramática de investigação jornalística.
3. Não há dimensão **causal** de investigação jornalística.

6.6 Reportagem “Tsunami nordestino” – Revista *Veja*

Da edição nº 2171 de 26/06/2010. (Autores: Fernando Mello, Eduardo Coutinho, Marina Dias e Jones Rossi)

Contexto de veiculação e descrição inicial

Diferentemente do que vai se verificar sobre o enfoque das outras duas revistas, *Veja* não faz referência ao terremoto no Haiti, mas a um “tsunami” quando compara e se refere ao desastre. Não traz chamada de capa para o assunto, mas, no índice, tem destaque uma imagem de destruição com a legenda: “Enchente no Nordeste: pouco natural”.

As duas primeiras páginas são quase cobertas integralmente por uma imagem de uma rua destruída sendo observada por um idoso em pé. Há neste começo de reportagem apenas o título, o subtítulo (“Chuvas rompem uma série de barragens em Pernambuco e Alagoas, provocando uma cheia gigante que devastou quatro cidades”), a legenda (“Escombros: A histórica União dos Palmares, fundada em Alagoas na região do primeiro quilombo, arrasada pela enchente”) e uma coluna de texto com dois parágrafos.

Nas duas páginas seguintes, mais dois parágrafos de texto e dois infográficos que tentam explicar o “efeito cascata das chuvas”, a “área atingida” e o “saldo da enchente”. Neste espaço, há cinco imagens de lugares destruídos com legendas que identificam os espaços. Na última página, mais dois parágrafos em uma coluna e três fotos em que vítimas carregam pedaços dos escombros das casas ou recebem donativos.

Aspectos abordados

1) Quais são as fontes de informação?

Fontes individuais: não há

Fontes oficiais: prefeita de Branquinha, Ana Renata Freitas

Associações/Sindicatos/Federações (fontes institucionais): não há

Fontes especializadas: não há

Tabela 11 – Classificação das fontes para a reportagem “Tsunami nordestino”

Fontes Consultadas	Quantidade
Fontes individuais	0
Fontes oficiais	1
Fontes institucionais	0
Especialistas em áreas diversas	0

2) Quais os principais assuntos discutidos na reportagem?

Na abertura

O primeiro parágrafo do texto, sem identificar nenhuma fonte de informação, traz a ideia de que o cenário estava arrasado e que a “tragédia” era fruto da incompetência dos gestores públicos. “À diferença dos tsunamis, que não se anunciam, a catástrofe no Nordeste era perfeitamente previsível” (p.67). E a culpa seria do “descaso” com que os governos tratam a ameaça “que fazia tempo pairava sobre a região”. No mais, este texto inicial traz apenas dados com números de mortos, desaparecidos e desabrigados. Essas informações, nas outras publicações observadas, foram atribuídas a órgãos de Defesa Civil dos Estados e do governo federal.

No corpo do texto

Os parágrafos seguintes também são construídos a partir de informações para as quais, salvo uma exceção, não estão descritas as fontes.

Em alguns desses dados, mesmo sendo factuais, não há precisão de números ou de explicações. Podem-se retirar alguns exemplos:

- “Com as tempestades daquela noite, a situação, que já era grave, tornou-se desesperadora” (p.68).

- “Na madrugada, em algumas localidades, nas cabeceiras do Rio Canhoto, choveu a média do mês inteiro dos anos anteriores” (p.68).

Uma fonte oficial aparece no penúltimo parágrafo, a prefeita da cidade de Branquinha (AL), Ana Renata Freitas, que, segundo a reportagem teria anunciado a intenção de reconstruir a cidade em outro local (p. 70). Ao movimento das águas, a reportagem atribui por três vezes o nome de tsunami.

Nas ilustrações

Entre as páginas 68 e 69 da reportagem, há duas ilustrações com os títulos de “Área atingida” e o outro de “Efeito cascata”. Em nenhuma das informações dispostas, há registro de quais fontes de informação foram utilizadas. Na primeira arte, existe um mapa da região Nordeste e do caminho da inundação. Junto ao desenho dos estados, há os dados numéricos relativos a mortos, desabrigados e desalojados, desaparecidos, imóveis e pontes destruídas, além do prejuízo financeiro estimado.

Na segunda ilustração, há (de cima para baixo) na página 69 o que seria o caminho da destruição, que teria começado, com o rompimento de uma barragem no Rio Canhoto (PE), no fim da tarde do dia 18 de junho. O problema teria provocado também o rompimento da barragem de São José da Lage (AL) e em Rio Largo (AL). São cinco passos descritos para resumir a destruição. A ilustração está amparada em fotos de imóveis e espaços públicos afetados. Não há também qualquer informação sobre possível investigação das condições das barragens.

3) Dramas pessoais têm destaque na matéria?

Não. Há imagens de vítimas nas ruas ou recebendo donativos, mas nenhum nome ou história é narrada.

4) A reportagem faz menção às causas das enchentes ou das falhas estruturais?

Sim. As linhas de argumentos tocadas pela reportagem misturam

opinião com interpretação sem fontes que as sustentem ou contextualizem. Estão misturados juízos sobre governos com dados objetivos. Há destaques para algumas passagens que poderiam ter sido desenvolvidas no campo das “causas”. Alguns exemplos:

- a) “(os números) poderiam ser bem menores se os governos não tivessem tratado com escandaloso descaso a ameaça que fazia tempo pairava sobre a região” (p.67).
- b) “As represas da região haviam atingido o limite de suas capacidades” (p.67).
- c) “Os rios estavam acima no nível normal, e o solo completamente encharcado” (p.67)
- d) “Assim, alimentado pelas represas, açudes e pela chuva, o ‘tsunami’ desceu 200 quilômetros até se dissipar no mar”. (p.68)
- e) “Como a maior parte das cidades de Alagoas não dispõem de um sistema de defesa civil, a população não foi alertada ou removida a tempo” (p.70)
- f) “Pode-se afirmar, sem receio de contestação, que o governo federal nada fez para evitar – ou pelo menos mitigar o sofrimento dos alagoanos e pernambucanos” (p.70)

5) O material apresenta proposição de soluções?

Sim. No último parágrafo do texto, estão misturadas alusões a causas com possíveis soluções, também sem fontes de informação, a fim de que outros desastres não tenham o mesmo desfecho. Segue o registro observado com relação à prevenção:

- a) “Em Pernambuco, bastaria que o governo tivesse investido em radares meteorológicos para prever a magnitude do problema e alertar os habitantes de áreas de risco” (p.70).

Seguem a contagem de palavras por espaço no material publicado e a correspondente classificação em dimensões de investigação jornalística.

Tabela 12 – Contagem de palavras na reportagem “Tsunami nordestino”

<i>Revista IstoÉ</i> <i>Data:30/06/2010</i> <i>Reportagem</i> <i>“Tsunami nordestino”</i> Por espaço na publicação	Dimensão factual (por número de palavras)	Dimensão dramática (por número de palavras)	Dimensão causal (por número de palavras)
Título	2	0	0
Subtítulo	19	0	0
Abertura do texto	148	0	26
Legenda	49	0	0
Corpo do texto	523	0	435
Outros textos vinculado (relatos de vítimas)	0	0	0
Em ilustrações ou infográficos (“Área atingida” e “Efeito cascata”)	52	0	74
Total	793	0	535

Segunda leitura dos dados: considerações sobre a publicação de “Tsunami nordestino”

Como pode ser percebido com a contagem de palavras, há um equilíbrio entre as dimensões factual e causal. Com base no material observado e nos números apresentados, seguem considerações:

1. Nesta reportagem, a dimensão **factual** de apuração jornalística prevalece na abertura e em três outros parágrafos, além das legendas e no infográfico intitulada “área atingida”. A utilização de uma única fonte (a oficial) não alterou neste material o equilíbrio entre as características do trabalho. As informações são trazidas, mas sem a contextualização de onde foi feita a busca pelos dados. São priorizados em todo o espaço números relativos às perdas humanas e materiais. Nas outras publicações sobre o assunto, os dados disponibilizados por *Veja* foram atribuídos aos órgãos de defesa civil de Alagoas, Pernambuco e governo federal .
2. Não há, no texto, registro da dimensão **dramática**.
3. A dimensão **causal** de investigação está presente em duas partes distintas da reportagem. O primeiro espaço observado é na ilustração intitulada “Efeito cascata”, onde o material esboça o que teria sido o caminho do desastre, com as destruições de barragens em três cidades diferentes. Outro espaço é o último parágrafo, onde estão mesclados apontamentos de possíveis causas e soluções, além de opiniões sobre as ações governamentais. Embora existam afirmações sobre as causas ou soluções, não há qualquer fonte especializada que confirme o texto da reportagem, o que enfraquece a credibilidade do conteúdo disponível.

6.7 Reportagem “Foi muita água. E pouca ação” – Revista *Época*

Da edição nº 631 de 28/06/2010. (autores: Marco Bahe, Eduardo Machado, Alexandre Mansur e Rodrigo Turrer)

Contexto de veiculação e descrição inicial

No primeiro semestre daquele ano, o noticiário no Brasil repercutiu de várias formas os impactos do terremoto no Haiti¹⁶. As lembranças do desastre serviram de comparação, nesta reportagem, ao se descrever as consequências das inundações em pelo menos 76 cidades nordestinas. Alusões que podem ser notadas em texto e imagens. Não há chamada de capa para o assunto. Outras referências, em termos de contexto, podem ser encontradas na carta ao leitor “Uma edição dominada pelas emoções”. O redator-chefe David Cohen aborda a recorrência do fenômeno no Brasil e aponta que a reportagem tem relatos dramáticos. “Parece um castigo divino. Foi a pior chuva desde 1961”. Ele acrescenta que “ainda é cedo” para fazer relação entre a inundação e o aquecimento global. Depois, indica que, na verdade, o que o país precisa é de eficaz política de prevenção.

A reportagem tem um título que resume as seis páginas do material: “Foi muita água. E pouca ação”. Trata-se do espelho da abordagem: o excesso de chuvas e a suposta desorganização do governo para tratar das consequências desastrosas. Na mesma linha, o texto do subtítulo é “Castigadas por chuvas fenomenais e pela falta de verbas, para conter as cheias, mais de 50 cidades nordestinas são reduzidas a escombros, em meio à fome e ao desespero”. A primeira página da reportagem, além de título e subtítulo, é ocupada por uma foto de área destruída sem legenda e contendo apenas o chapéu: “Brasil – Enchentes”

A segunda página tem outra foto de destruição com a legenda: “Terra arrasada: Vista aérea de destroços no município alagoano de União dos Palmares. A chuva deixou mais de 150 mil desabrigados” (p.37). Na página seguintes mais três imagens interligadas pelo texto: “Como um tsunami: Um homem observa o entulho arrastado pela força das águas na zona da mata alagoana. O comerciante Irineu

¹⁶ Segundo a Organização das Nações Unidas (2010) divulgou, e foi um consenso no noticiário brasileiro, o terremoto no Haiti, em 12 de janeiro, ocasionou a morte de mais de 300 mil pessoas.

perdeu, pela segunda vez, a loja de sapatos. Abaixo, moradores de Murici tentam se organizar para distribuir alimentos onde falta tudo”. Na sequência, mais duas fotos de destruição e nas últimas duas páginas há um quadro com informações consolidadas por fontes oficiais e explicações meteorológicas para a maior incidência de chuvas no período.

Aspectos abordados

1) Quais são as fontes de informação?

Fontes individuais (vítimas) : dona de casa Nize Lucena, de 53 anos, Sueli Valdivino, de 25 anos, Irineu Bezerra, de 43 anos

Fontes oficiais: governador de Alagoas, Teotônio Vilela Filho, Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente

Associações/Sindicatos/Federações (fontes institucionais): ONG Contas Abertas

Fontes especializadas: Márcia Seabra, “chefe do serviço de previsão de tempo do Instituto Nacional de Meteorologia (InMet)”; Lincoln Alves, do Instituto Nacional de Pesquisa Espacial (Inpe); Fabiana Weykamp, meteorologista do Climatempo; Ricardo Tenório professor de meteorologia da Universidade Federal de Alagoas,

Tabela 13 – Classificação das fontes para a reportagem “Foi muita água. E pouca ação”

Fontes Consultadas	Quantidade
Fontes individuais (vítimas)	3
Fontes oficiais	2
Fontes institucionais	1
Fontes especializadas	4

2) Quais os principais assuntos discutidos na reportagem?

Na abertura

O primeiro parágrafo aponta para o contraste entre o clima festivo da época de festa junina no nordeste e o desastre provocado pelas chuvas. Para ilustrar a situação, a reportagem utiliza a história de Nize Lucena, que teria ficado sem a casa e sem ter o que comer com os sete filhos e um neto.

No corpo do texto

Os três parágrafos seguintes são dedicados a apresentar os dados consolidados do desastre, incluindo números de mortos, de desaparecidos, de desabrigados e desalojados e de milímetros de chuvas que caíram. A sequência é caracterizada pela explicação do Inpe e Inmet para o volume de água. No sexto parágrafo, após o intertítulo “Saiba mais” há uma frase que lembra o aquecimento do Oceano Atlântico, mas sem apontar as causas disso. Apenas são revistas as consequências.

“O que explica tanta água? O Oceano Atlântico está entre 1 e 1,5 grau celsius mais quente que o normal” (p. 39).

São contadas ainda duas histórias de vítimas que tiveram perdas materiais, mas não são atribuídas a elas informações ou citações. A revista lembra que até o fechamento da edição, haviam sido contabilizadas 51 mortes. A única fonte oficial que aparece nominada na reportagem é o governador de Alagoas, Teotônio Vilela. Embora existam menções à desorganização dos entes públicos para tratar das consequências da ocorrência, quando o texto refere-se ao governador opta por descrever que ele “classificou a tragédia como uma hecatombe”.

Na ilustração

O material disponibilizado nas páginas 40 e 41, que tem maior espaço para contextualização das chuvas, tem o título “Onde foi a tragédia” e traz, entre outras informações, um mapa da região afetada e a explicação em gráfico “De onde veio a chuva”.

3) Dramas pessoais têm destaque na matéria?

Sim. As três fontes individuais são apontadas como vítimas.

a) Na abertura, Nize Lucena.

“Ela não tinha nem o que comer. Caminhava a esmo, com os pés descalços na lama suja e fétida que tomou conta de todas as ruas da cidade pernambucana de Barreiros” (p. 37)

b) No oitavo parágrafo, Sueli Dalvino

“Perdeu os bens, a casa, os documentos e o pai. Está morando num abrigo improvisado em uma quadra de esportes, em Murici, Alagoas” (p. 38)

c) No décimo terceiro parágrafo, Irineu Bezerra

“Perdi mais de 30 mil pares de sapatos. Tenho 26 funcionários que dependem do salário que pago” (p.41)

4) A reportagem faz menção às causas das enchentes ou das falhas estruturais?

Sim. Na página 39, como mencionado, há menção ao aquecimento do Oceano Atlântico e duas páginas com ilustrações citando:

a) Queda de barragem em Murici (AL). “Outras barragens podem ter ruído num efeito cascata” (p. 41).

b) Os fatores climáticos que contribuíram para a formação de precipitações: Efeitos do El Niño (p.41).

5) O material apresenta proposição de soluções?

Não há proposição de soluções

Seguem a contagem de palavras por espaço no material publicado e a correspondente classificação em dimensões de investigação jornalística.

Tabela 14 – Contagem de palavras na reportagem “Foi muita água e pouca ação

<i>Revista Época</i> <i>Data: 28/06/2010</i> <i>Reportagem</i> <i>“Foi muita água e pouca ação”</i> Por espaço na publicação	Dimensão factual (por número de palavras)	Dimensão dramática (por número de palavras)	Dimensão causal (por número de palavras)
Título	6	0-	-0
Subtítulo	29	-	-
Abertura do texto	47	-87	-
Legenda	41	22	-
Corpo do texto	665	126-	12
Outro texto vinculado	-	-	-
Em ilustrações ou infográficos (“De onde veio a chuva”)	54	0	123
Total	842	235	135

Segunda leitura dos dados: considerações sobre a publicação de “Foi muita água. E pouca ação”

Como pode ser percebido com a contagem de palavras, há predomínio, ao longo do texto, de informações factuais. Com base nos textos avaliados e nos números apresentados, seguem considerações:

1. Nesta reportagem, são atribuídas informações a três fontes oficiais que fortalecem a dimensão **factual** de apuração jornalística, ressaltando volume de água e ineficácia de políticas públicas para apoiar as cidades. Dentro dessa mesma característica, há informações descritas no texto sem apoio em qualquer fonte.
2. A dimensão **dramática** está apoiada em três personagens que são espalhados pelo começo, meio e fim do texto..
3. Vale ressaltar que a dimensão **causal** de investigação está principalmente contemplada por informações incluídas em um quadro nas últimas duas páginas da reportagem. Esses dados estão mais ligados às condições climáticas, mas sem clara exposição dos antecedentes dessas situações, a não ser por ligações com o aquecimento do Oceano Atlântico e ao El Niño.

6.8 Reportagem “O Haiti é aqui” – Revista *IstoÉ*

Da página 106 a 110, edição nº 2120 (30/06/2010)

Contexto de veiculação e descrição inicial

De forma mais direta que a revista *Época*, esta reportagem faz relação com o terremoto no Haiti ao mostrar as mazelas das cidades destruídas pelas cheias que, segundo a revista, foram 17. Não há chamada de capa, mas o editorial intitulado “Devastação e abandono” adianta o balanço da crise e critica a atuação dos governos na condução do apoio às vítimas. Além disso, recupera a ideia que o Nordeste, longe das regiões mais desenvolvidas do país, como Sul e Sudeste, sofre como se fosse um “Haiti”. “Mesmo depois da experiência com eventos semelhantes ocorridos há pouco no Sul e Sudeste do País. Por estarem localizados nos rênônditos do mapa esses brasileiros viveram seu drama como em um Haiti isolado”.

Com ligação à destruição, as páginas estão cobertas por 10 imagens. Em oito delas, aparecem pessoas nos cenários modificados. Todas as legendas misturam as situações descritas com possíveis sentimentos das vítimas. Palavras-chaves que antecedem os textos das legendas mostram o espírito da abordagem da revista: A Destruição, O abandono, A Desolação, As Ruínas, Casa vazia, Desespero, Caos e lama, Sem reação, e Cenário de guerra. Nas últimas duas páginas estão um infográfico, que mostra mapa da área atingida apoiado por informações da destruições. Há também três textos vinculados, nos quais são contadas histórias de resgates.

Aspectos abordados

1) Quais são as fontes de informação?

Fontes individuais: empresário Grivaldo de Oliveira Melo, 44 anos (vítima), psiquiatra Anchieta Caraciolo (vítima), professora Rosalita Melo dos Santos, 27 anos

(vítima), bombeiro Valdy Oliveira (equipe de resgate), médico Dilson Assunção (vítima), radialista Édson Silva (recebia ligações pedindo ajuda)

Fontes oficiais: ministro da Defesa, Nelson Jobim, secretária nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional, Ivone Valente, Presidente Lula

Associações/Sindicatos/Federações (fontes institucionais): Luciano Barbosa, presidente da Associação dos Municípios Alagoanos, Gil Castelo Branco, da ONG Contas Abertas

Fontes especializadas: professor do Instituto de Geociências da Universidade de Brasília José Oswaldo de Araújo Filho, engenheiro e especialista em recursos hídricos Valmir Pedrosa, da Universidade Federal de Alagoas.

Tabela 15 – Classificação das fontes para a reportagem “O Haiti é aqui”

Fontes Consultadas	Quantidade
Fontes individuais	6
Fontes oficiais	3
Fontes institucionais	2
Fontes especializadas	2

2) Quais os principais assuntos discutidos na reportagem?

Na abertura

O primeiro parágrafo faz uma comparação entre o apoio dado logo depois do terremoto no Haiti (que teve mais de 300 mil mortos, segundo a ONU), onde já havia

1200 militares brasileiros atuando no socorro às vítimas, e a enchente no Nordeste (que chegou, segundo informação da Defesa Civil a 57 vítimas fatais), onde não havia ninguém. “Os nordestinos contaram apenas com a própria sorte”, aponta a terceira frase do texto. O parágrafo segue o argumento da lentidão do governo em se organizar espelhado em frases como:

- “Em Pernambuco, em cidades como Palmares, os primeiros bombeiros chegaram 28 horas depois de as pessoas terem se empoleirado nos tetos das casas para salvar suas vidas”.

- “A primeira reunião do comitê de crise que o governo federal criou para atender os dois Estados só ocorreu na tarde da terça-feira 22, quatro dias após o início das enchentes”.

À fonte oficial citada na abertura, o ministro da Defesa, Nelson Jobim, é atribuída a citação que faz a relação com o título: ““Só vi situação semelhante no Haiti”. De acordo com a revista, ele teria visitado a área apenas cinco dias depois do início das enchentes. Na sequência do parágrafo, seguem informações sobre números da ocorrência.

No corpo do texto

Os três parágrafos seguintes foram dedicados a, sob apoio de histórias de vítimas, contar a situação difícil de cidades como Barreiros (PE) e Quebrangulo (AL). Alguns termos que se repetem nas legendas voltam a aparecer no texto: como desespero, caos e esperança. Algumas frases conferem juízo de valor ao problema. Entre elas:

- “Histórias de desespero se repetiram nas mais de 54 cidades pernambucanas afetadas pelas enchentes” (p.109).

- “Uma das justificativas para tamanha devastação é o fato de os rios alagoanos serem afluentes dos pernambucanos. As águas ganharam força pelo caminho e varreram com maior intensidade o Estado vizinho” (p.109).

No quinto parágrafo, a reportagem utiliza como fonte a ONG Contas Abertas para argumentar que o governador de Alagoas não pediu recursos para prevenção de enchentes e que o ministro da Integração Nacional alocou 58% dos recursos para a Bahia, Estado de Geddel Vieira Lima. No penúltimo parágrafo, aparecem as fontes especializadas que enfatizam a necessidade de ações de prevenção. O último trecho lista ações do presidente Lula no socorro às cidades.

Nos textos vinculados

Há três textos que estão dispostos paralelamente à reportagem principal. Todos são relatos de personagens da história, colocados integralmente entre aspas, e com características testemunhais. O primeiro é “Bombeiro relata o resgate dramático”. Ele expõe semelhanças com o terremoto que era assunto naquele ano. “Parece igual às cenas que a gente viu na tevê na época do terremoto no Haiti. Mas um Haiti com lama” (p.110). O segundo texto é “Médico lembra 26 horas de pavor”. O profissional conta como teve medo conforme as águas foram subindo. “A sensação era de estar num barco à deriva nas cataratas do Iguaçu (...) Fomos salvos de helicóptero” (p. 110). O último é “Rádio vira centro de resgates”, com informações atribuídas a um locutor que diz ter recebido pedidos de socorro por telefone. “Toda ligação que recebia repassava para policiais e bombeiros” (p. 110).

3) Dramas pessoais têm destaque na matéria?

Sim. Além dos três personagens descritos utilizados nos textos vinculados, do segundo ao quarto parágrafo, as informações da inundação são trazidas por intermédio dos relatos das vítimas. A reportagem escolheu personagens com ocupações profissionais privilegiadas.

a) No segundo parágrafo, empresário Grivaldo de Oliveira Mello.

“Quando vi já era tarde. Até poderia tentar nadar, mas o meu sogro, que é cardíaco, e a minha sogra, com 79 anos, poderiam não aguentar’ (...). Foram socorridos por um bote do Corpo de Bombeiros” (p. 107)

d) No terceiro parágrafo, psiquiatra Anchieta Caraciolo

“Foi uma situação terrível. Não havia luz e só escutávamos o som da água, que descia pelas ruas como uma cachoeira”. Ele conta que ajudou num parto de uma menina (Maísa Vitória) durante a enchente. (p.108)

e) No quarto parágrafo, professora Rosalita Melo dos Santos

“Só sobrou o muro na frente de casa” (p.108)

4) A reportagem faz menção às causas das enchentes ou das falhas estruturais?

Sim. A respeito disso, foram privilegiadas informações acerca do gasto do dinheiro público. A reportagem esmiuça mais o assunto com as duas fontes especializadas que são utilizadas para tratar mais de soluções, embora tratem algo das causas, conforme pode se observar no item seguinte. O especialista em recursos hídricos Valmir Pedrosa, da Universidade Federal de Alagoas, diz que “A cada dez anos, essas regiões passam por enchentes. Mas o rio Mundaú, maior responsável pelas enchentes em Alagoas, não possui uma só barragem em seu leito principal, só nos afluentes” (p.110).

5) O material apresenta proposição de soluções?

Sim. Por intermédio das informações prestadas por duas fontes especializadas, o penúltimo parágrafo trata das possíveis soluções.

b) Ao professor do Instituto de Geociências da Universidade de Brasília José Oswaldo de Araújo Filho é atribuída a opinião de que o governo poderia gastar menos dinheiro e salvar mais pessoas. “Para isso é preciso investir mais em planejamento que em remediação. Necessitamos de uma política de remoção das populações nas encostas.” (p.110)

c) Outra fonte ouvida, que segundo a revista tem a mesma opinião, é o engenheiro e especialista em recursos hídricos Valmir Pedrosa, da

Universidade Federal de Alagoas. “Para ele, a construção de barragens nas regiões dos rios Mundaú e Una poderia resolver o problema” (p.110).

Seguem a contagem de palavras por espaço no material publicado e a correspondente classificação em dimensões de investigação jornalística.

Tabela 16 – Contagem de palavras na reportagem “O Haiti é aqui”

<i>Revista IstoÉ</i> <i>Data:30/06/2010</i> <i>Reportagem</i> <i>“O Haiti é Aqui”</i> <i>Por espaço na publicação</i>	Dimensão factual (por número de palavras)	Dimensão dramática (por número de palavras)	Dimensão causal (por número de palavras)
Título	4	0	0
Subtítulo	25	0	4
Abertura do texto	243	0	0
Legenda	39	109	0
Corpo do texto	295	523-	199
Outros textos vinculado (relatos de vítimas)	0	715	0
Em ilustrações ou infográficos (“O tamanho da destruição”)	74	0	0
Total	680	1.347	203

Segunda leitura dos dados: considerações sobre a publicação de “O Haiti é aqui”

Como pode ser percebido com a contagem de palavras, há predomínio, na reportagem como um todo, na dimensão dramática amparada nos relatos de vítimas, mas pode se encontrar no material apurações relativas às outras duas dimensões. Com base nos textos avaliados e nos números apresentados, seguem considerações:

- 1 Nesta reportagem, a dimensão **factual** de apuração jornalística prevalece no espaço privilegiado da abertura e também no último parágrafo, em relação a organização dos dados através de fontes oficiais. Na abertura, com o ministro Nelson Jobim, e no encerramento com o presidente Lula.
- 2 A dimensão **dramática** tem o número mais alto na contagem de palavras por conta da utilização dos três personagens entre o segundo e o quarto parágrafos, e principalmente com a utilização de três textos vinculados em que a reportagem opta por dar-lhes voz. São textos inteiros entre aspas e que somaram 715 palavras.
- 3 A dimensão **causal** de investigação está praticamente restrita ao último parágrafo, quando são utilizadas duas fontes especializadas para tratar de causas e também de soluções. Para efeito de classificação, considerou-se que, no subtítulo, o trecho “a falta de preparo” estaria incluída nesta dimensão.

6.9 Reportagem “Um banho de lama na civilização” – Revista *Veja*

Da edição nº 2200 de 19/01/2011 (Autores: Renata Betti, Roberta de Abreu Lima e Adriana Dias Lopes).

Contexto de veiculação e descrição inicial

A reportagem traz chamada de capa para o assunto: “Os mortos de janeiro: até quando vamos aceitar passivamente que, todos os anos, a temporada de chuvas mate centenas de brasileiros”, com foto de um casal abraçado e caixões funerários em segundo plano. A tônica da busca de causas e soluções não permanece na chamada do índice da revista. Nesse espaço, uma foto onde é possível identificar dois cadáveres cobertos traz como legenda: “Catástrofe: o horror da serra”. Nas 12 páginas da reportagem sobre o desastre na região serrana, há um total de 18 imagens sendo que três delas são de familiares de vítimas, duas com imagens de pessoas mortas cobertas, uma de um militar que prestou socorro, outra com o resgate de uma criança, uma de um radar meteorológico (a menor delas) e as outras dez dos cenários de destruição do terreno e imóveis.

Na primeira página, além do título, há um texto de 107 palavras que serve de abertura do assunto (e que substituiu o subtítulo). No jargão jornalístico, é chamado de “abre de página”. Para efeito de observação aqui, será considerado como subtítulo. O teor desse texto acompanha o título da reportagem ao expor o caráter repetitivo desse tipo de desastre no Brasil. Com o teor semelhante à reportagem sobre a inundação no Nordeste, a novidade da abordagem da revista é atribuir responsabilidades também à sociedade. “Não há força terrestre que faça com que as autoridades e as pessoas se preparem para isso” (p. 48). Separa-se aqui no texto a ideia de “autoridades” e “pessoas”. Em outras duas ocasiões no texto, ocorre isso (páginas 56 e 58). A legenda da primeira imagem que cobre as duas páginas iniciais tem sentido diferente do texto inicial: “Bombeiros e voluntários procuram sobreviventes em Teresópolis: só nesta cidade mais de 300 mortos” (p.49).

Nas duas páginas seguintes, o destaque está para a ilustração intitulada “O que explica a violência das águas”, que inclui uma explicação geofísica para “O efeito

tsunami em Nova Friburgo” e um histórico de “Grandes catástrofes provovadas pelas chuvas”. Há textos em box: “Uma família destruída” (p.53), “Trabalho de risco” (p.55) e “Dá para prever” (p.59).

A reportagem optou por textos-legendas para contar algumas histórias como “Devastação de dor” (p.55), “No último minuto” (p.57) e “À beira do precipício”. Todas elas se caracterizam por contar histórias de vítimas do desastre.

Aspectos abordados

1) Quais são as fontes de informação?

Fontes individuais (vítimas): Wellington Herdy,

Fontes oficiais: Defesa Civil do Rio de Janeiro, bombeiro não identificado (fonte oficiosa para Lage -2001), Tenente-Coronel Ricardo Loureiro, do Corpo de Bombeiros

Associações/Sindicatos/Federações (fontes institucionais): Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet)

Fontes especializadas: professor de geociências da Universidade de Brasília João Willy Rosa, Coordenador da Defesa Civil de São Paulo, Jair Paca de Lima, e Meteorologista Luis Carlos Molion, da Universidade Federal de Alagoas, Felipe Farias (CPTEC-INPE), Marcelo Barbio (CPTEC-INPE), Marcelo Motta (Serviço Geológico do Rio de Janeiro), Mario Thadeu Leme de Barros (USP), Paloma Arantes (especialista em estudos do clima), Paulo Canedo (laboratório de hidrologia da UFRJ), Ronaldo Fogo (USP), Tarcísio Castro (UFRJ)

Tabela 17 – Classificação das fontes para a reportagem “Um banho de lama na civilização

Fontes Consultadas	Quantidade
Fonte individual (vítima)	1
Fontes oficiais	3
Fonte institucional	1
Especialistas em áreas diversas	11

2) Quais os principais assuntos discutidos na reportagem?

Abre de página (no lugar do subtítulo)

Vale uma observação particular desse texto que, conforme foi descrito anteriormente, enfoca a repetição do fenômeno natural com perdas humanas, e a responsabilidade de autoridades e sociedade. Além desse aspecto causal da desarticulação entre setores que poderiam atuar na prevenção, o texto aponta “indícios científicos que a coisa pode até piorar”, em menção a alterações do meio ambiente. “Quem tem de mudar somos nós. Do contrário, a soma de mortos vai aumentar”, sentencia (p. 48).

Na abertura

O primeiro parágrafo do texto (p.50) prioriza interpretações a respeito das causas do desastre, embora traga uma frase baseada em informações prestadas pela Defesa Civil do Rio de Janeiro a respeito do número de mortos, quantidade de visitantes e velocidade das águas. Mas as cinco frases restantes, mesmo sem atribuir

a qualquer fonte, aborda-se histórico e possíveis causas, inclusive com menções a questões ambientais. Exemplifica-se aqui:

- a) “Todas as vezes que as chuvas causam destruição, invocam-se os mesmos culpados (...)”, na qual aborda governos, políticos incentivadores da ocupação irregular do solo, órgãos que deveriam antecipar a “tragédia” e os setores que deveriam realizar obras para evitar o desastre. “Mas a lista de culpados de sempre deixa de fazer sentido”
- b) Segue uma afirmação definidora que responsabiliza “uma perversa e poderosa combinação de fatores climáticos globais e locais – associada às peculiaridades topográficas da região”.

Ressalta-se, para efeito de observação, que fatores ambientais e outros aspectos ligados às possíveis causas são trazidos para a abertura desta reportagem, abordagem que representou minoria em meio ao material coletado.

No corpo do texto

O segundo e o terceiro parágrafos seguem na linha da abertura e também exploram os fatores que podem ter contribuído para o desastre, incluindo alusões a aspectos científicos e de meio ambiente. São exemplos os trechos

a) “O que não é normal nem frequente é a intensidade das chuvas naquele local, num curto período de tempo” (p.50).

b) “É nesse ponto que, suspeitam os cientistas, pode ter havido influência de de fatos relativos às mudanças climáticas do planeta, como o aquecimento da superfície terrestre” (p.50-52).

Ainda no segundo parágrafo do texto, segue uma citação do professor de geociências da Universidade de Brasília, João Willy Rosa (leia mais no item 3 sobre menções às causas). Depois disso, nos três parágrafos seguintes, mesclam-se abordagens a respeito de resgate, a situação da destruição, utilizando-se, principalmente, de fontes oficiais.

A palavra “tragédia” repete-se por cinco vezes no corpo do texto. Entre elas: “Grandes covas foram abertas no cemitério Trilha do Céu para sepultar de uma só vez 10 a 20 pessoas, identificadas ou não por seus parentes. A tragédia não deixou alternativa. E teria como prevê-la” (p.56). Essa é a frase que traz os últimos quatro parágrafos para voltar a tratar de possíveis causas e soluções.

Na ilustração

Entre as páginas 50 e 51 da reportagem, há uma ilustração principal com o título de “O que explica a violência das águas”, com temática voltada para explicar os fatores que contribuíram para o desastre. As informações daqui são atribuídas a 10 fontes de informação. Não há citação de nenhuma delas. As afirmações estão fora das aspas e sob responsabilidade dos repórteres. Cita-se o tom da abordagem: “A intensidade anormal das chuvas foi a principal causa da tragédia que vitimou a serra fluminense. Fatores como ocupação irregular do solo, despreparo das autoridades e infraestrutura deficiente contribuíram” (p.50) A linha de argumentos segue a seguinte lógica: “O planeta reage”, “As montanhas não aguentam”, “águas que castigam” e “O efeito tsunami em Nova Friburgo”. Na página 51, dentro do espaço da ilustração, ainda se exploram os números do desastre e o histórico de “grandes catástrofes causadas pelas chuvas”. Pelo histórico, o primeiro lugar é para uma inundação no ano de 1967, no Rio de Janeiro, que teria provocado mais de mil mortos.

Nos textos vinculados

Quatro textos não estão no corpo do texto nem incluídos no espaço das ilustrações. O primeiro tem o título “Uma família destruída”, apoiado por uma foto de um casal e uma criança que morreram durante o desastre. “Todos dormiam no momento em que a torrente de água e lama invadiu a casa, levando tudo” (p. 53). O

segundo texto tem o título de “Trabalho de risco”, sobre o tenente-coronel Ricardo Loureiro, que atuou também após o terremoto no Haiti. “Segundo ele, nenhuma operação foi tão tensa quanto a da semana passada na região serrana” (p.55). No terceiro, “No último minuto”, a reportagem conta a história do costureiro Wellington Herdy, que conseguiu fugir da invasão de água na casa dele. No último, “Dá para prever”, são utilizadas fontes especializadas que abordam a possibilidade de prevenção com o uso de programas de computadores e radares.

2) Dramas pessoais têm destaque na matéria?

Sim. Em dois momentos: nos textos “Uma família destruída” e “No último minuto”, como observado.

3) A reportagem faz menção às causas das enchentes ou das falhas estruturais?

Sim.:Em oito parágrafos (dos 10 da reportagem inteira) há menções a causas das inundações. A primeira fonte utilizada para comprovar o argumento da reportagem foi o professor de geociências da Universidade de Brasília, João Willy Rosa. A ele é atribuída a seguinte citação, que está incluída no final do segundo parágrafo do texto: “Essas mudanças alteram o ciclo de formação das chuvas e provocam fenômenos sem precedentes” (p. 52). A reportagem reúne dados para tratar das alterações do clima, das características topográficas da região e da suposta desorganização da defesa civil mesmo ao receber informações sobre “significativo acumulado de chuvas”. O texto sugere que houve ineficiência do Estado diante de pelo menos 12 alertas. “Os responsáveis pela defesa civil do Rio não perceberam a importância da informação recebida” (p. 58). O texto revela que os repórteres não chegaram à conclusão se não foi repassado o aviso às comunidades ou “se o fizeram sem o devido alarme”.

Outra observação é relativa a uma legenda específica ao lado de uma foto de um radar. “Em falta: O Brasil tem dez radares como este. O número deveria ser oito vezes maior”. A imagem está próxima ao texto “Dá para prever”, que aborda, prioritariamente, sistemas para soluções e prevenções de desastres.

4. O material apresenta proposição de soluções?

Sim. Apresentam-se possíveis soluções em dois momentos da reportagem:

a) Nos dois últimos parágrafos

Neste espaço do material, dá-se destaque para os programas de computador que podem facilitar a precisão das informações meteorológicas. Entre as afirmações, apresenta-se o “Tupã”, um programa do Instituto de Pesquisas Espaciais, que promoveria uma resolução de imagens com cinco quilômetros de distância com antecedência de oito horas. A afirmação da revista, em seguida, não tem fonte definida, mas mantém a linha de argumentos estabelecida no início. “É necessário avançar na capacidade de prever ocorrências e entender (...) consequências da interação entre microclimas e alterações climáticas globais, com todas alterações que elas têm sofrido” (p. 58)

b) No texto vinculado “Dá para prever”:

Para estas informações, foram utilizadas duas fontes: o coordenador da Defesa Civil de São Paulo, Jair Paca de Lima, e o meteorologista Luis Carlos Molion, da Universidade Federal de Alagoas. O texto assinado por Adriana Dias Lopes chega a conclusões logo no primeiro parágrafo. “Com o uso combinado de programas de computador e radares, os meteorologistas brasileiros conseguem rastrear o local e o volume exato de chuvas que vai cair” (p.59). O argumento toca também no caminho que deve ser dado aos dados captados. “Em um mundo ideal, a informação dos radares chegaria ao órgão estadual e seria repassada aos municípios”. A citação do coordenador de defesa civil segue a mesma lógica. “Para solucionar esse problema, é preciso fazer um trabalho preventivo com a população”. Mas, segundo o texto, isso é ainda deficiente no Brasil.

Seguem a contagem de palavras por espaço no material publicado e a

correspondente classificação em dimensões de investigação jornalística.

Tabela 18 – Contagem de palavras na reportagem “Um banho de lama na civilização”

<i>Revista IstoÉ</i> <i>Data:19/01/2011</i> <i>Reportagem</i> <i>“Um banho de lama na civilização”</i> <i>Por espaço na publicação</i>	Dimensão factual (por número de palavras)	Dimensão dramática (por número de palavras)	Dimensão causal (por número de palavras)
Título	6	0	0
Subtítulo – abre de página	29	0	78
Abertura do texto	78	0	177
Legenda	148	32	16
Corpo do texto	373	0	967
Outros textos vinculados “Uma família destruída”, “Trabalho de risco”, “No último minuto” e “Dá para prever”	10	306	342
Em ilustrações ou infográficos (“O que explica a violência das águas”)	36	0	143
Total	680	338	1413

Segunda leitura dos dados: considerações sobre a publicação de “Um banho de lama na civilização”

Como pode ser percebido com a contagem de palavras, na reportagem há predomínio da dimensão causal de investigação jornalística. Com base no material observado e nos números apresentados, seguem considerações:

- 1 Nesta reportagem, a dimensão **factual** de apuração jornalística prevalece somente nas legendas para 17 fotos, que sintetizam os cenários de destruição. Um dos exemplos é de um texto-legenda para três fotos: “(..)Em Teresópolis, a delegacia converteu-se em necrotério (..) Em Nova Friburgo, cidade onde houve mais mortos, o centro foi inteiramente destruído (...)” (p. 57). Há outros momentos de informação factual que estão diluídos na reportagem, em que pode se encontrar números e outros dados da destruição.
- 2 .À dimensão dramática, foram atribuídos trechos de dois textos vinculados, com histórias de pessoas que morreram e de uma que conseguiu escapar da destruição de casa. Em um texto-legenda, foi classificada da mesma forma a história de um bebê que sobreviveu a um soterramento.
- 3 Causas e soluções são predominantes na maior parte da reportagem, incluindo espaços privilegiados como a abertura e também a ilustração principal que compõe o material. O maior número de fontes especializadas (11) representa a atenção da publicação com esse tipo de abordagem.

6.10 Reportagem “A maior tragédia do Brasil” – Revista *Época*

Da edição nº 661 de 17/01/2011. (Autores: Rafael Pereira, Martha Mendonça, Celso Masson, Rodrigo Turrer, Aline Ribeiro, Maurício Meireles e Leopoldo Mateus)

Contexto de veiculação e descrição inicial

A reportagem tem chamada de capa para o assunto: “Depois da tragédia: os dramas, as lições, a retomada de vida após o pior desastre natural da história do Brasil”, com foto de um cemitério e 10 cruces de madeira. Antes da reportagem, a revista traz carta do redator-chefe, David Cohen, intitulada “O que devemos às vítimas da pior tragédia do país” (p.15). Além de explorar o fato da dor “incomensurável” das pessoas que perderam familiares durante o desastre, o jornalista aponta que as decisões governamentais foram ineficazes em relação à prevenção. “Não havia sistema de alerta, não houve rigidez na fiscalização de moradias irregulares, não houve obras de contenção em grau suficiente”. Ele afirma que o país não poderá ser considerado uma potência mundial sem que sejam feitas obras de prevenção.

Ao todo, no espaço de texto da reportagem, estão dispostas 15 imagens, sendo que, em apenas duas delas, não estão incluídas vítimas. A primeira é da vista aérea de um vale. Trata-se da fotografia que acompanha as duas primeiras páginas do material. Tem a legenda: “Lama: Vista aérea de um dos vales na região serrana, coberto por detritos. Terra, vegetação e entulho formaram uma avalanche”. A outra imagem que não retrata vítima é da presidente da República, Dilma Housseff, a bordo de um helicóptero militar a observar a destruição. Em todas as outras, o destaque especial para histórias de pessoas que sofreram com a destruição. Exemplos: “Desolamento: O pedreiro Joaci Rabello, que conseguiu salvar toda a família. Ele diz que vai refazer a casa, quase reduzida a escombros” e “Em Teresópolis, parentes e amigos de vítimas se aglomeram na porta do Instituto

Médico-Legal para reconhecer os corpos retirados dos escombros”.

Um infográfico que ocupa as páginas 30 e 31 intitulada “A origem da tragédia” dá espaço para busca de causas. O outro é o texto vinculado “9 causas da tragédia e o que fazer para evitar sua repetição” (onde se abordam também soluções). Outros textos que estão fora do material principal são “O drama dos resgates quase impossíveis”, “A bravura encontra a solidariedade”, “Uma família dizimada pela chuva” e “Por que não para de alagar” (este último sobre enchente em São Paulo), nas páginas 44 e 45.

Aspectos abordados

1) Quais são as fontes de informação?

Fontes individuais (vítimas): Richard Davidson, Márcio Lopes, Marco Antônio Siqueira, Joaci Rabelo, Ilair Pereira de Souza, Erick Conolly, Ademilson Guimarães

Fontes oficiais: Subsecretário do Meio Ambiente do Rio de Janeiro, Luiz Firmino, Prefeito de Teresópolis, Jorge Mário, Secretário do Meio Ambiente do Rio, Carlos Minc, Governo do Rio de Janeiro, Subcomandante do Corpo de Bombeiros de Rio de Janeiro, Coronel José Paulo Miranda de Queiroz, Departamento de Águas e Energia Elétrica de São Paulo, diretor da Região Metropolitana da Sabesp, Paulo Masato, presidente do Serviço Geológico do Rio de Janeiro, Flávio Hertal

Fonte testemunhal: guarda de trânsito (não identificada)

Associações/Sindicatos/Federações (fontes institucionais): Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

Fontes especializadas: Álvaro Rodrigues dos Santos (ex-diretor do Instituto de Pesquisas Tecnológicas), Maurício Ehrlich (professor de geotécnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro), Daniel de Barros (professor de psiquiatria da Universidade de São Paulo), Júlio Cerqueira César Neto (especialista em engenharia hidráulica do Instituto de Engenharia da USP),

Gustavo Escobar (Coordenador do grupo de previsão de tempo do Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos), Carlos Nobre (chefe de Ciência Terrestre do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), Willy Lacerda (engenheiro geotécnico da UFRJ), Ana Luiza Coelho Netto (pesquisadora do Instituto de Geociências da UFRJ). Moacyr Duarte (especialista em gerenciamento de riscos da UFRJ), economista Sérgio Bessermam Vianna, (especialista em adaptação de grandes cidades às mudanças climáticas).

Tabela 19 – Classificação das fontes para a reportagem “A maior tragédia do Brasil”

Fontes Consultadas	Quantidade
Fonte individual	7
Fontes oficiais	8
Fonte institucional	1
Fonte testemunhal	1
Fontes especializadas	10

2) Quais os principais assuntos discutidos na reportagem?

Na abertura

O primeiro parágrafo do texto busca trazer o estado de espírito na cidade em Teresópolis, ao resgatar por uma citação de uma guarda de trânsito (“É lá que está brotando corpo”), o estado de caos. A servidora municipal tentava controlar o trânsito numa rua que não existia mais. Segundo a descrição da reportagem, havia perplexidade nas pessoas. “E os carros andavam lentos como numa cidade fantasma”. O texto recorda que, no período de férias,

“muitos” visitantes costumam visitar a serra fluminense, mas a região estava marcada por “lama, destruição e desespero”. Por fim, esse primeiro parágrafo afirma ser essa a maior tragédia natural da história do país.

No corpo do texto

Os quatro parágrafos seguintes são destinados a histórias de vítimas, contadas pelos próprios ou por familiares: Richard Davidson, Márcio Lopes, Marco Antônio Siqueira e Joaci Rabelo. Além disso, são apresentados os dados numéricos de mortes, desabrigados, desalojados imóveis destruídos e de doativos para a região. Do sexto parágrafo ao décimo parágrafo, busca-se contextualização maior do assunto sobre a estrutura de suporte no socorro às vítimas e de prevenção (tema que será muito mais explorado em outros espaços da reportagem).

Pode-se destacar que a palavra tragédia é repetida sete vezes ao longo desse bloco de texto.

No infográfico

Entre as páginas 30 e 31 da reportagem, há uma ilustração principal com o título de “A origem da tragédia”, com uma série de informações sobre possíveis “causas” para o desastre. “A combinação de chuvas fortes, ocupação irregular e descaso do poder público resultou na maior catástrofe da história do Brasil”, aponta o subtítulo do espaço, mas o material inclui informações relativas a:

- imagens da Nasa com a trajetória das nuvens,
- as dimensões do estrago,
- o volume de chuvas,

- o histórico de catástrofes no Brasil, e
- como se dá a formação das nuvens.

Sobre este último item, o material expõe que seria “normal” nessa época. “Segundo os meteorologistas, ainda não há uma relação entre a água que desabou no Rio e o La Niña”.

Nos textos vinculados

Seis outros textos, após o principal, tratam de temas diversos relativos a inundações. Todas as páginas estão sob o mesmo chapéu “Brasil – Chuvas”. Os textos e os assuntos contemplados são os seguintes:

a) “O drama dos resgates quase impossíveis”

Conta a história de duas operações de socorro que foram abordadas em noticiário naquela semana. O primeiro trata da iniciativa do músico George Israel, da banda Kid Abelha, de alugar um helicóptero para salvar a família inteira que estava numa casa isolada e com a água já chegando ao segundo andar.

O outro resgate foi difundido, principalmente, pelas emissoras de TV no Brasil, quando a dona de casa Ilair Pereira de Souza, de 53 anos, estava no ponto mais alto da casa dela e via a residência se “desmanchar com a força da água”. Segundo a revista, as imagens foram “assustadoras”. Ela segurava um cão de estimação. De acordo com a narração contida no texto, um vizinho arremessou uma corda para que ela se salvasse, o que ocorreu. A frase atribuída à dona de casa é “Pensei que ia morrer”.

b) “A bravura encontra a solidariedade”

O conteúdo deste texto aponta ações de apoio por parte de

diferentes atores: de militares a iniciativas de cidadãos comuns. A abertura é com uma frase do subcomandante do Corpo de Bombeiros, coronel João Paulo Miranda de Queiroz: “Não somos heróis”. Um comentário que ganha espaço neste texto é de um professor de psiquiatria da Universidade de São Paulo, Daniel Barros, que explicaria o sentido de solidariedade em momentos como esse. A frase atribuída a ele é: “Para viver em sociedade, o homem aprendeu a criar laços de solidariedade”. Para exemplificar, o texto cita campanhas feitas por personalidades como o tenista Gustavo Kuerten e o jogador de futebol Petkovic.

c) “Uma família dizimada pela chuva”

Neste texto de dois parágrafos e 304 palavras, existem quatro imagens, que contam a história da morte de 11 pessoas de uma mesma família, no distrito de Itaipava, cidade de Petrópolis. Entre as fotos, há uma de arquivo também utilizada por *Veja*: com um casal e uma criança que morreram por conta do desastre. Logo abaixo há imagem de caixões brancos sendo levados para sepultamento. Em relação ao texto, afirma-se que a família estava na casa da serra para comemorar o aniversário do empresário Armando Erick de Carvalho. Em razão do número de mortos, a matéria indica que “o enterro foi realizado em quatro etapas”. A fonte usada para prestar informações foi Erick Connoly, que perdeu a mulher e dois filhos, e que, de acordo com o texto “chorava copiosamente”.

d) “Uma esperança em meio às aflições”

Neste texto, é relatado o resgate de um bebê de seis que teria sido resgatado entre os escombros. Os repórteres atribuem ao evento o significado de “milagre”. Outro assunto abordado é a vida dos

desabrigados em ginásios e o espírito de colaboração que surge em meio a esse tipo de dificuldade.

e) “Por que não para de alagar?”

Num salto geográfico, a reportagem aborda aqui enchentes na cidade São Paulo e no interior. O estado vizinho também sofria na ocasião com cheias que também causaram transtornos. No texto, assinado por Rodrigo Turrer, a abordagem é da falta de investimento de obras de prevenção. “A ideia não é rezar para chover menos, e sim estar preparado para quando chove demais. A administração municipal não investiu tudo o que estava previsto”, revela. Outra observação da matéria é sobre a falta de piscinões que seriam necessários para conter as águas. “A falta de investimento em piscinões e em desassoreamento aumenta a probabilidade de enchentes em mais de 20%.”, explicou um especialista. As fontes oficiais ouvidas pela reportagem acusam a população de jogar muito lixo nas ruas e assim não colaborar para que as cheias possam ser evitadas. Mas a reportagem sentencia que “a tese mascara a falta de políticas de saneamento básico e de coleta”.

f) “9 causas da tragédia e o que fazer para evitar sua repetição”

A par do título do texto apontar que haveria um número fechado de “causas” para o desastre, o teor do material, organizado em nove questionamentos, traz à tona observações de sete especialistas para cada uma das ideias tratadas. O texto busca contextualização das informações em temas que podem colaborar com o esclarecimento. Essas ideias serão mais desenvolvidas em itens sobre menções a causas e a soluções.

4) Dramas pessoais têm destaque na matéria?

Sim. No corpo do texto, nas histórias de Richard Davidson, Márcio Lopes, Marco Antônio Siqueira e Joaci Rabelo. São personagens que se posicionam na narrativa:

- Richard Davidson: “De repente, tudo começou a tremer debaixo de meus pés” e “Quando dei por mim, estava debaixo de um monte de entulho e lama”
- Márcio Lopes: “De repente começaram a descer pedra, madeira e muitas pessoas levadas pela correnteza”.
- Marco Antônio Siqueira: “Vi corpos na calçada, presos em galhos de árvores que a enxurrada trouxe, em todos os lugares”.
- Joaci Rabelo: são atribuídas a ele cinco citações. “A gente só fazia rezar para a água não levar a casa”, “Eu só estava preocupado que não enchesse mais, porque eu teria de deixar meu irmão para trás”, “Sempre que penso nisso, na decisão que eu teria de tomar... Seria impossível levá-lo comigo”, “Eles jogaram uma corda e fomos passando, um por um” e “Graças a Deus não morreu ninguém da minha família. Construí esta casa com meu pai, também pedreiro. Agora vou fazer de novo”.

Os outros três personagens são os protagonistas das histórias em textos vinculados

5) A reportagem faz menção às causas das enchentes ou das falhas estruturais?

Sim. No corpo do texto, nos oitavo parágrafo aponta-se uma causa considerada principal: “A previsão de chuva foi captada pelos radares do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), mas repassada de forma vaga pela Secretaria Nacional de Defesa Civil”.

No texto “9 causas da tragédia e o que fazer para evitar sua repetição”, os questionamentos iniciais que buscam esclarecimentos sobre causas são os

seguintes: 1) “O que transformou uma chuva comum no verão em uma catástrofe?” 2) Como as características do solo influenciaram o desastre? 3) Um sistema de alertas mais eficaz teria poupado vidas? 4) Os estragos seriam menores se não houvesse desmatamento nas encostas? 7) É justo culpar as prefeituras? 8)_Qual é a responsabilidade do governo federal? 9) Até que ponto as mudanças climáticas têm culpa na tragédia? A respeito dessa última questão, o texto indica que os cientistas ainda não são categóricos a respeito do tema e que seriam necessários pelo menos 30 anos para fazer esse tipo de relação.

Outro texto que estabelece relações com causas é “Por que não para de alagar”, que é integralmente voltado a tratar de possíveis referências aos fatores que contribuem para cheias em São Paulo.

6) O material apresenta proposição de soluções?

Sim. Nos dois últimos parágrafos do corpo do texto há menção a soluções, como em:

- “Os alertas são apenas um componente da prevenção. Antes deles, é preciso disciplinar a ocupação do solo de forma radical”.
- “Uma ocupação mais racional das áreas de encosta poderia ter evitado centenas de mortes”.

Outro momento em que há menções a soluções está em “9 causas da tragédia e o que fazer para evitar sua repetição”. Referem-se a isso as questões:

- Como conter a ocupação irregular do solo?, na qual é apresentada uma opinião especializada: “Uma solução é as empresas terem responsabilidade social”, diz Willy Lacerda, engenheiro geotécnico da Coppe/UFRJ. “Elas deveriam investir em moradias em áreas adequadas para seus funcionários quando se instalam numa certa região” e

- Há como evitar novas tragédias mesmo sem remover as pessoas que vivem na região?, para a qual é apresentado um mapeamento da Fundação

Instituto de Geotécnica (Geo-Rio) das 21 mil casas em solos frágeis que podem desabar

Seguem a contagem de palavras por espaço no material publicado e a correspondente classificação em dimensões de investigação jornalística.

Tabela 20 – Contagem de palavras na reportagem “A maior tragédia do Brasil”

<i>Revista IstoÉ</i> <i>Data:19/01/2011</i> <i>Reportagem</i> <i>“A maior tragédia do Brasil”</i> Por espaço na publicação	Dimensão factual (por número de palavras)	Dimensão dramática (por número de palavras)	Dimensão causal (por número de palavras)
Título	5	0-	-0
Subtítulo	26	0	0
Abertura do texto	147	22	0
Legenda	98	174	0
Corpo do texto	398	503-	608
Seis textos vinculados	105	788	2412
Em ilustrações ou infográficos: “A origem da tragédia”	212	0	28
Total	991	1487	3048

Segunda leitura dos dados: considerações sobre a publicação de “ A maior tragédia do Brasil”

Como pode ser percebido com a contagem de palavras, os números totais indicam predomínio da dimensão causal de investigação jornalística, mas por conta de prioridades estabelecidas na reportagem. Com base no material observado e nos números apresentados, seguem as considerações:

1. Nesta reportagem, a dimensão **factual** de apuração jornalística prevalece na abertura do texto, quando são apresentados números e a situação de cidades da região serrana do Rio de Janeiro. No corpo do texto principal, há destaque para esse tipo de informação, principalmente para referendar os depoimentos de vítimas.
2. A dimensão **dramática** é contemplada no corpo do texto com o apelo a quatro histórias de vítimas, particularmente do segundo ao quinto parágrafo. Histórias com apelo emocionais são trazidas em outros dois textos vinculados. A reportagem opta por trazer citações de todos eles com descrições e cenários, por exemplo, de como ocorreram mortes e detalhes sobre velórios e enterros. Sete personagens-vítimas têm destaque nas narrativas.
3. O predomínio, na somatória de palavras, da dimensão **causal** deve-se ao tema (tanto causas como soluções) ser tratado no final do texto principal. Isso ocorre por conta de outros dois textos vinculados com mais de mil palavras cada um, baseados na utilização de 10 fontes de informação especializadas.

6.11 Reportagem “A mesma cena. E cada vez mais dor sob os destroços” – Revista *IstoÉ*

Da página 40 a 53, edição nº 2149 (19/01/2011) (Autores: Francisco Alves Filho, Wilson Aquino, Rafael Teixeira, Adriana Prado e Luciani Gomes)

Contexto de veiculação e descrição inicial

A capa da revista tem a seguinte manchete: “Muito discurso, pouca ação e mais tragédias”, com foto de um vale devastado pelo desastre com casas destruídas. Antes da reportagem, a revista traz o editorial “Uma avalanche moral”, assinado pelo diretor-editorial adjunto da revista, Luiz Fernando Sá. O jornalista defende a atuação da publicação na cobertura de outras inundações. “As reportagens de *IstoÉ* não se resumem a relatar fatos. Cobram providências, instigam discussões, tocam em feridas abertas por décadas de descaso” (p.13). Já, por reconhecer esse tipo de evento como repetitivo, o jornalista cogita preparar a edição do ano seguinte. “Três capas nos últimos dois anos (...). Sempre no verão. Podemos já pensar na de 2012”. O jornalista decreta, em primeira pessoa, que é possível evitar que problemas como esse voltem a ocorrer. “Já vimos o filme, sabemos o enredo, mas podemos mudar o seu fim”. Como o presente trabalho é produzido no ano de 2012, é possível adiantar que não foram registradas enchentes no início do ano e a revista não produziu mais conteúdos a respeito do tema.

Ao todo, nas 14 páginas utilizadas pela revista para trazer a reportagem sobre a inundação no Rio de Janeiro (sob o chapéu “Brasil-Especial”), foram dispostas nada menos do que 31 imagens, sendo 18 com vítimas em cenários de destruição. Em outras três imagens, há referências visuais a mortes. Em uma delas, a cabeça de uma pessoa morta pode ser identificada no meio da lama. Em outra, bombeiros carregam corpos cobertos e na última, uma foto aérea de duas pessoas em um cemitério. As demais fotografias apontam para áreas devastadas, sendo que em duas delas mostra-se operações de resgate. Em outra, a presidente da República, Dilma Housseff, ministros e autoridades

locais aparecem na região afetada.

Elementos diferenciados visuais são um gráfico com números de mortes em inundações (sobre imagens de cada local), um infográfico intulado “Tragédia na Serra”, com balanço numérico e explicações sobre topografia e uma ilustração chamada de “Responsabilidade compartilhada”, que aponta quais seriam as responsabilidades de cada instância governamental na prevenção de desastres.

Aspectos abordados

2) Quais são as fontes de informação?

Fontes individuais (vítimas): contador Luiz Otávio de Souza, 39 anos, balconista Juliana Alves, de 23 anos, pintor Daniel Serafim, de 47 anos, comerciária Regina Soares, 28 anos, pensionista Nely Xavier, de 63 anos, pedreiro Andrei Silva, de 26 anos, advogada Lia Vieira, de 43 anos

Fontes oficiais: Prefeitura do Rio de Janeiro, Defesa Civil do Rio de Janeiro, vereadora Andréa Gouveia Vieira, governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, presidente do comitê de ações emergenciais de Petrópolis, Luís Eduardo Peixoto e presidente da República, Dilma Housseff

Associações/Sindicatos/Federações (fontes institucionais): secretário-geral da ONG Contas Abertas, Gil Castello Branco

Fonte Testemunhal: um dos funcionários responsáveis pelo transporte dos corpos em Nova Friburgo, que prefere não se identificar

Fontes especializadas: diretora do Centro para a Pesquisa de Epidemiologias da ONU, Debarati Guha-Sapir, cientista político Luiz Werneck Viana, David Zee, coordenador de mestrado em meio ambiente da universidade carioca Veiga de Almeida, pesquisadora mineira Waleska Marcy Rosa, 41 anos, do Centro Universitário Serra dos Órgãos, cientista político

Ignácio Cano, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Tabela 21 – Classificação das fontes para a reportagem “A mesma cena. E cada vez mais dor sob os destroços”

Fontes Consultadas	Quantidade
Fontes individuais	7
Fontes oficiais	6
Fonte institucional	1
Fonte testemunhal	1
Fontes especializadas	6

2) Quais os principais assuntos discutidos na reportagem?

Na abertura

O primeiro parágrafo do texto é narrativo para reconstituir a destruição e, em um segundo momento, essencialmente descritivo sobre o cenário. Mesmo sem fonte específica, a reportagem narra: “Foi tudo muito rápido, como sempre é” (p.40). No corte temporal, aponta: “Quando amanheceu, o mundo ali era outro”. Nessa descrição, aborda as cidades de Teresópolis, Petrópolis e São José do Vale do Rio Preto. Esta última teria servido de inspiração para Tom Jobim compor a música Águas de Março, mas “transformou-se em uma corredeira de águas caudalosas, que com sua força destruiu casas, pontes e vidas”. Cenário do que a abertura aponta como a maior tragédia natural da história do Brasil.

No corpo do texto

A palavra tragédia, que define o desastre na abertura da reportagem, é repetida nove vezes no corpo do texto. No entanto, do segundo ao décimo primeiro parágrafo há alguma relação com fatores que contribuíram para o desastre. Apenas nos dois últimos trechos, a reportagem faz relações prioritariamente com histórias de vítimas.

As seis fontes especializadas repercutem os fatos que são descritos ao longo do material. As abordagens estão inseridas em argumentos ligados a alterações climáticas, condições topográficas, desorganização de instâncias governamentais, repasse de recursos financeiros e ineficiência em ações de socorro. Mais detalhes sobre essa abordagem são relacionados dos itens 4 e 5 a seguir.

No infográfico e ilustrações vinculadas

Há um infográfico na reportagem com os título e subtítulo: “Tragédia na serra: Região serrana vira palco de uma das 10 maiores catástrofes naturais do mundo”. Com um mapa da região afetada, há legendas para especificar números de mortos em cada uma das cidades e as respectivas circunstâncias, tais como “avalanche de terra”, “enxurrada” e “fenda de grandes proporções”. Não há explicação nesse espaço sobre o que geraram esses problemas.

A primeira ilustração (p.42) mantém o tom de apontar balanço numérico para ranquear o desastre do Rio de Janeiro. Como em linhas de um gráfico, são apontadas “tragédias” que ocorreram no Brasil ocasionadas por chuvas.

Na segunda ilustração (p.46), a tônica é diferente, já que propõe o didatismo para explicar quais são as responsabilidades das instâncias municipal, estadual e federal (nesta ordem) em ações de prevenção a

desastres naturais. Para o município e o estado, foram listados quatro itens relacionados e, para o poder central, duas iniciativas.

Nos textos vinculados

Cinco textos (de um parágrafo cada) descrevem fatos ocorridos com personagens que são vítimas do desastre. Os títulos são os seguintes:

- g) “Resgatei o braço de uma criança”
- h) “Morreu todo mundo”
- i) “Não sei nem para onde vou”
- j) “Ela disse que não ia acontecer nada”
- k) “A vitória da vida”

O apelo nítido à emoção em todos esses textos confere drama às situações, conforme será desenvolvido no próximo item.

3) Dramas pessoais têm destaque na matéria?

Sim. Em cinco textos vinculados e nos dois últimos parágrafos da matéria principal. Ressalta-se que todos os personagens-vítimas são apresentados acompanhados de profissão e idade: contador Luiz Otávio de Souza, 39 anos, balconista Juliana Alves, de 23 anos, pintor Daniel Serafim, de 47 anos, comerciária Regina Soares, 28 anos, pensionista Nely Xavier, de 63 anos, pedreiro Andrei Silva, de 26 anos, pedreiro Andrei Silva, de 26 anos e a advogada Lia Vieira, de 43 anos.

Alguns trechos expõem intensa dramaticidade por intermédio de citações atribuídas a eles:

- a) “Eles só podem estar mortos. Não há o que fazer” (Luiz Otávio de Souza)
- b) “Só restaram minha mãe e um irmão” (Juliana Alves)
- c) “A casa que levei 20 anos para construir destruiu em cinco minutos” (Daniel Serafim)
- d) “Perdi minha casa, minha família e minha felicidade” (Nely Xavier)

4) A reportagem faz menção às causas das enchentes ou das falhas estruturais?

Sim. Por nove parágrafos do texto principal, há menções às possíveis causas do desastre, a reboque das explicações dos seis especialistas trazidos para a reportagem. Já a partir do segundo parágrafo, o texto utiliza-se de uma frase de coesão com a abertura essencialmente descritiva. “Sua gênese (do desastre), no entanto, foi lenta e gradual, e o resultado, previsível” (p. 41). A partir de então, a edição passa a elencar os contextos que teriam marcado a previsibilidade da ocorrência, tais como:

- a) Repetição: “Marcada por características geológicas e climáticas instáveis, a região serrana do Rio de Janeiro está acostumada a recolher corpos sob a terra úmida” (p. 41).
- b) Fuga do fatalismo: “Não há desculpa para colocar a culpa nas chuvas, o Brasil não é Bangladesh”, diz a diretora do Centro para a Pesquisa de Epidemiologias da ONU, Debarati Guha-Sapir” (p.44).

- c) Responsabilização de governos: “Nesses tempos de pânico ambiental, as mudanças climáticas têm sido os alçózes perfeitos dos governantes para justificar o injustificável” (p.47). “Não há como, no entanto, negar que a responsabilidade maior é do poder municipal” (p. 51).
- d) Falta de planejamento: “Mas o inadmissível em um caso como esse é a absoluta falta de preparação e coordenação do poder público para mitigar os efeitos de um desastre iminente” (p.47).
- e) Falta de articulação: “Por razões que ainda não estão claras, não havia técnicos disponíveis ou capacitados para analisar esses dados e disparar o alerta” (p.50).
- f) Volume e velocidade das águas: “O rio subiu em uma velocidade enorme, foi um volume de água impossível de ser contido” (p.50).
- g) Causa ambiental: “Como em qualquer acidente, a causa não é uma só. É uma soma de erros de várias origens, entre as quais o inaceitável descaso com o meio ambiente” (p.51)
- h) Combinação de eventos: Aquecimento global e desmatamentos são algumas das causas de tragédias que têm acontecido no mundo. O aumento da população urbana é outra ponta do desequilíbrio (p. 51).

Nos outros espaços da reportagem, a contribuição para a discussão das causas do desastre não são representativos.

5) O material apresenta proposição de soluções?

Sim. Paralelamente às causas, são disponibilizadas, ao longo da reportagem, possibilidades de soluções em pelo menos dois parágrafos do texto. Além disso, uma lista de ações governamentais está disposta em uma

ilustração informativa. A respeito das informações dispostas no corpo do texto, podem-se apontar os seguintes trechos:

- a) Comparação com outros eventos: “Dois casos recentes mostram como investimento, controle da ocupação do solo e preparação podem poupar vidas” (p.41). Em seguida são citados exemplos na Austrália e em Portugal, onde teria havido um volume de chuvas maior e com número de mortes reduzido.
- b) Adoção de equipamentos: “Mas, se um simples sistema de alerta funcionasse, o número de vítimas poderia ser reduzido de forma drástica” (p.43).
- c) Adoção de procedimentos: ““É preciso criar os agentes comunitários, as brigadas locais em cada distrito, em cada município” (p. 51).

Outro momento de explicações sobre ações de prevenção está numa ilustração a respeito da atribuição da cidade (incluindo mapeamento de áreas de risco, pluviosidade da região e da situação do solo, retirada de moradores, contenção e recuperação de áreas), do estado (projetos habitacionais, investimentos em saneamento, construção de reservatório) e no âmbito federal (convocação das Forças Armadas e repasse de recursos aos Estados).

Seguem a contagem de palavras por espaço no material publicado e a correspondente classificação em dimensões de investigação jornalística.

Tabela 22 – Contagem de palavras na reportagem “A mesma cena e cada vez mais dor sob os destroços”

<i>Revista IstoÉ</i> <i>Data:19/01/2011</i> <i>Reportagem</i> <i>“A mesma cena. E cada vez mais dor sob os escombros”</i> <i>Por espaço na publicação</i>	Dimensão factual (por número de palavras)	Dimensão dramática (por número de palavras)	Dimensão causal (por número de palavras)
Título	3	7-	-0
Subtítulo	13	0	17
Abertura do texto	147	22	0
Legenda	195	87	0
Corpo do texto	60	410	1543
Cinco textos vinculados	0	445	0
Em ilustrações ou infográficos: “A tragédia na Serra” e “Responsabilidade compartilhada	312	0	134
Total	857	971	1694

Segunda leitura dos dados: considerações sobre a publicação de “ A mesma cena. E cada vez mais dor sob os destroços”

Como pode ser percebido com a contagem de palavras, os números totais indicam predomínio da dimensão causal de investigação jornalística, principalmente por conta da priorização dessa abordagem no corpo do texto. Com base no material observado e nos números apresentados, seguem considerações:

- 1 Embora a dimensão **factual** de apuração jornalística não tenha, no todo da reportagem, prevalecido, é possível identificar que as informações com essa característica ocuparam espaços privilegiados no material: a abertura, legendas e em um infográfico. Nesses lugares, estão salientados balanços da destruição baseados em dados fornecidos por fontes oficiais. É importante destacar que, no entanto, esse tipo de entrevistado é também utilizado para outros tipos de abordagens. Um dos exemplos é a exploração de contradições com o governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral (que diz que uma das causas é o populismo de políticos que estimulam pessoas a ocuparem áreas de risco). A reportagem retruca que a autoridade deveria fiscalizar essas ações.
- 2 As histórias de seis vítimas ocuparam espaço destacado na reportagem (em textos a parte da matéria principal). Todos eles foram identificados por nomes inteiros, profissão, idade e fotografias, e com direito à fala (por citações entre aspas). Coube a eles também o papel de reconstituição de fatos. As vítimas fizeram também parte da narrativa no corpo do texto, mas suas histórias ficaram guardadas para os últimos parágrafos. Assim, a dimensão **dramática**, embora também não tenha prevalecido, foi contemplada em apelos emocionais nos textos.

Outra possibilidade de avaliação pormenorizada, não o alvo desta pesquisa, é sobre as imagens escolhidas para a reportagem que incluem corpos e flagrantes de sofrimento. .

3 Nesta reportagem, o predomínio da dimensão **causal** foi consequência da opção da revista por priorizar no corpo do texto as discussões e interpretações dos dados sob o prisma de se expor possibilidades de causas e consequências. Diferentes tipo de fontes serviram a esse propósito, incluindo uma vereadora que teve familiar atingido pelo desastre. Na reportagem, optou-se por registrar uma opinião dela a respeito da necessidade de criação de brigadas municipais para apoiar moradores em situação de risco. Além disso, é necessário observar a utilização de seis fontes de informação especializadas que trataram de temas como impactos ambientais e ordenamento urbano.

6.12 Reportagem “8 soluções para evitar outra tragédia” – Revista *Veja*

Da edição nº 2149 de 26/01/2011. (Autores: Malu Gaspar, Renata Betti, Roberta de Abreu e Lima, Igor Paulin e Helena Borges).

Contexto de veiculação e descrição inicial

Após a edição anterior de *Veja*, que conferiu capa e uma reportagem de 12 páginas para tratar o desastre no Rio de Janeiro, a revista voltou ao assunto na semana seguinte com a proposta de apontar “8” soluções para que ocorrências como essa não voltassem a ocorrer. Nessa edição observada, a capa com uma manchete principal “Guerra nas estrelas”, sobre discussões entre astronomia e astrologia, há uma chamada no alto da página: “Rio de Janeiro: 8 soluções para que

as chuvas matem menos em 2011”. No espaço de sumário (p.8) da revista, há uma foto de casa destruída no alto da página com a legenda: “Chuvas: como evitar as catástrofes”. Na parte de baixo, o anúncio de que o tema era tratado na edição eletrônica da revista, com o título de: “Um país sem defesa” cobrindo uma imagem de um caixão transportado por quatro militares sob chuva.

Na reportagem desta edição, as cinco páginas utilizadas pela revista contaram com cinco fotografias: a primeira de uma área com casas destruídas em meio a um vale. A segunda foi de um casal dentro de uma casa afetada. A terceira, na verdade, é um registro da tela de um radar meteorológico. A quarta mostra duas pessoas no Japão em treinamento de operação de socorro (com um boneco deitado) e a quinta imagem, com dois cães encontrados perdidos em Teresópolis. A reportagem (com o chapéu “Cidades”) conta, em meio às “8 soluções”, com 10 ilustrações que indicam prazo para executar e uma escala de custo financeiro de determinada providência. Há três infográficos na página 78 que descrevem problemas e soluções. O primeiro esquema conta com o texto sobreposto: “No lugar errado”. Há na página 79 uma ilustração com imagem de um radar. Dois textos vinculados trataram de assuntos paralelos à matéria principal: “Um bom exemplo” (sobre as providências tomadas pela administração da cidade de Blumenau após o desastre de 2010) e “A vida no galpão” (a respeito das dificuldades de animais sem dono após o desastre).

Aspectos abordados

1) Quais são as fontes de informação?

Fontes individuais (vítimas): gerente industrial Elson Oliveira

Fontes oficiais: secretário de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência e Tecnologia, Luiz Antonio Barreto, secretário de Planejamento de Teresópolis, José Alexandre Almeida

Associações/Sindicatos/Federações (fontes institucionais): Maria Elisabeth

Filipi, da ONG Superestimação

Fontes especializadas: Willy Lacerda, especialista em geotécnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Paulo Rosman, professor da Coppe, UFRJ, Ana Luiza Coelho Netto, especialista em geomorfologia da UFRJ, Alberto Ortigão, geotécnico da UFRJ, Luiz Otávio Martins Vieira, diretor-presidente da Geo-Rio, Humberto Vianna, secretário nacional da Defesa Civil, Marcelo Motta, Serviço Geológico do Estado - RJ, Marcio Ackerman, geógrafo e consultor ambiental, José Alexandre Almeida, secretário de Planejamento de Teresópolis, Etiquio Calazans (engenheiro especialista em radares), Marcelo Seluchi (CPTEC/Inpe), Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet)

Tabela 23 – Classificação de fontes para a reportagem “8 soluções para evitar outra tragédia”

Fontes Consultadas	Quantidade
Fonte individual (vítima)	1
Fontes oficiais	2
Fonte institucional	1
Especialistas em áreas diversas	11

2) Quais os principais assuntos discutidos na reportagem?

Na abertura

O primeiro parágrafo do texto insere as questões principais que a revista promete elencar em “8 soluções...”. Há uma mescla inicial de argumentos, incluindo o aspecto da “negligência” de entes públicos. Ainda neste trecho, iniciou-se o ataque

a medidas paliativas, conforme se pode verificar nas duas primeiras frases do texto. “Sempre que a fúria das águas deixa um rastro de destruição e mortes, o roteiro seguido pelos governantes brasileiros é muito semelhante. Proferem-se frases de efeito, adotam-se medidas paliativas, mas as grandes questões permanecem negligenciadas”. Na sequência, explicou-se que países desenvolvidos do mundo passam por problemas semelhantes, mas não perdem o mesmo número de vidas. No final do parágrafo, a reportagem atribuiu a uma fonte oficial, o secretário de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência e Tecnologia, Luiz Antonio Barreto, em pronunciamento no congresso, uma espécie de *mea-culpa*. ““Falamos muito, mas não fizemos nada” (p.77).

No corpo do texto

As “oito soluções”, que a revista promete, são inseridas a partir de um segundo parágrafo em que o argumento principal é o seguinte: “não há por que reinventar a roda”, visto que existiriam exemplos em todo o mundo de superação de dificuldades antes, durante e depois de desastres naturais. Segue o que a revista passa a tratar como receita de procedimentos. Para cada “solução”, existe um parágrafo específico. A edição adianta que essa receita faz parte de uma concordância entre fontes de informação utilizadas. “As oito soluções propostas a seguir são consensuais para um grupo de especialistas ouvidos por VEJA, brasileiros e estrangeiros, que já puderam aferir sua eficácia em áreas com características semelhantes às da serra fluminense”. O exemplo encontrado é o estado de Queensland, na Austrália.

Nos infográficos vinculados

Há três infográficos, na página 78, com os seguintes títulos e conteúdos:

a) No lugar errado

Existe um desenho de casas em lugares de morros. A informação principal que antecipa a ilustração é que no Rio de Janeiro as regras para ocupação de terras não são cumpridas (informação no âmbito das causas). Em seguida, o material se propõe a explicar quais são os padrões proibidos na construção de casas em áreas como aquela, de acordo com o Código Florestal em vigor.

b) Uma cortina de concreto

Informação no campo das soluções, a ilustração é de uma camada de concreto que “prenderia” a terra e evitaria desmoronamentos.

c) Casas firmes no chão

Também sob o rótulo de solução, o desenho mostra um sistema de estacas fincadas a 25 metros de profundidade, evitaria que as residências se movimentassem.

Nos textos vinculados

Dois textos são inseridos em caixas e remontam paralelos com a tônica principal da publicação:

a) Um bom exemplo

Este texto tem relação direta com a proposta de encontrar soluções. A narrativa opta por resgatar como a cidade de Blumenau procedeu após o desastre de dezembro de 2008. “Depois da tragédia, a prefeitura mudou as normas de ocupação das áreas de risco e criou leis mais severas (...)” (p.78). De acordo com o texto, os infratores ficam suscetíveis inclusive à prisão. Um personagem é inserido no argumento. O gerente industrial Elson Oliveira é citado como uma pessoa que deixou área de risco para evitar problemas jurídicos.

b) A vida no galpão

Texto trata de assunto divergente da matéria principal, ao registrar um galpão onde vivem mais de 300 animais domésticos que ficaram sem dono após o desastre ambiental. No lugar, seria possível adotar qualquer um deles. Até uma psicóloga de cães, ligada a uma ONG, tem espaço com duas citações. Em uma delas, a profissional explica que os cachorros vivenciam o luto.

3) Dramas pessoais têm destaque na matéria?

Não são representativos os aspectos tidos como dramáticos na reportagem.

4) A reportagem faz menção às causas das enchentes ou das falhas estruturais?

Sim. As causas são expostas a partir da abertura da reportagem, e descritas como “velhas fragilidades”, que seriam: “ocupação irregular de encostas, leniência na fiscalização, falta de investimentos em tecnologia e infraestrutura” (p.77). Como já observado, em um infográfico intitulado “No lugar errado”, há uma ilustração da irregularidade na ocupação do solo no Rio de Janeiro.

No corpo do texto, o uso de uma citação do secretário de Planejamento de Teresópolis, José Alexandre Almeida, expõe um dos componentes que podem ser considerados causais: a frouxidão das autoridades públicas. A palavra dele está inserida na solução número 2: “Fiscalizar a ocupação do solo”. Para demonstrar a ineficácia, foi atribuída a ele a seguinte citação: “Sabe, não podemos ser muito rigorosos na cobrança das normas de ocupação do solo. Do contrário, 80% dos habitantes teriam de deixar suas casas” (p.78). O texto da revista responde ao secretário: “É preciso que deixem”. Afinal, segundo esse argumento, a falta de obediência às normas e de fiscalização dos governos colaborou com o número elevado de mortes.

Outro item relacionado a causas está na solução de número 6 “Sistema edicaz de radares”. Nesse trecho do texto, é informado que, na ocasião do desastre do Rio de Janeiro, o radar do Instituto de Pesquisas Espaciais que cobre a área da serra fluminense estaria quebrado, de acordo com a revista. No item 7 das soluções “Alertas de emergência”, acrescenta-se que a região afetada no Rio de Janeiro não dispõe de sistema de alarme para avisar comunidades em situação de perigo.

5) O material apresenta proposição de soluções?

Sim. Trata-se da principal proposta da reportagem. Conforme se adianta a partir do título, a ideia é elencar, a partir de informações confirmadas por fontes especializadas, uma receita com “oito soluções” para que fatos como os que ocorreram não se repitam. Segundo a revista, esses itens listados em cinco páginas da reportagem fazem parte de um consenso entre profissionais brasileiros e estrangeiros. Junto às informações, existem ilustrações que rotulam o tempo para execução da obra (curto, médio ou longo) e o investimento financeiro necessário (baixo, médio ou alto). A revista não quantifica o que seriam essas classificações. As soluções elencadas pela revista são as seguintes (nesta ordem):

- 1) Mapear as áreas de risco (consideração: prazo médio, custo baixo)

Para argumentar, a revista utilizou uma citação do geólogo Willy Lacerda, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. "Trata-se de instrumento de primeira necessidade para minimizar os riscos" (p.78) e tomou como exemplo Hong Kong.

- 2) Fiscalizar a ocupação irregular do solo (consideração: prazo médio, custo baixo)

Além de expor causas, como citado no item anterior, cita o Código Florestal que define padrão de construção.

- 3) Remoções em áreas de risco (consideração: prazo longo, custo alto)

Aponta, basicamente, que a "experiência internacional" mostra que a solução mais eficaz na prevenção a tragédias em regiões de topografia acidentada são as remoções. Não cita fonte de informação.

- 4) Contenção de encostas (consideração: prazo médio, custo alto)

Atribuiu a informação ao "grupo de arquitetos e engenheiros ouvidos por *Veja*" de que se trata de uma obra em que o retorno é em vidas poupadas.

- 5) Construções mais seguras (consideração: prazo longo, custo alto)

Sem indicar qual é a fonte, a revista faz considerações sobre o custo de obras, incluindo as fundações mais preparadas, e indica que impor regras sobre as construções é obrigação dos municípios.

- 6) Sistema eficaz de radares (consideração: prazo médio, custo médio)

Também sem indicar especificamente a fonte para essa informação, a reportagem alega que o Brasil necessitaria do dobro de radares que dispõe para que tivesse uma cobertura "razoável".

- 7) Alertas de emergência (consideração: prazo curto, custo baixo)

Explica que a população bem treinada, como no caso de Estados Unidos e Japão, pode fazer a diferença no salvamento de vítimas. Não traz fonte específica para esse assunto.

- 8) Coordenação de ações (consideração: prazo curto, custo baixo)

Trata da necessidade dos órgãos públicos das cidades estarem integrados e obedecerem a protocolos estabelecidos para situações de emergência. Sem fonte de informação definida.

Como observado, as fontes especializadas não são trazidas na maioria dos itens, mas enumeradas no final do corpo do texto. Não há como indicar qual delas tratou especificamente de cada tema. A palavra tragédia é repetida seis vezes ao longo das “soluções”

Seguem a contagem de palavras por espaço no material publicado e a correspondente classificação em dimensões de investigação jornalística.

Tabela 24 – Contagem de palavras em “8 soluções para evitar outra tragédia”

<i>Revista IstoÉ</i> <i>Data:19/01/2011</i> <i>Reportagem</i> <i>“8 soluções para evitar outra tragédia”</i> Por espaço na publicação	Dimensão factual (por número de palavras)	Dimensão dramática (por número de palavras)	Dimensão causal (por número de palavras)
Título	0	0	6
Subtítulo	-	-	-
Abertura do texto	30	0	142
Legenda	49	10	19
Corpo do texto	18	0	1774
Textos vinculados	75	85	112
Em infográficos:	0	0	176
Total	172	95	2.229

Segunda leitura dos dados: considerações sobre a publicação de “8 soluções para evitar outra tragédia”

Como pode ser percebido com a contagem de palavras, a reportagem se ateve a buscar contextualização, com causas e soluções. Com base no material observado e nos números apresentados, seguem considerações:

- 1 As informações com características **factuais** ficaram restritas a legendas de imagens, onde o editor descreve qual o local e o dano respectivos e a um texto sobre um alojamento de cachorros perdidos. No corpo do texto e na abertura, aquelas informações comuns baseadas em dados da Defesa Civil são pouco trazidas. Mesmo outras fontes oficiais, que normalmente são utilizadas para responder alguma demanda, aqui são ouvidas para a principal proposta da reportagem.
- 2 É também bastante restrito o espaço para histórias de vítimas, o que reduziu a dimensão **dramática** do texto, que ainda pode ser notado em textos vinculados, com histórias de um personagem obrigado a deixar a casa e, no outro, da tristeza de animais perdidos, que teriam sentimentos parecidos com os dos humanos.
- 3 - A reportagem destina-se a apontar “oito soluções”, mas traz também contextos e causas não só do desastre no Rio de Janeiro, mas também de outras ocorrências. Na busca de soluções, 11 fontes são elencadas, embora não fique claro, na maior parte das vezes, quem são os responsáveis para cada uma delas. A outra questão que pode suscitar discordâncias é se em oito soluções um assunto tão complexo como esse possa ser esgotado. Não obstante, a dimensão **causal** é contemplada em todos os espaços da reportagem com a maioria absoluta das fontes

utilizadas para prestar esclarecimentos sobre informações com essas características.

6.13 Reportagem “A dura vida numa região devastada” – Revista *IstoÉ*

Da edição nº 2150 de 26/01/2011. (Autor: Francisco Alves Filho).

Contexto de veiculação e descrição inicial

A reportagem, a menor a ser observada, conta com cinco parágrafos, cinco fotos e uma ilustração com o balanço da destruição. Não há na capa da revista chamada para o material. A primeira página conta também com o subtítulo: “Falta tudo, menos desgraças. Mas, mesmo em meio ao caos, a população de Nova Friburgo teima em retomar sua rotina e preservar a esperança”.

Das cinco fotografias disponíveis, apenas uma não tem imagem de vítima do desastre. Nessa, que abre o material, uma bomba de gasolina está no chão. A legenda: “Bombas de gasolina arrastadas em Nova Friburgo”. A seguinte traz uma mãe e um bebê em um abrigo. Na terceira, um morador carrega um butijão de gás em uma rua inundada e com casas destruídas. Na quarta, um casal que foram acolhidos em um abrigo e, na última, quatro pessoas observam uma lista de desaparecidos. Duas delas estão com máscaras sanitárias, numa cena semelhante a que foi difundida durante terremoto no Haiti.

Aspectos abordados

1) Quais são as fontes de informação?

Fontes individuais (vítimas): Elcio Machado, Tatiana Janício, 19 anos, empresária

Nelci Layola, artesão Peterson Pereira, fotógrafo Adriano José, pedreiro Jair Farias, empresária Ana Lúcia Barroso Nassif, sacoleiro Werner Souza, Renata Poubel, Priscila de Souza

Fontes oficiais: Não há

Fontes institucionais: Não há

Fontes especializadas: Não há

Tabela 25 – Classificação das fontes para a reportagem “A dura vida numa região devastada”

Fontes Consultadas	Quantidade
Fonte individual (vítima)	10
Fontes oficiais	0
Fonte institucional	0
Especialistas em áreas diversas	0

2) Quais os principais assuntos discutidos na reportagem?

Na abertura

A abertura traça um panorama da realidade das três principais cidades afetadas pelo desastre: Nova Friburgo, Petrópolis e Teresópolis, trazendo números de mortos e de desabrigados. O texto aponta que são sete as cidades que tiveram o maior número de danos. No entanto, deixa claro que a observação dos personagens dar-se-á a partir de Teresópolis. Nesse espaço da abertura, duas fontes (vítimas) são apresentadas, com direito a citações: Élcio Machado e Tatiana Janício. Essa

opção de trazer os personagens vai vigorar durante todo o texto.

No corpo do texto

Outros oito personagens são apresentados ao longo da reportagem. Curiosamente, duas delas são empresárias que destacam, particularmente, danos materiais. No terceiro parágrafo, por exemplo, podem ser encontrados os depoimentos da dona do Vila Verde Hotel, Ana Lúcia Barroso Nassif, e do pedreiro Jair Farias, de 67 anos. São “dramas” diversos que estão distribuídos “lado a lado”. No segundo parágrafo, funciona de forma semelhante a opção de contrastar os problemas de Nelci Layola, dona da fábrica de lingerie Lucitex, e do fotógrafo identificado como Adriano José.

No infográfico

Na última página da reportagem, há um infográfico com o título “Balanço da Tragédia”. Mesmo sem fonte de informação específica, o quadro dados relativos a números de mortos, desabrigados, desalojados e desaparecidos. O material lista outros prejuízos para a cidade e financeiros.

3) Dramas pessoais têm destaque na matéria?

Sim. A reportagem optou por trazer 10 histórias dramáticas, de diferentes tônicas. A todos eles são atribuídas citações em que demonstram as situações difíceis que passaram a ter que lidar. Aquelas de maior carga emocional podem ser consideradas as seguintes:

- a) “Se não fosse a ajuda das pessoas, não teria como sustentar a família” - (pedreiro Jair Farias)
- b) “Não poderia descansar enquanto não tirasse os corpos” - (sacoleiro Werner Souza)
- c) “Estamos procurando minha prima, que ninguém sabe onde estava na hora da chuva” – (Renata Poubel)

4) A reportagem faz menção às causas das enchentes ou das falhas estruturais?

Não.

5) O material apresenta proposição de soluções?

Não

Seguem a contagem de palavras por espaço no material publicado e a correspondente classificação em dimensões de investigação jornalística.

Tabela 26 – Contagem de palavras na reportagem “A dura vida numa região devastada”

<i>Revista IstoÉ</i> <i>Data:26/01/2011</i> <i>Reportagem</i> <i>“A dura vida numa região devastada”</i> <i>Por espaço na publicação</i>	Dimensão factual (por número de palavras)	Dimensão dramática (por número de palavras)	Dimensão causal (por número de palavras)
Título	0	6	0
Subtítulo	0	23	0
Abertura do texto	58	192	0
Legenda	8	43	0
Corpo do texto	174	499	0
Textos vinculados	-	-	-
Em ilustração	73	0	0
Total	313	763	0

Segunda leitura dos dados: considerações sobre a publicação de “A dura vida numa região devastada”

Como pode ser percebido com a contagem de palavras, a reportagem atendeu à proposta de buscar histórias de vítimas, fazendo com que a dimensão dramática fosse preponderante. Com base no material observado e nos números apresentados, seguem considerações:

- 1 A dimensão **factual** de investigação jornalística está representada principalmente na abertura do texto, quando são apresentados os dados consolidados. Outro momento de priorização desse tipo de informação está na ilustração com o “balanço da tragédia”. Não há qualquer contextualização desses números que são normalmente fornecidos por fontes oficiais, como os órgãos de Defesa Civil.

- 2 - A dimensão **dramática** no texto é a principal e isso fica nítido a partir da definição de que as 10 fontes de informação são vítimas, de alguma forma, do desastre. Há uma mescla em relação às características dos dramas de cada um. Há desabrigados, pessoas em buscas de desaparecidos e até empresários lamentando prejuízos e danos aos empreendimentos. Não há personagens que choram mortes.

- 3 – Não foi encontrado elemento de dimensão causal.

6.14 Consolidação de dados extraídos das reportagens

A partir das análises de reportagens, com a exploração de dados e funções

das fontes de informação na narrativa, e avaliação dos levantamentos do que foi chamado na pesquisa de “dimensões de apuração jornalística”, é possível avaliar separadamente, em grupos, o corpus selecionado. Parte-se da premissa de que a contabilização de números gerais das coberturas não conduz a um olhar mais aproximado do objeto.

Para buscar questões relativas ao tratamento que foi dado pelos jornalistas às reportagens de revista, pode-se, então, fragmentar as observações relativas às publicações:

- 1) **Por inundação:** Apresentação dos dados finalizados de fontes de informação e de dimensões de apuração jornalística em cada uma das coberturas de desastres nas três revistas observadas. São separados os números isolando-se as reportagens das coberturas em a) Santa Catarina, b) Nordeste, e c) Rio de Janeiro

- 2) **Por revista:** Levantamento de como cada uma das publicações comporta-se entre uma cobertura e outra das inundações que compõem a amostragem. A questão é apresentar a hipótese de que, com o passar do tempo e de acordo com o espaço geográfico onde se dá a apuração, há uma alternância de priorização de abordagens nos materiais jornalísticos.

6.14.1 Por inundação

a) Cobertura da inundação em Santa Catarina

A inundação em Santa Catarina rendeu cinco reportagens das três principais revistas do país. O quadro demonstra a priorização estabelecida pelas coberturas em relação à utilização de fontes individuais, sendo particularmente escolhidas as

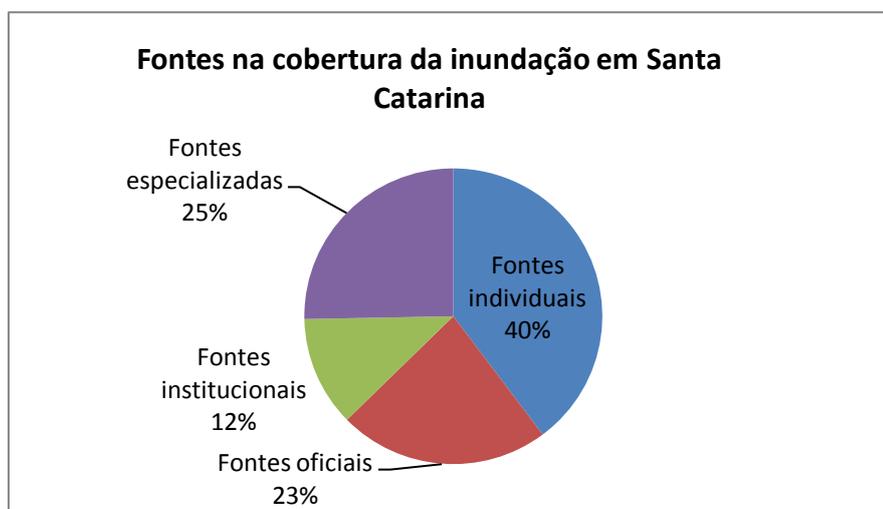
vítimas do desastre. Na narrativa, como pôde ser verificado na análise das reportagens, essas fontes ocupam a função de reconstituir as histórias das inundações.

Tabela 27 – Fontes em reportagens sobre inundação em Santa Catarina

Classificação	Quantidade
Fontes individuais	33
Fontes oficiais	19
Fontes institucionais	10
Especialistas em áreas diversas	21

Outra informação a se observar é o lugar cativo para fontes oficiais que são trazidas. Todas elas são integrantes do Poder Executivo (de presidente da República a prefeitos), sendo quatro ligadas a organismos de Defesa Civil.

Gráfico 1 – Distribuição das fontes em reportagens sobre inundação em SC



Embora as fontes individuais constituam 40% da totalidade, as informações disponibilizadas nas reportagens não tratam, em sua maioria, de histórias dramáticas. Na análise das dimensões de apuração jornalística, é possível observar, por intermédio da contagem de palavras, que as reportagens priorizaram os aspectos factuais da cobertura, o que incluiria informações quantitativas de mortes, feridos, desabrigados e desalojados, além de ações de entes públicos para resgates de pessoas em situações de risco.

Entre os personagens importantes que têm destaques nas reportagens, estão aqueles que ocupam o espaço de “heróis”, tais como militares das Forças Armadas, bombeiros, representantes da Defesa Civil e voluntários anônimos que são protagonistas das ações solidárias.

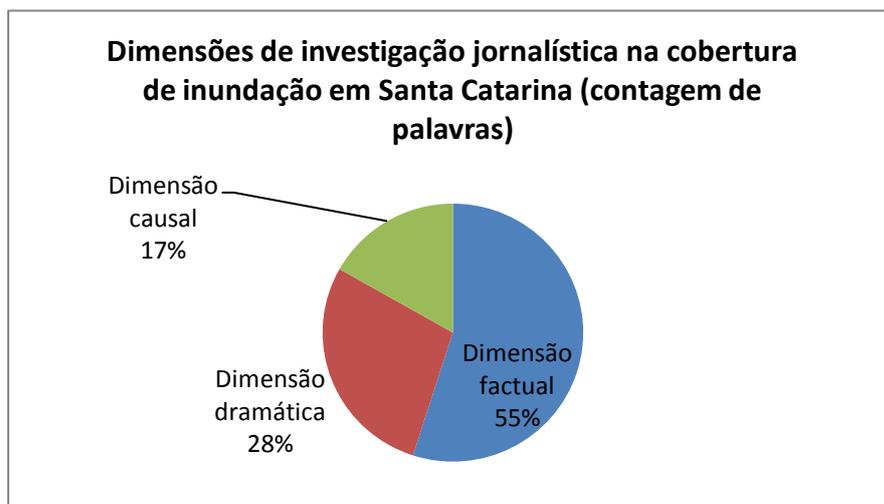
Tabela 28 – Contagem de palavras e dimensões de investigação (Santa Catarina)

Cobertura inundação em Santa Catarina em <i>�poca</i> , <i>Istoé</i> e <i>Veja</i>	Dimensão factual (por número de palavras)	Dimensão dramática (por número de palavras)	Dimensão causal (por número de palavras)
Total	4.886	2506	1495

Ao se contabilizar o número de palavras, pode-se perceber que informa es da dimensão dramática são praticamente a metade das relativas aos dados factuais. Há elementos em comum nas reportagens com a utiliza o de histórias de vítimas nos primeiros parágrafos dos materiais.

Foram priorizadas, no corpo do texto, os dados quantitativos sobre o desastre, que, comumente, também são explorados pelos jornais diários. As rela es causais estão em ilustra es separadas do texto.

Gráfico 2 – Distribuição das dimensões de investigação nas reportagens em SC



Ao estabelecer uma comparação entre porcentagens de fontes e de dimensões de apuração, tem-se que os aspectos dramáticos nos textos (28%) são inferiores aos números relativos às vítimas como fontes (40%).

Outra relação que se poderia inferir é que 25% das fontes são especializadas, mas, na reportagem, 17% das palavras do texto referem-se à dimensão causal. Por fim, a dimensão factual, que representa a maioria absoluta do texto (55%) não condiz numericamente mesmo com as somas das porcentagens de fontes oficiais (23%) e institucionais (12%).

Os números relativos à cobertura da inundação em Santa Catarina demonstram que fontes especializadas são ouvidas, mas não garantem maior espaço de informações. Da mesma forma, fontes oficiais e institucionais não são maioria, mas os dados repassados por elas são mais aproveitados.

b) Cobertura da inundação em cidades do Nordeste

Três reportagens (uma de cada revista) foram publicadas após as inundações em cidades de Alagoas e Pernambuco. Trata-se de reportagens que não ocuparam as capas dos veículos e não têm qualquer outro destaque. Os materiais são mais curtos, em relação às coberturas dos desastres em Santa Catarina e no Rio de

Janeiro. As três reportagens trouxeram um total de 24 fontes, sendo que o maior número de pessoas ouvidas é o de vítimas, conforme se verifica a seguir.

Tabela 29 – Fontes em reportagens sobre inundação no Nordeste

Classificação	Quantidade
Fontes individuais	9
Fontes oficiais	6
Fontes institucionais	3
Fontes especializadas	6

As vítimas, conforme visto na análise de reportagens, trazem para o material a ideia de que o sofrimento para os habitantes daqueles lugares é algo comum, que teria sido agravado pelo desastre climático. As chuvas, portanto, são apresentadas nas reportagens apenas como mais um dos problemas para aquelas populações afetadas.. No entanto, vale o registro de que somadas as fontes oficiais e institucionais, chegam ao mesmo número de fontes que são vítimas.

Gráfico 3 - Distribuição das fontes em reportagens sobre inundação no NE



As coberturas do desastre no Nordeste acompanham a tendência da abordagem factual, como ocorreram nos materiais sobre as enchentes em Santa

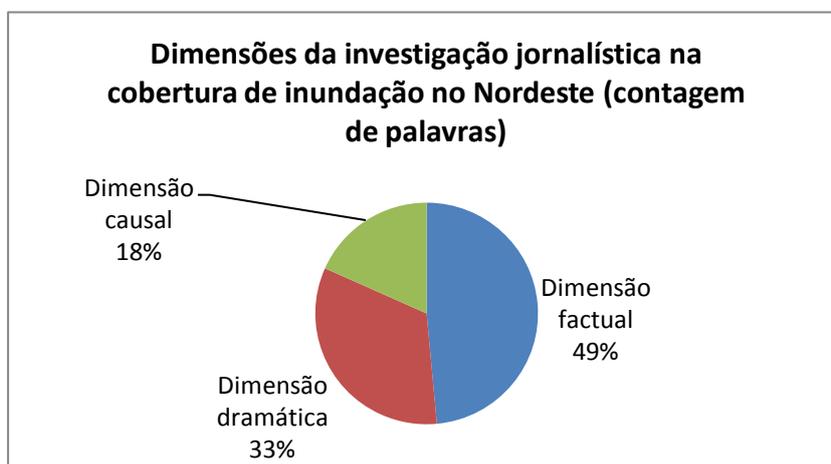
Catarina. É possível verificar que, nestas reportagens, a fatia relativa a elementos de contextualização foi minoritária.

Tabela 30 – Contagem de palavras e dimensões de investigação - Nordeste

Cobertura inundação no Nordeste em <i>�poca, Isto é e Veja</i>	Dimensão factual (por número de palavras)	Dimensão dramática (por número de palavras)	Dimensão causal (por número de palavras)
Total	2.315	1582	873

Em termos de porcentagens, embora o número de fontes especializadas fique próximo ao de representantes oficiais, nos materiais a dimensão causal representa 31% a menos de conteúdo em rela o   dimensão factual, ou em números absolutos, significou uma diferença de 1142 palavras.

Gráfico 4 - Distribui o das dimensões de investiga o nas reportagens no NE



A dimensão dramática, que se apoiou, nestas três reportagens, em nove fontes (o maior número entre todas as outras) representou 33% das palavras dos textos. No entanto, somando-se aos dados factuais chegam a 82%. As informa es

relativas à dimensão causal foram relegadas a espaços em ilustrações nas últimas páginas das reportagens. E, por isso, mesmo tendo o maior número de fontes, isso não representou texto.

c) Cobertura da inundação na região serrana do Rio de Janeiro

Cinco reportagens foram publicadas pelas três revistas a respeito da inundação na região serrana do Rio de Janeiro. O que foi batizado como o “maior desastre natural da história do Brasil”, com mais de mil mortos, acabou recebendo das publicações, também, a mais extensa cobertura dentro da amostragem para esta pesquisa. Os números de fontes (88) espelham essa atenção especial.

Tabela 31 – Fontes consultadas para reportagens no Rio de Janeiro

Classificação	Quantidade
Fontes individuais	26
Fontes oficiais	19
Fontes institucionais	4
Fontes testemunhais	2
Fontes especializadas	38

Como se pode constatar, as fontes especializadas formam a fatia mais numerosa e estão espalhadas em diferentes momentos das reportagens (aberturas, corpo do texto e ilustrações). Aqui as fontes oficiais são utilizadas na maior parte das vezes nos materiais para contextualizar causas e soluções. Diferentemente da ideia de que esse tipo de fonte seria essencialmente responsável por informações factuais, nestes materiais, fica evidente que se pode estabelecer outro tipo de cobrança com representantes públicos. Ao invés de obter apenas números, os jornalistas podem debater causas e soluções.

Gráfico 5 – Distribuição das fontes em reportagens sobre inundação no RJ



Estabelecendo a relação entre as fontes de informação e a avaliação das dimensões de apuração jornalística, é possível observar aqui uma estreita ligação entre o aumento do número de fontes e a elevação da discussão de contextos nas reportagens. Há apenas uma reportagem (de *IstoÉ*) que não trata dessas questões.

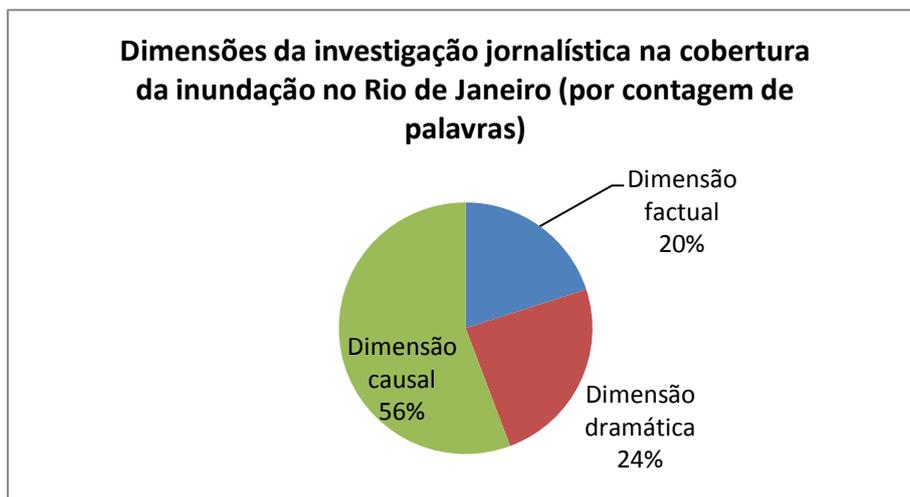
Tabela 32 – Contagem de palavras e dimensões de investigação (RJ)

Cobertura inundação no Rio de Janeiro em <i>Época</i> , <i>IstoÉ</i> e <i>Veja</i>	Dimensão factual (por número de palavras)	Dimensão dramática (por número de palavras)	Dimensão causal (por número de palavras)
Total	3.013	3.654	8.384

Como se vai constatar, com grande parte dos espaços destinados para a dimensão causal (56%), esse tipo de informação não está amparado apenas em fontes especializadas. As fontes oficiais também são utilizadas nas reportagens com

esse mesmo propósito de encontrar causas e soluções.

Gráfico 6 – Distribuição das dimensões em reportagens no RJ



5.14.1 Por revista

É possível avaliar também as diferenças de tratamentos que cada uma das revistas (*Época*, *IstoÉ* e *Veja*) confere ao assunto inundação entre uma cobertura e outra.

a) Revista *Época*

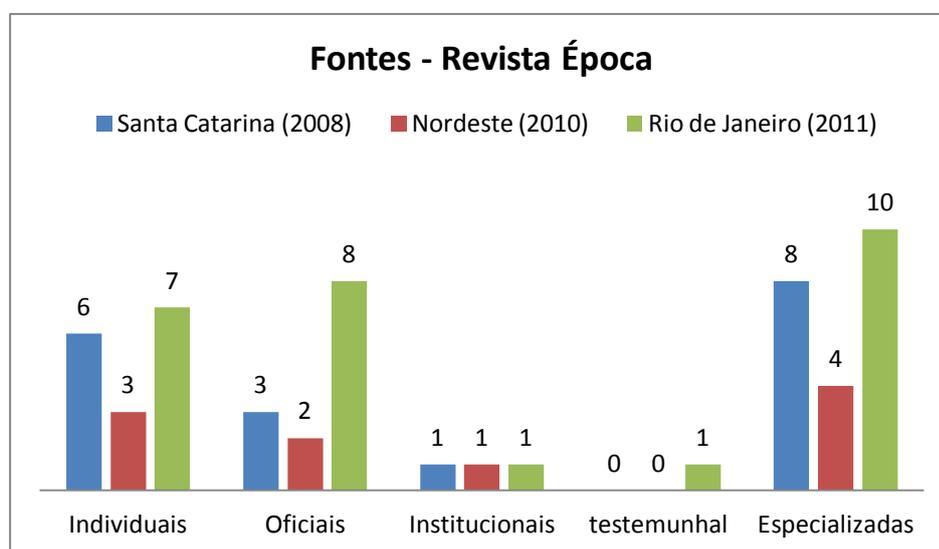
Inundação em Santa Catarina: “É possível evitar uma dor dessas” (dia 3 de dezembro de 2008).. Fontes: individuais (6), oficiais (3), institucionais (1) e especializadas (8). Dimensões de apuração: factual (948 palavras), dramática (942) e causal (531)

Inundação no Nordeste: “Foi muita água e pouca ação” (dia 28 de junho de 2010). Fontes individuais (3), oficiais (2), institucionais (1) e

especializadas (4). Dimensões de apuração: factual (842), dramática (235) e causal (135).

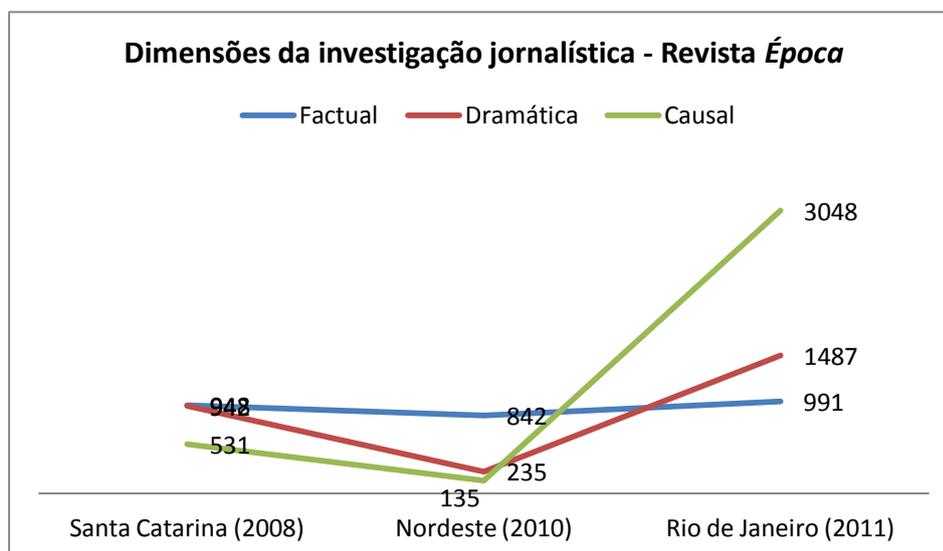
Inundação no Rio de Janeiro: “A maior tragédia do Brasil (dia 14 de janeiro de 2011). Fontes individuais (7), oficiais (8), institucionais (1), testemunhal (1) e especializadas (10). Dimensões de investigação: factual (991), dramática (1487) e causal (3048).

Gráfico 7 – Utilização das fontes: *Revista Época*



Além da nítida evolução do número de fontes na cobertura do Rio de Janeiro, podem-se constatar particularmente as utilizações diferenciadas das fontes oficiais e especializadas. Ambas colaboram para aumentar a contextualização, embora, como se pode notar, os aspectos factuais mantêm uma regularidade nas três coberturas. A dimensão causal, de condição absolutamente minoritária em Santa Catarina e no Nordeste, passa a ser majoritária no Rio de Janeiro.

Gráfico 8 – Comparação entre dimensões de investigação - *Época*



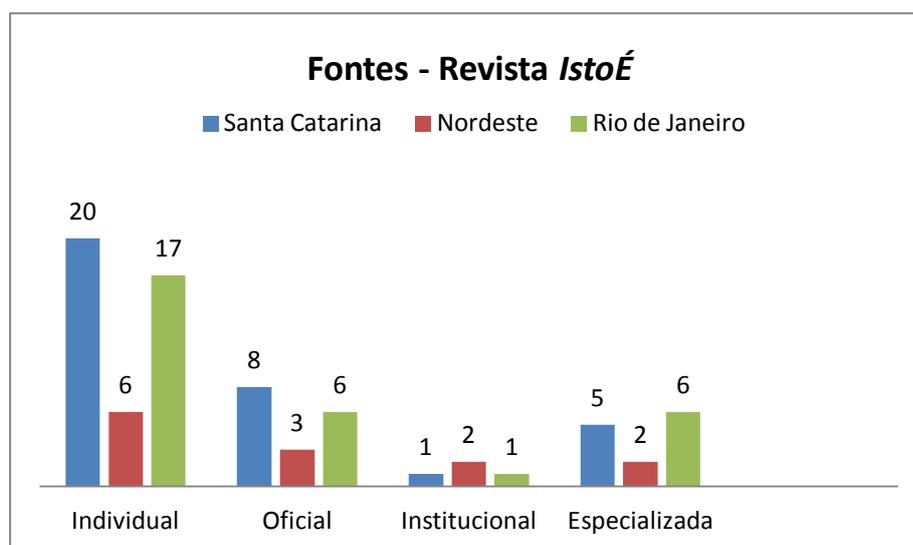
b) Revista IstoÉ

Inundação em Santa Catarina: “Chuva, lama e dor” (dia 3 de dezembro de 2008) e “O despertar da solidariedade” (dia 24 de dezembro de 2010). Fontes: individuais (20), oficiais (8), institucionais (1) e especializadas (5). Dimensões de investigação: factual (1628 palavras), dramática (982 palavras) e causal (531)

Inundação no Nordeste: “O Haiti é aqui” (dia 30 de junho de 2010). Fontes individuais (6), oficiais (3), institucionais (2) e especializadas (2). Dimensões de investigação: factual (680), dramática (1347) e causal (203).

Inundação no Rio de Janeiro: “A mesma cena e cada vez mais dor sob os destroços” (dia 19 de janeiro de 2011) e “A dura vida numa região devastada” (dia 26 de janeiro de 2011). Fontes individuais (17), oficiais (6), institucionais (1), testemunhal (1) e especializadas (6). Dimensões de investigação: factual (1170), dramática (1734) e causal (1694).

Gráfico 9 – Utilização das fontes: Revista *IstoÉ*

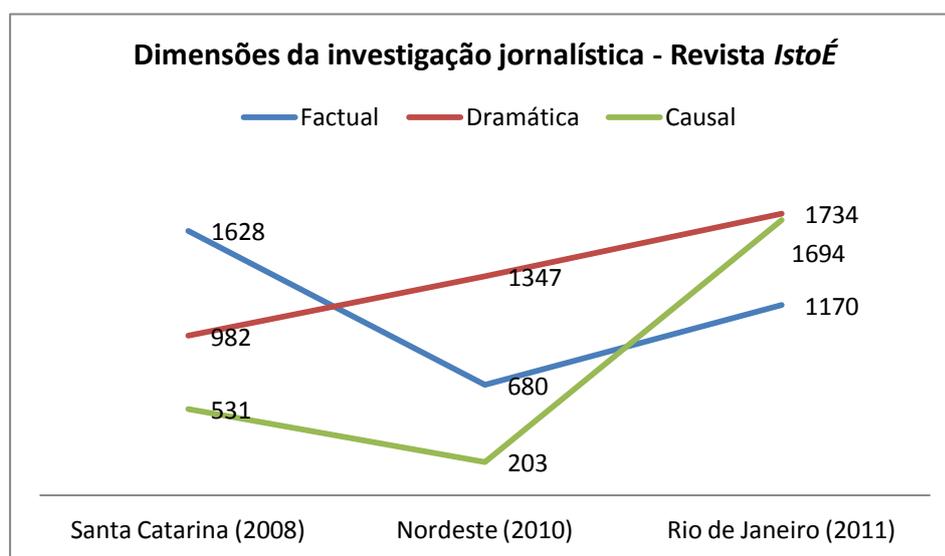


A utilização de fontes individuais pela revista, tanto durante a cobertura do desastre em Santa Catarina, como na Região Serrana do Rio de Janeiro repercutiram em uma ascendência da dimensão dramática nos textos, como pode se perceber a seguir. A revista foi a única a não priorizar os contextos na cobertura das inundações em cidades fluminenses. Isso pode ter relação com a menor utilização das fontes especializadas.

A elevação da dimensão dramática tem direta responsabilidade das reportagens que foram publicadas como suítes das primeiras coberturas. Tanto em Santa Catarina, como no Rio, a revista explorou às ações de solidariedade (e para trazer o assunto, acabou resgatando histórias de

sofrimento) e também dos problemas de quem vivia desalojado ou desabrigado após passados os efeitos iniciais das inundações.

Gráfico 10 – Comparação entre dimensões de investigação - IstoÉ



c) Revista Veja

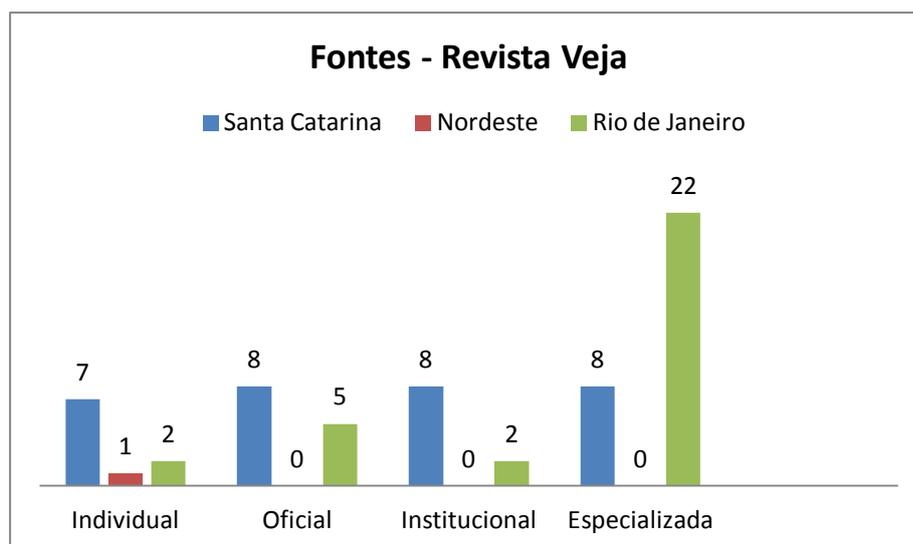
Inundação em Santa Catarina: “O horror diante dos olhos” (dia 3 de dezembro de 2008).e “A hora da solidariedade” (dia 10 de dezembro de 2008). Fontes: individuais (7), oficiais (8), institucionais (8) e especializadas (8). Dimensões de investigação: factual (2310 palavras), dramática (582) e causal (433)

Inundação no Nordeste: “Tsunami nordestino” (dia 28 de junho de 2010). Fonte oficial (1). Dimensões de investigação: factual (793) e causal (535).

Inundação no Rio de Janeiro: “Um banho de lama na civilização (dia 19

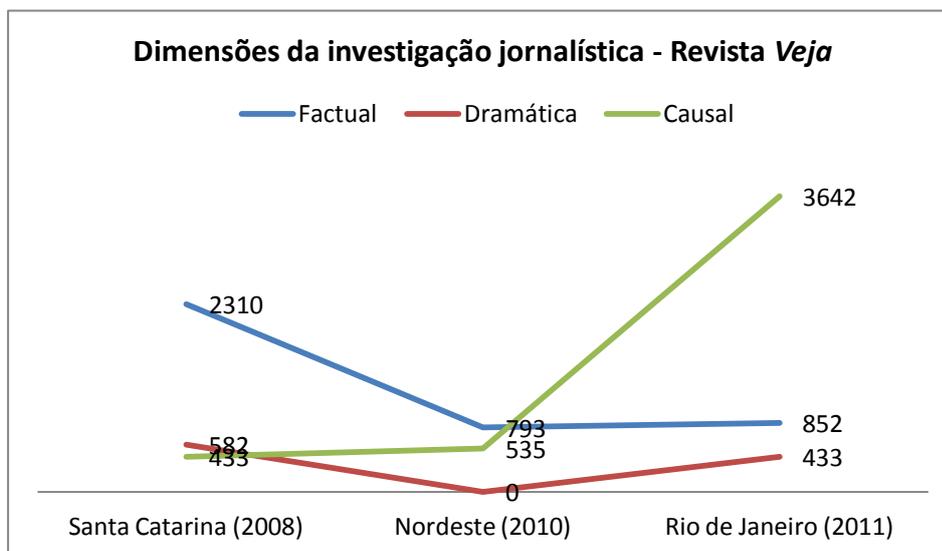
de janeiro de 2011) e “8 lições para evitar outra tragédia” (26 de janeiro de 2011). Fontes individuais (2), oficiais (5), institucionais (2) e especializadas (22). Dimensões de investigação: factual (852), dramática (433) e causal (3642).

Gráfico 11 – Utilização das fontes: *Veja*



A disparidade do número de fontes especializadas na cobertura da inundação no Rio de Janeiro condiz com a priorização de conteúdo ligado à dimensão causal, conforme pode se observar. Outra observação que pode ser feita tem relação com a minoritária representatividade da dimensão dramática. Na reportagem sobre a inundação no Nordeste, por exemplo, a revista não traz nenhum personagem.

Gráfico 12 – Comparação entre dimensões de investigação - *Veja*



6.15 A maior alteração na cobertura: reportagens no Rio de Janeiro

De posse das observações a respeito das reportagens realizadas após os desastres, é possível confirmar um desequilíbrio entre as coberturas jornalísticas. Diferente do teor do que, em geral, foi publicado durante os episódios em Santa Catarina e no Nordeste, o que foi veiculado sobre as inundações na região serrana do estado do Rio de Janeiro, no mês de janeiro do ano de 2011, merece colocações a fim de se buscar uma compreensão sobre os conteúdos diferenciados em relação às demais coberturas. O panorama encontrado nessa amostragem específica, como se descreveu, aponta para uma alteração radical na abordagem contida em materiais publicados.

Ao separar as anotações referentes às cinco reportagens veiculadas sobre o desastre no Rio de Janeiro, pode-se perceber que, em nenhuma outra ocasião durante as coberturas em Santa Catarina e no Nordeste, houve tamanha atenção para tratar de causas e soluções. Um dos elementos para se avaliar essa questão é que as inundações no Rio de Janeiro motivaram as apurações para reportagens que foram publicadas por duas semanas seguidas nas revistas *Veja* e *IstoÉ*. Quando ocorreu o desastre em Santa Catarina, as mesmas revistas também optaram por

duas rodadas de reportagens.

Na semana seguinte ao desastre do Rio de Janeiro, as duas revistas retratam o caráter repetitivo da ocorrência. As ideias que surgem nos textos passam pelo conceito de que, visto que desastres acontecem todos os anos, são necessárias providências. No entanto, isso revela um comportamento diferenciado do que ocorreu depois das cheias em Santa Catarina. Em *Veja*, como pode ser identificada na tabela seguinte, a preocupação com economia em 2008 não passa pelos textos de três anos depois.

Tabela 33 – Ideias preponderantes na cobertura de inundações (*Veja* –1)

1ª Semana de cobertura - Revista <i>Veja</i> (Santa Catarina)	- Trata-se de uma tragédia inominável que destrói famílias, cidades e causa sérios prejuízos econômicos	Texto incluso: “A catástrofe também na economia”
1ª Semana de cobertura - Revista <i>Veja</i> (Rio de Janeiro)	- Todo ano acontecem desastres como aquele. A sociedade não consegue se organizar para evitar	Textos inclusos: “O que explica a violência das águas”, “Efeito tsunami” e “Dá para prever”

Nas segundas rodadas de reportagens contidas em *Veja*, a solidariedade, foco principal para a cobertura de Santa Catarina, foi deslocada em 2011 para um texto separado. As informações que embasam a reportagem têm ligação com as possíveis soluções para o problema.

Tabela 34 – Ideias preponderantes na cobertura de inundações (Veja - 2)

2ª Semana de cobertura - Revista <i>Veja</i> (Santa Catarina)	- Enaltece as ações de solidariedade de anônimos e famosos em prol das vítimas	Texto incluso: Não há
2ª Semana de cobertura - Revista <i>Veja</i> (Rio de Janeiro)	- Lista as possíveis soluções para diminuir os danos e perdas de vidas	Textos inclusos: “Um bom exemplo” e “A vida no galpão”

Em relação à cobertura de *IstoÉ*, o movimento se torna semelhante ao que é observado em *Veja*, particularmente com relação às temáticas da primeira semana de cobertura de cada um dos desastres. Fatores relacionados às possíveis causas são trazidos de textos vinculados (em Santa Catarina) para uma das mensagens principais (no Rio de Janeiro).

Tabela 35 – Ideias preponderantes na cobertura de inundações (IstoÉ - 1)

1ª Semana de cobertura - Revista <i>IstoÉ</i> (Santa Catarina)	- As chuvas como causadora das desgraças que arrasam famílias	Texto incluso: “A tragédia anunciada” e “Perdi casa, família e emprego”
1ª Semana de cobertura - Revista <i>IstoÉ</i> (Rio de Janeiro)	- A tragédia tornou-se algo repetitivo e cada vez com maior impacto nas cidades	Textos inclusos: “A tragédia na serra”

No entanto, na segunda semana de cada uma das coberturas, *IstoÉ* mantém a receita de repercutir a situação das vítimas. No caso de Santa Catarina, optou por tratar de solidariedade e, no Rio de Janeiro, trazer as vítimas e dificuldades materiais e psicológicas, conforme segue.

Tabela 36 – Ideias preponderantes na cobertura de inundações (IstoÉ - 2)

2ª Semana de cobertura - Revista IstoÉ (Santa Catarina)	- A tragédia mobiliza a sociedade a ajudar quem sofre com tantas perdas materiais e humanas	Texto incluso: Não há
2ª Semana de cobertura - Revista IstoÉ (Rio de Janeiro)	- É possível se manter apesar da tragédia ter arrasado esperanças	Textos inclusos: Não há

Época não destacou uma cobertura especial para a segunda semana pós desastre na região serrana, mas imediatamente após as inundações publicou “A maior tragédia do Brasil” (19 de janeiro). Nesta reportagem, está contido o texto “9 causas da tragédia e o que fazer para evitar a sua repetição”. Em formato semelhante, e no mesmo sentido de indexação, *Veja* publicou sete dias depois a reportagem “8 soluções para evitar outra tragédia” (26 de janeiro). Em comum, as revistas apontam causas como a falta de ações de prevenção, a desorganização com recursos públicos, a desatenção com a ocupação irregular do solo urbano e a precariedade de equipamentos de alerta. É nítido salientar que nas cinco reportagens publicadas após os desastres no Rio de Janeiro, as coberturas demonstram que:

- a) Jornalistas identificam a ocorrência como repetitiva no Brasil,
- b) Existe o entendimento de que é necessária maior atuação de entes públicos e da sociedade para minimizar os desastres,
- c) Os problemas de ocupação do solo urbano são trazidos historicamente e reconhecidos pelos jornalistas de forma mais aprofundada. Vale contextualizar que as três revistas possuem sucursais na capital fluminense. Em Santa Catarina e no Nordeste, as coberturas foram realizadas por enviados especiais,
- d) As reportagens identificam que os números de mortos e desabrigados aumentam,
- e) O fatalismo cede lugar a conceitos de desastre socioambiental (não com

essa expressão, mas com esse sentido). As preocupações com as estruturas urbanas (como as ocupações irregulares em Petrópolis e Teresópolis) e as consequências do descaso com o meio ambiente entram na pauta,

- f) As fontes especializadas dominam a abordagem,
- g) A dimensão causal é trazida em conteúdos interessados em desvendar o porquê das ocorrências,
- h) Há busca de diferenciação das coberturas dos jornais. As revistas, como veículos informativos, passam, também nessa última cobertura, a contar com mais páginas para desenvolver o tema.
- i) Existe necessidade de elencar e até de ranquear as necessidades mais urgentes, e
- j) Os personagens em 2011 perdem espaço na cobertura e as narrativas temporais não são mais reconstituídas pelas vítimas como em Santa Catarina e no Nordeste.

6.16 Segundo leitura geral dos resultados: análises, comentários e reflexões

Estudar o jornalismo das revistas informativas colabora para que se possa avaliar o que deve existir, afinal, em uma reportagem para o maior esclarecimento dos fatos. As sugeridas três “dimensões de investigação jornalística” foram encontradas nos materiais publicados e, assim, foi possível definir de que forma os veículos de comunicação entregaram esses produtos para o que seria o privilegiado leitor de uma revista. De forma geral, foi possível observar que as revistas, embora tenham tempo e espaço diferenciados, ainda repetem fórmulas de jornais diários e até de sites noticiosos, que sobrevivem com os dados instantâneos. Ora com excessos de personagens para, entre outras funções, trazer histórias que o repórter não presenciou, ora com os dados da Defesa Civil, fonte que raramente é trazida para tratar sobre inevitabilidade de outras ocorrências desastrosas.

Quando as revistas trazem as informações que competem a esse tipo de veículo (investigar os contextos), foram consideradas, nesse trabalho, como novidade, o que aconteceu particularmente em reportagens sobre a inundação no Rio de Janeiro. Para defender que a **dimensão causal** deva ser tomada como prioritária, pelo menos em coberturas de desastres, podem ser resgatados os conceitos de jornalismo que deveriam embasar a prática profissional.

Referência do jornalismo interpretativo no Brasil, Luiz Beltrão afirma que a reportagem deve “ampliar a informação superficial que apenas dizia o que havia ocorrido” (1976,p.44). Nesse modelo de “informação superficial”, estão, por exemplo, as reportagens sobre as inundações no Nordeste das três revistas. São materiais que seguem no sentido diferente do que Villas Boas define para a reportagem. “É preciso ir além, detalhar, questionar as causas e efeitos, interpretar, causar impacto” (1996, p.43). A dimensão causal contempla essa noção.

Quando foram publicadas as cinco reportagens sobre o desastre em Santa Catarina, as informações e os números trazidos para a análise não demonstram qualquer evolução no sentido de colaborar com aquelas comunidades de um estado rico do país. Os cenários de desalento tornaram-se, nas três revistas, contrastes evidentes com as realidades de pessoas que, em geral, não passam por dificuldades. Apenas um senso comum descontextualizado de discussões aprofundadas sobre uso do solo urbano ou de devastação do meio ambiente. O que foge ao aspecto da interpretação, defendida por Beltrão. “Interpretação é um exercício da inteligência e do discernimento de um agente qualificado, com excepcional aptidão para apreender toda a significação do fato para a comunidade” (1976, p.46).

Essa falta de significação maior, do fato isolado em si mesmo, estaria representada na **dimensão factual**. Não se pode esperar que uma reportagem abdique completamente de informações factuais, já que o material jornalístico está ligado à atualidade, mas esse tipo de informação, na revista, poderia ser apenas a ponta de um novelo a se desenrolar, visto que dados do episódio em si também já são explorados diariamente por outros tipos de veículos. É importante, pois, que sejam buscadas as essências (os contextos) para que, usando um termo também

de Beltrão, o fato não pareça “acidental”. “Essa aptidão de tirar o essencial do acidental, o permanente do corrente exige lastro cultural e ético, além de vocação, e se desenvolve pela experiência” (Ibidem, p.13).

Essa dimensão factual é tratada com prioridade também na cobertura da inundação no Nordeste, de forma ainda mais superficial do que ocorreu na de Santa Catarina. Se no estado do sul, era explorado o contraste entre as boas condições de vida anterior ao desastre e à nova (des)configuração, em Pernambuco e Alagoas foi trazida a inundação apenas como mais um problema dentre “tantos” que já fazem parte da realidade de comunidades do agreste. Após a cobertura factual, não houve qualquer outro tratamento ou acompanhamento de causas e soluções. O assunto foi esquecido. Sem informações causais, não existe nem pontos de partida para que, em caso de um novo desastre, uma futura reportagem utilize as publicações para maior elucidação dos fatos.

No estudo, como pôde se constatar em toda a análise, a **dimensão dramática** é priorizada pelas revistas selecionadas. Seria inconcebível defender que as reportagens estivessem “proibidas” de ouvir as vítimas. Não se trata disso. No entanto, deve se questionar as formas como esses personagens são expostos e até constrangidos em momentos de tamanha vulnerabilidade psicológica e social. Em geral, as informações trazidas pelas vítimas aparecem apenas como ilustrações sofridas, o que, na maioria das vezes, já foi feito pelos veículos diários. Não são raras, nas reportagens, estarem envolvidas crianças como personagens que participam da reconstituição dos fatos.

Há reportagens em todos os períodos da análise em que aparecem menores como “ganchos” para as histórias. A respeito dessa utilização, a Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI) aponta que, para evitar o sensacionalismo em coberturas de mortes ou em outras situações que o menor estiver em situação de risco, é necessário não reduzir a história do personagem a uma ilustração ou exemplo de um dado estatístico. Além disso, a agência recomenda ao jornalista que se evite excesso de informações sobre crianças que estejam em situação de vulnerabilidade. Assegure-se de que a criança não será colocada em risco ou prejudicada pela exposição de sua casa, comunidade ou localização” (ANDI, 2011,

p. 116). Existem contextos também para falar dos dramas alheios e deve-se observar, a bem do interesse público, como as informações das vítimas (adultos ou crianças) representarão benefício à comunidade, ou apenas aumentar o pânico e a dor das pessoas.

Ainda dentro do campo da dimensão dramática, há reportagens relativas às inundações em Santa Catarina e no Rio de Janeiro que destacam, por um lado, como ficaram as pessoas depois dos piores momentos (se estão em abrigos, como fazem os órfãos e outras situações) e, por outro lado, quem são os solidários que passaram a se dedicar aos sofridos. Uma das possibilidades de análise desse tipo de material é que os veículos, por vezes, trocaram o foco, “esqueceram” a gravidade daquelas situações para repercutir exclusivamente os feitos dos “heróis”. Perderam, pois, oportunidades de mapear, por exemplo, as necessidades das vítimas, das áreas de risco e das ações individuais que podem ser tomadas para se evitar desastres. Reportagens sobre solidariedade entraram como receita pronta nas “segundas rodadas” das coberturas, e existiriam outras abordagens possíveis com maior contextualização.

Por último, a **dimensão causal**, que contempla a maior investigação dos fatos, e que poderia, particularmente nas revistas e em outros materiais aprofundados, tomar grande parte da atenção das publicações, tem alguma representatividade nas coberturas de Santa Catarina e no Nordeste (trazida, em geral, nos finais dos textos ou em ilustrações à parte das reportagens) e maior espaço em coberturas no Rio de Janeiro, mais próximas do que seria o ideal.

Podem ser formuladas várias associações que explicariam, em primeiro lugar, o afastamento dos jornalistas de uma visão mais aprofundada dos fatos. Das hipóteses, seguem três:

- a) Jornalistas têm dificuldades de compreender fontes especializadas e estão mais próximas de “vítimas” e “heróis”

Inicialmente, para tratar com fontes especializadas, supõe-se conhecimento. Aí estaria uma primeira barreira. E o profissional teria que se firmar como “tradutor” do que dizem os cientistas. “A produção do jornalista e a do

cientista detêm aparentemente enormes diferenças de linguagem e de finalidade” (OLIVEIRA, 2002, p.43). A autora defende que para lidar com o jornalismo científico o profissional requer “considerável” familiaridade com os procedimentos da pesquisa científica, de política científica e tecnológica. Nesse contexto, as informações factuais e dramáticas teriam uma compreensão mais próxima da linguagem do jornalista.

b) Jornalistas reagem apenas após fato consumado

Como não consegue se antecipar à ocorrência “imprevisível”, têm menos tempo para uma apuração completa, conforme se imagina neste tipo de jornalismo. Villas Boas trata da complexidade de se fazer jornalismo interpretativo. “Interpretar é dar a informação sem opinar, expondo ao leitor o quadro completo de uma situação atual” (1996, p.77).

c) No caso das inundações, faltava acompanhamento do tema. O desastre em Santa Catarina, no ano de 2008, foi o primeiro do século 21 a ultrapassar o número de 100 mortos e, desde a década de 1980, o assunto não ganhava maior destaque.

Hipóteses para a maioria das publicações passarem a utilizar a dimensão causal, de forma prioritária, a partir da cobertura da inundação no Rio de Janeiro foram, de alguma forma, mencionadas no item 6.15, mas reforça-se dois desses pontos:

a) Aprendizado com o problema

Não seria possível ignorar a repetição e a sazonalidade dos desastres, ainda mais que, no caso do Rio de Janeiro, se tratava do maior desastre natural da história do Brasil. Dá-se nas publicações uma mudança de características da cobertura, com a busca (em duas revistas) em ranquear causas e soluções possíveis. Supõe-se que equipes que cubram três inundações em seguida (num período de pouco mais de três anos) tendem a aperfeiçoar o trabalho.

b) Proximidade das fontes

No Rio de Janeiro, as três revistas têm sucursais e maior disponibilidade de equipes para coberturas. Exatamente por isso, os jornalistas moram no Estado e tendem a conhecer mais de perto as realidades dos residentes da região serrana, problemáticas de infraestrutura e de meio ambiente. As fontes especializadas consultadas são também da região sudeste e já possuem estudos relativos àquelas situações de risco.

Entre os argumentos que pesam para que a dimensão causal seja priorizada nesse tipo de cobertura, está o princípio de que informações com essa característica fornecem mais elementos para que a sociedade possa se organizar, fiscalizar e também cobrar políticas públicas. A cobertura contextualizada e de maior investigação também colabora com os gestores públicos, que passam a ter novas informações sobre as situações das comunidades.

CAPÍTULO 7 – CONSIDERAÇÕES FINAIS: RESPONSABILIDADES E DESASTRES ANUNCIADOS

O trabalho do jornalista que cobre inundações, ou mesmo outros eventos desastrosos, exige apuração aprofundada. Isso porque, como as reportagens de revistas analisadas (objetos desta pesquisa) conseguem demonstrar, nem todas as respostas estão sob a lama, nem toda a investigação deve ser feita em plena chuva, nem toda a dor consegue evitar que outros cenários de caos ocorram. Antecipar-se é recurso apropriado para que uma cobertura não seja em vão e que o profissional de redação possa colaborar efetivamente para prestar serviço à sociedade.

Nesta pesquisa, foi trazida a sugestão de considerar, hipoteticamente, que os jornalistas apuram em pelo menos três diferentes dimensões (**factual**, **dramática** e **causal**) nas revistas semanais informativas. O corpus foi de 13 reportagens. Essa classificação em dimensões poderia ser utilizada para avaliar coberturas em outros veículos impressos e eletrônicos. É necessário ratificar que o olhar da pesquisa se ateve especificamente a esse recorte e, claro, seriam possíveis outras inúmeras possibilidades de categorização para tentar encontrar as lógicas, as representações e as tensões naturais que envolvem publicações que tratam de mortes e riscos sociais.

É comum surgir a expressão “desastre anunciado” ou “tragédia anunciada” assim que acontece. Deve-se refletir se, além de anunciado, o jornalismo tem cumprido a missão de ser socialmente responsável de, além de pretensamente anunciar, cobrou ações quando deveria. No que concerne ao que foi verificado para este trabalho, pela amostragem em três coberturas de inundações (Santa Catarina, em 2008, Nordeste, em 2010, e Rio de Janeiro, em 2011) que há um determinado equilíbrio de abordagens nos dois primeiros desastres. Há, entretanto, alteração na última, com muito maior espaço para contextualização das informações obtidas, ou seja, para a dimensão **causal**.

Sendo assim, por exemplo, a dimensão factual (dados específicos do

episódio em questão) e a dimensão dramática (com os sofrimentos das vítimas), que eram majoritárias, de acordo com a análise, nas coberturas em Santa Catarina e no Nordeste, diminuíram representativamente na cobertura do desastre nas cidades fluminenses. Na última cobertura avaliada houve espaço maior para a dimensão causal (com as informações sobre causas e soluções) contidas na reportagem. Essas categorias, chamadas de dimensões de apuração, contemplaram a busca pela identificação dos esforços do jornalista em uma situação de desastre. Foi possível compreender momentos em que o jornalista conseguiu dados comuns, como números de mortos e desabrigados (informações que podem ser coletadas, por exemplo, em uma coletiva da Defesa Civil). Mas também identificar quando a publicação ouviu mais de 10 fontes para chegar à conclusão de um desvio de recursos de um muro de arrimo, ou para explicar por que determinado radar (que poderia alertar para uma tempestade) não está em funcionamento ou até mesmo para desenhar um infográfico. A fim de reconstituir uma realidade complexa, é necessária investigação jornalística e debruçar-se sobre determinado assunto para compreender dados além daqueles que são disponibilizados em um evento oficial, por exemplo.

Para quantificar as dimensões, os procedimentos metodológicos envolveram a análise de conteúdo em cada uma das 13 reportagens. Sem dúvida, uma ação que demandou maior trabalho de pesquisa. A análise de reportagens levou em conta que seria necessário conhecer como as dimensões são contempladas em cada uma das partes do texto. Isso quer dizer que quatro palavras em um título pode ter mais significado do que 500 em um texto secundário. Essa foi uma preocupação para compreender as prioridades dos jornalistas de acordo com espaço (tais como título, subtítulo, legenda e corpo do texto).

Para entender o nascedouro da apuração para uma reportagem, a pesquisa separou as fontes de informação de cada um dos materiais. Puderam ser verificadas, por exemplo, as representativas utilizações das fontes individuais (as vítimas do desastre), das fontes oficiais (que ocupam distintos papéis, ora para fornecer informações factuais, ora para explicar contextos) e das fontes especializadas (aqueles profissionais que, em tese, não têm interesse direto na

divulgação de um fato, e que estão em áreas do conhecimento que ajudam a explicar as razões daquelas ocorrências). Cada uma dessas fontes, que são as mais notadas na pesquisa, têm importância fundamental na reconstituição, entendimento, fiscalização e contextualização dos fatos. No início da pesquisa, uma ideia superficial era que a escolha das fontes, por si só, denotariam o esforço dos jornalistas para a melhor compreensão dos fatos. No entanto, o que precisa ser observado é qual o papel de cada personagem exercido no material jornalístico.

Esse conceito do personagem foi repensado também a partir dos conceitos da narrativa jornalística. Cada uma das pessoas que estão representadas no texto exerce algum tipo de função no material. Pensar a reportagem como um produto que precisa ser vendido ajudou a compreender opções das coberturas. Esse produto, para ser feito, é resultado de inúmeros contextos, incluindo pressões dos mais variados tipos. Visto que se abordam aqui textos de revistas, foi necessário distinguir a importância da reportagem em relação à notícia. No entanto, avaliar notícias pode ser um outro caminho de análise a fim de explorar novos resultados.

Nas revistas, os materiais são oferecidos como reportagens. Foi necessário também compreender que nomenclatura era a ideal para tratar essas ocorrências. Embora os jornalistas tratem como tragédia, catástrofe, calamidade, que podem assumir outros sentidos, partiu-se do entendimento que as coberturas das revistas tratavam de desastres socioambientais, que são ocorrências determinadas por diversos fatores relacionados a algum tipo de interferência dos seres humanos. Parte-se da compreensão de que se for previsível, pode ser evitado. Um caminho para a investigação dos jornalistas pode ser o de definir de que forma indivíduo e sociedade interferiram para que o pior acontecesse.

A partir dessas ideias, novos estudos poderão chegar a outras classificações em relação a dimensões de apuração jornalística. Além disso, podem ser identificadas quais influências as fontes exercem para que o conteúdo tenha determinado formato. Novas pesquisas também poderiam checar as coberturas de desastres socioambientais em outros objetos. Não foi encontrado, por exemplo, um levantamento que traduzisse como esse tipo de cobertura vem sendo exercida nos veículos noticiosos na internet. Em meio a essa verdadeira revolução que se

apresenta na segunda década do século 21, pode se imaginar de quais formas as mídias sociais podem ser utilizadas para chegar com qualidade antes, durante e depois dos sintomas de destruição.

Na era do que alguns chamam de crise do jornalismo impresso, poderia ser feito algum estudo de recepção para se aferir o papel das revistas e de como outros veículos podem contribuir em prol de comunidades em situação de risco. Durante as inundações em Santa Catarina e no Rio de Janeiro, ficaram conhecidas histórias de pessoas que utilizaram veículos e sirenes próprias para alertar famílias que deveriam sair de casa imediatamente. Elas saíram e se salvaram. Com a energia cortada e com estruturas de telecomunicações sem operar, ações inusitadas conseguem prestar apoio. É evidente que as revistas não exercem o papel de informação apenas para quem está em situação de risco e tem o dever de alertar a sociedade como um todo para possíveis ineficácias dos entes públicos. Mobilizado ou quando tem visibilidade de determinada demanda, o indivíduo pode cobrar ações e deve contar com a imprensa para estar informado com qualidade. O que é publicado em uma revista, objeto deste estudo, não fica restrito ao público que consome o produto, já que esse é um veículo que influencia a abordagem e repercute em todos os outros.

Por isso, é crítico observar que as revistas repetem fórmulas de outros veículos. O alargamento da dimensão causal na última cobertura avaliada pode demonstrar um caminho, mas não pode esconder a ínfima resposta das mesmas revistas às enchentes no Nordeste, para as quais pouco são apresentadas causas e consequências e nada é apontado como solução. Quais serão as revistas que vão cobrir a próxima grande inundação, a que trouxe mais informação ou a que contempla à distância? A **dimensão causal** deva ser tomada como prioritária porque, assim, uma revista pode se tornar mais útil a quem fiscaliza, alerta, formula proposta ou se organiza. Ao jornalista cabe o papel de investigar em profundidade e encontrar referências documentais e humanas. Só assim, o produto pode resistir ao tempo e servir antes, durante e depois dos próximos desastres.

Referências bibliográficas

- ABRAMO, Claudio. **A regra do jogo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- ALSINA, Miguel. **A Construção da Notícia**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2009.
- AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DOS DIREITOS DA INFÂNCIA. **Mudanças climáticas na imprensa brasileira**. ANDI – AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DOS DIREITOS DA INFÂNCIA. 2009. 67 p. Disponível em: <http://www.andi.org.br/_pdfs/MudancasClimaticas.pdf>. Acesso em: 25/09/2011.
- _____. **Estatuto da Criança e do Adolescente: um guia para jornalistas**. Brasília, Rede ANDI Brasil, 2011.
- BARDIN, Lawrence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARROS, Antônio Teixeira de; SOUSA, Jorge Pedro; LIMA, Maria Érica de Oliveira. **Periodização da agenda ambiental nos estudos de jornalismo no Brasil e em Portugal**. Lisboa: BOCC, 2006.
- BECK, Ulrich. **Sociedade de Risco**. Londres: Sage, 1992.
- BELMONTE, Roberto. **Depois da catástrofe**. São Paulo: Summus, 2004..
- BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo interpretativo**. Porto Alegre: Ed Sulina, 1976.
- BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Plano Nacional de Defesa Civil**. Governo Federal, 2007.
- _____. Ministério do Planejamento. **Plano Nacional de Gestão de Riscos e Respostas a Desastres Naturais**. Governo Federal, 2012
- BRUM, Eliane. **O Olho da rua: uma repórter em busca da literatura da vida real**. São Paulo: Globo, 2008.
- BURKETT, Warren. **Jornalismo Científico**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1990.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.
- CRUVINEL, Teresa. **Colunismo: análise, opinião e ética**. In SEABRA, Roberto e SOUSA, Vivaldo (org.). **Jornalismo Político: Teoria, História e Técnica**. Rio de Janeiro: Record. 2006.
- DERRIDA, Jacques. **Fé e Saber: as duas fontes da ‘religião’ nos limites da simples razão**”. In *Revista Cerrado*, 1997.

FOLHA DE S. PAULO. **Manual de Redação e Estilo da Folha de S. Paulo.** Publifolha, 1996

GERAQUE, Eduardo. **Perceber a biodiversidade.** In: VILAS BOAS, S. (Org.). *Formação e informação ambiental: jornalismo para iniciados e leigos.* São Paulo: Summus, 2004.

GIDDENS, A. *As Conseqüências da Modernidade.* São Paulo: Unesp, 1991.

_____. *A vida em uma sociedade pós-tradicional.* In: GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH, S(orgs). *Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna.* São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, p.73-133, 1997.

GUIRADO, Maria Cecília. **Reportagem: a arte da investigação.** São Paulo: Arte e Ciência, 2004

HENN, Ronaldo. **Os fluxos da notícia.** São Leopoldo (RS): Ed. Unisinos, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios,** 2010.

_____. **Pesquisa de Informações Básicas Municipais,** 2012.

ISDR. **Vivendo com o risco: uma revisão das iniciativas globais de redução de desastres.** ONU, 2004.

KOVACH, B.; ROSENSTIEL, T. **Os elementos do jornalismo:** o que os jornalistas devem saber e o público exigir. 2. ed. São Paulo: Geração Editorial, 2004.

LAGE, N. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **Relacionamento do repórter com as fontes: procedimentos e teoria.** In: COMPÓS, 9., 2000, Porto Alegre. *Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação.* Porto Alegre: Compós, 2000.

LOBATO, Elvira. *Instinto de repórter.* São Paulo: Publifolha, 2005.

_____. **A estrutura da notícia.** Rio de Janeiro, Record, 1993.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia .** São Paulo: Ática, 1988.

MATTEDI, M. A., BUTZKE, I. C. 2001. **“A relação entre o social e o natural nas abordagens de hazards e de desastres”.** In: *Ambient. soc., July/Dec. no.9, p.93-114.*

MEDINA, Cremilda. **Povo e personagem.** Canoas, Editora Ulbra, 1996.

_____. **Notícia, um produto à venda.** São Paulo, Summus, 1978.

MEDITSCH, Eduardo. **Conhecimento e fazer Jornalismo** .Florianópolis, UFSC, 1992.

MELO, José Marques. **Gêneros Jornalísticos no Brasil.** São Bernardo do Campo: Editora Metodista, 2010.

_____. **Jornalismo Opinativo.** Campos do Jordão, Ed Mantiqueira, 2003.

MEYER, Philip. **Periodismo de precisão** . Barcelona: Bosch.1993.

MIGUEL, Luis Felipe. **O Jornalismo como sistema perito.** Tempo Social, vol.11, nº1. São Paulo, 1999.

MORAIS, Fernando. **Chatô, o Rei do Brasil.** São Paulo. Companhia das Letras, 1994

MOTTA,L.G.. **A Análise Pragmática da Narrativa Jornalística.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 28., 2005. Rio de Janeiro.

_____. **Narratologia – teoria e análise da narrativa.** Casa das Musas, Brasília, 2005.

MOURA, Dione O.. **O ingresso da ‘comunicação de risco’ na mídia global: a criação de uma agenda sobre ‘o que observar’.** In: II Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 2004, Salvador, p. 1-11

_____. **O debate público sobre o valor da floresta amazônica e a imprensa.** Anais do 26. Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Belo Horizonte-MG, setembro de 2003. São Paulo: Intercom, 2003.

NASCIMENTO, Patrícia Ceolin. **Jornalismo em revistas no Brasil.** São Paulo, Annablune, 2002

NASCIMENTO, Solano. **Jornalismo sobre investigações: relações entre a imprensa e o Ministério Público.** Brasília: UNB, 2008

_____. **Os Novos Escribas.** 1ª. ed. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2010.

NOBLAT, Ricardo. **A arte de fazer um jornal diário.** São Paulo, Editora Contexto, 2002.

PAILLET, Marc. **O sistema 1.** In Melo, José Marques de. **Jornalismo: O quarto poder.** Campos do Jordão, Mantiqueira, 1986

PENA, Felipe. **Teorias do Jornalismo.** São Paulo. Editora Contexto. 2005

PNUD/ONU. **Os objetivos do desenvolvimento do milênio e a redução dos riscos de**

- desastre**, 2000. Disponível em: <http://www.pnud_redução_riscos_desastres.pdf>.
- PRESOTTI, Clarissa Guimarães Carvalho. **Amazônia em crise: o avanço do desmatamento nos grandes jornais do Brasil**. Brasília, 2009.
- REUTER, Yves. **A análise da narrativa**. São Paulo, Difel, 2002.
- RICOEUR, Paul. **A Memória, a história, o esquecimento**. Campinas, 2007.
- ROSHCO, Bernard. **Newsmaking**. Chicago: The University of Chicago Press, 1975.
- SANT'ANNA, Francisco. **A mídia das fontes**. Brasília: Senado, 2009.
- SCALZO, Marília. **Jornalismo de revista**. São Paulo: Ed. Contexto, 2003.
- SCHMITZ, Aldo. **Classificação das fontes de notícias**. Santa Catarina, UFSC, 2011.
- SEQUEIRA, Cleofe Monteiro. **Jornalismo investigativo**. São Paulo: Summus, 2005.
- SODRÉ, Muniz & FERRARI, Maria H. **Técnica de reportagem**. São Paulo: Summus, 1986.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **A história da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro. Mauad, 1998.
- SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos do jornalismo impresso**. Porto, 2001.
- THOMPSON, John. **A nova visibilidade**. São Paulo: Matrizes, 2008, pp. 15-38.
- TODOROV, Tzvetan. **As estruturas narrativas**. São Paulo, Perspectiva, 1970.
- TORQUATO, Gaudêncio. **Jornalismo empresarial**. São Paulo, Summus Editorial, 1984.
- TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo – Porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular. 2005. 224p.
- _____. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Editora da Unisinos, 2005.
- TUCHMAN, Gaye. **A objetividade como um ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas**. Lisboa: Vega, 1993.
- VALENCIO, Norma. **Sociologia dos desastres**. São Carlos (SP): RiMa Editora, 2009.
- VILAS BOAS, Sérgio. **O estilo magazine: o texto em revista**. São Paulo. Summus, 1996.
- WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Editora Presença, 1999.

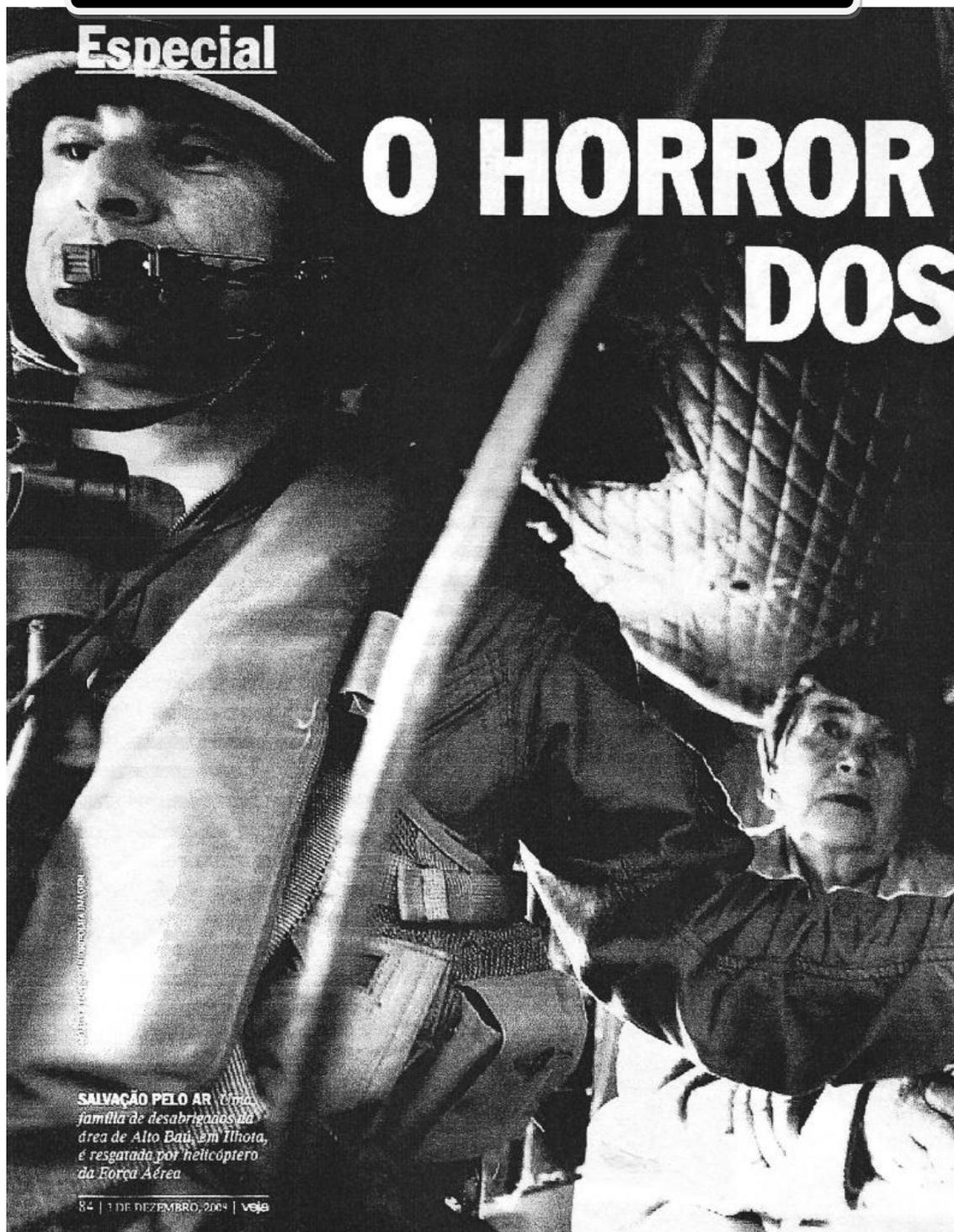
ANEXOS

Constam neste anexo os textos das reportagens que fazem parte da amostragem de pesquisa e estão disponíveis na seguinte ordem:

- 1) “O horror diante dos olhos”
- 2) “É possível evitar uma tragédia dessas?”
- 3) “Chuva, lama e dor”
- 4) “A hora da solidariedade”
- 5) “O despertar da solidariedade”
- 6) “Tsunami nordestino”
- 7) “Foi muita água. E pouca ação”
- 8) “O Haiti é aqui”
- 9) “Um banho de lama na civilização”
- 10) “A maior tragédia do Brasil”
- 11) “A mesma cena e cada vez mais dor sob os destroços”
- 12) “8 soluções para evitar outra tragédia”
- 13) “A dura vida numa região devastada”

ANEXO A - REPORTAGENS SOBRE INUNDAÇÕES EM SANTA CATARINA

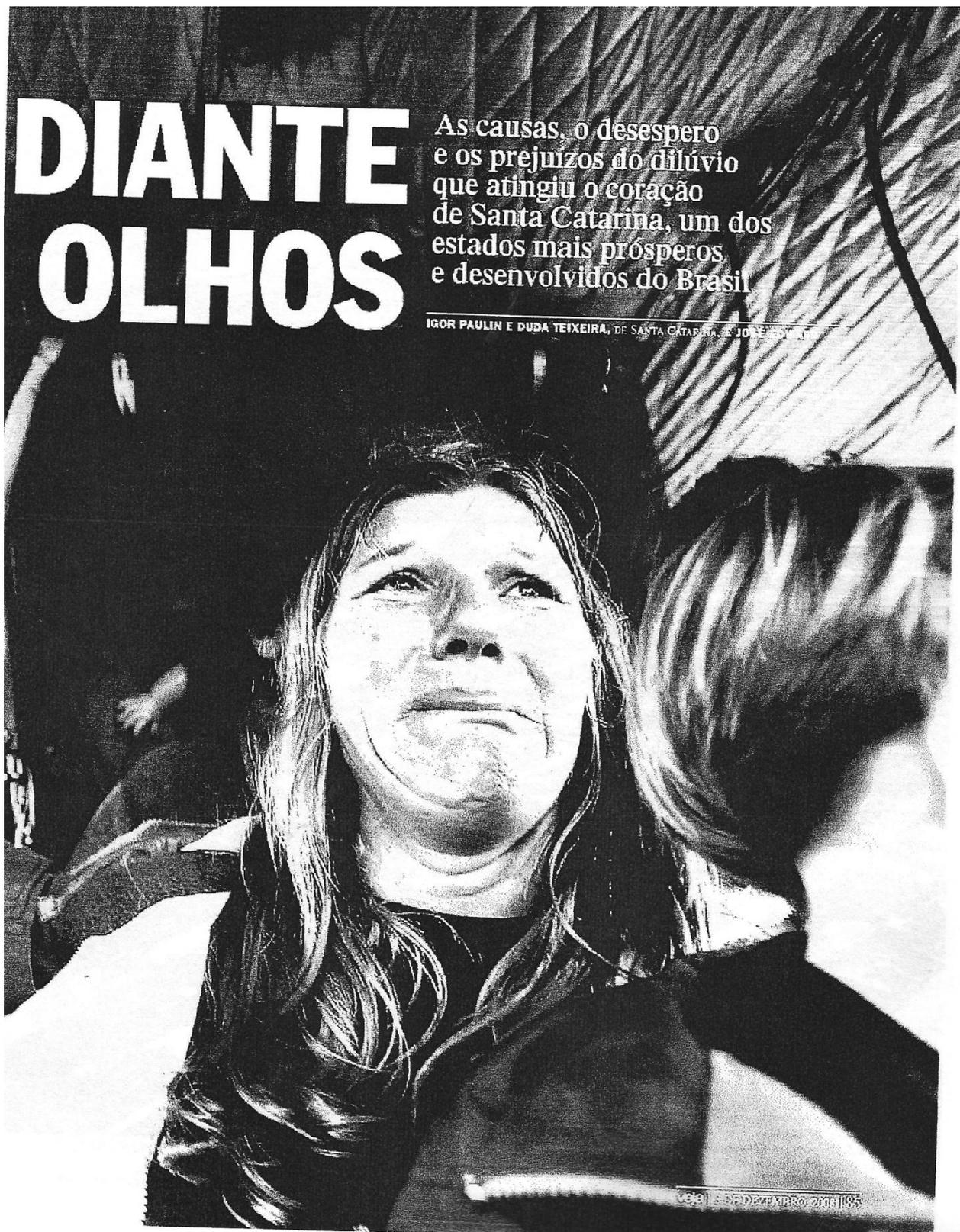
1) “O horror diante dos olhos” – Revista *Veja*



DIANTE OLHOS

As causas, o desespero e os prejuízos do dilúvio que atingiu o coração de Santa Catarina, um dos estados mais prósperos e desenvolvidos do Brasil

IGOR PAULIN E DUDA TEIXEIRA, DE SANTA CATARINA. DE JOSEPH R.



veja | 14 DE DEZEMBRO DE 2011 | 135



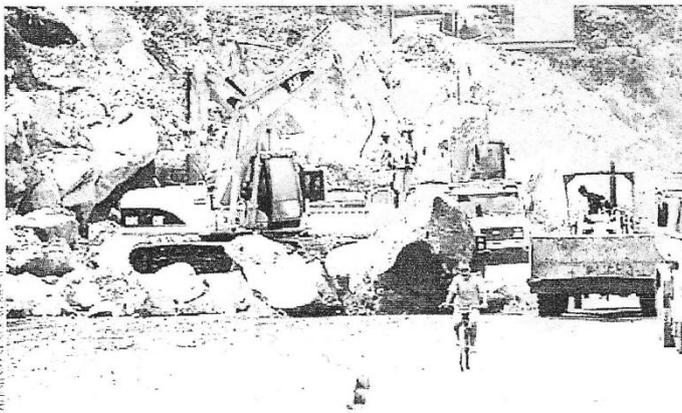
A SEMELHANÇA DO KATRINA Vista aérea do município catarinense de Itajaí, um dos mais castigados pela chuva. No destaque, a cidade...

86 | 3 DE DEZEMBRO 2008 | veja



FOTO: SHUTTERSTOCK.COM / JONAS PEREIRA BRAGA / SHUTTERSTOCK.COM

...americana de Nova Orleans, na Louisiana, um dia depois da passagem do furacão Katrina, em 2005. Lá, os mortos passaram de 1.300



LAMA, DESTRUIÇÃO E FOME
Carros esmagados, casas soterradas e água por toda parte. Abaixo, moradores de Inajá saqueiam supermercado





Especial

ARCA DE NOÉ Cada pessoa abriga na sede de fazenda alagada perto de Itajaí-Açu, localizada na foz do Rio Itajaí. A cidade teve 80% do seu...

88 | 3 DE DEZEMBRO 2018 | veja



JOSUATAS CERRILLO BORTOLINI

... território inundado, a subida das marés bloqueou o escoamento da água do rio para o mar, causando o seu transbordamento para as margens



Na era das grandes navegações, a palavra “procela” entrou para o vocabulário da língua portuguesa. Procelas são as fortes tempestades que se formam em alto-mar. Na semana passada, uma procela se adensou, não sobre o oceano, mas nos céus da próspera Santa Catarina. Quando ela despençou sobre as cidades, foi com uma fúria e constância jamais vistas, mesmo numa região historicamente sujeita a precipitações caudalosas e enchentes. Apenas na Blumenau dos laboriosos imigrantes alemães, caíram, em cinco dramáticos dias, 300 bilhões de litros de água. Sim, bilhões — o suficiente para abastecer a cidade de São Paulo durante três meses. Outra comparação é ainda mais impressionante: se esse volume hídrico fosse despejado dentro de uma torre com uma base de 1 metro quadrado de área, a construção teria de ter 300 000 quilômetros de altura — quase a distância entre a Terra e a Lua. A primeira das mais de 100 vidas ceifadas por tamanho horror foi a da menina Luana Eger, de 3 anos. No sábado 22, um barranco deslizou sobre a casa em que ela morava, soterrando-a. A mãe de Luana, Virgínia, e seus irmãos Juan, de 7 anos, e Rafael, de 5, escaparam da morte. Seu pai, o comerciante Evandro Eger, estava fora da cidade quando soube do desastre. Restou-lhe comprar num supermercado o vestido cor-de-rosa com o qual enterrou a filha no dia seguinte. “Era a cor preferida dela”, disse ele. Evandro e Virgínia ainda conseguiram dar um funeral razoavelmente digno à menina. Muitas das vítimas foram enterradas em caixões improvisados, e nem sempre em cemitérios, mas em quintais. Até sexta-feira, dezenove pessoas continuavam desaparecidas. Boa parte delas pode ter sucumbido em decorrência de afogamentos e dos 4 000 deslizamentos registrados no estado. Somados, desabrigados e desalojados chegam a 79 000. Dos 293 municípios do estado, 49 foram atingidos. Catorze deles decretaram estado de calamidade pública. Nessas cidades, os sobreviventes lutam contra a fome e doenças pestilentas. E, como se não bastasse a desgraça, tentam evitar saques no que sobrou de suas casas e negócios.

Foi a maior calamidade já ocorrida em Santa Catarina, que registra grandes

AS ORIGENS E CONSEQUÊNCIAS DO PIOR DILÚVIO JÁ REGISTRADO EM SANTA CATARINA

MAPA DO DESASTRE

As cidades catarinenses mais afetadas pelas chuvas

- Cidades afetadas
- Cidades em estado de calamidade pública

OS NÚMEROS DA TRAGÉDIA

DESALOJADOS

51.297

DESABRIGADOS

27.410

TOTAL

(desalojados +

desabrigados)

78.707

MORTOS

100

DESAPARECIDOS

19

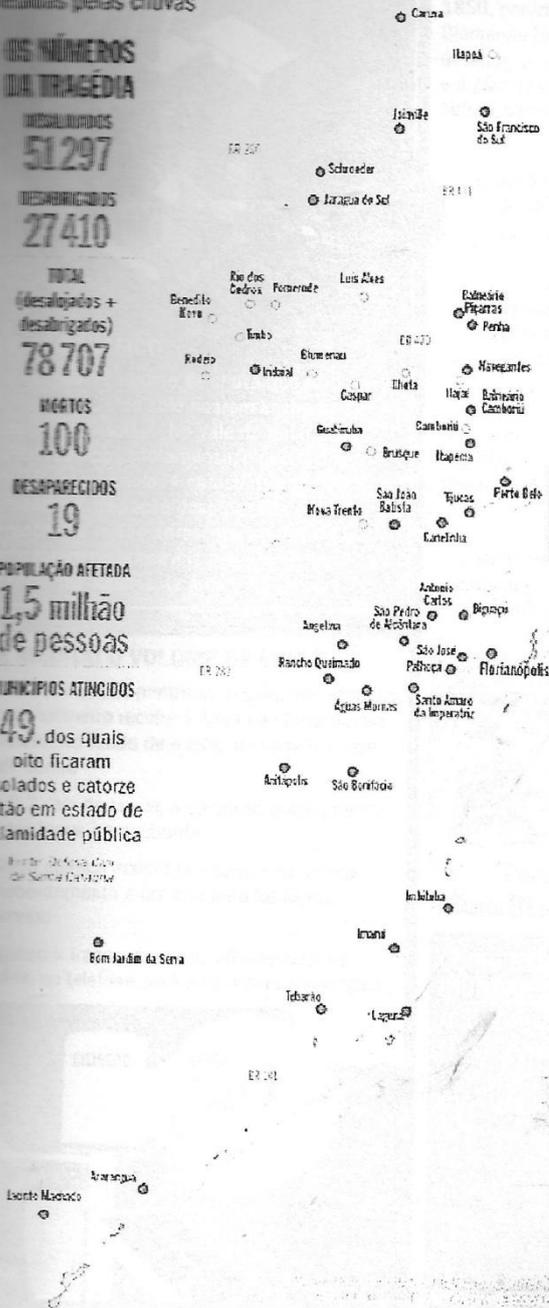
POPULAÇÃO AFETADA

1,5 milhão
de pessoas

MUNICÍPIOS ATINGIDOS

49, dos quais
oito ficaram
isolados e catorze
estão em estado de
calamidade pública

Fonte: Defesa Civil
de Santa Catarina

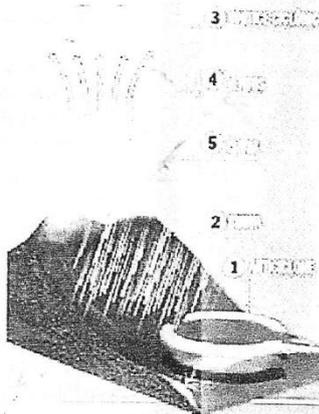


CAUSAS

Além das condições meteorológicas, também as geográficas foram determinantes para a ocorrência do desastre

O FATOR METEOROLÓGICO

No dia 20, um anticiclone (1) – sistema de alta pressão gerador de ventos que, no hemisfério sul, giram em sentido anti-horário – estabeleceu em alto-mar, na altura do litoral gaúcho, levando chuvas para a costa catarinense (2). Simultaneamente, um vórtice ciclônico (3) – sistema de baixa pressão que atua em altitudes médias (em torno de 5.000 metros) surgindo ventos imediatamente abaixo dele (4) – estabeleceu sobre o litoral de Santa Catarina. Ao levar os ventos para cima e resfriá-los, ele provocou mais chuvas (5). A combinação desses dois fenômenos foi o que aumentou extraordinariamente o índice pluviométrico na área.



POR QUE EM ITAJAÍ FOI PIOR



Localizada na foz do Rio Itajaí-Açu, a cidade de Itajaí teve 80% de seu território inundado. Isso aconteceu porque a subida das marés provocou um bloqueio que impediu que a água do rio corresse para o mar. Em vez disso, ela transbordou para as margens, causando alagamentos e fazendo com que a cidade ficasse submersa, como se fosse um remanso.



Projeto gráfico: Roberto de Almeida. Ilustração: Roberto de Almeida. Edição: Luiz Carlos de F. O. S. J. e José Alcides. Fonte: Defesa Civil de Santa Catarina. Fotos: Defesa Civil de Santa Catarina.

CATARINA

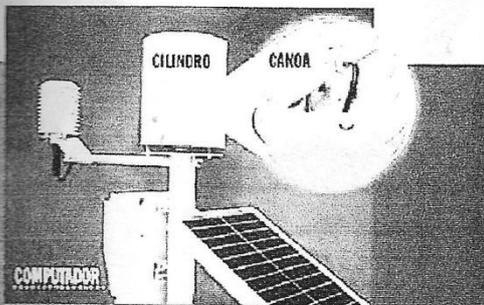


O FATOR GEOGRÁFICO

Por causa do grande volume de chuva que caiu, as camadas superficiais do solo ficaram encharcadas e, portanto, mais pesadas. No Vale do Itajaí, essas camadas têm composição argilosa, o que facilita o seu descolamento do solo. A característica mais o desmatamento, a ocupação desordenada e o fato de as encostas da região apresentarem forte declividade foram responsáveis pelos violentos deslizamentos registrados na área.

COMO É MEDIDO O VOLUME DE CHUVA

- Espalhado em quinze pontos da região, um aparelho chamado pluviômetro recebe a água da chuva dentro de um cilindro. No fundo dele está um recipiente em formato de canoa.
- A cada 0,2 mm de chuva, a canoa se enche, pende para um dos lados e transborda.
- Uma chave elétrica acoplada à canoa comunica cada transbordamento a um computador ligado ao pluviômetro.
- O computador transmite essas informações, via satélite, rádio ou telefone, para a central meteorológica.



O DILÚVIO DE BLUMENAU

Desde que foi fundada, em 1850, por imigrantes alemães, Blumenau já enfrentou dezenas de enchentes. A atual é a pior de todas, mas há outros exemplos catastróficos:

1862

O Rio Itajaí-Açu subiu 9 metros acima do nível normal

1880

O Rio Itajaí-Açu subiu 17 metros acima do nível normal

1957

Foram registradas quatro enchentes. Numa delas, o rio subiu 13 metros

1983

A enchente durou 31 dias e causou prejuízos em torno de 1 bilhão de dólares



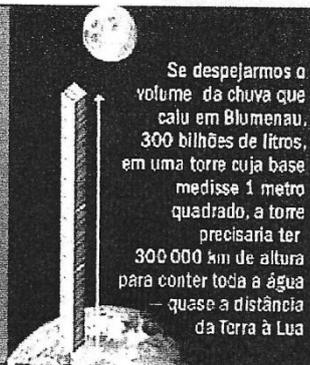
FOTO: NANI DOBIS

SEMANA PASSADA

Choveu 588 mm em cinco dias

COMO 588 MM DE CHUVA PODEM INUNDA UMA CIDADE?

Ao se despejar uma jarra de 1 litro de água em uma caixa com base de 1 metro quadrado, o nível de água subirá 1 mm. Da mesma forma, se a superfície de Blumenau fosse homogênea e impermeável, a chuva faria com que o nível de água na cidade subisse 588 mm, ou 58,8 cm. Mas, em função das diferenças no relevo, no solo e na distribuição das chuvas, chegou a 12 m

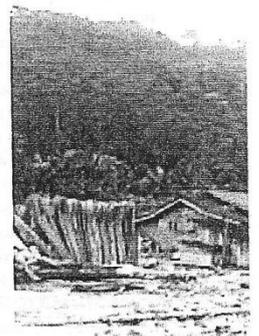


Se despejarmos o volume da chuva que caiu em Blumenau, 300 bilhões de litros, em uma torre cuja base medisse 1 metro quadrado, a torre precisaria ter 300 000 km de altura para conter toda a água — quase a distância da Terra à Lua



UMA ILHA DE CORPÓS

Centena de 32 mortos, o bairro de Bani, em Bhotia, foi evacuado por aí. Acima, o resgate de um bebê. À esquerda, o corpo de uma das vítimas sobre um tecto. Ao lado, uma mulher chora a perda de sua casa

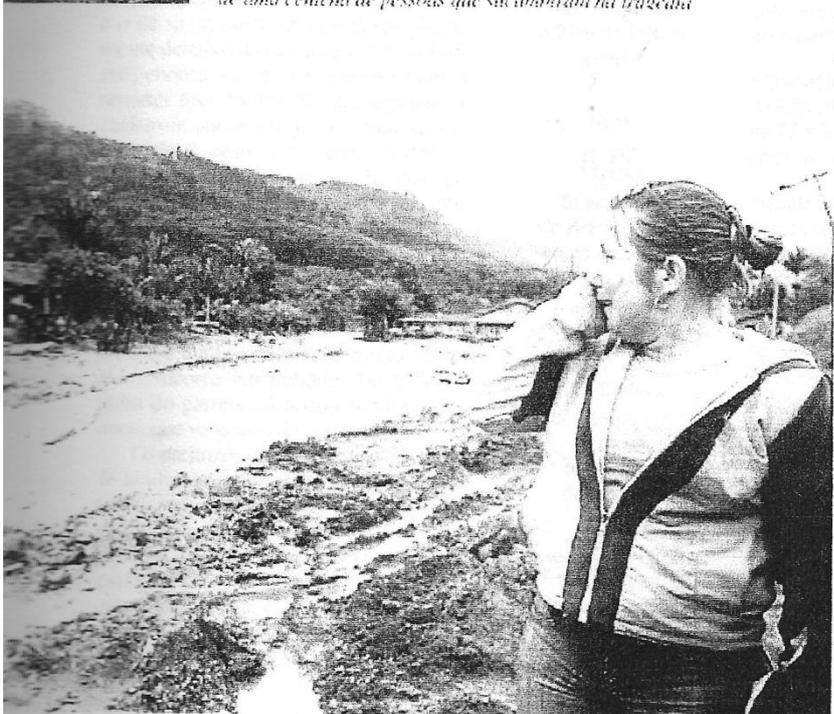




MARCELO PEREIRA/REUTERS/ISTOCK



A PRIMEIRA VÍTIMA Luana Eger, de 3 anos, morreu na tarde do dia 22, soterrada nos escombros de sua casa, em Blumenau. Seu nome encabeça a lista de mais de uma centena de pessoas que sucumbiram na tragédia



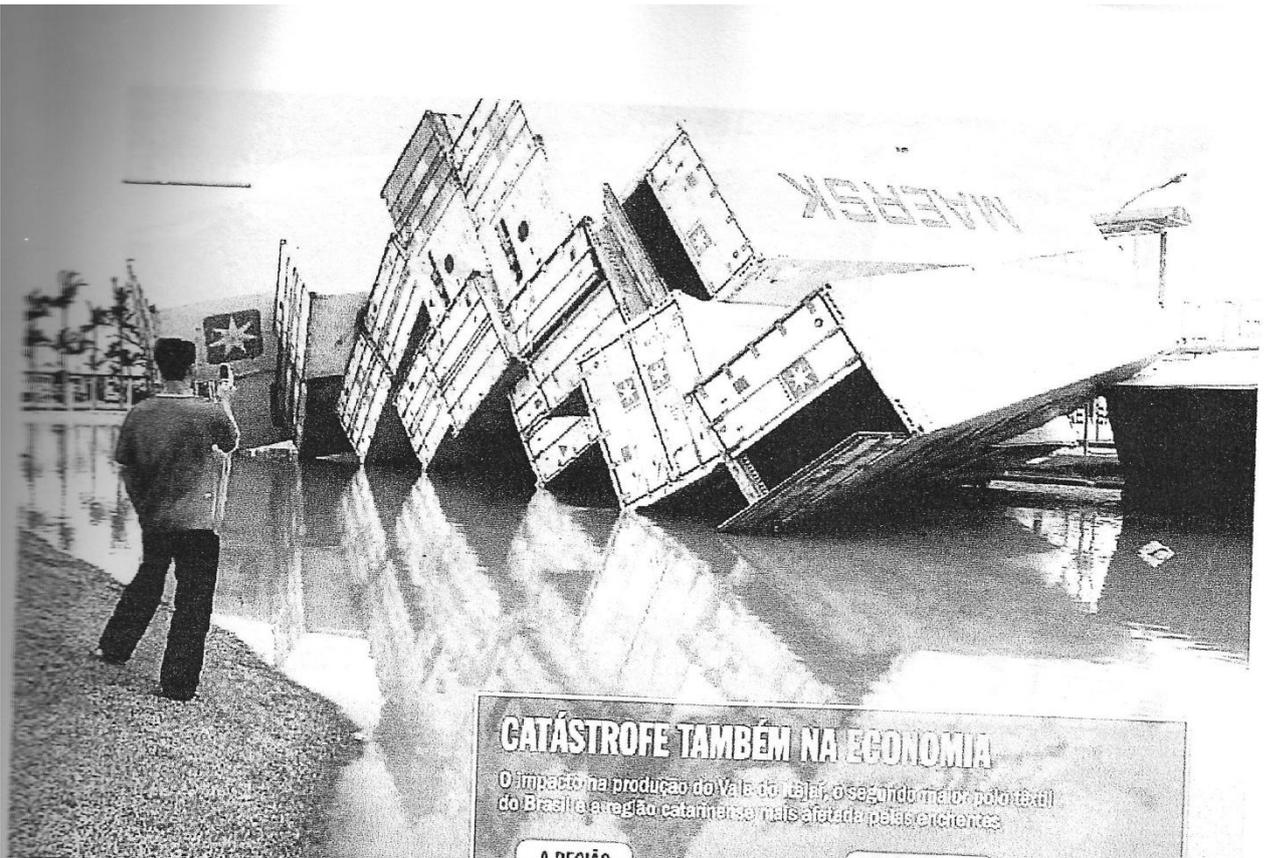
THE ASSOCIATED PRESS/ISTOCK

viométricos na região atingiram parâmetros de dilúvio.

O perfil geográfico era o detalhe que faltava para desenhar a tragédia. A camada superficial que recobre o solo do Vale do Itajaí, a região mais afetada pelas chuvas, é de composição argilosa — o que faz com que se desloque mais facilmente. Encharecada pela chuva forte e constante, essa camada ficou mais pesada. Somem-se a isso a declividade das encostas, os desmatamentos, as ocupações desordenadas e o resultado são deslizamentos destruidores, o principal causador das mortes no litoral catarinense e no Vale do Itajaí. O risco passou despercebido das autoridades. Já sob chuva grossa, pouco antes da morte da menina Luana, a Defesa Civil garantiu à população de Blumenau que não havia perigo. No fim da tarde daquele sábado, porém, o nível dos córregos que cortam a cidade começou a subir rapidamente. O Rio Itajaí-Açu transbordou as barragens e, em poucas horas, elevou-se 12 metros acima de seu nível normal. As chuvas provocaram deslizamentos e desmoronamentos. Como 40% da população local reside em encostas, todas as classes sociais foram afetadas.

A tormenta levou vidas e deixou, em seu lugar, histórias pungentes. No domingo 23, o operário André Oliveira, de 29 anos, deixou a família na casa de um parente, no município de Caspar, e foi ao mercado. A poucos passos do portão, ouviu um estrondo. Ao olhar para trás, viu a mulher na varanda e os filhos no quintal. "Saíam daí", gritou. Não deu tempo. O morto próximo veio abaixo soterrando, além da sua casa, uma dezena de outras. Oliveira ainda ouviu o choro da filha de 3 anos. Ester. Tentou tirá-la dos escombros, mas dois novos desabamentos se sucederam. Quando resgatou os corpos, viu que sua mulher morrera abraçada à menina. "Ainda não parei de chorar", disse ao repórter Duda Teixeira.

Na cidade de Ilhota, mais especificamente no bairro do Baú, registrou-se o maior número de óbitos: 32. Foi lá que o caminhoneiro Zairo Zabel, de 37 anos, perdeu a mulher e os dois filhos, de 13 e 7 anos. Também no domingo passado, Zabel voltava para junto da família quando soube da enchente. Largou o caminhão no meio da estrada e arrastou-se por 12 quilômetros com água na cintura, até descobrir que sua casa havia sido tragada



CATÁSTROFE TAMBÉM NA ECONOMIA

O impacto na produção do Vale do Itajaí, o segundo maior pólo têxtil do Brasil e a região catanamente mais afetada pelas enchentes.

A REGIÃO

PIB

18,6 bilhões de reais é a soma da produção das 25 cidades que formam o Vale (equivalente a 22% do PIB do estado)

IDH*

0,85 Superior ao do Brasil (0,77), numa escala de zero a 1

População

1,1 milhão de habitantes (19% da população do estado)

*Dados de 2005, quando o último IDH municipal foi calculado

OS PREJUÍZOS

Indústria têxtil: segundo maior pólo têxtil do Brasil, o Vale do Itajaí amargará uma perda de faturamento de 136 milhões de reais por causa da paralisação de centenas de indústrias

Porto de Itajaí: o maior porto pesqueiro do Brasil e o segundo maior em circulação de contêineres teve três das suas quatro docas destruídas pelas chuvas. Serão necessários 300 milhões de reais para reconstruí-lo

Exportações: devido à paralisação do Porto de Itajaí, deixarão de ser exportados em torno de 77 milhões de reais por dia em mercadorias como carnes congeladas e produtos têxteis

Indústria pesqueira: ainda por causa do porto e das avarias sofridas pelo parque industrial e embarcações, o setor deixará de movimentar 7,4 milhões de reais por dia

Gasoduto Brasil-Bolívia: um rompimento do duto no trecho que atravessa o Vale fez com que o fornecimento de gás caísse em dois terços em Santa Catarina e fosse reduzido a 1% no Rio Grande do Sul. Serão necessários 21 dias para que ele volte ao normal

Infra-estrutura: para recuperar as estradas e pontes estaduais destruídas na tragédia, serão necessários 280 milhões de reais

Fontes: Defesa Civil de Santa Catarina; Sindicato da Indústria da Pesca de Itajaí; Sincor, SCS&L e Inepac

NEGÓCIOS PARADOS O Porto de Itajaí teve três de seus quatro berços destruídos: perda de 77 milhões de reais por dia em exportação

por uma avalanche. O corpo de seu filho mais velho, Marques, foi encontrado boiando pelos vizinhos. O do mais novo e o de sua mulher ainda estão possivelmente debaixo dos destroços. "Só sobre eu", chorou Zabel, em conversa com o repórter Igor Paulin. No dia seguinte, a catástrofe aniquilou outra família na cidade de Rodeio. Um morro desfez-se sobre a propriedade mantida há mais de um século pelos descendentes dos Eceel, italianos que chegaram ao Brasil em 1885. Sob uma viga da casa, morreram abraçados o casal Dário e Giacominna e suas filhas Kendy, de 15 anos, e Kelly, de 7. Kevin, de 13, conseguiu escapar, mas ainda se lembra da mãe gritando "Ai-ta-tá!", socorro em italiano. Da família, além do garoto, só restou Keylla, de 5 anos, que se salvou do desastre.

Os prejuízos econômicos da catástrofe ainda não podem ser calculados em toda a sua extensão. O governo estadual estima que precisará, por baixo, de 280 milhões de reais apenas para reconstruir estradas, pontes e outras obras de infraestrutura. A conta não inclui a reparação

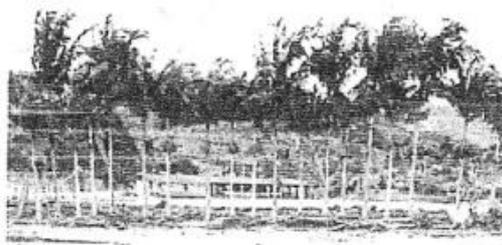
Especial



do Porto de Itajaí. Maior do país no setor pesqueiro e vice-líder em movimentação de contêineres, o Itajaí perdeu três de seus quatro berços. Estão parados lá 100 dos 450 contêineres que a Embraço, líder mundial na produção de compressores herméticos, exporta por mês. Outros sessenta contêineres de matérias-primas importadas esperam para ingressar no país. Só para recompor o porto são necessários 300 milhões de reais. Enquanto seus cais estão interditados, o país perde 77 milhões de reais por dia em exportações. A empresa estadual de gás de Santa Catarina ainda terá de gastar 50 milhões de reais para sanar o rompimento da tubulação num dos trechos do gasoduto Brasil-Bolívia. Levará três semanas para que o fornecimento desse ramal seja restabelecido. Até lá, as indústrias de cerâmica do estado, que dependem de gás para produzir, perderão 7 milhões de reais por dia. Os agricultores projetam prejuízos de 200 milhões de reais, a indústria têxtil, de 136 milhões, e o turismo, de mais de 120 milhões. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobreviveu às áreas destruídas quatro dias depois de a calamidade se abater sobre o estado. Afirmou que liberaria 2 bilhões de reais para socorrer Santa Catarina. Quando as águas baixarem de vez, os catarinenses precisarão secar as lágrimas para reconstruir sua linda terra.

COM REPORTAGEM DE NAIARA MAGALHÃES, KALLEO COURA E LILIANI BENTO

COLEÇÃO DIÁRIA EM
www.veja.com.br



FILA DE TUMULOS

No alto, as covas abertas na cidade de Gaspar para os que morreram soterrados. O presidente Lula observa uma área alagada pelos afloramentos em um voo de helicóptero no quinto dia da calamidade



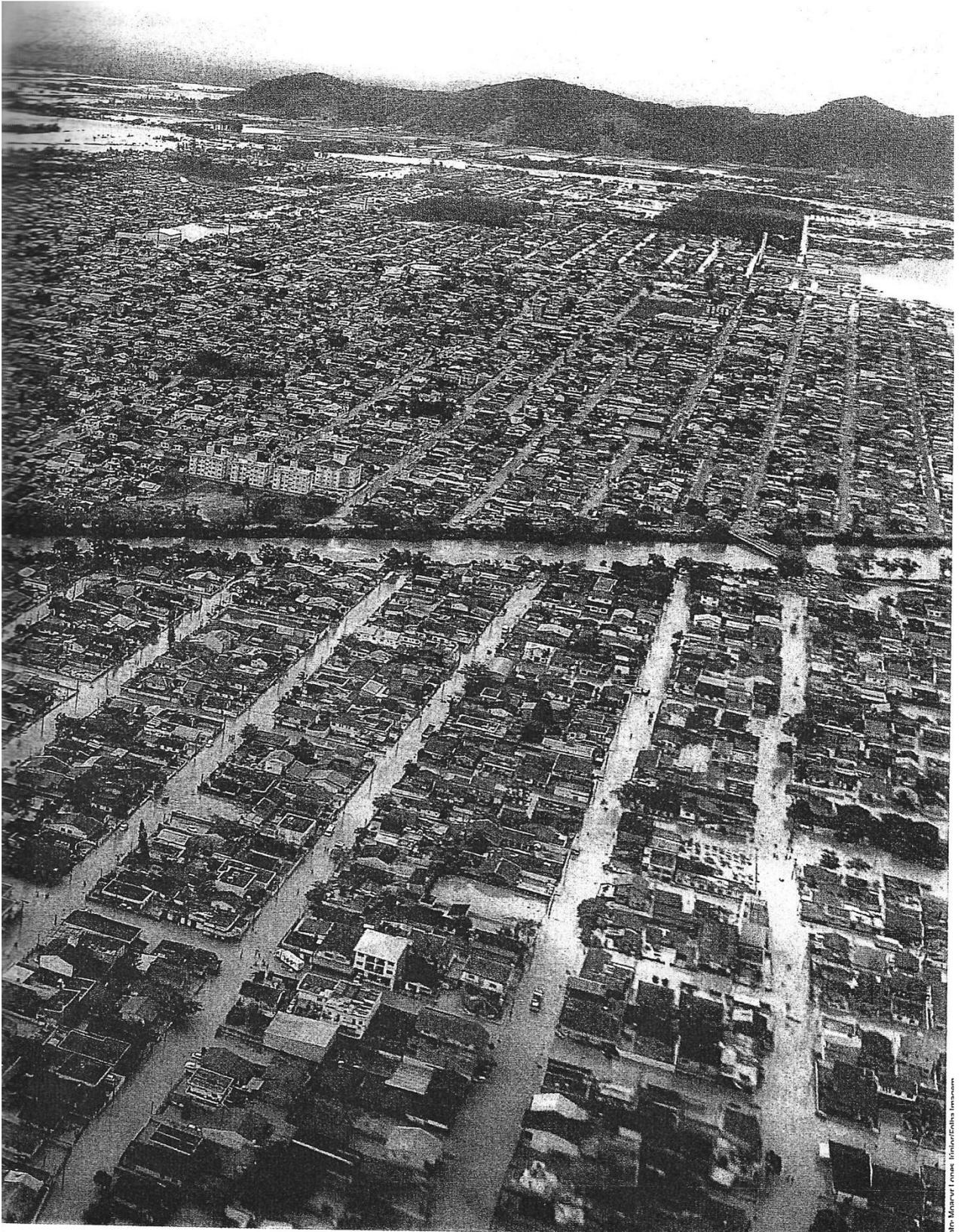
O PIOR DOS PESADELOS
Zélio Zabel perdeu a família. Seus vizinhos encontraram o corpo de seu filho mais velho boiando na enchente. O de seu caudal e o de sua mulher ainda estão soterrados

2) “É possível evitar uma tragédia dessas?” - *Época*



BRASIL ENCHENTE

DESOLAÇÃO Vista aérea da cidade de Itajaí, com 163 mil habitantes. Cerca de 85% da área foi inundada. A enchente deixou 41 mil desabriga

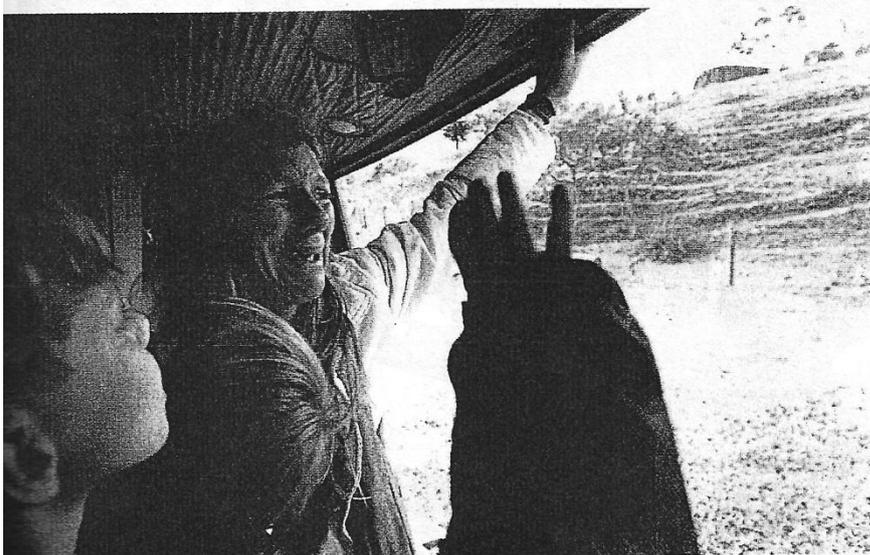


100-Minaret Linnas (1910/1911) Linnas

BRASIL ENCHENTE



Fotos: Adriana Franciosi/Ag. RBS/Folha Imagem, Filipe Araújo/AE, Moacyr Lopes Júnior/Folha Imagem (2) e Marcos Porto/Ag. RBS/AE



PERDAS

Escombros de uma das casas que desabaram em Luiz Alves. O desabamento matou cinco pessoas

DÉSPERO

Um desabrigado busca comida entre os destroços. Para evitar saques, a polícia decretou toque de recolher em 45 municípios

RESGATE

Equipes da Força Aérea e da Polícia Militar Ambiental resgatam um bebê, no município de Ilhota. Uma família do Morro do Baú chora dentro do helicóptero e uma idosa é resgatada pela Defesa Civil. O município registrou o maior número de mortes: 29 foram confirmadas até a sexta-feira. A Defesa Civil Municipal ainda buscava cerca de 90 desaparecidos nos morros. Famílias inteiras foram arrastadas com as casas

1º de dezembro de 2008, **ÉPOCA** > 41



RUÍNAS Um homem recolhe o que sobrou de sua casa em Jaraguá do Sul. Os desabamentos deixaram 13 mortos na cidade



Leia

depoimentos de leitores que estavam nas áreas atingidas em epoca.com.br

É POSSÍVEL EVITAR UMA TRAGÉDIA DESSAS?

Uma das piores calamidades dos últimos anos alagou Santa Catarina e comoveu o país. O que fazer para que nossas cidades não fiquem tão vulneráveis

Solange Azevedo, do Vale do Itajaí,

com Flavio Machado, Marcela Buscato, Maria Laura Neves, Juliana Arini, Isabel Clemente, Marcelo Zorzanelli e Francine Lima

Eu tinha a minha filha nos braços. De repente, quando tentei me apoiar num galho de árvore, ela desapareceu”, diz Juliano Schwamach, de 28 anos. Morador do Morro do Baú, um conjunto de comunidades rurais a 20 quilômetros do centro da cidade de Ilhota, ele é o retrato da tragédia que devastou Santa Catarina. Perdeu tudo: família, casa, carro, trabalho, documentos. Chovia forte havia dois dias. Faltava energia elétrica. Juliano e Marinéia, de 23 anos, tinham acabado de se deitar. Era domingo, 23 de novembro. Passava das 21 horas. Larissa, de 11 meses, dormia com o casal. Um estrondo, parecido com o ronco forte de um trovão, assustou toda a família. Juliano, Marinéia e Larissa foram lançados repentinamente para fora da casa numa espécie de vácuo. O imóvel de alvenaria, de 110 metros quadrados, desmoronou. Uma avalanche de lama, pedras e pedaços de árvores carregou os três para dentro de um córrego a cerca de 20 metros dali. Uma seqüência de explosões clareou o céu. Presa pela terra até a cintura, Marinéia gritava por socorro. “Me puxa, me puxa.” Foi a última vez que Juliano viu a mulher. Agarrado à filha e quase submerso na lama, ele tentava se equilibrar quando veio uma enxurrada e cobriu tudo de água. “Foi muito rápido, uns dois ou três minutos. Eu consegui segurar a Larissa até fazer assim, ó.” Juliano tomba o tronco para a esquerda com o braço flexionado, como se estivesse carregando a menina. Desvia o olhar. Emudece.

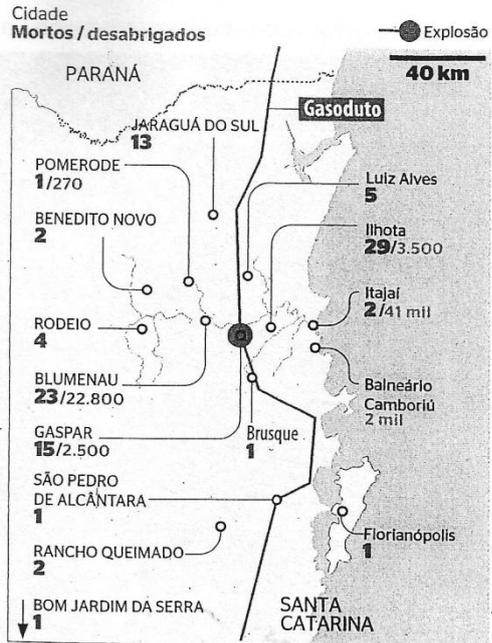
Juliano foi resgatado na tarde da segunda-feira, por um helicóptero do Exército. Tinha escoriações nas pernas, nos braços e nas costas. Até o fim da semana passada, o Morro do Baú continuava isolado do resto da cidade. Considerada um ponto turístico, a região no entorno do morro era dividida em três comunidades: Braço do Baú, Alto Baú e Alto Braço do Baú. A casa de Juliano foi uma das primeiras atingidas. “Depois da primeira explosão, a terra tremeu. Fez um clarão no céu e a noite virou dia. Não deu um minuto e a primeira avalanche de lama veio”, diz Marcos Rincos, de 29 anos, vizinho de Juliano. Ilhota contava os primeiros mortos quando descobriu que as explosões descritas pelos moradores ocorreram num gasoduto que passa atrás do morro. Suspeita-se que deslizamentos de terras provocados pela chuva tenham arrebentado a tubulação do gasoduto e que as explosões de gás tenham agravado os desmoronamentos.

As comunidades do Baú estão entre as mais atingidas por uma das piores tragédias ▶

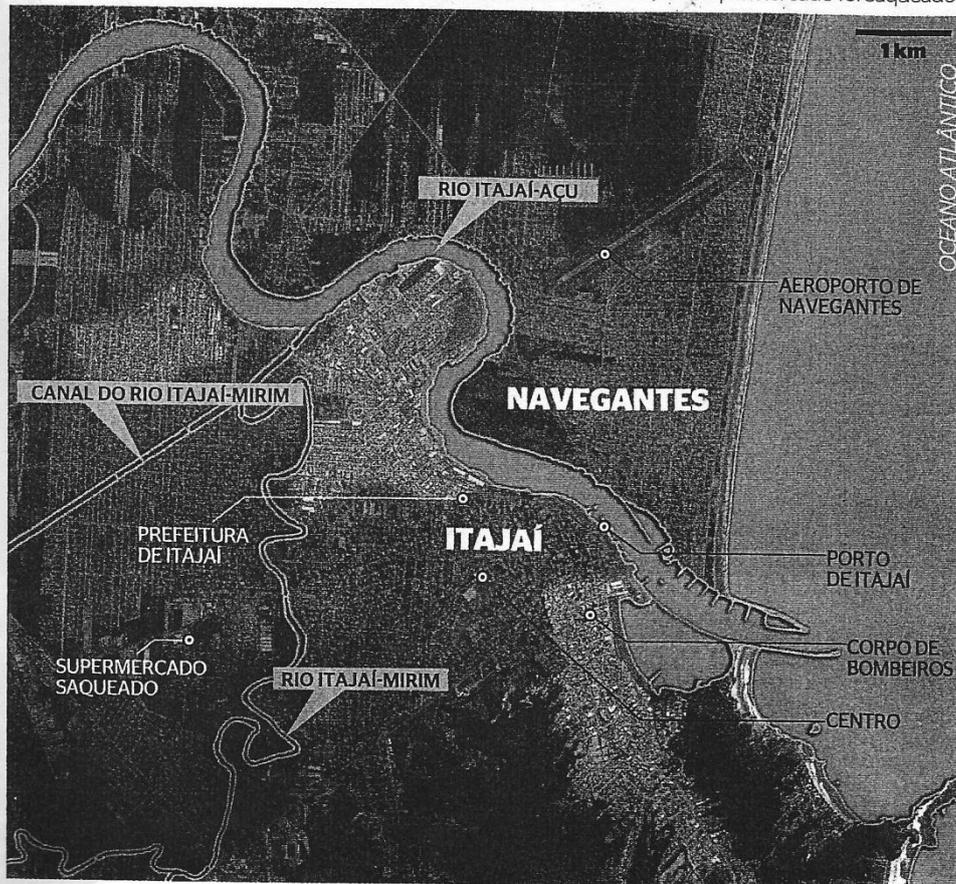
O Vale do Itajaí embaixo d'água

Para mostrar como as chuvas afetaram as principais cidades do Vale do Itajaí, em Santa Catarina, ÉPOCA elaborou um mapa com estimativas das inundações nas cidades de Blumenau e Itajaí. Em Blumenau, onde houve vários deslizamentos de terra, destacamos as áreas mais afetadas, como o bairro de Garcia, no sul da cidade.

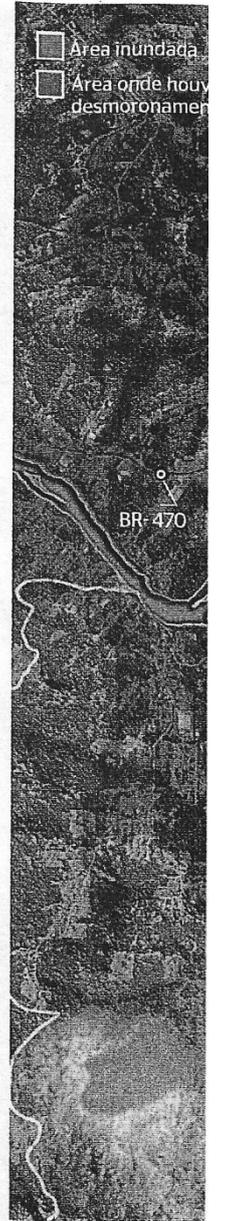
■ Área inundada



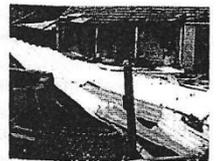
ITAJAÍ - Durante a enchente causada pela chuva e cheias dos rios, um supermercado foi saqueado



BLUMENAU - F



Grandes ench



VIETNÃ
Novembro de 2008
mais de 120 mortos

é mais atingida pela chuva. A região sul do município foi especialmente castigada pelos desabamentos



recentes no mundo... e as cinco piores de Santa Catarina



1974
Agosto de 2005 (Furacão Natna)
1.200 mortos



1983
Março de 2008 (Furacão Nargis)
120 mil mortos



1984
Setembro de 2008 (Furacão Ike)
20 mortos

- 1974** Tubarão: 199 mortos e 65 mil desabrigados
- 1983** Vale do Itajaí: 49 mortos e 198 mil desabrigados
- 1984** Vale do Itajaí: 16 mortos e 155 mil desabrigados
- 1992** Vale do Itajaí: 16 mortos e 145 mil desabrigados
- 1995** Florianópolis e sul: 69 mortos e 29 mil desabrigados

19 de dezembro de 2014. Época. > 45

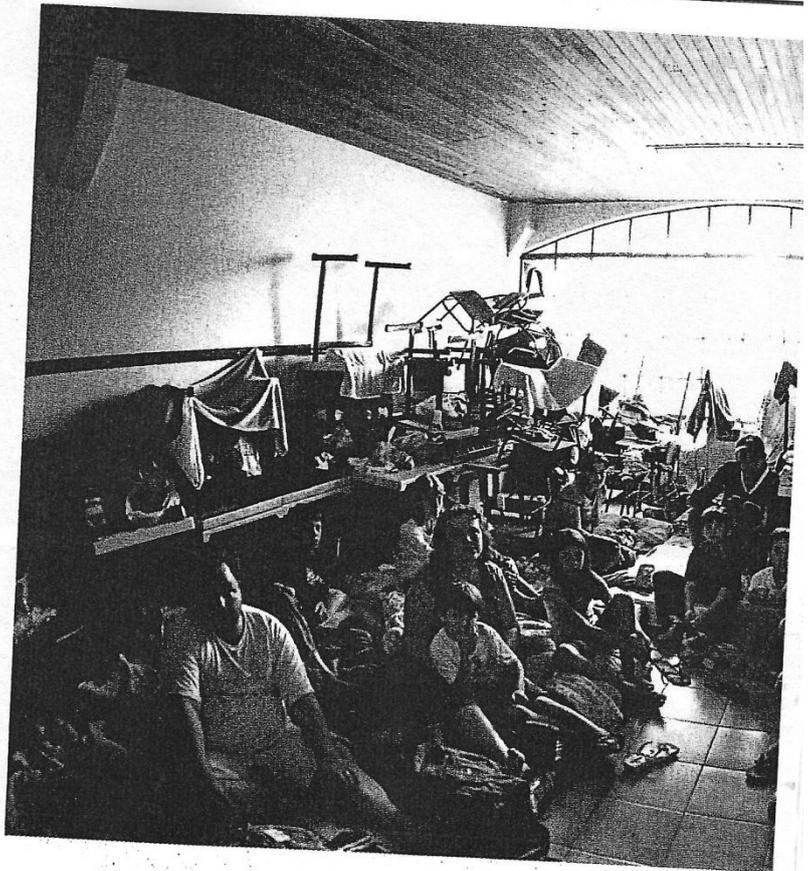
BRASIL ENCHENTE

climáticas do país. Até a sexta-feira, havia cem mortes confirmadas pelas enchentes e pelos desabamentos em Santa Catarina, principalmente no Vale do Itajaí. O número pode subir. Só em Ilhota, município com o maior número de mortos, a Defesa Civil tentava localizar cerca de 90 desaparecidos. Estima-se que 79 mil pessoas perderam suas casas. Cerca de 1,5 milhão de pessoas em 48 cidades foram afetadas com falta de comida ou transportes. Em Blumenau, com 296 mil moradores, as águas cobriram 90% das ruas. As 19 rodovias da região ficaram interditadas. A população, isolada, começou a saquear supermercados, lojas e até casas desmornadas. Para manter a ordem, a polícia decretou toque de recolher nos 45 municípios em situação de emergência.

Empresas situadas no Vale do Itajaí suspenderam operações ou trabalharam parcialmente durante a semana passada. A explosão do gasoduto Bolívia-Brasil, na cidade de Gaspar, deixou milhares de residências da região sem energia. O Porto de Itajaí ficou interditado por seis dias – e cada dia inativo representa perdas de US\$ 33 milhões. Os prejuízos de uma semana, segundo a Federação das Indústrias do Estado, passam de R\$ 360 milhões.

O pior já passou. Mas a rotina pós-enchentes é precária. O aposentado José Day, de 58 anos, já esteve em dois alojamentos com a família desde que sua casa foi destruída, em Blumenau. São 19 pessoas amontoadas numa sala de aula. Ficam entre as carteiras e dormem em colchões no chão. “Perdi tudo, duas casas, carro, duas motos”, diz seu José. “Mas graças a Deus ninguém se machucou.” Reconstruir a vida, diz ele, vai ser difícil. “Não tenho mais nem chão para fazer uma casa. Eu trabalhei anos para ter uma família com um teto na cabeça e comida dentro de casa. Em cinco minutos ficamos só com a roupa do corpo. E molhada.”

A aposentada Inelda Grah, de 55 anos, perdeu o sobrado em Blumenau que ela própria construiu. “Eu morava no mesmo lugar fazia 35 anos, e fiz aquela casa aos pouquinhos”, diz. Sua filha, Nara, de 24 anos, tem uma explicação para o desastre. Ela acha que, apesar de não ter sido totalmente desmatada, a cobertura vegetal da encosta foi explorada além do razoável por pessoas em busca de poços artesianos. “Acho que o pessoal escavava demais aquele morro, porque tinha muita nascente de água. Isso pode ter contribuído para a tragédia.” Mas não desanima. “Ainda quero construir mi-



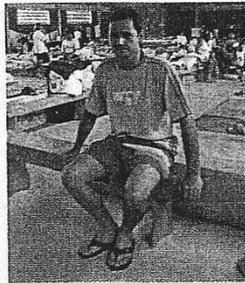
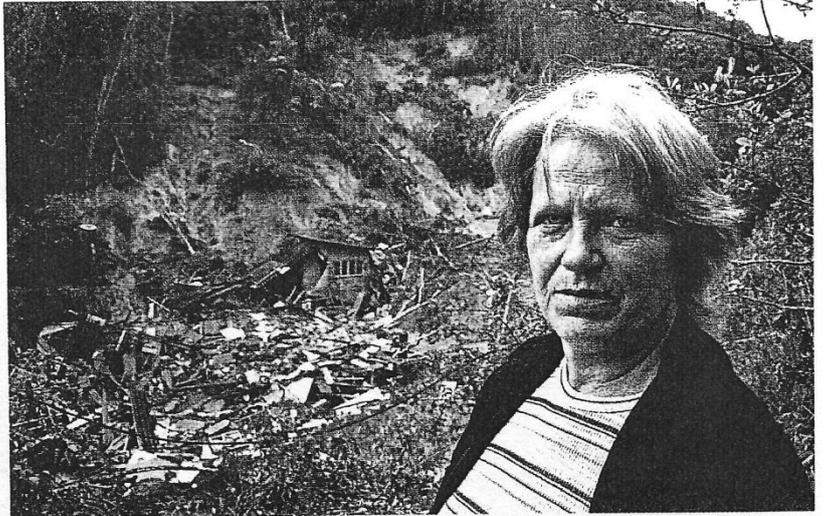
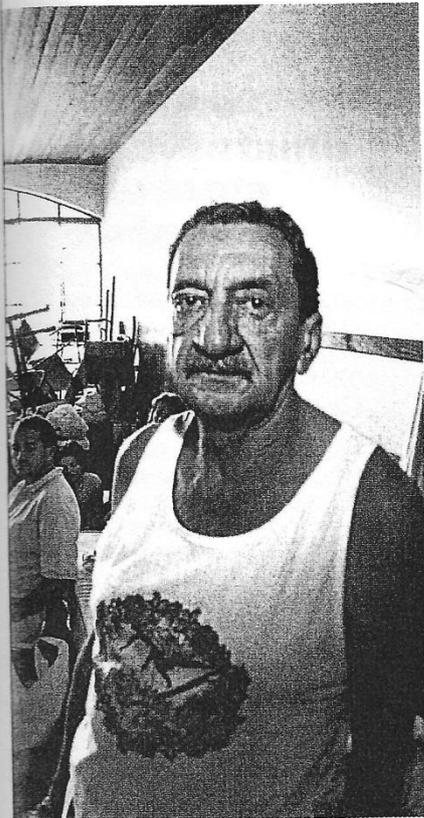
nhá casinha mais para cima, onde a terra é mais firme. Daqui a dois anos, vão me ver com uma casa bonita e carro na garagem. Essa tragédia não vai abater a gente.”

O país inteiro parece ter-se mobilizado para não deixar a tragédia abater os catarinenses. Três contas bancárias abertas na quinta-feira por um movimento nacional de solidariedade arrecadaram R\$ 1,4 milhão em menos de 24 horas. Estão sendo montadas cestas básicas com as doações que chegam de todos os cantos do país: são toneladas de alimentos como macarrão, biscoitos e leite. Funcionando dia e noite, postos de arrecadação em São Paulo reuniram 15 mil litros de água e 10 toneladas de alimentos. Um dos voluntários mais ativos era o paulistano Humberto Collaço, dono de uma agência de turismo. Ele estava em Blumenau durante as chuvas com um grupo de cem viajantes. Ficou ilhado até a terça-feira. Na volta, impressionou-se com a cena de uma criança sozinha, conduzindo uma canoa entre os tetos das casas submersas. Em São Paulo, começou a arrecadar doativos com a Igreja Adventista. Conseguiu uma carreta e na sexta-feira havia juntado 5 toneladas de víveres. “As pessoas

me entregam dinheiro, roupa, o que têm”, diz Collaço. “Nunca vi tanta solidariedade no olhar das pessoas.”

Para ajudar Santa Catarina, o presidente Lula editou uma medida provisória liberando pouco mais de R\$ 1 bilhão. Outros R\$ 600 milhões serão destinados a outros Estados atingidos por chuvas. O dinheiro irá para o resgate das vítimas e para a reconstrução de portos e estradas. Tanto a solidariedade como a rapidez do governo em liberar recursos são louváveis. É o que se espera num momento de crise. Mas tão importante quanto essas reações imediatas é traçar um plano de ação para evitar novas tragédias. É possível?

A chuva que caiu na região foi sem precedentes. Blumenau recebeu, em 24 horas, entre os dias 22 e 23 de novembro, 283 milímetros de chuva torrencial. É o equivalente à média de todo o mês de novembro. Em Itajaí, este novembro teve 670 milímetros de chuva, o maior volume desde que começaram as medições, em 1980. Esta é a explicação óbvia para a enchente: água demais. Mesmo assim, o desastre não precisava ter essa magnitude.



PERDAS O aposentado José Day (primeira foto à esq.) refugiou-se com 18 pessoas em uma escola de Blumenau. A casa que Inelda Grah (acima) construiu com as próprias mãos desmoronou. Juliano Schwamach (foto menor) não conseguiu salvar a mulher e a filha

Ninguém questiona a força dos desastres naturais. Mas o Brasil tem capacidade técnica e experiência suficientes para, no mínimo, reduzir o impacto de chuvas como essa. Em Blumenau, há uma estação telemétrica que monitora a vazão do Rio Itajaí e tem condições de emitir sinais de alerta para inundações. Há também um programa de monitoramento do clima – que previu até a gravidade do Furacão Catarina, em 2004. O dilúvio ninguém previu, mas já chovia no Estado quase a primavera toda, e estudos sobre as áreas de risco de enchentes e deslizamentos apontavam o que podia acontecer se chovesse demais. Segundo Maria Lúcia Herrmann, coordenadora do Grupo de Estudos de Desastres Naturais da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), as universidades catarinenses produzem quilos de teses e monografias sobre declividade, litologia (tipo de rocha) e forma das encostas desde os anos 80. “O que sabemos é suficiente para agir”, afirma Maria Lúcia. Por falta de entrosamento entre o meio acadêmico e o setor público, tanto estudo jamais se transformou em ação.

Agora que o desastre ocorreu, é importante entender por que ele foi tão grave

– afinal, há muitas regiões com o mesmo tipo de risco no país. De todas as medidas já tomadas e dos estudos em curso, algumas conclusões podem ser tiradas sobre o que é preciso fazer:

1 Preservar as cabeceiras dos rios – Para reduzir o tamanho das enchentes, é essencial conter o desmatamento nas cabeceiras dos rios. Num terreno com vegetação nativa, a água das chuvas leva mais tempo para chegar ao curso d’água (leia o quadro na pág. 48). As próprias folhas das árvores absorvem parte da chuva e reduzem o impacto das gotas no solo. Além disso, troncos e folhas no chão ajudam a reter a água. O solo, menos compactado, absorve mais água. A diferença foi medida em pesquisas em Ubatuba, no litoral de São Paulo. Nas encostas com floresta, o risco só surge com uma precipitação de 360 a 520 milímetros em três dias. Sem vegetação nativa, chuvas de 120 milímetros já provocam desabamentos e cheias.

Santa Catarina estava vulnerável em parte porque foi o Estado campeão de derrubadas na Mata Atlântica, segundo um levantamento do Instituto de Pesquisas Espaciais

(Inpe). Entre 2000 e 2005, desmatou-se uma área maior que Florianópolis. “Há dez anos o Estado vem tendo esses recordes de desmatamento”, diz Márcia Hirota, bióloga da fundação SOS Mata Atlântica. “As derrubadas foram justamente em áreas de encostas e morros, onde há um risco maior de desabamento e estão as nascentes dos rios”, diz Mirian Prochnow, da Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida (Apremavi).

No Vale do Rio Itajaí, a região mais afetada pela chuva, o desmatamento para plantação de pinheiros agravou o problema de escoamento da água. “As folhas das florestas naturais serviam de esponja para segurar a água. Nos pinus, a folhagem é pequena e deixa passar mais chuva”, diz João de Deus, diretor do Departamento de Áreas Protegidas do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e professor de Botânica da UFSC.

Além de piorar as cheias, o desmatamento elevou a proporção dos desabamentos. “Em um solo desnudo, sem vegetação, o impacto de uma única gota d’água ao bater no solo desloca um grão de areia em até 45 centímetros”, diz Maria Lúcia ▶

Por que choveu tanto em Santa Catarina

A combinação de três fenômenos meteorológicos causou o volume recorde de chuvas. Eles podem ser reflexo de alguma alteração no Oceano Pacífico, ainda não detectada pelos especialistas. Como esses fenômenos são naturais e já aconteceram outras vezes, é pouco provável que sejam resultado do aquecimento global



1 VENTOS
Desde o início de novembro, uma área de alta pressão (anticiclone) originária da região polar está estacionada sobre a costa da Região Sul. Ela tornou mais intensos os ventos que sopram do oceano para o continente, carregando o ar úmido. Os ventos permaneceram nessa mesma direção durante 20 dias, período maior que o usual (cerca de dez dias)

2 EVAPORAÇÃO
A quantidade de vapor d'água transportada até o continente também foi maior que o normal. Isso aconteceu porque as águas do litoral estavam entre 0,5°C e 1°C mais quentes que o habitual. Isso aumentou a evaporação

3 NUVENS
Nas nuvens de chuva, o vapor que sobe das camadas inferiores se transforma em cristais de gelo. Eles caem do alto das nuvens e se tornam chuva pesada à medida que se precipitam. Desta vez, a temperatura nas camadas altas da atmosfera estava mais fria. Era de -18°C, quando o habitual é -7°C. Por isso, a nuvem ficou mais carregada e a chuva foi mais intensa

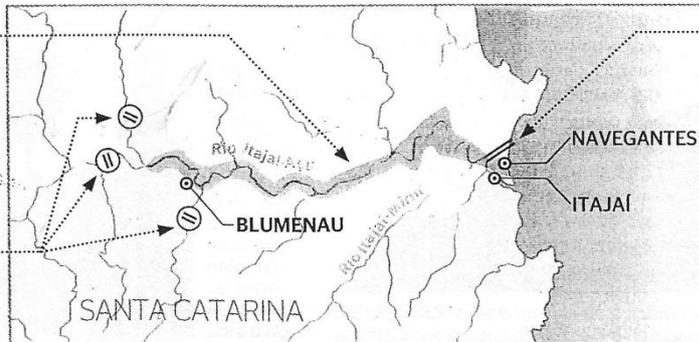
Fonte: Pedro S. Dias - Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC)

O que poderia ser feito para reduzir as enchentes

Obras que estavam previstas para minimizar as cheias na região, depois da enchente de 1983

RETIFICAÇÃO DA CALHA DO RIO ITAJAÍ-AÇU - As obras podem ser feitas ao longo de 25.000 quilômetros quadrados, começando em Blumenau e terminando em Itajaí. A idéia é aumentar o curso do rio e reduzir algumas curvas

CONSTRUÇÃO DE DIQUES nas cidades mais vulneráveis, como Blumenau. Os diques reteriam as cheias nos afluentes do Itajaí-Açu

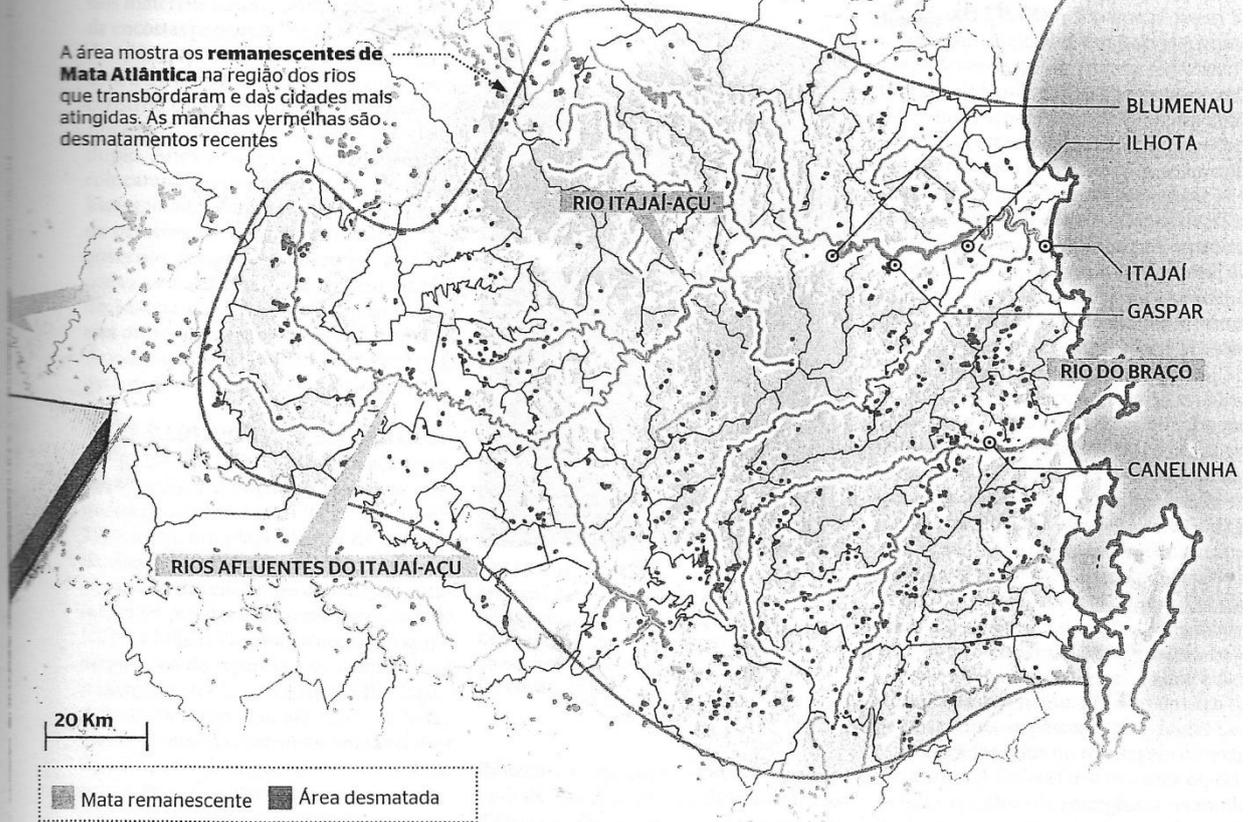


CONSTRUÇÃO DE UM CANAL saindo de Itajaí até a Praia de Navegantes. Esse canal desviaria parte do fluxo do Rio Itajaí-Açu

Como a devastação ambiental piorou a inundação

Santa Catarina foi o Estado campeão de desmatamento da Mata Atlântica entre 2000 e 2005, segundo a SOS Mata Atlântica e o Inpe. Com a devastação na região das cabeceiras dos rios, a capacidade de absorção de água pelo solo ficou reduzida

A área mostra os **remanescentes de Mata Atlântica** na região dos rios que transbordaram e das cidades mais atingidas. As manchas vermelhas são desmatamentos recentes



O impacto do desmatamento

Num declive sem floresta, a água da chuva corre até quatro vezes mais rápido



SEM FLORESTA Se o terreno tiver apenas terra limpa para plantio, a chuva corre rápido para o rio e ainda arrasta lama junto

BRASIL ENCHENTE

Herrmann. Quando há folhas nas árvores, as gotas são amortecidas e movimentam menos barro.

2 Regularizar a ocupação dos morros - O que aumentou as perdas de vidas e danos materiais foram construções em áreas de encostas perigosas. "Após as inundações de 1983, a população ficou traumatizada com a cheia do Rio Itajaí-Açu e começou a construir casas nos morros", diz Mirian, da Apremavi. "Essas obras criaram um efeito duplo. Aumentaram o desmatamento e colocaram as pessoas em zonas de risco." Essas moradias foram construídas em áreas de preservação permanente (APPs). "Os governos sempre consideraram as APPs como mera exigência de ambientalistas", diz Márcia, da SOS Mata Atlântica. "Agora está provado que proibir obras a 30 metros de rios e encostas também é uma forma de garantir a segurança da população."

3 Aumentar o escoamento do rio - A terceira ação para reduzir o impacto das chuvas seria melhorar a calha do Rio Itajaí-Açu. Desde 1986 existe um plano diretor de controle de cheias na região. Ele foi feito ainda sob o impacto das enchentes de 1983, que mataram 49 pessoas e causaram prejuízos de US\$ 1,1 bilhão. O plano, feito com o apoio do governo do Japão, previa a retificação e o alargamento das margens do Rio Itajaí-Açu desde Blumenau até a foz em Itajaí. Também seriam construídos um canal para desviar parte das águas dos rios em Itajaí para a Praia dos Navegantes e diques para conter os tributários de pequenos riachos. Mas as obras não saíram do papel. Por quê? Um levantamento feito pelo site Contas Abertas mostra que a União repassou para Santa Catarina, neste ano, R\$ 2,4 milhões para obras preventivas, como contenção de encostas, e três vezes mais recursos para respostas a desastres. O governo executou bem menos que o autorizado no início do ano. No caso de obras, liberou até este mês apenas 6% do total aprovado para todo o país. "Obras de prevenção, como contenção de encostas, não são caras, mas, politicamente, talvez não sejam tão interessantes", diz o professor Dickran Berian, da Universidade de Brasília.

Foi com obras assim que Belo Horizonte, uma metrópole espremida nas montanhas, conseguiu reduzir o impacto das enchentes. A cidade é cortada em 37 quilômetros pelo



LEITOR-REPÓRTER

Imagens da destruição em Blumenau feitas pelo administrador de imóveis Carlos Jorge Hiebert, que participa da equipe de voluntários da Defesa Civil. Ele enviou as fotos a EPOCA pelo site

Ribeirão Arrudas, que recebe boa parte dos mais de 700 quilômetros de outros cursos d'água canalizados ou soterrados por ruas e avenidas. No verão de 1977, 17 pessoas morreram. Em 2002, foram 16 mortos. Para combater isso, foram feitas obras de retificação, alargamento e canalização do Arrudas. Na região central, a obra terminou no ano passado. São Paulo também agiu. Uma das maiores obras do mundo para reduzir enchentes foi feita no Tietê, que corta a região central da cidade. O município tem 3,200 quilômetros de rios e córregos. A maioria deságua no Tietê. As enchentes são um problema desde o século XIX. Foram agravadas com a construção das avenidas marginais, que acompanham o rio. O transbordamento do rio virou símbolo do descaso do poder público. Mas entre 2001 e 2006 o governo aprofundou o leito do rio entre 2,5 metros e 10 metros em alguns trechos e o alargou de 26 metros para 46

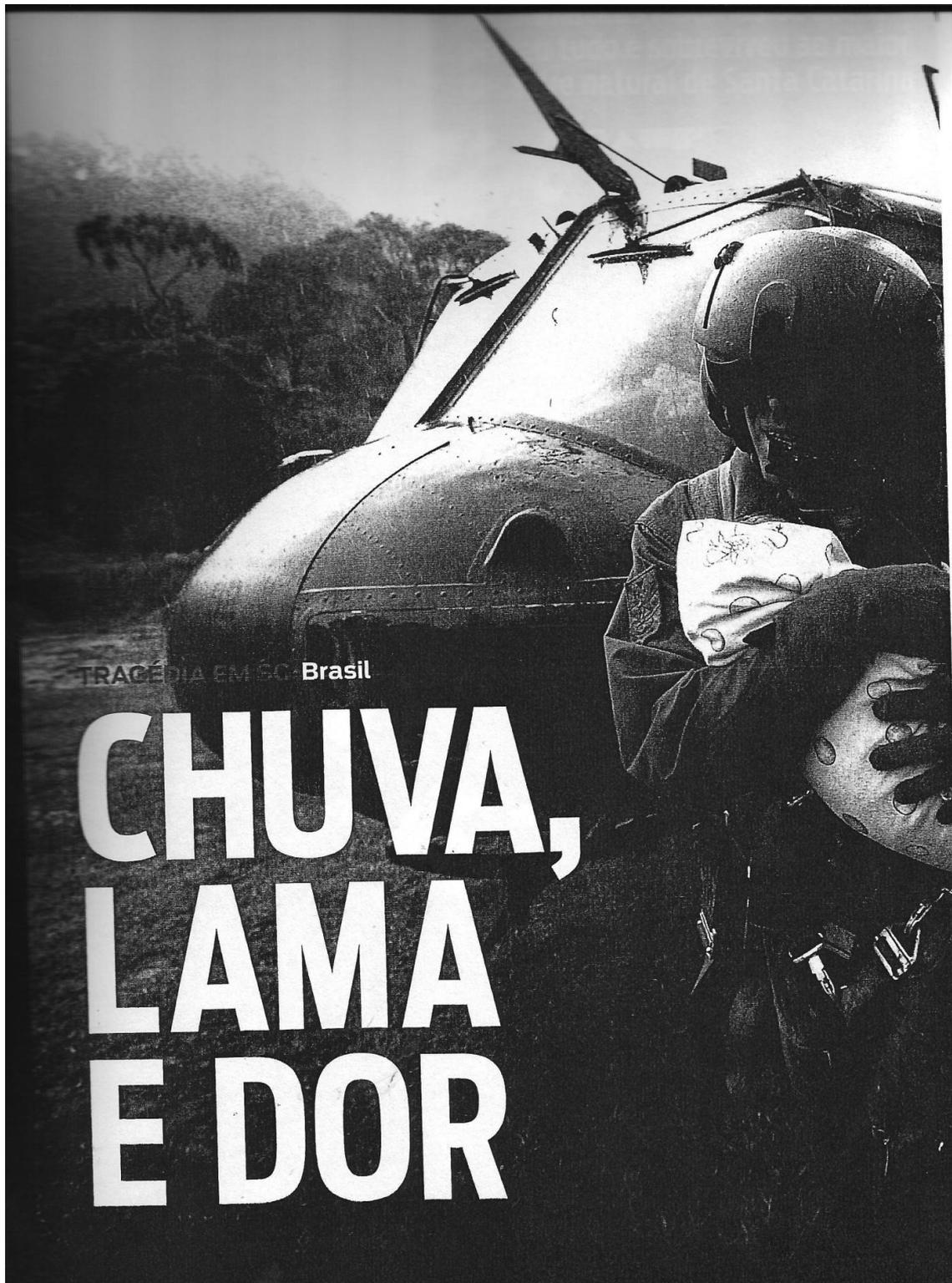
metros em outros. Custou mais de R\$ 1 bilhão. A obra não evitou uma enchente em 2005, após a maior pancada de chuva desde 1943. Mas praticamente acabou com os transbordamentos nos outros verões.

4 Monitorar as populações de risco - É o que já fazem algumas cidades. Em Belo Horizonte obras de contenção de encosta reduziram o número de famílias em zonas de risco de 15 mil, em 1994, para cerca de 6 mil, em 2008. Além disso, foram criados 50 núcleos com 500 voluntários treinados. Eles se reúnem antes da estação chuvosa para planejar o trabalho. Essa rede de prevenção custa R\$ 15 milhões por ano. "É fundamental organizar a Defesa Civil a partir das comunidades", diz Cláudio Vinícius Leite, diretor-presidente da Cia. Urbanizadora de Belo Horizonte. Desde 2003 não há uma só morte por deslizamento nas áreas monitoradas.

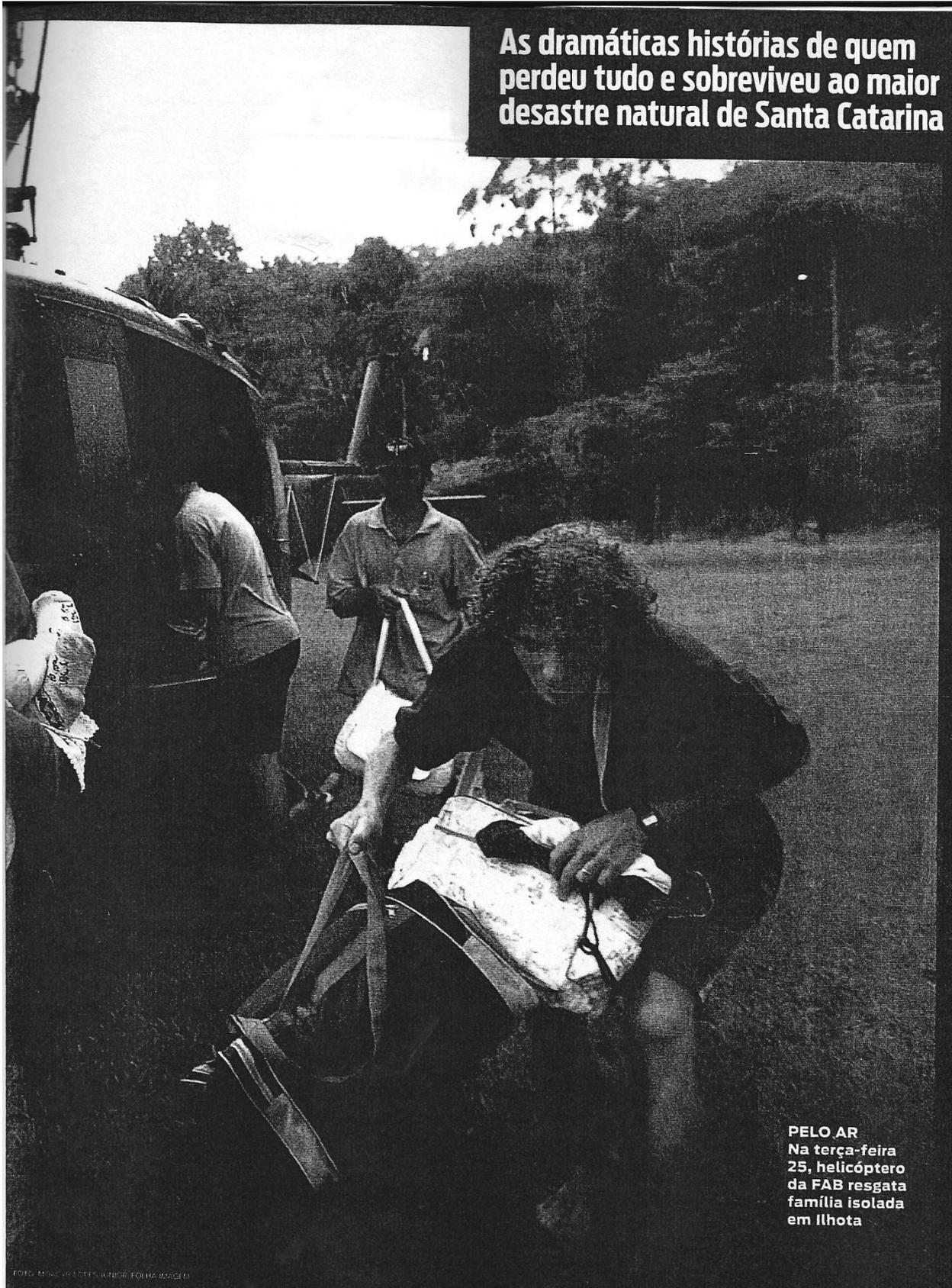
No Rio de Janeiro, o governo estadual gasta cerca de R\$ 15 milhões por ano em contenção de encostas na cidade. Mas estima-se que 1 milhão de pessoas morem em áreas de risco, boa parte em favelas ou bairros irregulares. Para reduzir os danos há 12 anos o Alerta Rio, da Prefeitura, monitora a aproximação de chuvas, mede o índice pluviométrico por área da cidade calcula o grau de saturação do solo encharcado. Com isso, sabe-se qual o ponto em que ele não absorve mais água e fica sujeito a deslizamento. Em caso de risco de desabamento, as pessoas são avisadas por e-mail, telefone, fax ou mensagem de texto por celular. A Defesa Civil tem uma espécie de infra-estrutura de emergência em modo de espera, composta de fornecedores de mercadorias, igrejas e abrigos permanentes, além de voluntários para socorrer os desabrigados.

Nenhuma obra bilionária ou investimento anual em contenção de encosta vai evitar desastres naturais. Chuvas fora do padrão acontecem regularmente. Isso não justifica a inação. Há milhares de anos, as primeiras sociedades humanas temiam as intempéries. Julgavam-se à mercê da vontade de deuses da chuva e de outras forças da natureza. Hoje, os conhecimentos técnicos e até a experiência brasileira em lidar com chuvas não justificam a falta de prevenção. Nas próximas semanas, Santa Catarina receberá ajuda humanitária e financeira. Para os próximos anos, no entanto, o Estado vai exigir investimento para poupar a população de uma nova calamidade. ♦

3) "Chuva, lama e dor" – Revista *IstoÉ*



**As dramáticas histórias de quem
perdeu tudo e sobreviveu ao maior
desastre natural de Santa Catarina**



PELO AR
Na terça-feira
25, helicóptero
da FAB resgata
família isolada
em Ilhota

FOTO: MOURA LOPES / INÍCIO FOLHA IMAGEM

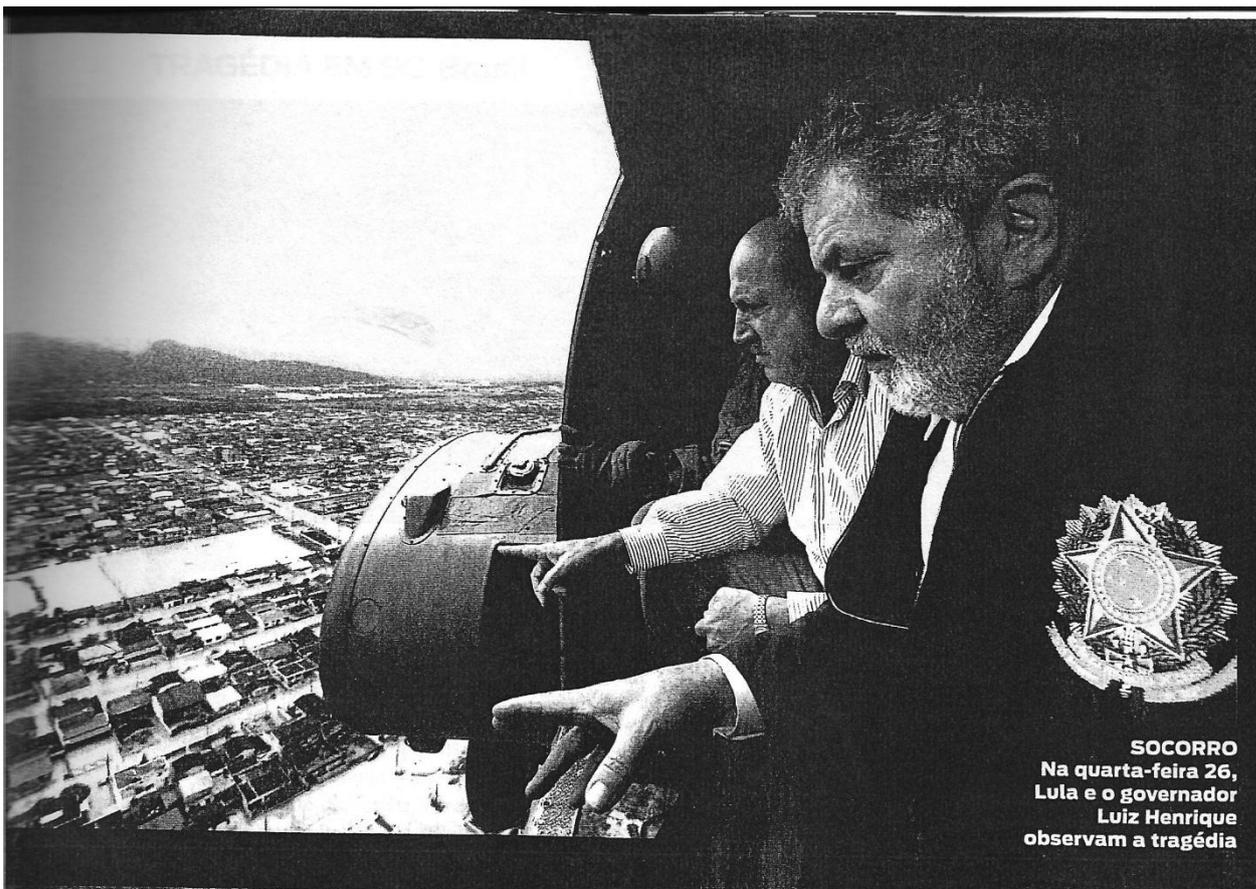
TRAGÉDIA EM SC Brasil



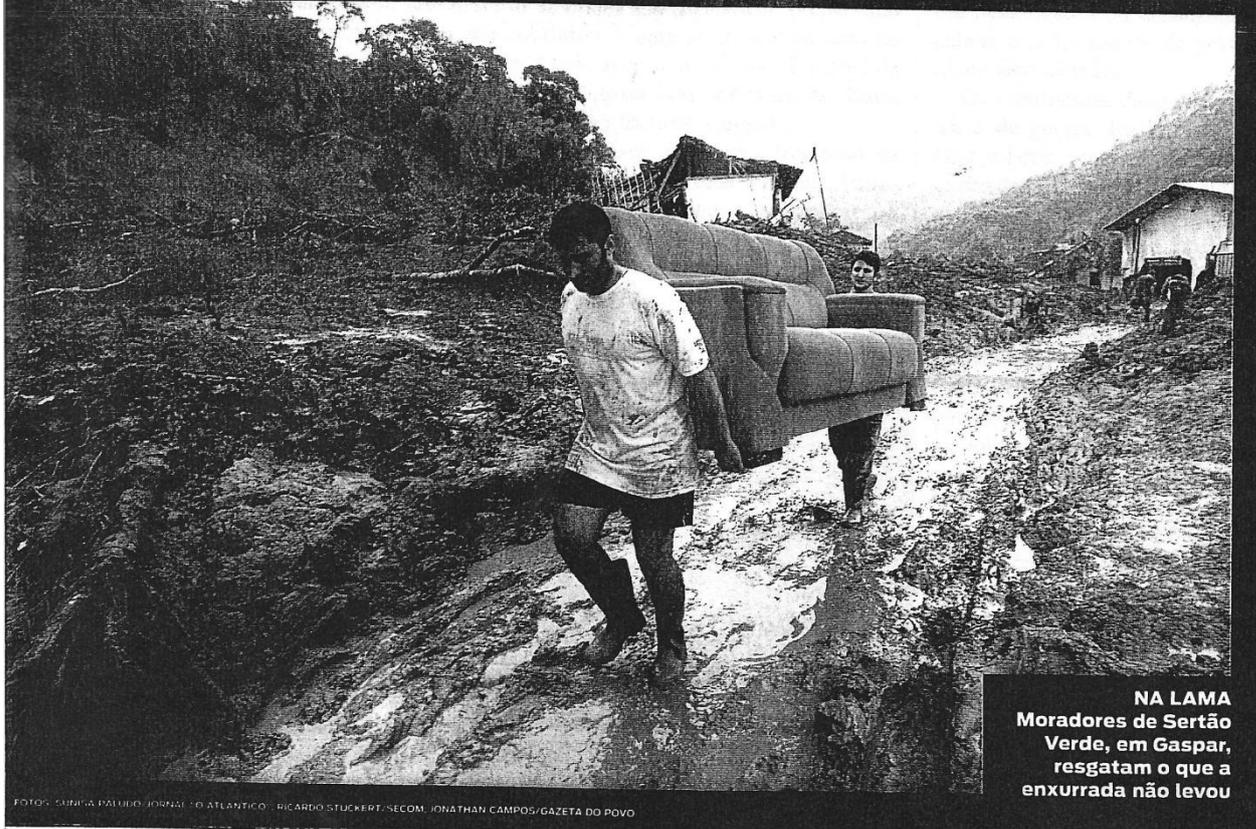
INUNDAÇÃO
Itapema virou um rio.
O Itajaí-Açu,
chegou a subir
11,24 metros



ÁGUA E COMIDA
Em busca de alimentos,
população saqueia
supermercado de Itajaí,
que ficou submersa



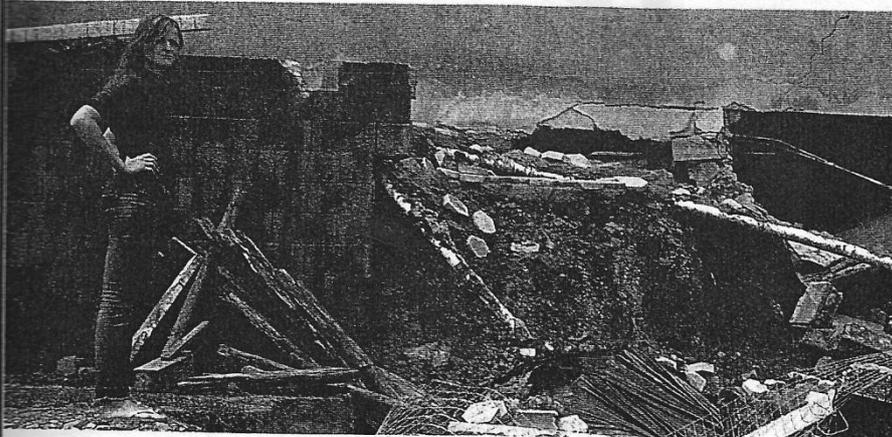
SOCORRO
Na quarta-feira 26,
Lula e o governador
Luiz Henrique
observam a tragédia



NA LAMA
Moradores de Sertão
Verde, em Gaspar,
resgatam o que a
enxurrada não levou

FOTOS: SAMIRA PALUDO/JORNAL O ATLANTICO; RICARDO STUCKERT/SECOM; JONATHAN CAMPOS/GAZETA DO POVO

TRAGÉDIA EM SC Brasil



Suzane Frutuoso e Daniela Mendes

Chovia sem parar havia quase dois meses em Santa Catarina. O vigia Francisco Mendonça, 48 anos, terminou seu turno na hora do almoço, no sábado 24, e planejava visitar alguns parentes antes de seguir para casa, mas mudou de idéia diante da tempestade. Ele estava acostumado aos temporais, muito comuns na região, e até às enchentes, mas naquele dia a chuva sem trégua mostrava uma força incomum. Na sua casa, na localidade de Sertão Verde, em Gaspar, ao perceber as águas ocupando o pátio, sua mulher, Maria Marlene, 49 anos, decidiu ir para um local mais seguro. Na véspera, a casa deles já havia sido invadida pela chuva. Por telefone, ela contava à filha Jussara, moradora de Blumenau, que estava se preparando – com duas filhas, dois netos e dois sobrinhos – para se abrigar na casa do cunhado. “De repente, ela parou de falar e ouvi apenas um chiado. Em seguida a ligação caiu”, relatou Jussara a parentes. A ligação caiu por causa da chuva. Maria Marlene conseguiu ir com a família para a casa do cunhado.

Por volta das 13h, uma avalanche de lama e árvores soterrou três casas na localidade, entre elas a do irmão de Francisco, matando toda a família. Ironicamente, a dele permaneceu intacta. “Era a hora deles, não tem outra explicação”, lamentava o vigia. Entre os escombros, uma cena emocionou até os bombeiros: Débora, 26 anos, (grávida de dois meses), e Ester, de quatro, filha e neta de Francisco, morreram abraçadas. A família Mendonça foi sepultada sem velório e em caixões de papelão na terça-feira 25.

Gaspar, localizada no Vale do Itajaí, a 116 Km de Florianópolis, foi uma das cidades mais atingidas pela fúria das águas – 15 pessoas morreram – que devastou parte de Santa Catarina. O dilúvio fez os rios derreterem e um tsunami de lama, rochas e árvores provocou destruição jamais vista no Estado. Até a tarde da sexta-feira 28, a Defesa Civil contabilizava 100



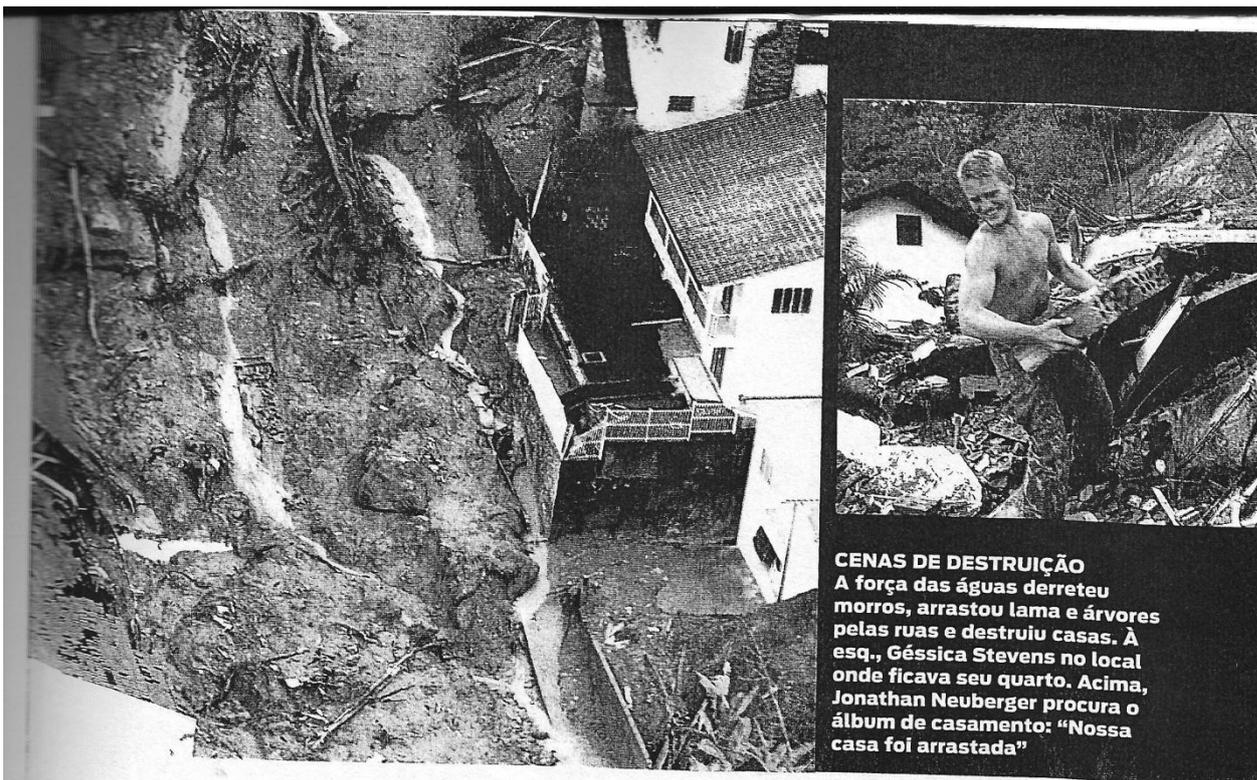
DESABAMENTO
Os irmãos José e Emerson da Silva: as três casas da família ruíram em minutos



mortos, 19 desaparecidos e quase mil desabrigados ou desalojados. Calcula-se que 1,5 milhão de pessoas tenham sido afetadas.

Os catarinenses descrevem um cenário de guerra. Ruas tomadas por água e lama, casas destruídas, pontes quebradas, postes tombados, supermercados saqueados. Mais de 80% da cidade de Itajaí submergiu. **Em Blumenau, uma das maiores da região, 95% da população ficou sem água e a lama chegou a meio metro de altura no centro histórico.**

As rádios da cidade não funcionavam. Cerca de 172 mil pessoas passaram o fim de semana sem luz no Estado. O abastecimento de gás foi reduzido em 72% na região. Faltava comida, água virou artigo de luxo, o litro de gasolina chegou a R\$ 1,50 e o comércio só aceitava dinheiro em cheque porque não havia como realizar pagamentos em cartões de crédito ou débito. Dezenas de milhares de pessoas perderam tudo: casa, carro, roupas, documentos, memórias de uma vida inteira. As cenas de horror lembravam



CENAS DE DESTRUIÇÃO
A força das águas derreteu morros, arrastou lama e árvores pelas ruas e destruiu casas. A esq., Gêssica Stevens no local onde ficava seu quarto. Acima, Jonathan Neuberger procura o álbum de casamento: "Nossa casa foi arrastada"

a Nova Orleans (EUA) devastada pelo furacão Katrina em 2005, quando quase 1.500 pessoas morreram. Até hoje a cidade está em reconstrução.

Quem escapou da morte ainda tem os momentos de terror vivos na mente. "Nossa casa foi arrastada em pé, a poucos metros de onde a gente estava. Desabou e virou um monte de entulho na nossa frente", conta Jonathan Neuberger, 20 anos, morador de Blumenau. Recém-casado, ele e a mulher estavam construindo uma casa e, por isso, viviam provisoriamente com os pais dele. Na fatídica noite de sábado, quando a chuva se tornou mais intensa, eles perceberam que a água e o barro desciam com força do morro e começavam a entrar na casa. Por volta da 1h, eles decidiram sair e se abrigaram na varanda do vizinho no outro lado da rua.

"Ficamos observando a água e o lodo que entravam pela parte dos fundos e saíam pela frente arrastando os móveis para a rua. De repente, a casa foi arrastada inteira na nossa

direção. Só não nos atingiu porque desabou antes. Nos abraçamos e choramos desesperados", lembra Jonathan, que voltou ao local na quarta-feira 26 para tentar recuperar algo de valor, como o álbum de casamento. O motorista Egon Stevens, 49 anos, também de Blumenau, viveu tragédia semelhante. Ele e a filha Gêssica, 21, saíram de casa quando começaram a ouvir estalos. Pouco depois, tudo ruiu. "Levei 11 anos para construí-la, mas os bens materiais a gente recupera", dizia ele, inconformado com a morte de um vizinho e suas duas filhas.

O governo do Estado ainda tenta medir o tamanho do estrago. O turismo estima perder R\$ 120 milhões. A reconstrução da malha viária levará um mês. Além disso, boa parte do comércio e fábricas da região permanecem fechados. **"Ainda não conseguimos calcular tudo porque muitas indústrias ainda estão submersas ou sem condições de contato", diz Alcântaro Corrêa,** presidente da Federação das Indústrias de Santa Catarina (Fiesc), para quem o

prejuízo das empresas superará R\$ 1 bilhão. Uma das situações mais graves é a do porto de Itajaí, o segundo maior do País, que está fechado desde a quinta-feira 20 e amarga perdas diárias de R\$ 100 milhões. A água arrastou contêineres, invadiu depósitos e destruiu três dos quatro pontos de atracação. O porto é o maior exportador de carnes congeladas do Brasil, setor que movimenta R\$ 10 bilhões por ano. Somente na quarta-feira 26, o presidente Lula sobrevoou a região atingida e anunciou a liberação de R\$ 1,6 bilhão para Estados castigados pela chuva – cinco mil homens estão trabalhando nesta operação. "Nunca vi coisa como esta", disse Lula. "É a pior tragédia climática de Santa Catarina", resumiu o governador Luiz Henrique.

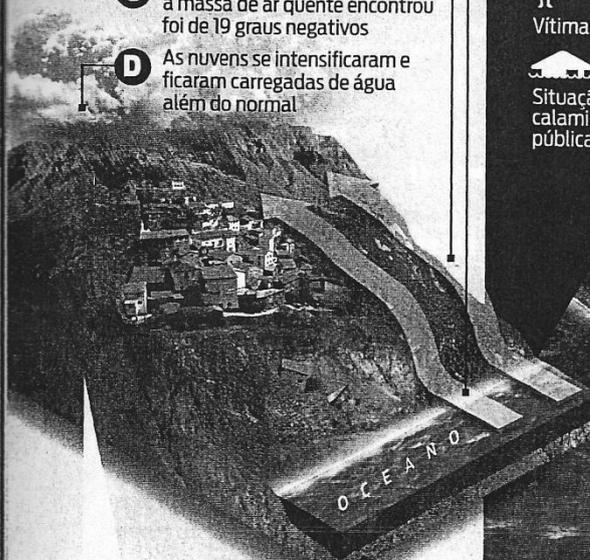
Ainda estão na memória dos catarinenses as enchentes de 1983, na qual morreram 49 pessoas e 197 mil ficaram sem teto, e 1984, quando houve duas mortes e 155 mil desabrigados. Naquela ocasião, foi criada a Oktoberfest, uma festa folclórica alemã, para angariar

FOTO: JOSÉ CARLOS GOES; GISELLE ZAMBIAZZI; JAMES TAVARES/SECOM

UM CONJUNTO DE PROBLEMAS

Geografia desfavorável

- A** O litoral e a serra estão muito próximos. Ventos úmidos e quentes que vêm do mar chegam rapidamente à serra. É um bloqueio para a massa de ar prosseguir
- B** Ela sobe e encontra o ar frio de zero grau na serra. As nuvens se formam mais pesadas e fortes
- C** Dessa vez, a temperatura que a massa de ar quente encontrou foi de 19 graus negativos
- D** As nuvens se intensificaram e ficaram carregadas de água além do normal



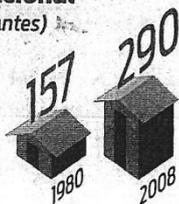
Solo castigado

- 1** A chuva excessiva satura o solo, que é poroso e absorve água facilmente
- 2** Um material chamado alterita, que se forma entre o solo e a rocha, fica tomado por uma espécie de lâmina de água. Isso provoca um peso além do suportável e o solo desliza sobre as áreas rochosas
- 3** Às vezes, a força do solo é tamanha que as rochas também são carregadas
- 4** Esse solo, localizado na serra próxima ao litoral, sofre desgaste com a umidade que vem do mar
- 5** Além disso, o solo da região é raso, ondulado e de alta inclinação. Os deslizamentos são ainda mais rápidos

Aumento populacional

(em milhares de habitantes)

O crescimento de cidades como Blumenau levou à ocupação das encostas. O peso extra das casas no solo piora os deslizamentos



NÚMEROS DE UMA TRAGÉDIA

100 mortos

78 mil

desabrigados e desalojados

500 mil

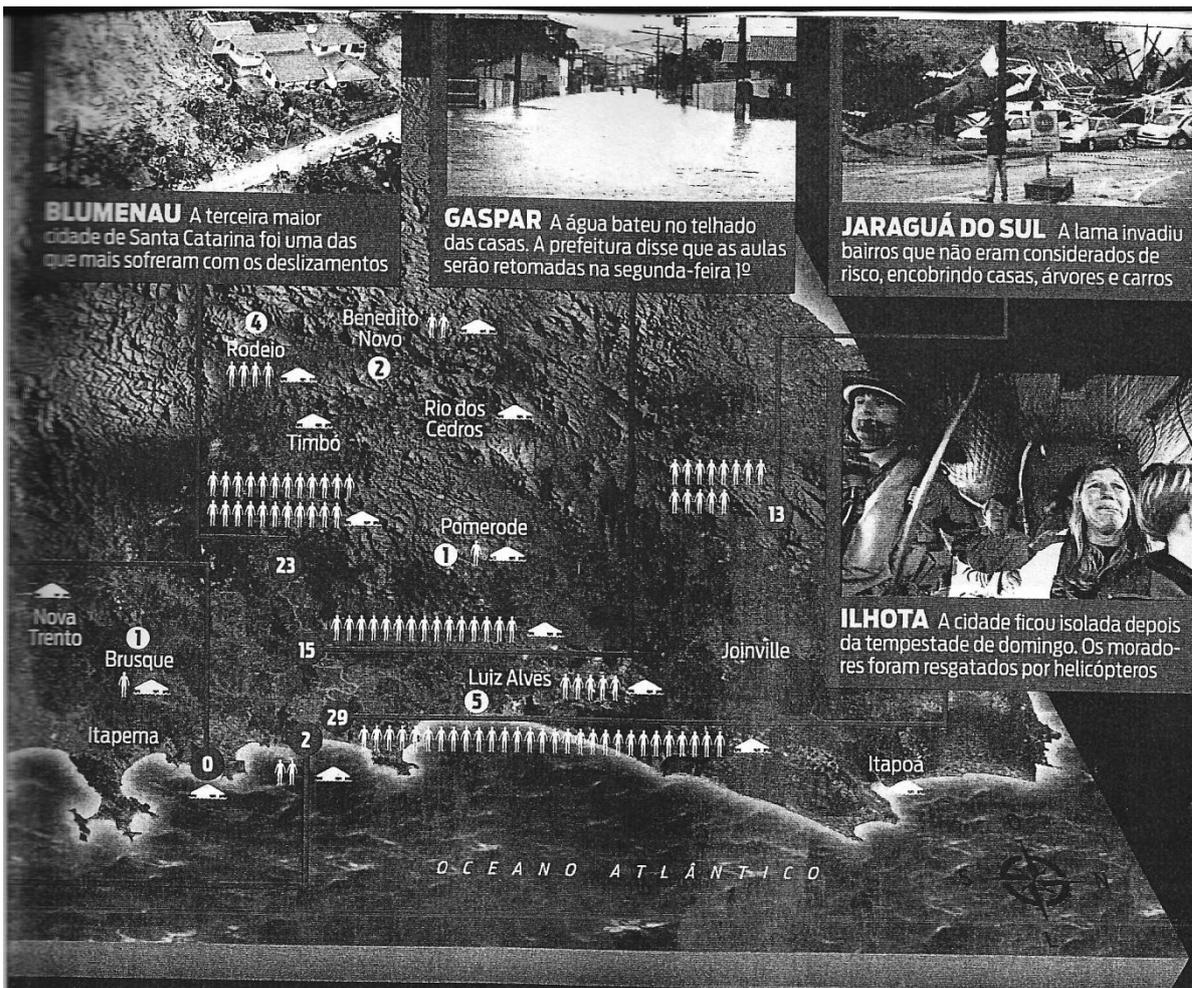
foi o que choveu em dias no Vale do Itajaí

* Até sexta-feira 28



recursos e ajudar na reconstrução da região, onde ocorrem enchentes desde o século XIX, mas até hoje não há um programa eficiente para combatê-las. Emerson Silva tinha apenas sete anos em 1983, mas, com as imagens daqueles tempos difíceis na memória, resolveu no domingo 23 estocar comida e água assim que as chuvas se intensificaram em Gaspar. Antes do almoço, foi com a mulher, grávida de sete meses, ao mercado. Os armários da cozinha eram novinhos, haviam sido montados três dias antes. Mas a chuva foi implacável

e as três casas da família de Emerson ruíram em minutos. Eles escaparam porque saíram pouco antes. O estoque de comida e água se perdeu nos combros e agora ele, a mulher e a filha estão hospedados com vizinhos. Também foram as lembranças daqueles enchentes que motivaram Hociel Laguna, 42 anos, a deixar sua casa quando a enxurrada alagou a rua no sábado 22. "Avisei o pessoal para se conta ela. "Mas quase ninguém é de nunca passaram pelo que eu passei. Caminhei com água na cintura."



1,5 milhão de catarinenses foram afetados de alguma maneira pelo desastre

19 pessoas continuam desaparecidas. Moradores dizem que ainda há muitos soterrados

14 cidades estão em estado de calamidade pública. A previsão para a reconstrução é de 1 ano

sua rua, em Gaspar, a água chegou a quatro metros de altura.

As enchentes castigaram especialmente Itajaí, que até o final da semana passada ainda estava parcialmente submersa e onde havia sido decretado toque de recolher em razão dos saques. O rio Itajaí-Açu chegou a ficar 11,24 metros acima do nível na manhã da segunda-feira 24. Naquele dia, o caminhoneiro Loreci Schemes só conseguiu chegar em casa de jet-ski. No sábado ele havia viajado com a mulher e o filho de cinco anos para um bati-

zado em Blumenau. Às 5h30 da madrugada de domingo, foi acordado pela cunhada que o avisou da violência da chuva e do perigo de enchente. Ele retornou para Itajaí imediatamente, mas não conseguiu salvar nada. “Perdi tudo”, disse, referindo-se a carro, moto e eletrodomésticos. Só restou o caminhão, que ele conseguiu levar a tempo para um lugar seguro.

Foi a preocupação com os alagamentos, comuns em alguns pontos de Itajaí, que determinou a escolha do bairro Dom Bosco por Josely Rosa

para comprar sua casa, no início do ano. Por isso, quando viu a água e a lama invadirem a garagem, mal pôde acreditar. **“Minha rua ficou submersa, de algumas casas só se via o telhado, cobras nadavam na água”**, contou Josely, que foi retirada do local de barco com o pai e o filho.

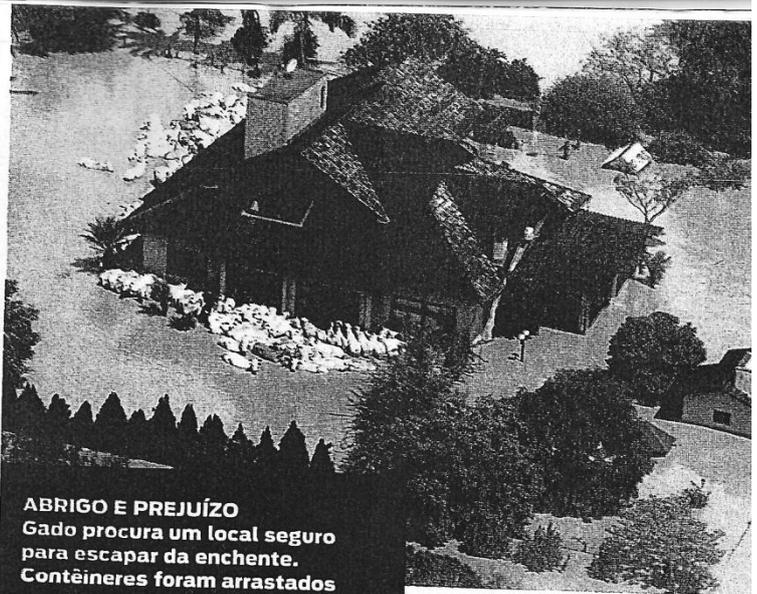
De fato, o volume de água que caiu de 21 a 23 de novembro no Vale do Itajaí foi inédito: choveu cerca de 500 milímetros. Para efeito de comparação, Florianópolis, em todo o mês de novembro, costuma

INFOGRAFIA: FERNANDO BRUM

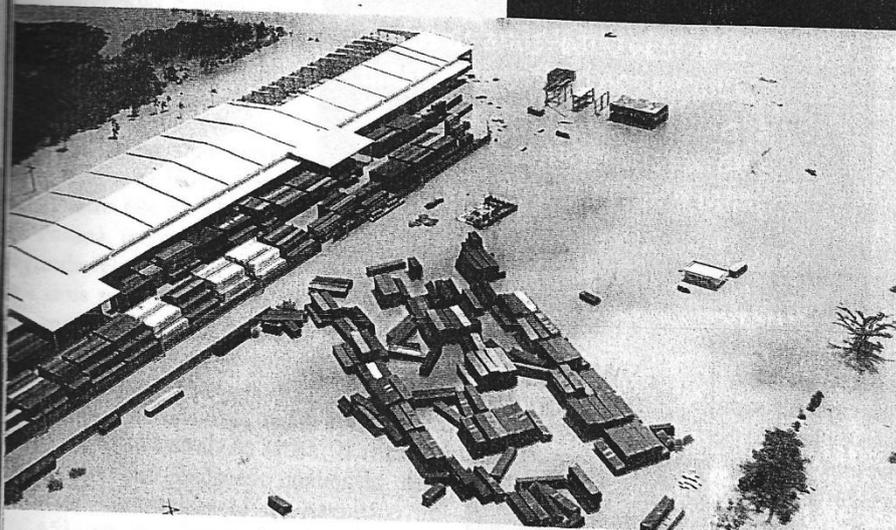
TRAGÉDIA EM SC Brasil

registrar um volume de 140 milímetros. “Não identificamos nada igual nos arquivos da região”, diz Suely Petry, diretora do Arquivo Público de Blumenau. Se fosse São Paulo a receber uma enxurrada deste porte, haveria uma catástrofe sem precedentes na história do Brasil, segundo o geólogo Ronaldo Malheiros, da Defesa Civil da capital paulista.

A geografia de Santa Catarina é favorável às fortes chuvas. O litoral e a serra catarinense estão muito próximos e isso contribui para a formação de nuvens pesadas (*leia quadro à pág. 40*). Mas a situação tomou



ABRIGO E PREJUÍZO
Gado procura um local seguro para escapar da enchente. Contêineres foram arrastados



lhada carregou a casa dela. Mas todos se salvaram. De manhã fomos para o barro e logo a minha rua começou a ser atingida pela lama, que empurrou tudo. Saí correndo de casa com meus três filhos. **Vi o galpão da cooperativa onde trabalho ser destruído em dois segundos pela enxurrada. Parecia de papel!**

Adriana correu com a família para o campo de futebol da cidade, onde teria uma saída para uma estrada. Mas o local já estava isolado pelo barro. “Eu, meu marido, meus filhos e eu, o pai pegamos o carro, fomos para um lugar seco e passamos a noite lá, seis, rezando, com as janelas fechadas porque a chuva era muito forte. Não saí com a única certeza era de que a gente ia morrer ali”, contou Adriana, chorando muito. Durante a noite, o gás que passa pela região estourou. O clarão fez a terra tremer. O filho desmaiou de medo. “Entrei em desespero. Não tinha mais esperanças”, disse ela, que acredita a um milagre: 26 pessoas da família terem se salvado. “Mesmo assim, nunca vou esquecer. Uma moça vinha no helicóptero chorando, com a filhinha de oito meses morta no colo. Ela conseguiu tirar o neném dos escombros. Você acha que dá para esquecer uma dor dessas?”

proporções dramáticas porque houve uma explosão populacional na região – o número de habitantes de Blumenau, por exemplo, duplicou em 25 anos e hoje a cidade tem 290 mil moradores – e, em muitos casos, com ocupação irregular das encostas. Por isso, um mar de lama invadiu as casas, morros desabaram e barreiras caíram nas estradas. A fúria da natureza isolou uma dezena de cidades por vários dias. Foram necessários helicópteros para resgatar as pessoas. Entre elas, Teresinha Floriano, de Ilhota. “Perdi família, casa e emprego”, disse ela, funcionária de uma confec-

ção que desmoronou. Sua irmã, a sobrinha de um ano e meio e nove amigas morreram. Outra costureira da região, Adriana Day, 34 anos, também foi retirada de helicóptero. “Perdemos tudo, era pouco mas era nosso. Agora só temos a roupa do corpo”, diz ela. “Nem chão tenho mais para levantar outra casa.”

A vida pacata que a costureira levava com o marido, os filhos, o pai, a irmã, sobrinhos e primos no vilarejo Alto do Baú, em Ilhota, virou uma catástrofe na madrugada de sábado para domingo. “Primeiro, foi a casa da minha irmã que desabou. A terra mo-

Com reportagem de José Carlos Góes (Blumenau), Giselle Zambiazzi (Gaspar), Alan Rodrigues (São Paulo) e Hugo Marques (Brasília)

O Brasil sempre se vangloriou de ser um território livre de desastres naturais, como terremotos e tornados. Mas tem na chuva um inimigo difícil de vencer. Historicamente, além de Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais sofrem com enchentes e deslizamentos de terra quase todos os anos. Na semana passada, enquanto a tragédia catarinense comovia o País, fortes chuvas mataram duas pessoas soterradas e deixaram mais de mil desabrigadas em Rio Bonito, no Rio de Janeiro. No Espírito Santo, quase 800 moradores tiveram que deixar suas casas. Uma queda de barreira no quilômetro 684 da BR-376, no Paraná, interrompeu na segunda-feira 24 o tráfego nos dois sentidos da pista. No mesmo dia, São Paulo registrou pontos de alagamento com uma chuva de cerca de uma hora.

As condições climáticas no Sul e no Sudeste propiciam os temporais de verão. A região é atingida por um fenômeno conhecido como Zona de Convergência do Atlântico Sul (ZCAS), em que frentes frias vindas do sul do continente estacionam em cima dessa área, provocando chuvas intensas. Conforme sobe pelo País, elas perdem força. Por isso, chove menos no Nordeste. No caso de Santa Catarina, é importante destacar que o excesso de chuva foi um fenômeno atípico que, segundo meteorologistas, não poderia ser previsto. O solo raso desses locais, com relevo e alta inclinação, é outra característica comum. Significa que quando há deslizamento o processo é veloz. Piora porque o solo é poroso, absorve a água mais rápido e faz a areia pesar. Tragédias seriam evitadas se houvesse ações do poder público eficientes, mas não há, por exemplo, uma política nacional de prevenção a enchentes.

FOTOS: JORGE JUNIOR; CAETANO BARRERA/EFE



Brasil

A TRAGÉDIA ANUNCIADA

Todos os anos, vários Estados brasileiros sofrem nos períodos de chuva. Mas políticas públicas eficientes e conscientização da população podem evitar o caos

Suzane Frutuoso

VILA VELHA (ES)
Mais de 800 moradores tiveram que deixar suas casas tomadas pelas águas nos últimos dias

O que agrava a ação da natureza é o crescimento desordenado, a falta de saneamento adequado e o mau hábito dos cidadãos de jogar lixo nas ruas – quando chove, esse lixo vai para as tubulações e obstrui a passagem das águas. “A falta de planejamento levou ao caos”, afirma o urbanista Benny Schasberg, professor de planejamento urbano da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. **O plano diretor das cidades também deveria ser levado a sério**, diz a professora Silvia Gattai, coordenadora do curso de gestão pública da Universidade Metodista, em São Bernardo do Campo. “É o que define quais áreas podem ser ocupadas no município e o que

deve ser evitado, como encostas de morros. Isso controla os riscos de desabamentos.”

No início do mês, alguns governos começaram a anunciar seus planos preventivos para o período de chuvas, que vai até abril. Em Minas Gerais, rodovias tiveram o asfalto melhorado, com sistemas que permitem o escoamento da água nas estradas, e foi criada uma comissão especial para atender em menos tempo às ocorrências causadas pela chuva. A Prefeitura de São Paulo investiu ao longo do ano na reforma das bocas-de-lobo, na limpeza de córregos e retirou famílias de áreas de risco. A Defesa Civil fica de prontidão para monitorar a drenagem dos piscinões, criados no começo dos anos 90. “Eles realmente funcionam e são fundamentais para reter o excesso de água. Fazem o papel do solo, ocupado com concreto”, diz o geólogo Ronaldo Malheiros, da Defesa Civil da capital. Tempestades sempre irão ocorrer. É preciso planejamento e eficiência para conter sua ação destruidora. ■

HISTÓRIA SE REPETE



RIO BONITO (RJ)

Dois pessoas morreram e mais de mil estão desabrigadas



SÃO PAULO (SP)

Enchentes castigam a cidade quando chove muito

Tragédia

A HORA DA SOLIDARIEDADE

Um exército de voluntários socorre os desabrigados pelo dilúvio que atingiu Santa Catarina. É preciso, agora, que as autoridades agilizem a liberação de dinheiro oficial

IGOR PAULIN, DE BELEM/PA

O dilúvio no qual submergiram o litoral catarinense e o Vale do Itajaí deve entrar para a história como a maior tragédia do estado. Na última sexta-feira, o número de mortes confirmadas chegou a 119. A Defesa Civil contabiliza 31 desaparecidos. Dados extra-oficiais indicam que outras cinquenta pessoas desapareceram na enchente. A interrupção das chuvas permitiu que as buscas avançassem, mas as autoridades supõem que muitas das vítimas que foram soterradas jamais serão encontradas. Ainda há 33.000 pessoas desabrigadas ou desalojadas na região, mas a maioria dos que tiveram de abandonar suas casas já está de volta a seus lares. Nelas, falta água potável. A infraestrutura das cidades foi arrasada e o medo de uma nova catástrofe permanece. Na noite de terça-feira, uma chuva de

incêndios trouxe o pânico de volta a Itajaí. Seis mil voluntários socorrem os flagelados. Esse exército é formado por bombeiros, funcionários municipais e civis que acorreram à região da enchente para auxiliar as vítimas. Muito do alívio e do bem-estar dos atingidos depende dessa rede de solidariedade formada espontaneamente.

O contingente que percorre a cidade de Itajaí entregando alimentos é composto de cidadãos como Wander Mendes, empresário de Sorocaba, no interior paulista. Wander, de 42 anos, passou 22 verões nas praias catarinenses. Inscreveu-se na Defesa Civil como voluntário tão logo soube da tragédia. Mesmo sem ser chamado, viajou para Itajaí em seguida. Na mesma cidade, o guineês de Gravataí Diubier Favares, de 27 anos, dedica-se a ajudar 120 pessoas que foram alojadas em uma escola municipal. "Temamos criat



SEM TETO EM ITAJAÍ Desabrigados numa escola improvisada em um domingo de 120 pessoas



NO CALPAÇO DA OKTOBERFEST Os paulistas Cléo Nobre e Manoel Lavaretti distribuem alimentos



ESCONTAMNAS DE DONATOS Alagados por dia em uma escola



“O DIA MAIS FELIZ”

O comerciante gaúcho Biuthier Tavares, de 27 anos, compareceu ao ver na televisão o drama das vítimas da inundação. Deixou o trabalho, a mulher e meteu-se num ônibus para ajudá-las. “Meu sonho é ser pai. Quando cheguei com um saco de brinquedos para crianças que não tinham com que brincar, foi o dia mais feliz da minha vida. Se alguém me perguntar por que estou aqui, digo que é puro egoísmo. Me dá muito prazer e ajuda a perder peso”

TALITHA MARQUES/REUTERS/ISTOCKPHOTO

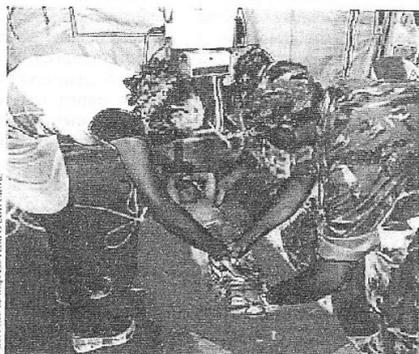
um ambiente habitável”, diz Biuthier. Paulistana, a enfermeira Viviane Morilla, de 47 anos, mora em Vancouver, no Canadá. Viria ao Brasil para visitar parentes. Comovida com a tragédia em Santa Catarina, substituiu o descanso pelo trabalho de voluntária em Blumenau, uma das cidades mais atingidas. “Costeria de ajudar em algum hospital ou centro de saúde, mas onde me puserem eu fico”, diz. Do país interior, chegam doações, mantimentos e dinheiro. O Vale do Itajaí já recebeu 2,5 milhões de toneladas de alimentos, 1,5 milhão de litros de água e 180 toneladas de roupas. Móveis, utensílios de cozinha, colchões, produtos de higiene e remédios também chegam em grande volume, empacotados em caixas. Muitos são acompanhados de mensagens de apoio. Em Blumenau, o complexo de galpões onde se realiza a Oktoberfest foi convertido em centro de doações. Os homens descarregam os caminhões e as mulheres empilham os doativos.

A quantidade de doações é tanta que o governo catarinense passou a pedir aos outros estados para anular as remessas. Faz isso porque, embora grande, o número de voluntários ainda não é suficiente para manusear e distribuir tudo o que chega. As doações em dinheiro também são vultosas. Os depósitos realizados nas contas beneficentes da Defesa Civil catarinense somam 18,2 milhões de reais, mais do que a arrecadação da Criança Esperança, iniciativa da Rede Globo e da Unesco.



GILBERTO NELORE

VOS Trinta comadres para as fuzeladas

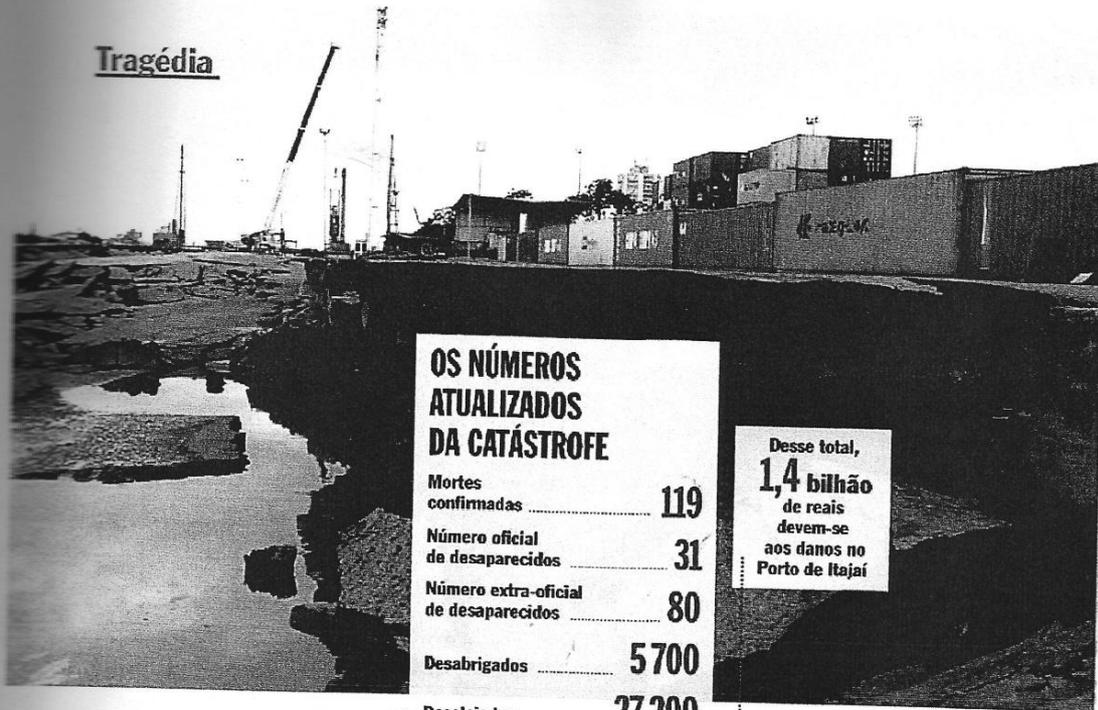


O SOCORRO DOS FARDADOS Médicos da hemodinâmica atendem Nicolas Mateus, que contraiu uma pneumonia



DIRETO DO CANADÁ Viviane Morilla, que mora as férias no Brasil pelo auxílio às vítimas

Tragédia



OS NÚMEROS ATUALIZADOS DA CATÁSTROFE

Mortes confirmadas	119
Número oficial de desaparecidos	31
Número extra-oficial de desaparecidos	80
Desabrigados	5 700
Desalojados	27 200
Casas destruídas	7 000
Prejuízos estimados (em reais)	2,9 bilhões

Desse total, **1,4 bilhão** de reais devem-se aos danos no Porto de Itajaí

O MAIOR PREJUÍZO Boa parte das instalações de Itajaí, o maior porto pesqueiro do país e segundo em circulação de contêineres, foi destruída e seus canais, assoreados pelas chuvas

Agora, a maior preocupação do governo local é tentar evitar surtos de pestes e doenças infecciosas que podem ser provocados pela enchente. Já há 312 casos suspeitos e treze confirmados de leptospirose, uma infecção grave transmitida pela urina de ratos. Teme-se, ainda, a irrupção de pneumonia, hepatite A e doenças intestinais. A Aeronáutica desloca uma equipe de 42 médicos e enfermeiros para reforçar o atendimento aos doentes em Itajaí.

A economia catarinense está ameaçada de adernar na inundação. Novas estimativas indicam que os prejuízos já se aproximam dos 3 bilhões de reais. A maior parte deles, ou 1,4 bilhão de reais, está relacionada ao Porto de Itajaí. Ele teve avarias em três de seus quatro berços de uso público. Os consertos mais urgentes e a dragagem estão estimados em 350 milhões de reais. A Secretaria Especial de Portos afirma que deixará o Porto de Itajaí transitá-

FOTO: TÉCNICO IMAGEM/VEJA/FILIAL

Forças: governo de Santa Catarina, Forças Armadas. Porto de Itajaí, Sintox, SCS&S e Sinalceram

vel em trinta dias. A paralisação atrapalha as exportações e tem um impacto profundo sobre a população local. Vinte mil pescadores passaram dias parados. Um ramo do gasoduto Brasil-Bolívia que passa por Blumenau foi danificado. Por isso, empresas têxteis como a Karsten estão comprando gás de cozinha nos estados vizinhos para mover seus teares. O governo estadual prevê que a arrecadação de impostos cairá 100 milhões de reais em dezembro por causa da tragédia. O turismo pode aliviar o drama, mas pouco. Neste verão, o número de visitantes não deve ultrapassar 4 milhões, metade do recebido em 2007.

Os catarinenses têm de torcer para que o sol brilhe. O estado espera até hoje a liberação de 5 milhões de reais prometidos pelo governo federal para

aplacar os efeitos de uma enxurrada do Carnaval passado. Santa Catarina ainda não viu esse dinheiro por causa de trapalhadas burocráticas. Agora, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva prometeu acudir os desvalidos com cerca de 2 bilhões de reais. A União enviou 17 toneladas de remédios, 500 toneladas de alimentos, mas até agora pouquíssimos reais. A primeira remessa, de 45 milhões, saiu quando os desalojados já voltavam para casa. Os 100 milhões de reais destinados a remédios, postos de saúde e hospitais devem chegar apenas nesta semana. A morosidade não se deve apenas à burocracia brasileira. Muitas vezes a população não é atendida por causa da incompetência das autoridades estaduais e municipais. Brasília alega que o dinheiro atrasa porque os prefeitos não entregam os papéis necessários. O governo já chegou a exigir 35 documentos para liberar verbas em casos de calamidade. Hoje, são quatro. A lentidão nos gabinetes e a negligência são uma punição extra para quem passa por tragédias como a de Santa Catarina. ■

COM REPORTAGEM DE SANDRA BRASIL

Comportamento/CAPA

O DESPERTAR DA SOLIDARIEDADE

As razões culturais, religiosas e científicas que explicam por que o ser humano se sensibiliza e estende a mão a quem precisa de ajuda

Por Rodrigo Cardoso, Carina Rabelo e Renata Cabral

No Tibete do Dalai-lama, reconhecidamente uma das figuras mais solidárias do planeta, há um ditado segundo o qual ninguém está isento de ser sensibilizado pela dor alheia. Talvez porque seja assim mesmo que aconteça na vida real – não somente na província asiática. Mesmo o mais cínico dos mortais fica incomodado e vira o rosto ao presenciar o sofrimento de alguém estirado no chão. Esse exercício de se colocar na pele do outro, conhecido como compaixão, é natural do ser humano. E está em alta, segundo a percepção de especialistas no assunto. Grandes corporações têm adotado o discurso da sensibilidade social para agregar valor às suas marcas porque perceberam que a sociedade considera isso cada vez mais importante. A recente enchente em Santa Catarina, que matou 127 pessoas e desalojou 27 mil, comprovou o fato ao colocar sob o holofote, além da tragédia, um outro dado: a generosidade do povo brasileiro.

Seis mil pessoas, aproximadamente, abandonaram seus afazeres em diversas

partes do Brasil e desembarcaram em Santa Catarina para oferecer auxílio. A mobilização foi tanta que a Defesa Civil do Estado chegou a pedir para que a população parasse momentaneamente de fazer doações, porque os estoques já não comportavam a quantidade de objetos que chegavam. Ao todo, foram arrecadados R\$ 25 milhões, 4,3 milhões de quilos de alimentos, 2,5 milhões de litros de água, um milhão de quilos de roupa, além de brinquedos, materiais de higiene pessoal e outros utensílios. "Foi impressionante o desprendimento das pessoas. Havia milhares delas dispostas a dedicar seu tempo, e até correr riscos, pelos outros", avalia Márcio Luiz Alves, diretor da Defesa Civil do Estado. No meio dessa mobilização exemplar, porém, descobriu-se ovelhas negras furtando as doações (*leia quadro à pag. 63*).

O analista de sistemas carioca Bruno Pessoa pediu férias da multinacional em que trabalha para prestar socorro em Santa Catarina. Aos 27 anos, ele decidiu se engajar em projetos sociais meio do ano, depois de sofrer com a falta de

FOTOS: ALEXANDRE SANT'ANNA; KARIME XAVIER/AG. ISTOÉ; FERNANDO DONASCI/FOLHA IMAGEM; WELLINGTON CERQUEIRA

61



BENEFICENTE Gisella Amaral capta recursos para 39 instituições



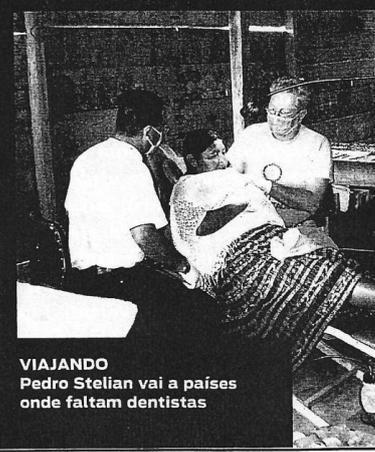
CRUZ VERMELHA Juliana Conz atende vítimas de desastres no mundo



SOS SANTA CATARINA R\$ 25 milhões e 4,3 mil toneladas de alimentos



NO IRAQUE Otávio Alabarse tratou da população doente



VIAJANDO Pedro Stelian vai a países onde faltam dentistas

Comportamento/CAPA

Ex-bóia-fria, babá e empregada doméstica, Vasti Macedo, 75 anos, cuida de 112 crianças em creche comunitária com aposentadoria de R\$ 830 e doações



solidariedade das pessoas que o cercavam no momento em que descobriu uma doença neurológica. “Esta será a primeira de muitas empreitadas”, conta ele, que descarregou caminhões e fez a triagem de alimentos que chegavam a Blumenau. Brunno está pagando do próprio bolso a estadia, o transporte e a alimentação no Sul.

Ajudar pessoas cujos destinos não afetariam a vida de quem estende a mão a elas, como faz Brunno, é ser solidário pelo apelo ético. Trata-se de um processo que demanda aprendizagem, uma vez que a tendência do ser humano é ser egocêntrico – somos acostumados a ser generosos apenas com a nossa rede de convivência. Há

ainda um outro conceito de solidariedade presente no mundo moderno e que nasce da interdependência. A idéia básica é “cuide do terreno do lado porque, se ele ficar sujo, sua casa se desvaloriza”.

O humanismo aflora quando percebemos que o que acontece com os outros nos afeta. Nesse caso, a solidariedade abrange a idéia de cuidar para garantir o próprio futuro – discurso comum dos ecologistas. “Mas preocupar-se com quem não vai devolver nada imediatamente, que é a generosidade além do cálculo, nasce com a compaixão”, explica o coordenador de pós-graduação em ciência da religião da Universidade, Metodis-

ta de São Paulo Jung Mo Sung, autor de *Competência e sensibilidade solidária: educar para a esperança*.

ESCOLHA DE VIDA

Somente a compaixão é capaz de transformar a comoção diante de uma tragédia em altruísmo contínuo. Muita gente faz o bem e esquece. A solidariedade, no entanto, é um modo de ver e viver. É mais do que uma ação de caridade. “Escolhi ser médica para ajudar os mais pobres”, conta a catarinense Zilda Arns, 74 anos, que fundou a Pastoral da Criança há 25 anos. Como ela, a socialite carioca Giselle Amaral, 68 anos, formou-se em enfermagem, depois de já ter o título de jornalista, por achar que com a seguir da carreira seria mais útil.

GRANDES HUMANITÁRIOS



ANGELINA JOLIE

Adotou crianças no Camboja, na Etiópia e no Vietnã. Ajudou vítimas de um terremoto no Paquistão, doou

US\$ 2 milhões para a saúde na África e US\$ 1 milhão para a educação no Iraque. Em oito anos, doou um terço dos seus ganhos para obras de caridade.



MADRE TERESA DE CALCUTÁ

Deixou o convento para morar com os pobres da Índia e pedir esmolas para os desabrigados e famintos. Dedicada

ao tratamento de leprosos e à captação de recursos para obras filantrópicas, fundou e difundiu pelo mundo a congregação Missionárias da Caridade.



BETINHO

Voluntário desde os 15 anos, fundou a Associação Brasileira Interdisciplinar da Aids para ampliar o acesso ao tratamento do HIV.

Arrecadou mais de 30 mil toneladas de alimentos na campanha Natal sem Fome, beneficiando mais de 15 milhões de pessoas.



Empresa arrecada 3,4 toneladas de alimentos, livros, cobertores, leites e 400 brinquedos. Distribuição é feita por funcionários vestidos de Papai Noel

Grças a sua rede de relacionamentos, Gisella auxilia 39 instituições a captar recursos por meio de eventos beneficentes. “Meu trabalho são as obras sociais. Sempre me fez muito bem”, diz. Premiada pelo Unicef, pela Unesco e indicada ao Nobel da Paz em quatro ocasiões, Zilda, hoje, auxilia dois milhões de gestantes e crianças menores de seis anos e 1,4 milhão de famílias pobres por meio de 270 mil voluntários distribuídos em 17 países. “Minha família inteira sempre esteve envolvida com atividades solidárias. Então, era natural que eu me envolvesse também”, afirma.

A generosidade pura está em ações como as de Zilda e Gisella, não em doações que garantam abatimento no Imposto de Renda. Quem também se

vale do discurso de “dar aos pobres é emprestar a Deus para garantir um pedaço no céu” igualmente não está sendo solidário. “Isso é investimento, caderneta de poupança”, critica o teólogo Fernando Altemeyer, da Pontifícia Universidade Católica (PUC), que tratou do tema compaixão em sua tese de doutorado em ciências sociais. Mais: vai contra a teologia cristã, que prega que Deus não precisa de barganha para salvar alguém.

EMPRESÁRIOS DO BEM

O empresário João Doria Jr., que na semana passada organizou em São Paulo o evento beneficente Natal do Bem, não faz distinção quando o assunto é generosidade. “A pessoa que

oferece sua contribuição em forma de tempo, talento, nome ou dinheiro é generosa, independentemente da contrapartida, que pode ser melhorar sua imagem pessoal, marketing ou desconto no imposto”, diz.

Com o Natal do Bem, João Doria e outros empresários arrecadaram em uma noite R\$ 3,7 milhões em prol de oito entidades carentes. Para participar da sexta edição do evento, o interessado tinha de desembolsar entre R\$ 20 mil e R\$ 250 mil por uma mesa que lhe dava o direito de desfrutar de um jantar e um show de Ivete Sangalo. De abastados como Ivan Zurita, presidente da Nestlé, que contribuiu com R\$ 1 milhão, estiveram no hotel de luxo que sediou a ação cerca de mil pessoas, entre autoridades e celebridades.

Os abutres de Santa Catarina

Ninguém é obrigado a ser solidário. Mas quem vai trabalhar como voluntário para ajudar vítimas de uma catástrofe é obrigado, sim, a ser decente. E o que poderia ser considerado apenas falta de ética vira escárnio quando envolve militares – justamente aqueles que deveriam defender e não rapinar. Voluntários e soldados do Exército chocaram o País na semana passada ao serem flagrados desviando doações das vítimas das enchentes de Santa Catarina, levando para suas próprias casas roupas, alimentos, fraldas, etc. O Exército abriu sindicância e, enquanto isso, afastou os 13 homens que degradaram a farda em rede nacional. Os voluntários também foram retirados dos grupos de trabalho. Um país confrontado com a constante roubalheira do erário poderia ser poupado, pelo menos no Natal, desses abutres.



FOTOS: FABRIZIA GRANATIERI/AGUSTOÉ; RAVEENDRAN; FERNANDO RABELLO

63



FILANTROPIA VIP
Empresários pagam de R\$ 20 mil a R\$ 250 mil por show de Ivete Sangalo

Mas por que a generosidade muitas vezes traz consigo outras intenções? A explicação é cultural. Diferentemente da espécie animal, que socorre o outro por instinto, o ser humano segue um determinismo moral e não biológico na hora de estender a mão a quem precisa. Ou seja, podemos direcionar uma atitude nobre de forma egoísta ou egocêntrica, como, por exemplo, presentear a empregada doméstica no fim do ano com uma cesta de Natal para camuflar o salário pífio pago a ela durante o ano. Ser correto, no entanto, é prover a ela um ordenado justo.

EXERCÍCIO DE CIDADANIA

Justiça, aliás, é a palavra que traduz em hebraico o ato de fazer caridade, vocábulo que não existe no dicionário judaico. “O bem tem de ser feito pelo bem em si, não contando com algo em troca”, diz o judeu Meyer Joseph Nigri, presidente do conselho da construtora Tecnisa, que pagou R\$ 80 mil por uma mesa no Natal do Bem. “Muitos fazem uma boa ação achando que Deus vai ajudá-lo lá na frente. Eu penso diferente.” Nigri faz parte do conselho de uma dezena de instituições, das quais é presidente em quatro. A Tecnisa destina 0,1% das vendas para doações, o que se traduz, este ano, em R\$ 1

milhão. Conta ainda com projetos sociais, como alfabetização em obras, por meio do qual cerca de 1.500 funcionários aprendem a ler e escrever em uma sala de aula improvisada no terreno da construção.

Presidente da empresa de contact center Avaya, o mineiro Cléber Moraes também faz gestão imbuído do espírito de generosidade. Além de implantar um comitê voluntário no trabalho, ele espalhou pela empresa caixas para a arrecadação e seus funcionários podem passar um dia fora da sede, a cada três



Brunno Pessoa pediu férias para prestar socorro em Santa Catarina e pagou sua estadia

meses, oferecendo treinamento voluntário. Foram arrecadados na Avaya, at o momento, 3,4 toneladas de alimentos, centenas de livros, cobertores, leites, 400 brinquedos, que serão entregues em uma instituição de caridade por funcionários vestidos de Papai Noel. “Colocar o funcionário frente a frente com o semelhante necessitado é importante para que ele sinta o espírito da ação”, diz Moraes. “A sensação de paz, o retorno espiritual que um atedesses dá é inexplicável.”

Há, porém, uma explicação médica. A moeda de troca emitida pelo corpo humano ante o stress verdadeiro de ajudar outra pessoa são neuro hormônios como serotonina e dopamina, ligados à sensação de bem-estar. “Faz bem ser bom”, diz Ricardo Mozezi, psicobiólogo da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Segundo ele, estudos apontam que o exercício da cidadania promove ainda a produção de endorfina, que possui função analgésica. Daí decorrem o alívio e a leveza relatados. “Me sinto no paraíso quando consigo ajuda alguém”, afirma Vasti Gomes Macedo, 75 anos. Ex-bóia-fria que trabalhou como babá e empregada doméstica, ela sustenta hoje o Lar Beneficente de Vasti, uma creche comunitária que cuida de 112 crianças em Duque de

ANEXO B - REPORTAGENS SOBRE INUNDAÇÕES

NO NORDESTE

6) "Tsunami nordestino" – Revista *Veja*





ESCOMBROS
*A histórica União dos
Palmares, fundada em
Alagoas na região do
primeiro quilombo, foi
arrasada pela enchente*

DESTINO

Chuvas rompem
uma série de
barragens em
Pernambuco
e Alagoas,
provocando uma
cheia gigante
que devastou
quatro cidades

FERNANDO MELLO, DE BRANQUINHA
E LEONARDO COUTINHO

Foi como se uma onda colossal tivesse engolfado parte dos estados de Pernambuco e Alagoas, arrastando milhares de casas e dezenas de vidas com ela. Só que à diferença dos tsunamis, que não se anunciam, a catástrofe do Nordeste era perfeitamente previsível. As cidades destruídas pelas chuvas — e, em alguns casos, literalmente varridas do mapa — têm um histórico de enchentes anuais. Uma vez por década, em média, as inundações lá assumem características de calamidade. Exatamente como a que ocorreu na semana passada. Diante disso, só se pode atribuir a tragédia a um tipo de natureza, a humana — no que ela tem de pior. Até a noite de sexta-feira, os dois estados contavam 51 mortos, 76 desaparecidos e 155.000 desabrigados ou desalojados. Esses números poderiam ser bem menores se os governos não tivessem tratado com escandaloso descaso a ameaça que fazia tempo pairava sobre a região.

Desde o início do mês, Pernambuco e Alagoas sofrem com um volume de chuvas atípico. Em algumas cidades, o índice pluviométrico registrado foi o triplo da média histórica do período. No último dia 18, as represas da região haviam atingido o limite de sua capacidade. Os rios estavam acima do seu nível normal e o solo, completamente encharcado. No início daquela noite, uma barragem situada no Rio Canhoto, a 210 quilô-

veja | 30 DE JUNHO, 2010 | 67

Brasil



DANIEL CARMEN - O JORNALISTAS

EFEITO CASCATA

A catástrofe que devastou 87 cidades de Alagoas e Pernambuco começou com o rompimento de uma barragem no município de Canhotinho



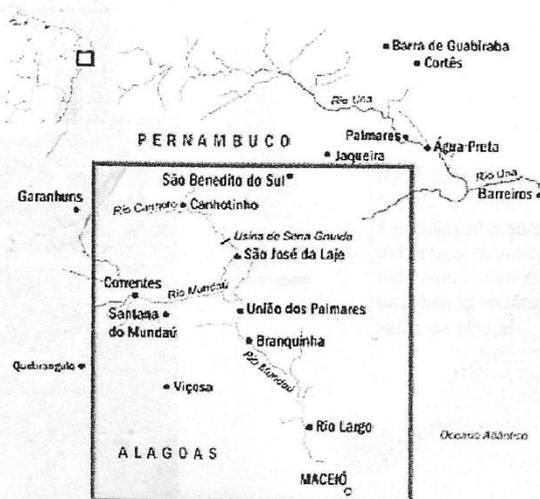
DEREK AMICO/VEJA

metros do Recife, não suportou o volume de água acumulada e se rompeu. Formou-se uma onda violenta que desceu rio abaixo até encontrar outra represa, no município alagoano de São José da Laje. Esse dique não foi suficiente para conter a força das águas e também cedeu. O efeito cascata foi agravado pelas reservas de dezenas de outras pequenas represas e açudes que se espalham pelos rios Canhoto e Mundaú. Com as tempestades daquela noite, a situação, que já era grave, ficou desesperadora. Na madrugada, em algumas cidades localizadas nas cabeceiras do Rio Canhoto, choveu o equivalente à média do mês inteiro nos anos anteriores. Assim, alimentado pelas represas, pelos açudes e pela chuva, o "tsunami" desceu 200 quilômetros até se dissipar no mar. Nesse trajeto, levou o que encontrou pela frente.

Em Alagoas, 20 000 imóveis e 58 pontes foram destruídos. Em Pernambuco, foram 11 400 casas e 79 pontes. Só os prejuízos com infraestrutura são estimados em 1,5 bilhão de reais. As lavouras e usinas de açúcar e álcool arrasadas pelas

A MAIS CASTIGADA Na alagoana Branquinha, 90% das edificações foram arruinadas — incluindo todos os prédios públicos

ÁREA ATINGIDA



O SALDO DA ENCHENTE

51 mortos*

76 desaparecidos

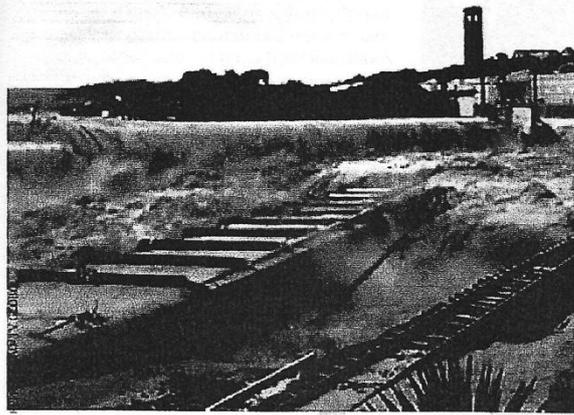
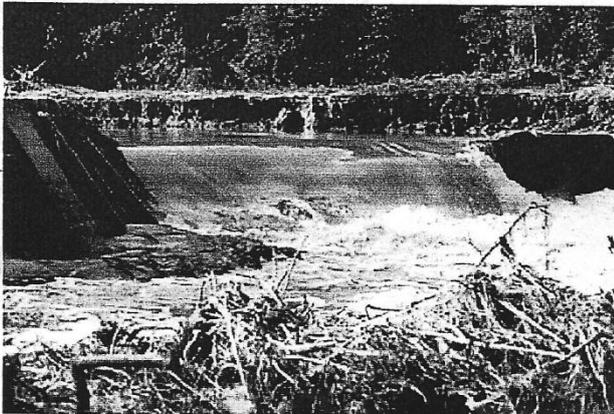
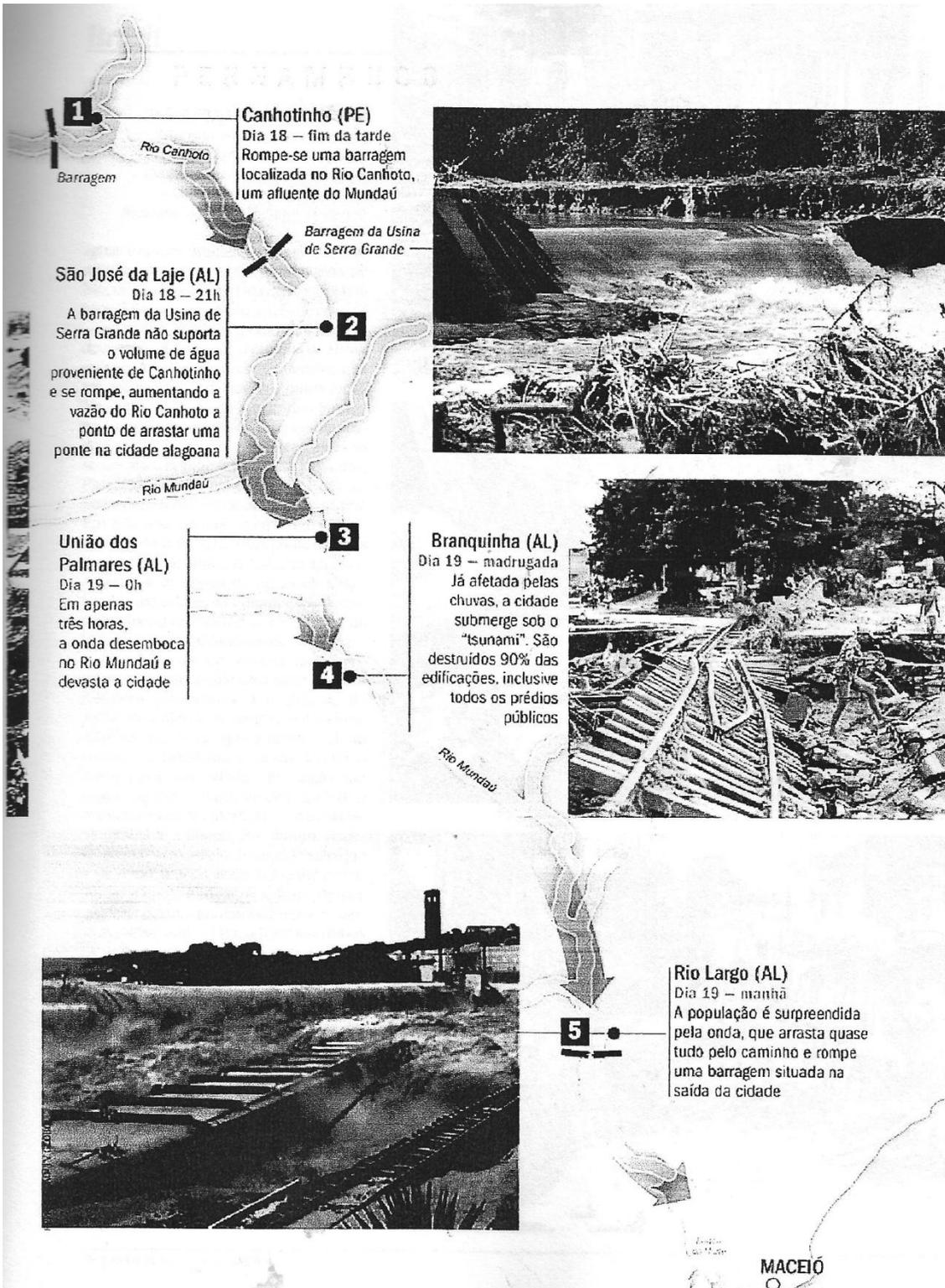
155 000 desabrigados ou desalojados

20 000 imóveis e **58** pontes destruídos em Alagoas

11 400 imóveis e **79** pontes destruídos em Pernambuco

1,5 bilhão de reais de prejuízos estimados

* até sexta-feira



Brasil

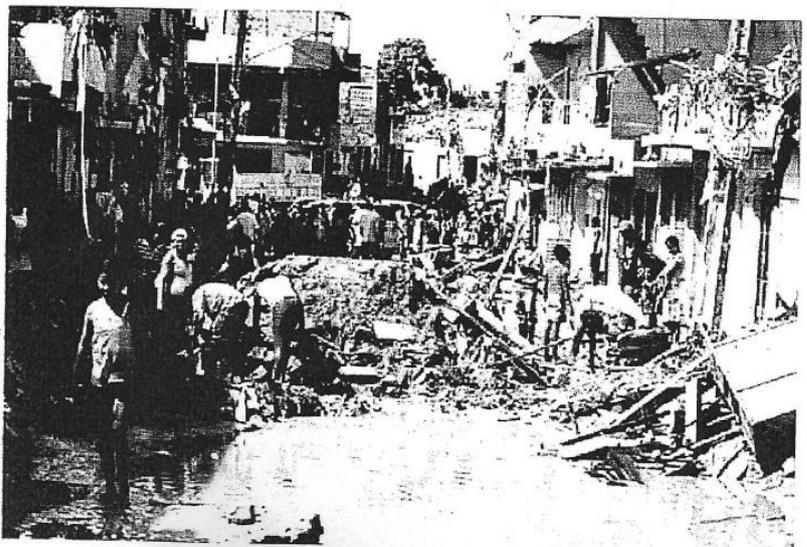
DESOLAÇÃO EM PERNAMBUCO

Ao lado, a lama invade Catende. Lá, 100.000 perderam o emprego. Em Palmares, os moradores buscam comida sob os destroços. Abaixo, Barreiros, onde duas pessoas morreram

Águas estavam avaliadas em mais de 100 milhões de reais. A 65 quilômetros de Maceió, a cidade alagoana de Branquinha teve 90% de suas edificações destruídas — entre elas, todos os prédios públicos. A devastação é tanta que a prefeita de Branquinha, Ana Renata Freitas, anunciou que vai reconstruir a cidade em outro local. Na também alagoana União dos Palmares, a enchente engoliu uma comunidade de 56 quilombolas. Seus integrantes só se salvaram porque subiram em jaqueiras. Passaram dezoito horas em cima das árvores enquanto esperavam a água baixar. Em São José da Laje, a enxurrada encobriu e retirou do lugar uma ponte de mais de 7 metros de altura. A força do aguaceiro arrastou os destroços até o mar. Objetos dos moradores dos municípios devastados foram encontrados nas praias da Paraíba, a 400 quilômetros de distância.

Em Pernambuco, bastava que o governo tivesse investido em radares meteorológicos para prever a magnitude do problema e alertar os habitantes em risco. Alagoas tem esses equipamentos. Lá, no entanto, o problema é outro. Como a maior parte das cidades do estado não dispõe de um sistema de defesa civil, a população não foi alertada — e tampouco removida a tempo. Por último, pode-se afirmar sem receio de contestação que o governo federal nada fez para evitar, ou, ao menos, mitigar, o sofrimento por que hoje passam pernambucanos e alagoanos. Neste ano, a União liberou ínfimos 71 milhões de reais para a prevenção de catástrofes — 14% dos recursos prometidos. E o que é mais cruel: desse total, 57% foram gastos só na Bahia, uma escolha feita unicamente para atender aos interesses políticos do ex-ministro da Integração Nacional Geddel Vieira Lima, que disputa a eleição para governador no estado. Na sexta-feira, em visita às cidades atingidas, o presidente Lula chorou. Foram lágrimas inúteis. O Nordeste não precisa de mais água, presidente. Precisa, sim, de mais investimento e de menos demagogia eleitoral. ■

COM REPORTAGEM DE
MARINA DIAS E JONES ROSSI



7) “Foi muita água. E pouca ação” - Revista *Época*



Foi muita água e pouca ação

Castigadas por chuvas fenomenais e pela falta de verbas para conter as cheias, mais de 50 cidades nordestinas são reduzidas a escombros, em meio à fome e ao desespero.

MARCO BAHE, DE MURICI (AL), E EDUARDO MACHADO DE BARREIROS (PE) COM ALEXANDRE MANSUR E RODRIGO TURRER



TERRA ARRASADA: Vista aérea de destroços no município alagoano de União dos Palmares. A chuva deixou mais de 150 mil desabrigados.

Em todo o Nordeste, o dia de São João, 24 de junho, é aguardado com esperança e celebrado com festa. Do litoral ao sertão, os moradores enfeitam suas casas com bandeirinhas e esbanjam na comemoração. Comida em abundância, queima de fogos, música e dança varando a madrugada. Para a dona de casa Nize Lucena, de 55 anos, a quinta-feira não foi de festa. Ela não tinha nem o que comer. Caminhava a esmo, com os pés descalços na lama suja e fétida que tomou conta de todas as ruas da cidade pernambucana de Barreiros. Após horas de peregrinação, dona Nize conseguiu quatro pacotes de biscoito e dez pães, mas nem um copo d’água para dar aos sete filhos e ao neto, vítimas como ela das enchentes que atingiram 76 municípios de Alagoas e Pernambuco. Como dona Nize, estima-se que mais de 100 mil pessoas estejam desalojadas pelas chuvas que caíram torrencialmente sobre os dois Estados desde o final de semana anterior. No Recife, as chuvas chegaram ao volume de 348 milímetros em apenas três dias, quando a expectativa era de 389 milímetros durante todo o

mês. Concentração semelhante de chuva caiu no interior de Pernambuco e Alagoas. Os níveis de nada menos que 15 rios subiram pelo menos 5 metros.

As chuvas romperam barragens, derrubaram pontes, casas, estradas e tudo o mais que havia no caminho. Carros foram encontrados a distâncias de até 50 quilômetros de onde haviam sido deixados por seus donos. O cenário de terra arrasada tornou inevitáveis comparações com o terremoto que dizimou o Haiti no início deste ano ou com o tsunami que em 2004 matou quase 300 mil pessoas na Indonésia. O governador de Alagoas, Teotônio Vilela Filho (PSDB), classificou a tragédia como uma “hecatombe”. Em Pernambuco, onde o balanço das perdas está mais adiantado, até a tarde da quinta-feira haviam sido calculadas em 11.300 residências destruídas, além de prédios públicos e comerciais. Cerca de 2.300 quilômetros de asfalto também haviam sido arrancados do chão. Nos dois Estados, o número de pessoas que tiveram de deixar suas casas passou de 154 mil. Até a manhã da sexta-feira, 51 mortes haviam sido oficialmente confirmadas. E mais de 70 pessoas continuavam desaparecidas. Ainda escapam às estatísticas as pessoas que adoecerão e morrerão nos próximos meses em decorrência de doenças que se proliferam num ambiente de devastação como o que se instalou. Sem água potável para beber, a população recorre às águas de chuva e dos rios, que se misturaram a esgoto, fezes e urina de animais.



COMO UM TSUNAMI : Um homem observa o entulho arrastado pela força das águas na Zona da Mata alagoana (acima). O comerciante Irineu (ao lado), pela segunda vez, perdeu a loja de sapatos. Moradores de Murici, em Alagoas, tentam se organizar para distribuir alimentos onde falta tudo.

Por trás de uma tragédia dessas dimensões há uma combinação de fatores, tanto climáticos quanto humanos. Por um lado, a chuva que atingiu a região foi excepcional. Em apenas três dias, o volume de água que caiu era o que seria esperado para o mês inteiro (leia o quadro na página 40). Segundo o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), as tempestades superaram em muito os recordes históricos. Em Caruaru, só no dia 18, caíram 142,2 milímetros de chuva. O recorde anterior, de 1966, era de 89,2 milímetros. “O pior foi a concentração de chuvas fortes num mesmo dia na mesma região”, diz Márcia Seabra, chefe de serviço de previsão. O que explica tanta água? O Oceano Atlântico está entre 1 e 1,5 grau celsius mais quente que o normal. “Isso aumentou a evaporação e a formação de nuvens que, empurradas para o continente, causaram

chuvas mais fortes”, diz Lincoln Alves, do Instituto Nacional de Pesquisa Espacial (Inpe). Além disso, uma frente fria excepcional da Patagônia ultrapassou os limites do sul da Bahia, o ponto máximo que elas costumam alcançar. Ao chegar a Pernambuco, ela aumentou a intensidade das chuvas. Não se trata, portanto, do recorrente fenômeno climático La Niña, o esfriamento do Pacífico. “Ele só terá força para influir no clima do continente a partir do fim do ano”, diz Fabiana Weykamp, meteorologista do Climatempo.

Mesmo sem La Niña, eventos climáticos extremos poderão ficar mais frequentes. As anomalias são coerentes com um 2010 que, segundo os especialistas em clima, poderá ser o ano mais quente desde que as medições começaram, em 1880. O período entre março e maio deste ano já foi o mais quente de que se tem notícia no planeta, segundo a Nasa, a agência espacial americana. Se a tendência de aquecimento global continuar, a perspectiva é de mais chuvas extraordinárias no Nordeste. Um levantamento feito pelo Inpe com as perspectivas climáticas para o fim do século estima que o total de chuvas na região poderá reduzir de 10% a 20%. Mas que os temporais ficarão mais concentrados e destrutivos. Diante desse cenário, as autoridades da região precisam se preparar. Não apenas para evitar tragédias, mas para oferecer auxílio de forma rápida e eficiente. Sucessivas administrações deixam de investir em prevenção, seja na compra de radares meteorológicos que noticiem a iminência de chuvas atípicas, seja no treinamento de brigadas da Defesa Civil capazes de remover a tempo os moradores em situação de risco, apesar de as chuvas fortes serem frequentes nesta época do ano. Das 50 cidades atingidas neste ano, 17 já sofreram com as enchentes pelo menos uma vez desde 2003, segundo a Defesa Civil. Em 2000, a cidade de Branquinha, em Alagoas, também foi vítima da cheia. Na ocasião, 55 pessoas morreram e 109 mil ficaram desabrigadas. A falta de investimento deixa sinais claros. Pernambuco não possui radar meteorológico, que seria capaz de prever a grande quantidade de chuva que estava prestes a cair com três a cinco dias de antecedência. O desastre iminente só foi ser percebido quatro horas antes. O alerta foi dado. Faltou tempo para remover os moradores. Custo do radar? R\$ 27 milhões. Cerca de 5% do valor que Pernambuco gastará para construir um estádio de futebol para a Copa de 2014.

Infelizmente, a falta de recursos para a prevenção parece generalizada. O ex-ministro da Integração Nacional Geddel Vieira Lima está sendo acusado de uso político das verbas para obras preventivas, ao dirigir a maior parte do que havia no orçamento para a Bahia, seu Estado. Segundo a ONG Contas Abertas, na gestão de Vieira Lima, entre 2004 e 2009, a Defesa Civil teve R\$ 933 milhões de orçamento para obras de prevenção. Cerca de 37% desse valor foi destinado à Bahia, Estado onde o ex-ministro é candidato a governador. Pernambuco recebeu 8,9% e Alagoas 0,3%. Agora, consertar o que a violência das águas destruiu poderá custar até cinco vezes mais o que poderia ter ajudado a conter as enxurradas – poupando vidas e preservando as casas, os hospitais, as escolas, as pontes e empresas que agora não existem mais. Uma das hipóteses para a força da enxurrada que afetou municípios de Alagoas e Pernambuco é um efeito cascata no rompimento de pequenas barragens privadas ao longo da cabeceira dos rios Canhoto e Mundaú. “Elas podem ter ficado saturadas com a grande quantidade de chuva e rompido, potencializando a força das águas”, diz Ricardo Sarmiento Tenório, professor de meteorologia da Universidade Federal de Alagoas e coordenador do Sistema de Radar Meteorológico de Alagoas (Sirmal). Segundo estimativas da Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, existem 100 mil pequenas barragens em todo o Nordeste, a maioria com cerca de 10.000 metros cúbicos. A hipótese de rompimento de barragens, porém, é descartada pelos governos de Pernambuco e Alagoas. “Foi chuva demais e há muita gente morando na beira do rio. Por isso, o estrago”, disse Alex Gama, secretário de Recursos Hídricos de Alagoas.

Sabe-se, contudo, que uma grande barragem se rompeu em Bom Conselho, Pernambuco, levando casas, carros e até trens. Pelo menos 50 famílias ficaram desabrigadas. Deputados pernambucanos e vereadores do município acusam a prefeitura e a empresa de alimentos Perdigão de ter responsabilidade na tragédia. Construído há mais de 60 anos, o Açude da Nação represa água no período das cheias para evitar a seca na estiagem. A Perdigão obteve uma concessão estadual, em 2009, para captar água no açude e usá-la nas

operações de uma fábrica. “Desde 3 de março, estamos exigindo providências da prefeitura e da fábrica. Observamos rachaduras na estrutura, e, mesmo assim, mantiveram as comportas fechadas”, diz Gilmar Aleixo, vereador pelo PTB em Bom Conselho. A BR Foods, que controla a Perdigão, divulgou uma nota em que nega ter exigido que as comportas fossem mantidas fechadas. “Desde o início do período das chuvas, as passagens dos vertedouros do Açude das Nações foram totalmente liberadas pela prefeitura; o processo de captação pela empresa, na realidade, ajudou a minimizar os efeitos do acúmulo das águas no açude.” Na semana passada, nas cidades atingidas pela chuva, o que se via nos rostos era desespero. Os municípios ficam quase todos às margens dos rios que formam as bacias do Paraíba e do Mundaú. As inundações poluíram os reservatórios de água potável e aumentaram em até dez vezes o preço de um garrafão de 20 litros, que passou a ser vendido por até R\$ 35. “A coisa mais difícil está sendo encontrar água para beber”, diz dona Nize, moradora de Barreiros, em Pernambuco. “Com muito sacrifício, aparece uma garrafa de 1 litro que acaba no mesmo dia, pois somos nove pessoas.” O desespero provocou ondas de saques a lojas e até a residências. Alguns roubam para comer. Outros levam o que for possível carregar. Em várias cidades é possível encontrar pequenas milícias de moradores armados de facas e paus, na tentativa de proteger o que restou de seu patrimônio.

Para remediar a situação, o presidente Lula determinou a criação de um gabinete de crise. Ele próprio sobrevoou de helicóptero as regiões atingidas, ao lado do governador de Pernambuco, Eduardo Campos (PSB). O governo de Pernambuco suspendeu o feriado de São João nas repartições públicas e criou um Fundo Especial de Combate a Situações de Emergência e Calamidade. Por ordem do presidente, os militares brasileiros que atuaram na ajuda humanitária no Haiti foram deslocados para os locais da enchente. Hospitais de campanha foram montados para atender as vítimas. O governo federal afirma já ter transferido R\$ 597 milhões a Pernambuco e Alagoas. “O dinheiro já está na conta dos Estados”, disse o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo.

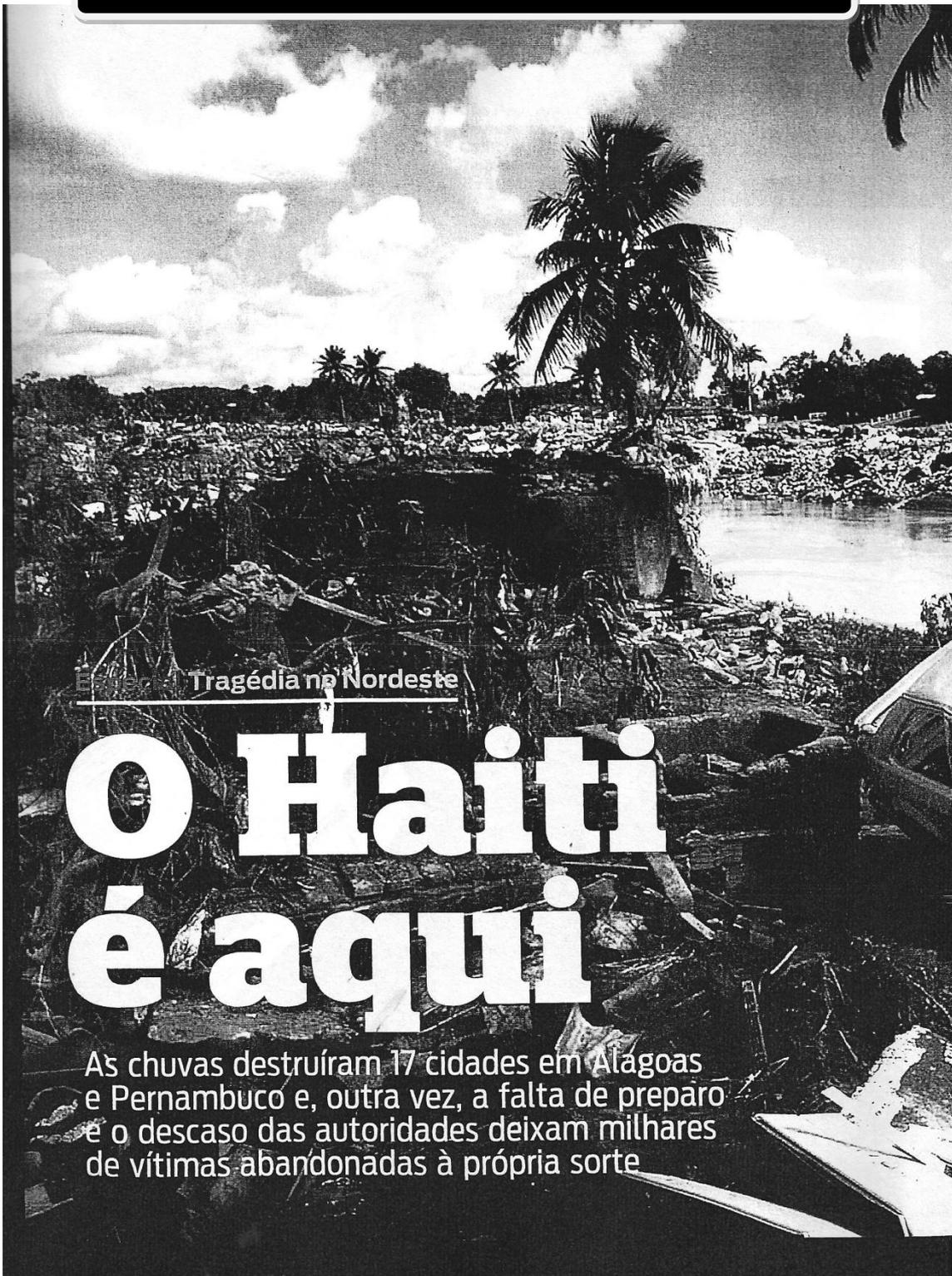


acima do que é esperado no mês de junho no Nordeste



Arte: Gerson Mora, Marco Vergotti e Nilson Cardoso

O dinheiro do governo, porém, vai demorar mais para chegar ao dia a dia das cidades. O comerciante Irineu Bezerra, de 43 anos, em Palmares, Pernambuco, perdeu uma loja de calçados na enchente que atingiu a mesma região no ano de 2000. Dez anos depois, a pequena loja ficou novamente submersa. “Juntando as duas lojas, perdi mais de 30 mil pares de sapato. Tenho 26 funcionários que dependem do salário que pago, mas não vou ter condições de arcar com as despesas. Vou ter de começar do zero, mais uma vez.” As perdas de Irineu mostram que as enchentes se repetem na região. Em 2000, 33 municípios ficaram debaixo d’água. Mas o poder público parece não ter prestado atenção. As matas ciliares, na beira dos rios, que poderiam conter a força das enxurradas, são derrubadas sem nenhuma intervenção oficial. Moradores e empresas se instalam na beira dos rios, em área de risco de enchentes. A maioria dos municípios nem sequer atualizou seus planos diretores, como manda a legislação, para disciplinar essas ocupações. As chuvas castigam, mas a falta de compromisso das autoridades com a prevenção é que aumenta a tragédia.



Tragédia no Nordeste

O Haiti é aqui

As chuvas destruíram 17 cidades em Alagoas e Pernambuco e, outra vez, a falta de preparo e o descaso das autoridades deixam milhares de vítimas abandonadas à própria sorte

A DESTRUIÇÃO

O município de União dos Palmares (AL) foi devastado pela enchente. Como num rastro de bombardeio, não restou nada ali: só lixo e tristeza

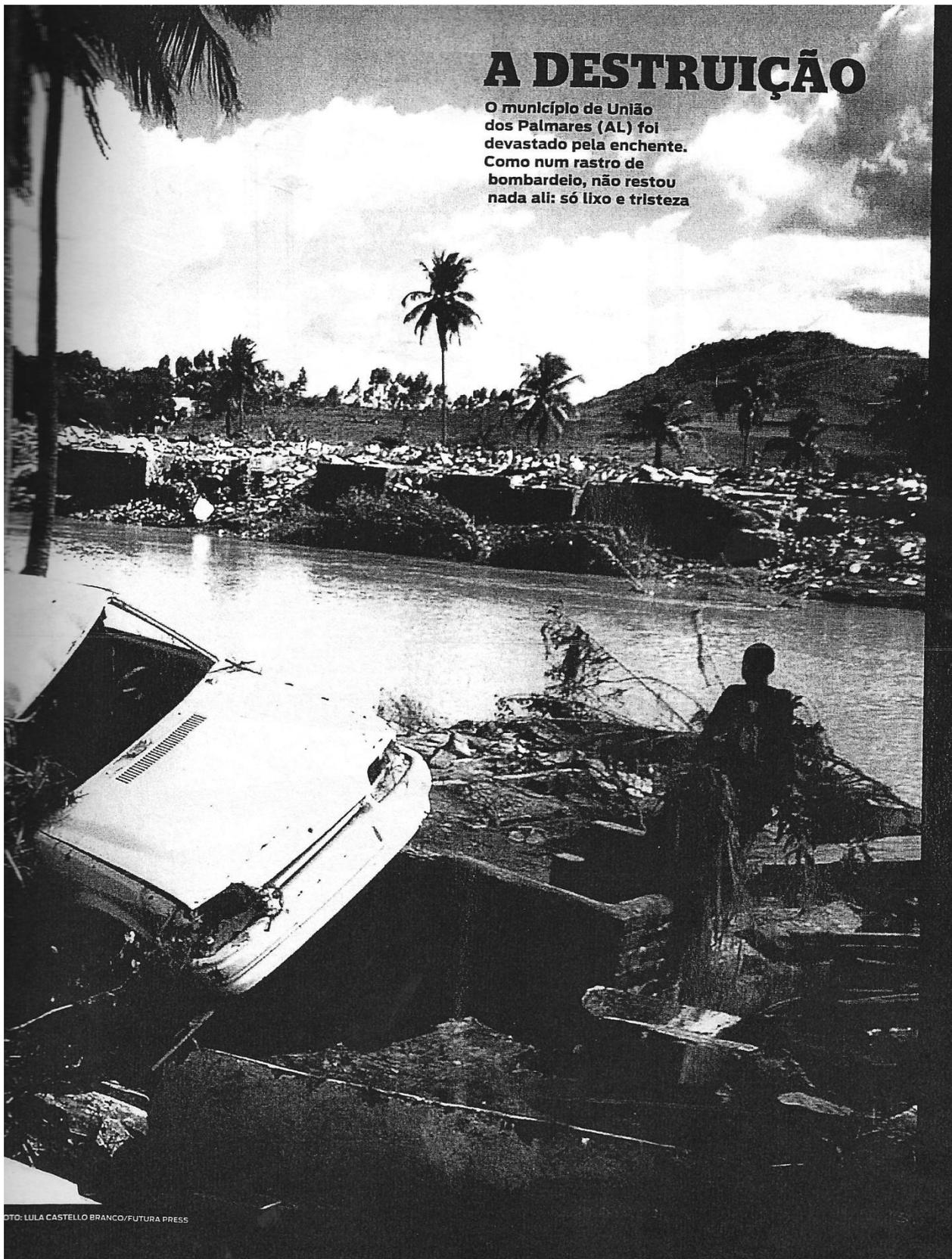


FOTO: LULA CASTELLO BRANCO/FUTURA PRESS



O ABANDONO

Na Igreja de São Miguel, em Barreiros (PE), centenas de desabrigados esperam por uma providência divina – e pela ajuda do governo federal

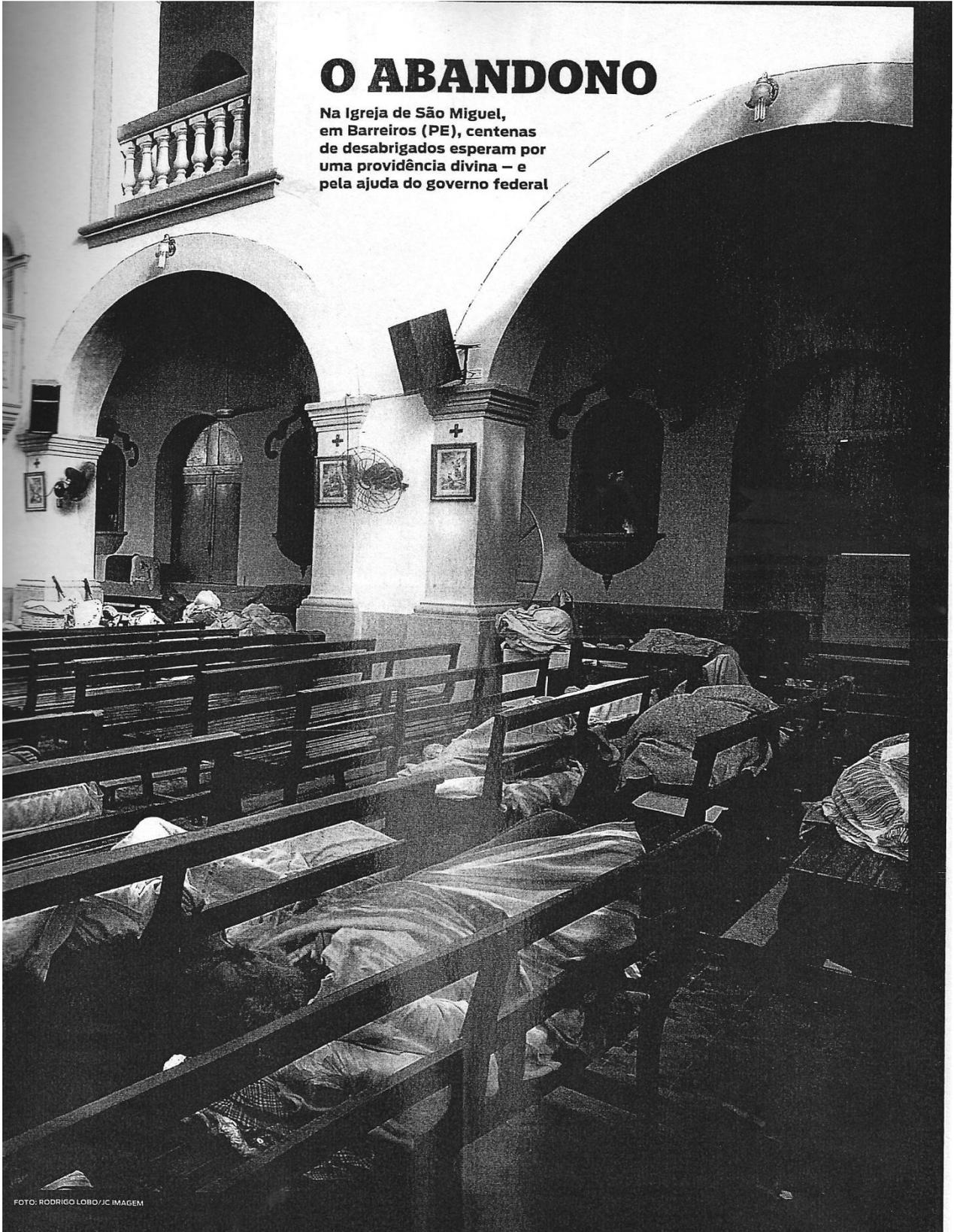
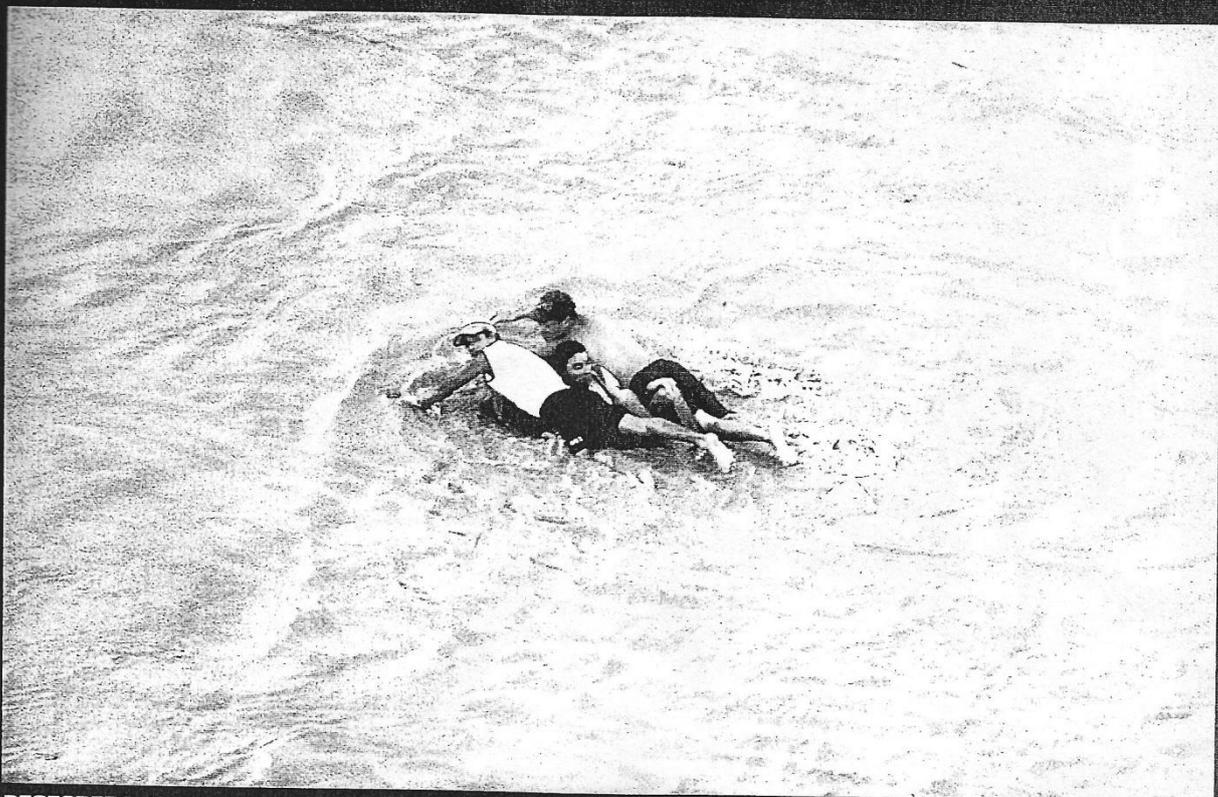


FOTO: RODRIGO LOBO/JC IMAGEM

Especial Tragédia no Nordeste



CASA VAZIA Em União dos Palmares (AL), uma das cidades mais afetadas, menino tenta recuperar a bicicleta



DESESPERO Alagoanos nadam para escapar da forte correnteza que fez transbordar o rio Mundaú

A DESOLAÇÃO

Ninguém tem para onde ir.
Em muitas cidades
é difícil saber até como
iniciar a reconstrução.
Moradores ainda estão
marcados pelo medo



RUÍNAS Milhares de casas desabaram e mais de 50 mil pessoas ficaram desalojadas nos dois Estados



CAOS E LAMA Sem água e sem luz, as pessoas tentam se virar como podem na cidade de Branquinha (AL)

FOTOS: DANIEL MARENCO/FOLHAPRESS; AFP PHOTO/AGENCIA ALAGOAS /THIAGO SAMPAIO; DANIEL MARENCO/FOLHAPRESS; LULA CASTELO BRANCO/O JORNAL /AGÊNCIA O GLOBO

Especial Tragédia no Nordeste

Q

Por Bruna Cavalcanti, Hugo Marques e Natália Leão

Quando a terra tremeu no Haiti, no dia 12 de janeiro deste ano, 1.200 soldados brasileiros, integrantes das Forças de Paz da ONU, já estavam lá e imediatamente passaram a auxiliar no resgate das vítimas do terrível terremoto que matou 200 mil pessoas. Na sexta-feira 18, as populações de mais de 100 cidades de Pernambuco e Alagoas não tiveram apoio nem parecido com este para enfrentar as enchentes que desabrigaram 154 mil pessoas. Os nordestinos contaram apenas com a própria sorte. No sábado, em Alagoas, havia quatro helicópteros para atender milhares de vítimas que esperavam por socorro em 59 municípios. Em Pernambuco, em cidades como Palmares, os primeiros bombeiros chegaram 28 horas depois de as pessoas terem se empoleirado nos tetos das casas

para salvar suas vidas. A primeira reunião do comitê de crise que o governo federal criou para atender os dois Estados só ocorreu na tarde da terça-feira 22, quatro dias após o início das enchentes. E apenas na quarta-feira 23 o ministro da Defesa, Nelson Jobim, visitou os locais mais afetados. Atônito, ele também se lembrou dos desafortunados da América Central: "Só vi situação semelhante no Haiti." Caos, destruição e morte. Juntos, Pernambuco e Alagoas contavam até o final da semana 50 mortos e estimavam em 150 o número de desaparecidos. Sessenta cidades haviam decretado estado de emergência e 35, estado de calamidade pública. Só em

Pernambuco, 11.407 casas, mais de 2.103 quilômetros de estradas e 79 pontes foram destruídos.

Palmares, município localizado a 120 quilômetros da capital Recife, está no centro da devastação. Os relatos da gente da cidade sobre o que ocorreu ali desde a manhã da sexta-feira 18 impressionam. Muitos moradores confiaram que a água não subiria tanto e se refugiaram no andar superior das casas ribeirinhas, em vez de procurar locais mais distantes. O empresário Grivaldo de Oliveira Melo, 44 anos, foi um deles. Com a esposa, cunhada, filho, sogro e sogra, ele decidiu permanecer no seu sobrado. Foram pegos de surpresa pela



força das águas. "Quando vi já era tarde. Até poderia tentar nadar, mas o meu sogro, que é cardíaco, e a minha sogra com 79 anos, poderiam não aguentar", conta Melo. Às 20h, o primeiro andar já estava encoberto. Faltaram quatro degraus para a água chegar ao segundo piso. "A gente já não tinha mais para onde ir", diz ele. E a ajuda não vinha. A família de Melo só conseguiu sair da casa 2 horas mais tarde, no sábado 19. Foram resgatados por um bote do Corpo de Bombeiros. No domingo 20, quando a água baixou, os moradores de Palmares perceberam que a cidade não existia mais: "É lama, entulho e mau cheiro por toda parte. Não existe mais prefeitura



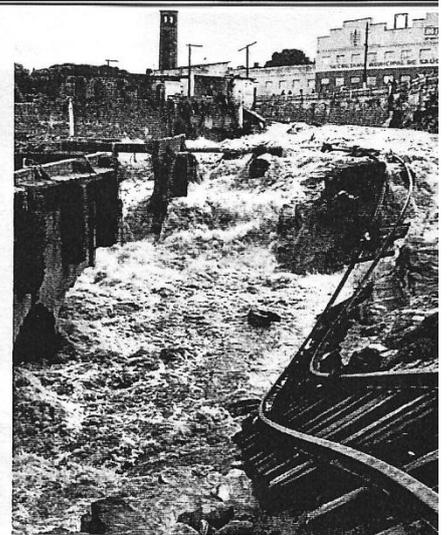
BOMBEIRO RELATA O RESGATE DRAMÁTICO

"Eu não tinha noção do que havia acontecido ali até chegar perto. Parece igual às cenas que a gente viu na tevê na época do terremoto do Haiti. Só que é um Haiti com lama. Mas a devastação é igualzinha. As pessoas perderam tudo. Algumas ficaram só com a roupa do corpo, de verdade. Muitas passaram noites em cima de lajes aguardando ajuda. Tem horas que me sinto impotente neste trabalho. As pessoas esperam que você as tire dali e as salve, mas nem sempre dá. Toda vez que algum bombeiro

"Parece igual às cenas que a gente viu na tevê na época do terremoto do Haiti. Só que é um Haiti com lama"

Valdy Oliveira, soldado do Corpo de Bombeiros de Pernambuco

chega, o povo corre querendo ajuda e pedindo água. Em Pernambuco, temos 2.350 bombeiros trabalhando para uma população de oito milhões em todo o Estado. Tínhamos apenas 100 homens para atender todo o interior. Estávamos aqui no Recife e só conseguimos chegar lá no domingo. Mas, mesmo com poucos recursos, salvamos mais de 1.300 pessoas nessa enchente. Uma grande dificuldade foi a falta de energia, que atrapalhava tudo. A primeira guerra foi a do socorro. A segunda agora é dar dignidade a quem perdeu tudo. Depois da preocupação com o resgate, nosso maior cuidado é com a proliferação de doenças, como a leptospirose e a dengue. No fundo, me sinto como uma ponte para dar apoio a essas famílias e às crianças."



bancos e no lugar da praça só há uma enorme cratera. Palmares foi varrida do mapa”, constata Melo.

Histórias de desespero se repetiram nas mais de 54 cidades pernambucanas afetadas pelas enchentes. Em Barreiros, o psiquiatra Anchieta Caraciolo ficou ilhado no Hospital Psiquiátrico onde trabalha. “Foi uma situação terrível. Não havia luz e só escutávamos o som da água, que descia pelas ruas como uma cachoeira”, lembra Caraciolo. O hospital, que tem 107 pacientes masculinos, aos poucos foi abrigando uma população aflita. Entre as centenas de pessoas que buscaram refúgio no prédio estava Josilda Maria da Silva, 19 anos, grávida, já em

trabalho de parto. Seu atendimento foi improvisado em meio ao caos e, pela primeira vez na história do hospital psiquiátrico, nasceu ali um saudável bebê de 3,5 quilos. “Ela recebeu o nome de Maísa Vitória”, diz o médico. **Quando deixou o hospital no domingo à noite, Caraciolo viu o estado de calamidade da cidade: “Era um cenário de pós-guerra. Barreiros parecia bombardeada.”**

Em Alagoas, na Zona da Mata, choveu 180 milímetros em três dias – a média histórica para todo o mês de junho, nesta região, é de 150 milímetros. Na cidade de Quebrangulo, a população começou a notar no início da tarde da sexta-feira 18 que as águas do

SEM REAÇÃO

União dos Palmares (AL), Palmares (PE) e a força bruta do rio Mundaú

rio Paraíba estavam subindo. A professora Rosalita Melo dos Santos, 27 anos, dava aula de reforço a alguns alunos em sua casa, enquanto sua mãe, Carmelita, 65 anos, fazia as orações diárias na moradia de vizinhos. “Às três da tarde, minha mãe chegou dizendo que o rio estava alto e que era melhor pegar algumas roupas e sair de casa”, lembra Rosalita. Exatamente uma hora depois do aviso, a enxurrada já havia invadido

MÉDICO LEMBRA 26 HORAS DE PAVOR

“Ao meio-dia, sabia que seria uma das piores enchentes que já tivemos. Minha clínica fica na margem do rio Una. Por estar tão perto, fiquei o tempo todo controlando o nível da água. Mas ela subiu muito rápido. Em menos de seis horas, a água já tinha passado dos postes e coberto a fiação. Tentamos salvar alguns equipamentos da clínica. Ali funcionava o único hemocentro da região. Quando vimos, já estávamos isolados no terceiro andar do local. Acho que já devia ter uns quatro metros de água e a gente não conseguia mais sair. Ficamos com medo de morrer afogados ou eletrocutados. A correnteza que sentíamos ali na beira do rio era absurda. A sensação era de estar num barco à deriva nas Cataratas do Iguaçu.”

Foi desesperador. De madrugada, o prédio ao nosso lado desabou. A todo momento pensava que o local onde estávamos iria cair. Depois fiquei sabendo que meus filhos menores, que estavam com o meu sogro, choravam pedindo pela mãe e pelo pai. O menor deles, o Rapha, disse que iria até onde estávamos. Tiveram que prendê-lo ele dentro de casa. Fomos salvos na tarde do sábado 19, depois de 26 horas ilhados, de helicóptero porque os fios ainda continuavam impedindo nosso salvamento de bote pela frente do prédio”

“Era como estar num barco à deriva nas Cataratas do Iguaçu. Tive medo de morrer afogado ou eletrocutado”

Dílson Assunção, médico de Palmares (PE)



FOTOS: LULA CASTELLO BRANCO/FUTURA PRESS; DANILLO VERPA/FOLHAPRESS; GILBERTO FARIAS; OTAVIO DE SOUZA



a casa da família. Mãe e filha não tiveram tempo de salvar nenhum pertence. “A casa toda caiu, só sobrou o muro da frente.” Foram mais de 800 pessoas atingidas na cidade. O número de mortes em Alagoas chegou a quase o dobro do contabilizado em Pernambuco, onde a tragédia começou. Uma das justificativas para tamanha devastação é o fato de os rios alagoanos serem afluentes dos pernambucanos. As águas, que já ha-

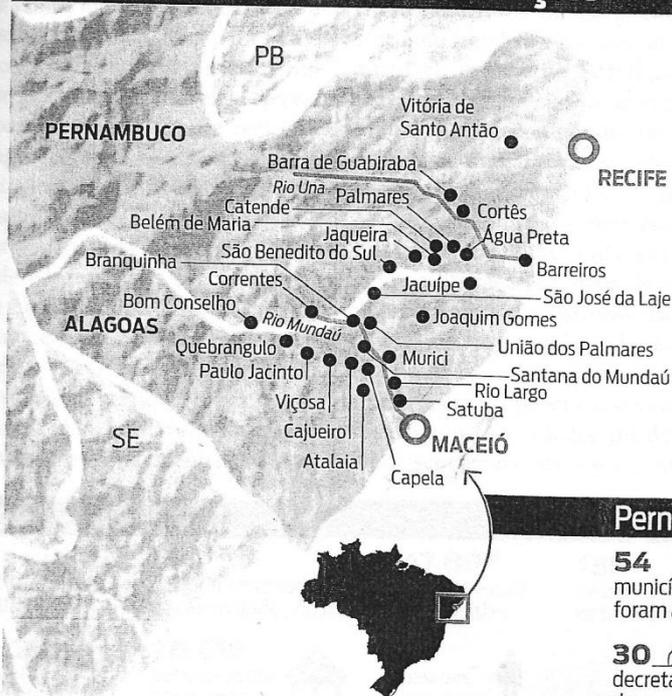
viam transbordado nas nascentes, ganharam força pelo caminho e varreram com maior intensidade o Estado vizinho. **“Quando a água chegou aqui foi como um efeito dominó, devastando cidade após cidade”**, diz Luciano Barbosa, presidente da Associação dos Municípios Alagoanos. A enxurrada colocou abaixo 59 cidades, deixando mais de 70 mil pessoas desalojadas.

Sem ter como socorrer suas vítimas,

Alagoas e Pernambuco dependem de donativos e precisam agora da ajuda rápida do governo federal. Mas a burocracia atrapalha tudo – tanto quanto imprevidência. Não há preferências partidárias na lentidão do aparato estatal. O governo tucano de Alagoas, por exemplo, jamais pediu verbas federais para a prevenção de enchentes. E a distribuição deste dinheiro, boa parte nas mãos de ministros do PMDB, parece responder estritamente a interesse paroquiais. Dos R\$ 70,5 milhões disponíveis para prevenção de enchente neste ano, a Bahia, Estado do ex-ministro da Integração Nacional Gedde Vieira Lima, ficou com 58% do dinheiro, R\$ 40,1 milhões. Alagoas não teve nenhum centavo e Pernambuco recebeu míseros R\$ 172 mil, ou 0,24%, segundo balanço da ONG Contas Abertas. “Este privilégio estadual são um absurdo uma irresponsabilidade”, diz o economista Gil Castelo Branco, da ONG Contas Abertas. “O TCU tem sido muito brando com eles.”

A principal autoridade encarregada de coordenar os trabalhos do comitê de crise, a secretária nacional de Defesa

O TAMANHO DA DESTRUIÇÃO*



Pernambuco

54 municípios foram atingidos

30 decretaram estado de emergência

10 decretaram estado de calamidade pública

26.797 pessoas estão desabrigadas

53.518 pessoas estão desalojadas

17 pessoas morreram



Civil do Ministério da Integração Nacional, Ivone Valente, rebate as acusações. "Liberamos R\$ 14 milhões para Alagoas, para os carros-pipa, no ano passado", diz ela. "Lá, a prioridade era obra contra a seca, não era dinheiro para prever tragédias provocadas pelas chuvas." Já o professor do Instituto de Geociências da Universidade de Brasília José Oswaldo de Araújo Filho entende que a falta de planejamento é a principal causa das mortes ocorridas. **"O governo poderia gastar menos e ao mesmo tempo diminuir a dor da morte e os prejuízos materiais.** Mas para isso é preciso investir mais em planejamento que em remediação", diz ele. "Necessitamos de uma política de remoção das populações nas encostas." A mesma opinião é defendida pelo engenheiro e especialista em recursos hídricos Valmir Pedrosa, da Universidade Federal de Alagoas. Para ele, a construção de barragens nas regiões dos rios Mundaú e Una poderia resolver o problema. A cada dez anos, segundo Pedrosa, essas regiões passam por enchentes. Mas o rio Mundaú, maior responsável pelas enchentes em Ala-

CENÁRIO DE GUERRA

Moradores de Quebrangulo e União dos Palmares (AL) veem que pouco sobrou das suas cidades

goas, não possui uma só barragem em seu leito principal, só nos afluentes.

O presidente Lula decidiu mobilizar sete ministérios para apoiar os dois Estados. Entre as primeiras iniciativas anunciadas estão a oferta de medicamentos, distribuição de água engarrafada e alimentos industrializados de consumo imediato. Na área de infraestrutura, o governo está ligando as redes de transmissão de energia dos municípios e recompondo trechos de estradas. Começaram a ser distribuídas 80 mil cestas básicas e há um estoque de outras 100 mil para serem entregues nos próximos dias. Lula anunciou ainda a liberação de mais de R\$ 600 milhões para a reconstrução das principais cidades atingidas pelas enchentes. Resta agora saber quando esse dinheiro sairá do papel e como ele será distribuído. As cidades nordestinas, ainda sem água e luz, aguardam. ■

RÁDIO VIRA CENTRO DE RESGATE

"Não havia energia e os telefones não funcionavam direito. A rádio era a única forma de apelo, o único contato que as pessoas tinham. Centenas de pessoas sintonizavam a rádio. A partir da meia-noite chegaram os piores relatos. Muitas pessoas diziam que estavam com a água no pescoço e que não aguentavam mais. Todos os telefones da Defesa Civil estavam ocupados e em alguns momentos também fiquei desesperado. Eu via que as pessoas iam perdendo a esperança, sentiam como se ninguém soubesse que elas estavam ilhadas e passando por aquela situação. Mas eu sabia. Toda ligação que recebia repassava para policiais, bombeiros, para quem eu podia falar. De hora em hora repetíamos o nome das pessoas e o endereço onde elas estavam numa lista que criamos. Várias vezes escutei gente dizendo: 'Estou no limite'. E eu falava: 'A equipe já está chegando aí.'"

Mas eu sabia que não. Não estava mentando, apenas queria manter aquelas pessoas que me ligavam vivas e continuando a lutar. Fiquei mais de 46 horas direto na rádio."

"Apenas queria manter as pessoas vivas e continuando a lutar"

Edson Silva, locutor da Rádio Cidade, em Palmares (PE)



Alagoas

59 municípios foram atingidos



30 decretaram estado de emergência



15 decretaram estado de calamidade pública

26.618 pessoas estão desabrigadas



47.897 pessoas estão desalojadas

33 pessoas morreram



135 pessoas estão desaparecidas

Fonte: Defesa Civil *Dados até 24/6

ANEXO C - REPORTAGENS SOBRE INUNDAÇÕES NO RIO DE JANEIRO

9) "Um banho de lama na civilização" - Revista *Veja*





EM BUSCA DE VIDA
Bombeiros e voluntários
reviraram escombros à
procura de sobreviventes
em Teresopolis: mais de
200 mortos só nessa cidade

ANA CAROLINA FERREIRA/SUPERLUX PRESS

Veja | 19 DE JANEIRO 2011 | 49

Até a semana passada, a Região Serrana no Rio era conhecida pelas cidadezinhas charmosas entrecortadas pelas montanhas da Serra do Mar. As construções alpinas, as pousadas românticas e as fondues no cardápio dos restaurantes atraíram 2 milhões de visitantes em 2010. Na madrugada de quarta-feira, grande parte disso tudo desapareceu em meio a uma torrente de bilhões de metros cúbicos de água e lama que desceu pelas encostas da região a uma velocidade de até 150 quilômetros por hora, ceifando 546 vidas (número que a Defesa Civil divulgava até a noite de sexta-feira). Toda vez que as chuvas causam uma grande destruição, invocam-se os mesmos culpados: os sucessivos governos que agiram de forma irresponsável ao tolerar, ou incentivar, a ocupação irregular do solo, a falta de articulação entre os sistemas que deveriam ser capazes de antecipar a tragédia, a negligência na execução de obras que poderiam minimizar as perdas. É uma análise realista. Mas, quando o desastre assume proporções colossais, como ocorreu no Rio na semana passada, a lista dos culpados de sempre, sozinha, deixa de fazer sentido. O que fez o temporal que desabou sobre a serra fluminense se transformar na segunda maior catástrofe já provocada pelas chuvas na história do Brasil foi — também — uma perversa e poderosa combinação de fatores climáticos globais e locais, associada às peculiaridades topográficas da região.

Tudo começou com a entrada de uma corrente de ar e umidade vinda da Amazônia em direção ao Sudeste. Essa corrente ocorre sazonalmente e dá origem a nuvens muito carregadas — os cúmulos-nimbos — que chegam a ter até 18 quilômetros de altura e deságuam sobre a Região Sudeste. Até aqui, trata-se de um processo característico das condições climáticas da região. É, portanto, normal e frequente. O que não é normal nem frequente é a intensidade das chuvas que a corrente provocou naquele local, num curto período de tempo. É nesse ponto que, suspeitam cientis-

O QUE EXPLICA A VIOLÊNCIA DAS ÁGUAS

A intensidade anormal das chuvas na região foi a principal causa da tragédia que vitimou a serra fluminense. Fatores como ocupação irregular do solo, despreparo das autoridades para reagir às circunstâncias e infraestrutura urbana deficiente contribuíram para a segunda maior catástrofe natural da história no Brasil

O PLANETA REAGE...

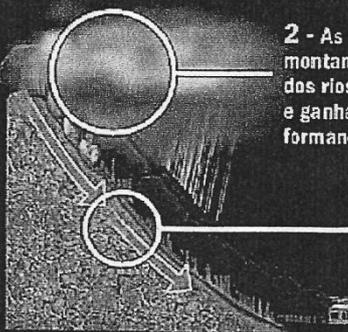
1 - O aquecimento da superfície terrestre provoca deslocamentos cada vez mais intensos de ar e umidade pelo planeta. As consequências são episódios de seca e chuva de radicalidade inédita

2 - Uma larga faixa de ar quente e úmido proveniente da Amazônia — fenômeno característico do verão conhecido como Zona de Convergência do Atlântico Sul — originou nuvens extraordinariamente carregadas, que se concentraram numa área muito restrita da região serrana



...E AS MONTANHAS NÃO AGUENTAM

1 - O maciço que cerca a região, com altitudes de até 2 000 metros, formou uma barreira de contenção que aprisionou as massas de ar em um único local



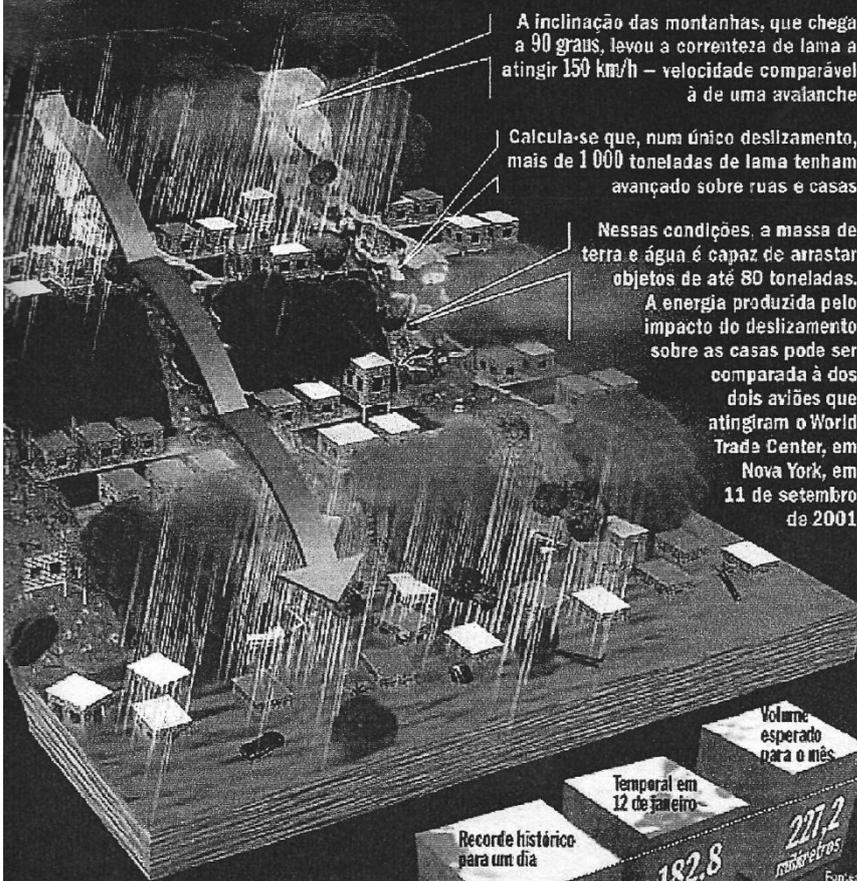
2 - As nuvens se acumularam no alto das montanhas. A chuva atingiu as nascentes dos rios, que se encheram rapidamente e ganharam velocidade ao alcançar os vales, formando as chamadas cabeças-d'água

3 - As encostas, compostas de uma camada fina de terra sobre um maciço rochoso, têm baixa capacidade de absorção. Encharcada, boa parte da terra se desprende do morro e desliza

4 - O sistema de drenagem urbana das cidades serranas é obsoleto. A ocupação desordenada do solo agrava o problema. É impossível escoar grandes quantidades de água



O EFEITO TSUNAMI EM NOVA FRIBURGO



ÁGUAS QUE CASTIGAM

Em um único dia, a cidade de Nova Friburgo, onde a chuva foi mais intensa, registrou mais da metade do volume de chuvas previsto para o mês inteiro



GRANDES CATÁSTROFES PROVOCADAS PELA CHUVA

1967
Rio de Janeiro
Mortos: **1 000**
Desabrigados: **5 000**



1967
Caraguatatuba/SP
Mortos: **436**
Desabrigados: **3 000**

1987
Rio de Janeiro
Mortos: **292**
Desabrigados: **20 000**



2008
Santa Catarina
Mortos: **135**
Desabrigados: **54 000**

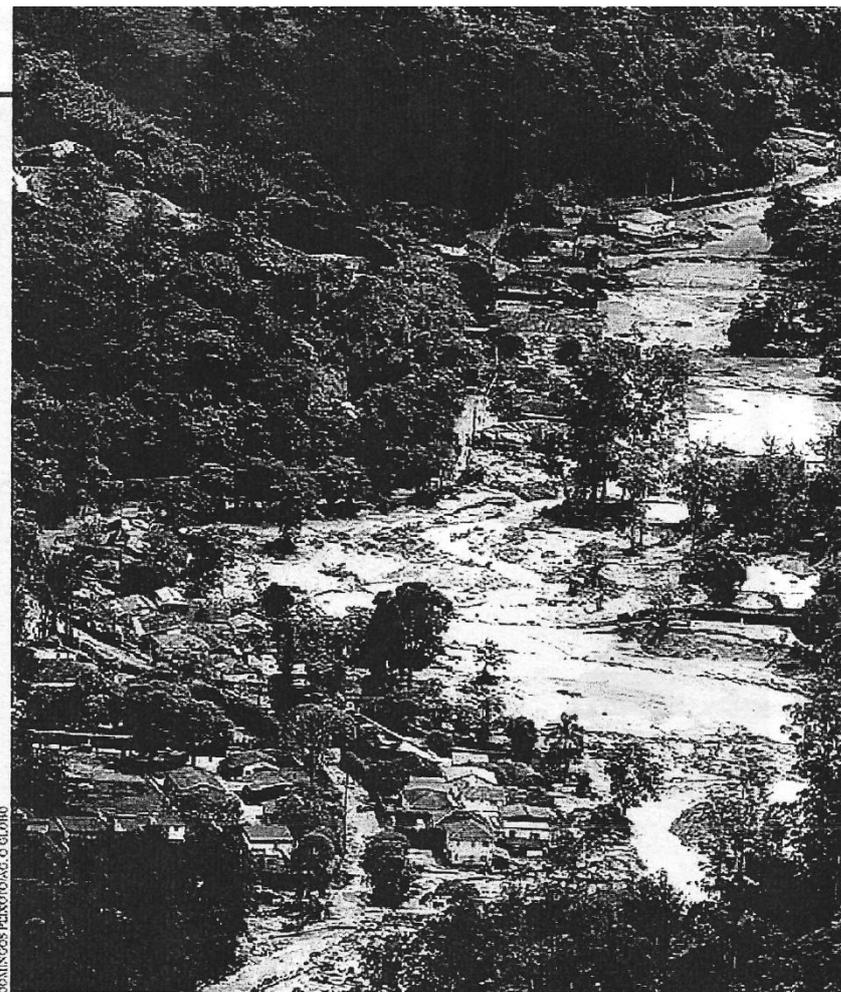
2010
Rio de Janeiro
Mortos: **283**
Desabrigados: **11 000**

Brasil

tas, pode ter havido influência de um fator ligado às mudanças climáticas do planeta, como o aquecimento da superfície terrestre. “Essas mudanças alteram o ciclo de formação das chuvas e provocam fenômenos sem precedentes”, diz João Willy Rosa, professor de geociências da Universidade de Brasília (UnB).

Para agravar essa conjunção funesta, colaborou o perfil topográfico da região. Quando se formaram sobre a serra, as nuvens extraordinariamente carregadas, originárias da corrente de ar vinda do norte, foram aprisionadas em uma área restrita pelos maciços rochosos, que atingem até 2000 metros de altitude. Assim, impedidas de se dispersar, despejaram enorme volume de águas na cabeceira dos rios Cuiabá, Paquequer e Bengalas. Em cascatas violentas, a água desceu pelas montanhas, numa inclinação de até 90 graus em alguns casos. Misturada a troncos de árvore e toneladas de detritos, transformou-se numa avalanche de lama que arrastou morro abaixo milhares de casas e centenas de vidas — de velhos, crianças, mulheres grávidas, bebês de colo, pobres e ricos.

Na manhã de 14 de janeiro, VEJA testemunhou a mulher e a filha de um ex-prefeito de Nova Friburgo implorarem aos bombeiros para que fossem até o sítio onde o político e seu filho haviam sido soterrados dois dias antes. A casa, que fica num bairro nobre da cidade, fora coberta por pedras e lama, e nenhuma equipe de resgate tinha passado por ali desde o temporal. “Não há homens para isso, minha senhora”, respondeu o bombeiro. “Nossa prioridade é resgatar os vivos”, disse, inadvertidamente sugerindo que eram infundadas as esperanças da jovem de encontrar o pai vivo. Se fosse até lá, o bombeiro teria de percorrer um trajeto sinuoso para se desviar da lama, das carcaças de carro, restos de fogões e geladeiras cuspidos de casas que não existem mais. No cenário de destruição, o co-



DOMINGOS PEREIRA/ALCANTARA



FELIPE DANZON



UMA FAMÍLIA DESTRUÍDA

Depois que a estilista carioca Daniela Conolly, de 39 anos, abandonou o dia a dia da profissão para se dedicar ao filho João Gabriel, de 2 anos, e à família, Itaipava se tornou seu refúgio mais frequente. Daniela, o bebê e o marido, Alexandre França, foram para lá comemorar o aniversário do pai da estilista. Outros catorze parentes e amigos estavam na casa de hóspedes da fazenda de 500 hectares no Vale do Cuiabá. Todos dormiam no momento em que a torrente de água e lama invadiu a casa, levando tudo. Daniela, o marido e o filho foram sepultados no Rio de Janeiro na sexta-feira 14. Os três sobreviventes estão em estado de choque.



CENAS DE GUERRA

Enchentes devastaram bairros íncios em Teresópolis (à esq. e no topo), na Região Serrana do Rio de Janeiro. As ruas se transformaram em leitos de rio e centenas de corpos foram retirados dos escombros. No Vale do Cuiabá, que concentra hotéis e condomínios em Petrópolis (ao lado), moradores tentavam identificar familiares desaparecidos entre os mortos

ALLAN AGOSTINHO/ALIA PRESS

Brasil

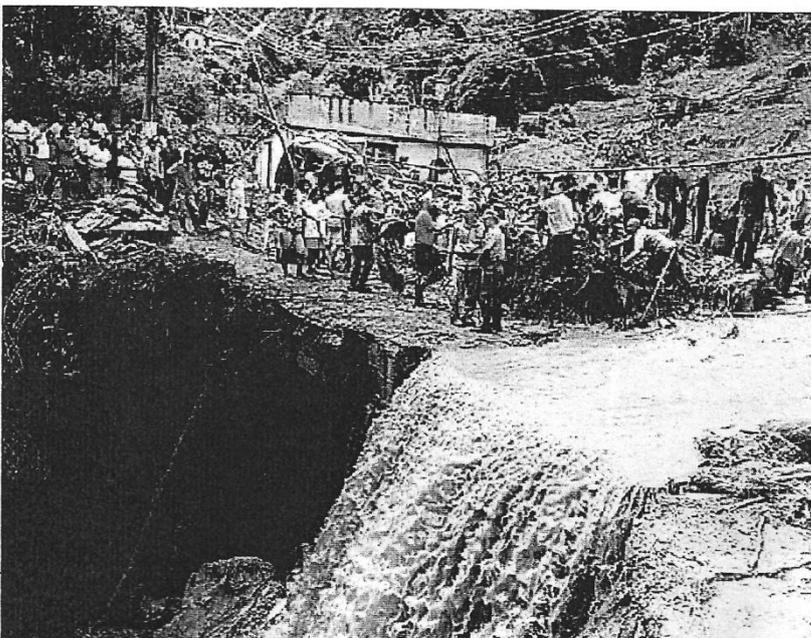
mércio ficou abandonado. Os supermercados jogavam nas ruas potes de comida enlameada, que algumas pessoas recolhiam para lavar na água barrenta do chafariz da Praça Getúlio Vargas, no centro da cidade. Na mesma fonte, um grupo de pessoas tentava tomar banho, enquanto mulheres enchiam garrafas de plástico com água para beber. No único posto de gasolina ainda aberto, motoristas brigavam pelo lugar na fila, com medo de que o combustível acabasse. Não havia energia elétrica, a telefonia não funcionava.

Tragédias dessa magnitude têm o poder de revelar a capacidade quase infinita do ser humano de suportar sofrimentos extremos — e também de mostrar a grandeza de alguns diante da dor de um semelhante. Em Campo do Coelho, distrito de Nova Friburgo de 9 000 habitantes, as poucas equipes de resgate que conseguiram chegar, levadas por helicópteros, depararam com um problema quando retiravam os corpos que estavam debaixo da terra e da lama. Não havia quem recebesse os cadáveres. Diante disso, um grupo de cinco costureiras da cidade se prontificou a ajudar. Improvisaram um serviço de IML em um colégio, levaram para lá os corpos — muitos dilacerados e já em estado de decomposição — e os lavaram. Enquanto isso, moradores se organizaram para arrecadar roupas e vestir os mortos, de maneira a oferecer-lhes uma migalha final de dignidade. Ao lado do colégio em que as costureiras trabalhavam, um pequeno posto de saúde, com apenas duas macas, recebia os feridos. Lá, duas enfermeiras tentavam minimizar a dor dos pacientes — alguns deles com membros amputados pela violência da enxurrada de lama. Por falta de material apropriado, muitas suturas tiveram de ser feitas com fio odontológico.

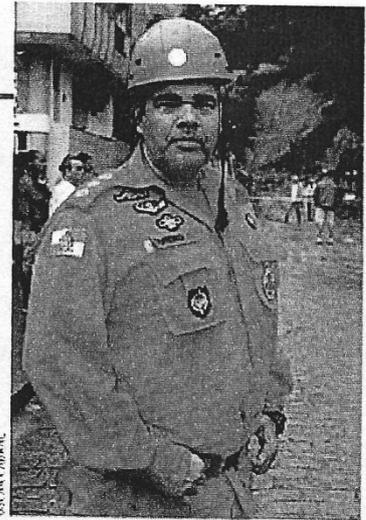
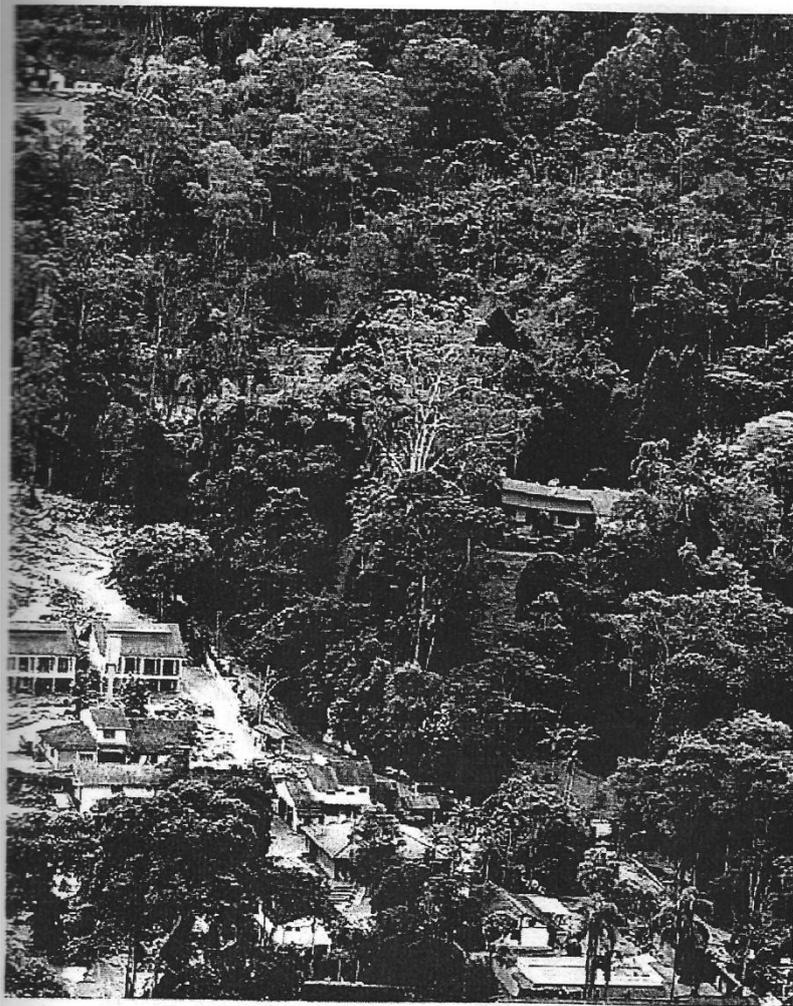
O ginásio do Instituto de Educação de Nova Friburgo também foi transformado em um IML improvisado. No dia seguinte à tempestade, 158 cadáveres jaziam sobre o piso de cimento. Por falta de espaço, cada novo corpo que chegava era colocado ao lado ou em cima de outros. Aos familiares das vítimas restava entrar em



FABIO MONTAGNE



MARCELO ALMEIDA/AFIP



UNICAD/BRM

TRABALHO DE RISCO

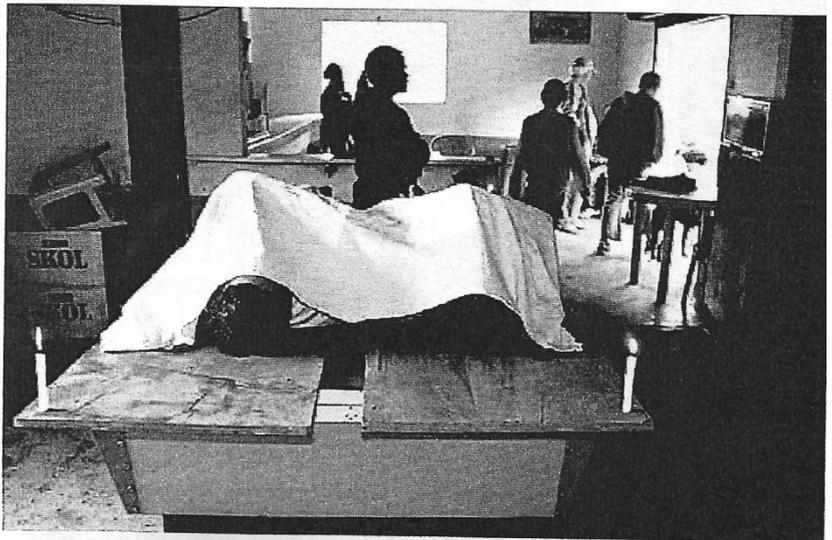
No ano passado, o tenente-coronel Ricardo Loureiro, de 42 anos, coordenou equipes de resgate que atuaram nas tragédias em Ilha Grande, Niterói e até no Haiti. Segundo ele, nenhuma das operações foi tão tensa quanto a da semana passada, na Região Serrana do Rio. "Ao contrário dos outros locais, em que não havia mais riscos quando chegamos, aqui houve desabamentos durante os trabalhos de resgate. Infelizmente, já perdi colegas. Posso vir a perder outros mais." No primeiro dia depois do início das chuvas, a equipe do tenente-coronel salvou um homem e um bebê que passaram quinze horas sob escombros.



DEVASTAÇÃO E DOR

Uma das mais bonitas cidades serranas, Teresópolis ficou desfigurada pelo desastre. Reconstruí-la vai custar ao menos 500 milhões de reais. No bairro Vile do Cedro, em Nova Friburgo, moradores tiveram de velar seus mortos em cima da mesa de simca de um bar (à dir.)

JADSON MARQUES/OLHA PRESS



Brasil

uma fila e esperar pela vez de circular entre os mortos. Ao identificar um conhecido, bastava levá-lo embora, sem necessidade de comprovar parentesco, em carros ou caixões carregados nos ombros. Em meio ao luto e à desordem, brotavam discussões entre parentes que se acusavam de estar levando o morto errado.

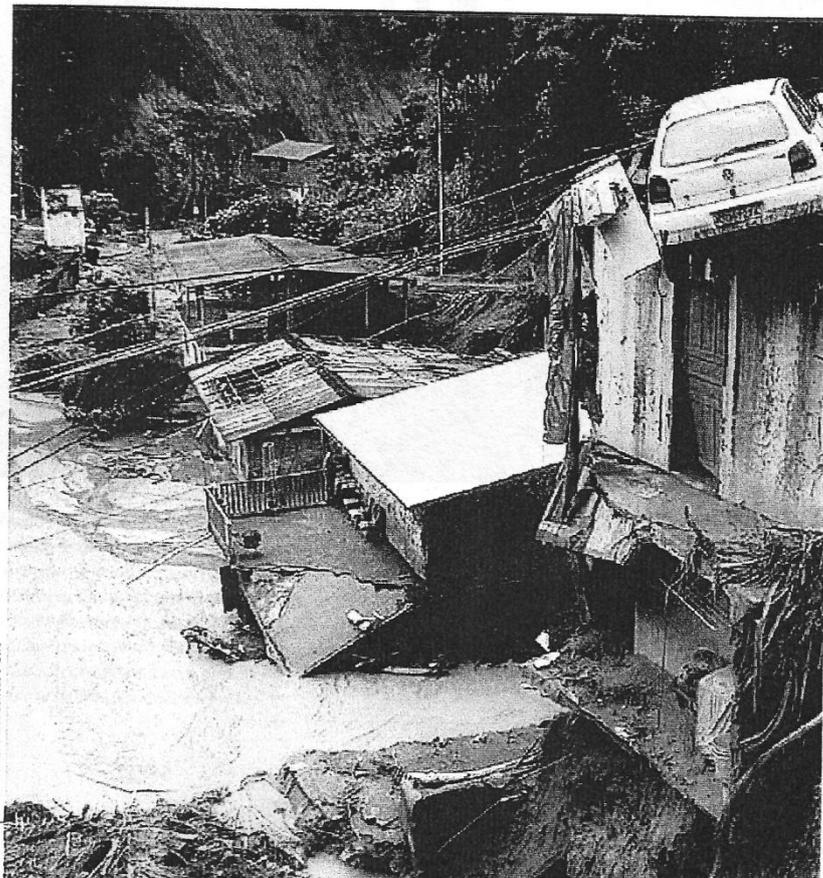
À medida que o tempo passava, tanto o IML oficial como os improvisados ficaram pequenos para acomodar os cadáveres, que não paravam de chegar. Os corpos passaram, então, a ser levados para a quadra da escola de samba Unidos da Saudade. Na sexta, começaram os enterros coletivos. Grandes covas foram abertas no cemitério Trilha do Céu para sepultar, de uma só vez, dez a vinte pessoas, identificadas ou não por seus parentes. A dimensão da tragédia não deixou alternativa. E havia como prevê-la?

O Rio de Janeiro tem um aparelho de monitoramento de previsão meteorológica, instalado há apenas um mês, a cerca de 200 quilômetros da Região Serrana do Rio. Segundo o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), ele funcionou, assim como todos os instrumentos utilizados pelo instituto, mas uma falha de comunicação fez com que as informações não fossem corretamente interpretadas.

Desde o dia 4 de janeiro, técnicos do Inmet enviaram dezesseis avisos especiais às unidades estaduais da Defesa Civil alertando para a aproximação de tempestades — cinco deles citavam o Rio de Janeiro. Na manhã do dia 11, o aviso especial número 12 mencionava especificamente a Região Serrana do Rio, além do sul do estado e das cidades do vale do Rio Paraíba. Dizia haver previsão de “ocorrência de chuva moderada a forte com trovoadas e rajadas de vento” e também alertava para o “significativo acumulado de chuvas em todo o estado”. Para um leigo, pode parecer pouco. Mas, entre os especialistas em defesa civil, a sequência de avisos citando o Rio e o detalhamento que incluía a Região Serrana são, ou deveriam ser, informações inequívocas de que haveria chuvas em um nível muito acima do normal. A expressão “significativo acumulado de chuvas”



FELIPE DANZON/SP



CRISTIANO LOPES/AG. O DIA



NO ÚLTIMO MINUTO

O costureiro Wellington Herdy, de 33 anos, foi acordado por estrondos causados pela enxurrada na madrugada de quarta-feira. Pulou da cama e arrastou para fora de casa o irmão, a cunhada e dois sobrinhos pequenos. "Meu irmão não queria sair, mas felizmente eu o convenci a abandonar tudo. Se ele tivesse ficado lá, meus sobrinhos hoje seriam órfãos." Segundos depois, ao virar-se para trás, Herdy viu a avalanche de terra, pedras e detritos devastar o que havia no caminho — casas, carros e animais. "Ainda sinto o cheiro daquela lama que descia pelo morro. Não consegui dormir desde então."



À BEIRA DO PRECÍPICO Mesmo depois da calmaria, moradores de áreas comdenadas recusavam-se a deixar sua casa. Em Teresópolis, a delegacia (acima) converteu-se em necrotério. Em Nova Friburgo (à esq.), a cidade onde houve mais mortos, o centro foi inteiramente destruído. Carros, eletrodomésticos e móveis foram arrastados pelas enchentes por quilômetros

Brasil

denota que as encostas de morros estavam sob alto risco de sofrer deslizamento. Ou seja, os responsáveis pela Defesa Civil estadual do Rio não perceberam a importância da informação recebida. A partir daí, não está claro o que aconteceu: se os técnicos da Defesa deixaram de repassar o aviso aos municípios ou se o fizeram, mas sem o devido alarme.

Hoje, os computadores mais modernos para previsão meteorológica possuem uma resolução de 20 quilômetros. Isso significa que conseguem "enxergar" apenas fenômenos climáticos com extensão maior do que 20 quilômetros. Não é o caso das chuvas localizadas, como algumas das que caíram sobre a Região Serrana do Rio. A partir do próximo ano, essa análise ficará mais precisa — a resolução será de apenas 5 quilômetros. O salto ocorrerá quando o Tupã, um novo computador usado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), passar a ser utilizado efetivamente. Caso ele já estivesse em funcionamento no Rio na semana passada, os institutos meteorológicos poderiam determinar com muito mais precisão os lugares que seriam atingidos pelas chuvas torrenciais. Mas isso não mudaria o tempo máximo de antecedência com que os meteorologistas conseguem rastrear a chegada dos fenômenos. Hoje, essa margem é de até oito horas (leia o texto na pág. 59). Para evitar novos rios de morte, é preciso cobrar o poder público de forma sistemática e implacável. Mas também é necessário avançar na capacidade de prever ocorrências como essa e entender mais profundamente as consequências da interação entre os microclimas e as condições climáticas globais, com todas as alterações que elas têm sofrido.

A tragédia do Rio vem lembrar que as conquistas da civilização, especialmente nos trópicos, são frágeis — tão frágeis como uma camada de terra sobre a rocha. E, como ela, podem se dissolver de um instante para o outro diante da força da natureza, da inação política e das limitações humanas. ■

COM REPORTAGEM DE HELENA BORGES,
ADRIANA DIAS LOPES, LAURA MINGO,
CAROLINA ROMANINI E FERNANDD MELLO



MOMENTO DE ALÍVIO

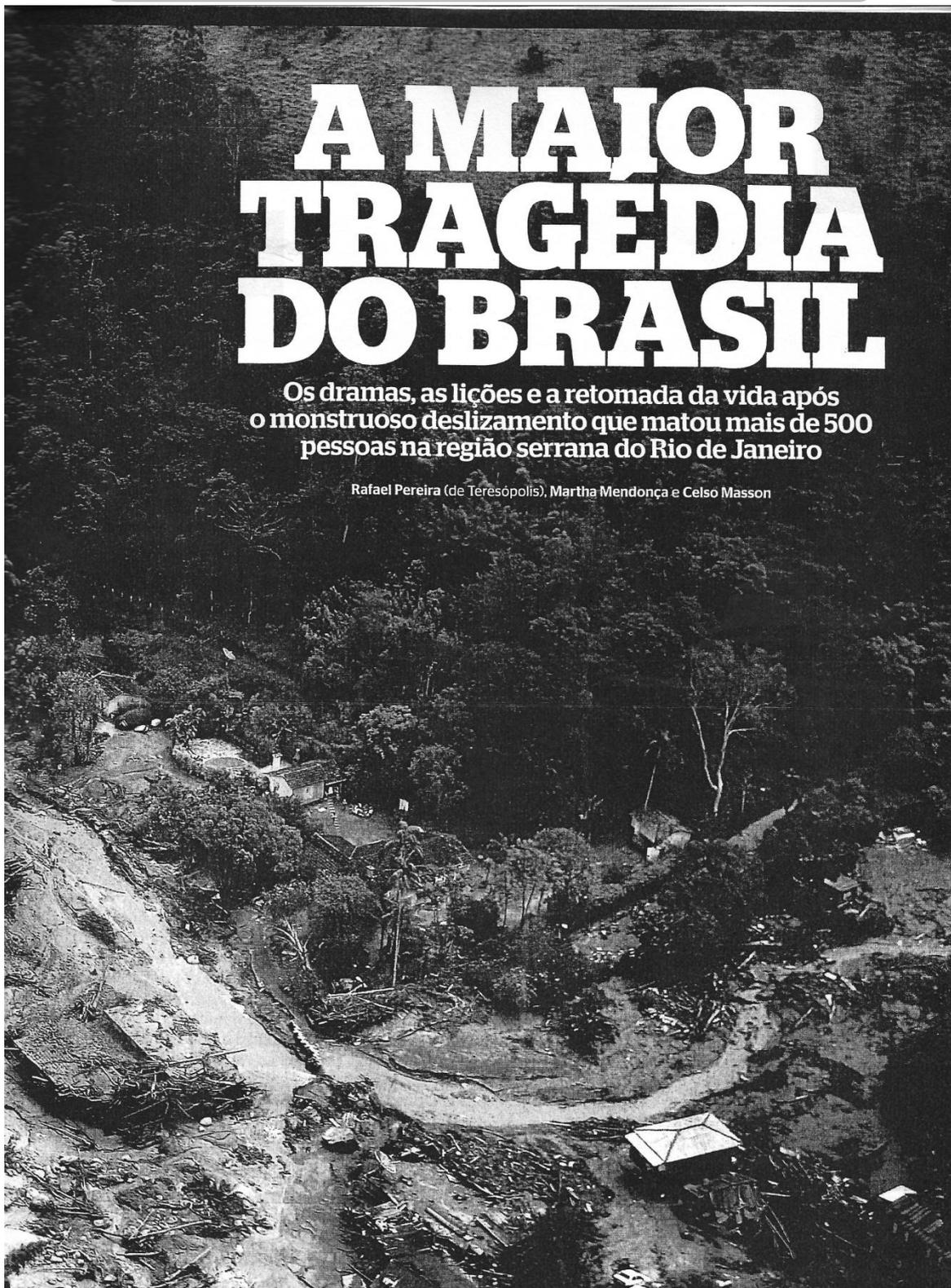
O bebê Nicolas da Silva Guimarães é resgatado após passar quinze horas agarrado ao pai sob os escombros do prédio onde moravam, em Nova Friburgo. Em Tevesópolis, 180 vítimas da catástrofe tiveram de ser sepultadas em cova rasa no cemitério municipal



A MAIOR TRAGÉDIA DO BRASIL

Os dramas, as lições e a retomada da vida após
o monstruoso deslizamento que matou mais de 500
pessoas na região serrana do Rio de Janeiro

Rafael Pereira (de Teresópolis), Martha Mendonça e Celso Masson



“É

lá que está brotando corpo”, dizia a guarda municipal em Teresópolis, apontando para os bairros da Posse e de Campo Grande. Ela tentava, com o apito, controlar o trânsito dos carros numa rua que quase não existe mais. Não havia nervosismo em sua voz. E os carros andavam lentos como numa cidade fantasma. Como o dos quase 670 mil habitantes da região serrana do Rio de Janeiro – e um pouco como o de cada um de nós na semana que passou –, o rosto da guarda era uma máscara de tristeza, os olhos velados por dias e noites de perplexidade desde a tragédia da madrugada da quarta-feira. Em mês de verão e férias escolares, quando muitos correm para as cidades montanhosas de Teresópolis, Nova Friburgo e Petrópolis em busca de temperaturas mais amenas e banhos de rio num cenário de montanhas magníficas, tudo virou lama, destruição e desespero. Foi o maior desastre natural do país. A contagem de mortos chegava a 537 até a noite da sexta-feira.

A água que caiu do céu em trombas raivosas produziu um cenário que se assemelha às devastações provocadas por terremotos e furacões. Em frente às janelas das casas que resistiram, o que antes era rua tornou-se rio caudaloso, e por ali, segundo relatos de sobreviventes traumatizados, passaram corpos, bichos, pedras, geladeiras, carros, igualados na vulnerabilidade diante de cachoeiras descendo a 100 quilômetros por hora. Tudo era levado pela correnteza. Na escuridão, ouviam-se gritos. Muitos morreram afogados.

No bairro de Campo Grande, em Teresópolis, a tragédia irrompeu na madrugada da quarta-feira. Richard Davidson, de 25 anos, despertou com gritos de vizinhos. Estava no 2º andar da casa que dividia com a avó. Percebeu que não havia luz e

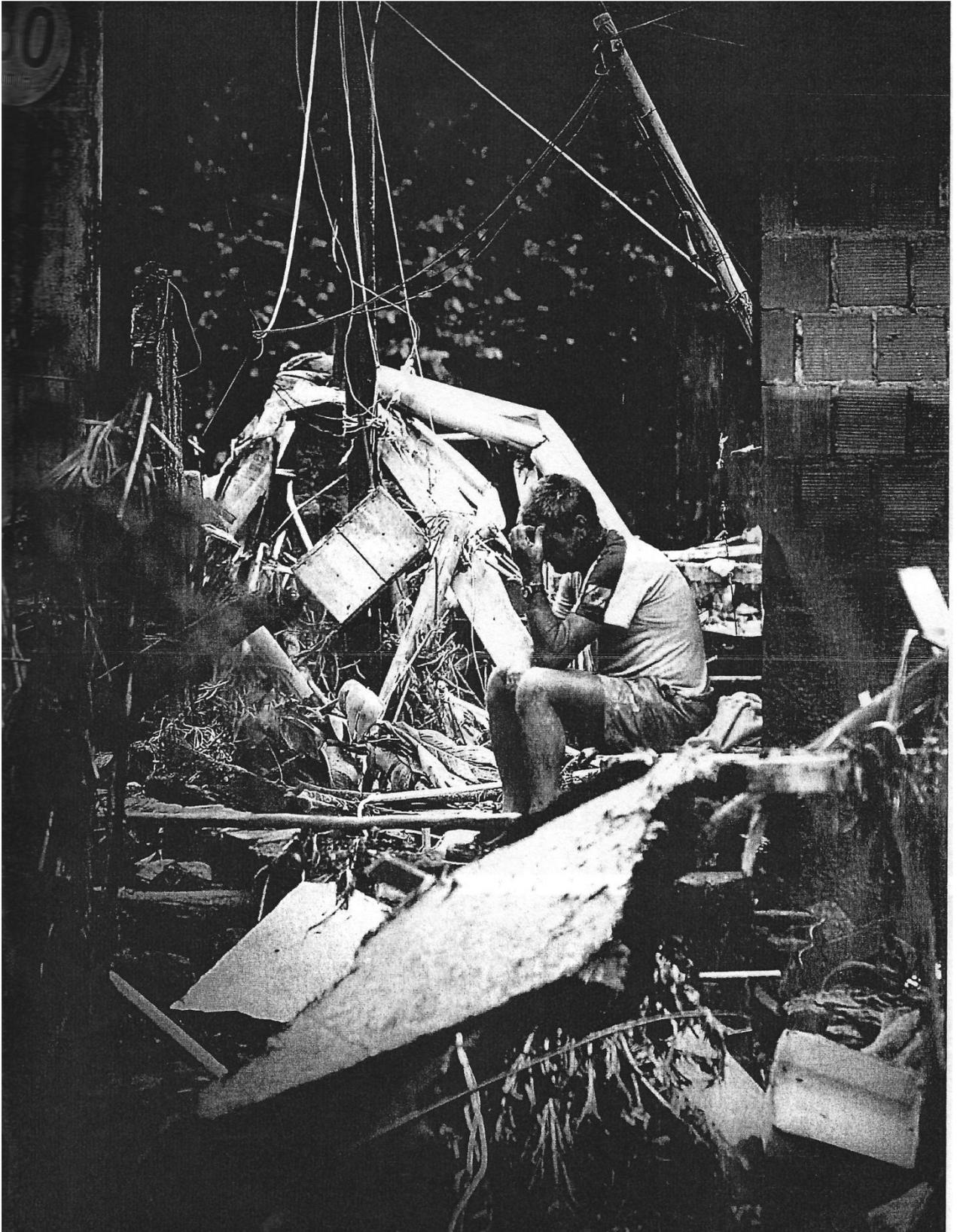
pegou uma lanterna. “De repente, tudo começou a tremer debaixo de meus pés”, diz. “Quando dei por mim, estava debaixo de um monte de entulho e lama.” Márcio Lopes, de 30 anos, acordou com o estrondo e foi até a janela. Viu que o rio estava correndo na rua e gritou para alertar a mulher. Era hora de tentar se salvar. “De repente começaram a descer pedra, madeira e muitas pessoas levadas pela correnteza”, diz Márcio. Richard conseguiu se livrar dos entulhos e ajudou a salvar vizinhos. Márcio salvou a mulher e a mãe. O pai foi levado pelas águas.

Assim que começou a clarear, outro morador, Marco Antônio Siqueira, saiu do bairro da Posse em direção a Campo Grande. “Vi corpos na calçada, presos em galhos de árvores que a enxurrada trouxe,

em todos os lugares”, diz. Com água na cintura, andou até a casa do irmão. O 2º andar já havia sido invadido pelas águas. Não havia ninguém com vida ali. Dois dias depois, Marco Antônio estava no IML improvisado no centro de Teresópolis, reconhecendo a última das vítimas de sua família a ser encontrada. Era a sobrinha mais nova, Raiane, de 6 anos.

A montanha de lama que carregou famílias inteiras tomou o bairro da Posse, na parte baixa do relevo. O pedreiro Joaci Rabello, de 65 anos, viu a água chegar a sua cintura rapidamente e correu às casas vizinhas, onde moravam seu irmão, seu sobrinho e suas respectivas mulheres. A casa do sobrinho de Joaci foi a primeira das três construções vizinhas a desabar. Todos correram para a casa do meio, de seu irmão, cadeirante, que tem uma perna amputada e metade do corpo paralisado por um derrame. Quando a água chegou à altura do peito, os homens quebraram as telhas e montaram uma espécie de banca. “A gente só fazia rezar para a água não levar a casa”, disse Joaci. Foram quase três horas de espera no telhado, com chuva em um breu quase absoluto. A única luz era a dos raios. “Eu só estava preocupado que não enchesse mais, porque eu teria de deixar meu irmão para trás”, afirma Joaci que interrompe a entrevista para chorar. “Sempre que penso nisso, na decisão que eu teria de tomar... Seria impossível levá-lo comigo”, diz. O dia amanheceu e a água baixou. Os seis foram resgatados com a ajuda dos vizinhos. “Eles jogaram uma corda e fomos passando, um por um.” Na sexta-feira, Joaci estava com uma ▶

DESOLAMENTO
O pedreiro Joaci Rabello, que conseguiu salvar toda a família. Ele diz que vai refazer a casa, quase reduzida a escombros



BRASIL CHUVAS

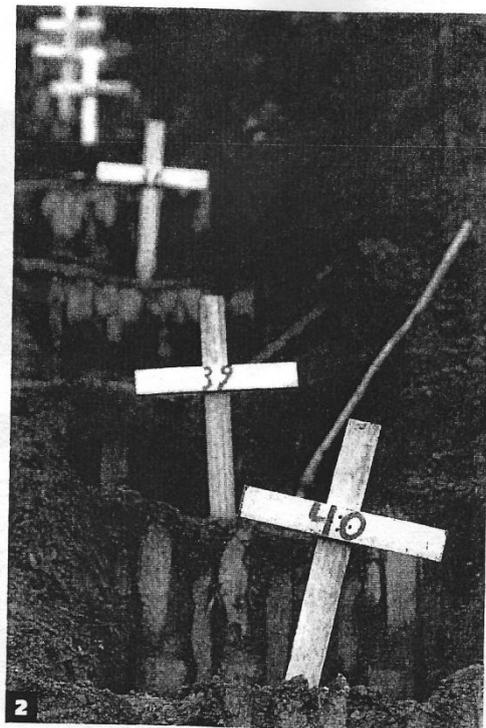
vassoura, varrendo a terra da entrada da casa quase em escombros. “Graças a Deus não morreu ninguém da minha família. Construí esta casa com meu pai, também pedreiro. Agora vou fazer de novo.”

Mais que reerguer o que a água arrastou, os sobreviventes da tragédia agora terão de refazer suas vidas, muitos deles a partir do zero. O deslizamento foi um dos dez piores do mundo segundo as Nações Unidas, que desde 1900 fazem um levantamento das catástrofes. Na comparação com outros desastres naturais ocorridos no Brasil, o da semana passada superou o recorde de mortos. E consternou o país. Em Salvador, na Bahia, as vítimas da tragédia foram homenageadas pelos fiéis que comemoravam o dia do Senhor do Bonfim. Houve um minuto de silêncio e uma oração. Além da fé, a tragédia trouxe a solidariedade. Até a manhã da sexta-feira, havia mais de 60 toneladas de doativos. Houve também a selvageria de quem luta para sobreviver depois de ter perdido tudo. Foram registrados saques a casas de luxo, pousadas, lojas e supermercados.

Ante uma catástrofe dessa envergadura, é natural que se busquem culpados. Os principais candidatos são – como sempre – a natureza, com uma chuva intensa numa área restrita (o que conferiu às águas força descomunal), os políticos de variados governos, que falharam nos esforços de prevenção, e a própria população, ricos e pobres, que ocupou áreas irregulares ou de risco. Nenhuma dessas razões é totalmente nova. De modo geral, são os componentes de tragédias que se repetem a cada verão no Sudeste do país. Por isso, faz sentido afirmar que a questão das enchentes e dos deslizamentos seja tratada com a mesma urgência e o mesmo rigor que o governo do Rio de Janeiro passou a usar no combate ao narcotráfico (*leia mais na coluna Nossa Antena, pág. 98*).

“O Brasil precisa se conscientizar de que catástrofes também acontecem aqui e, por isso, é necessário criar uma estrutura de suporte e um esquema de treinamento da população em áreas vulneráveis em certos períodos do ano”, diz o subsecretário do Meio Ambiente do Rio de Janeiro, Luiz Firmino. Para ele, a população deveria ser treinada para, no momento em que tocasse uma sirene ligada a um sistema de alerta, deixar suas casas e ir para um abrigo predeterminado. Como já ocorre em regiões sujeitas a terremotos, em diversos países. “Precisamos fazer simulações também. Quando chove acima de um





DEVASTAÇÃO SEM PRECEDENTES
 1. Uma rua de Nova Friburgo tomada pela "corrida de lama" que desceu dos morros e soterrou os carros estacionados. 2. Valas abertas para enterrar os mortos no Cemitério Municipal Carlinda Berlim, em Teresópolis. 3. A presidenta Dilma Rousseff e o governador Sérgio Cabral no helicóptero durante o sobrevoo para avaliar as dimensões do desastre. 4. Moradores de Nova Friburgo tentam recolher latas ainda intactas de alimentos que foram dispensadas por comerciantes. 5. Em Teresópolis, parentes e amigos de vítimas se aglomeram na porta do Instituto Médico-Legal para reconhecer os corpos retirados dos escombros.



Fotos: Pedro Kirillos/Ag. O Globo, Roberto Stuckert Filho/PR, Rafael Andrade/Folhapress, Wilton Junior/AE e Domingos Peixoto/Ag. O Globo

certo volume, é preciso agir como quem está diante de uma ameaça real, em vez de esperar pelas consequências."

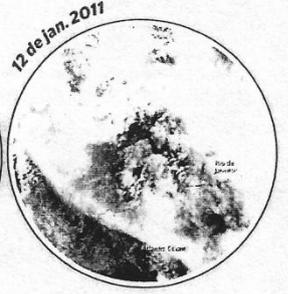
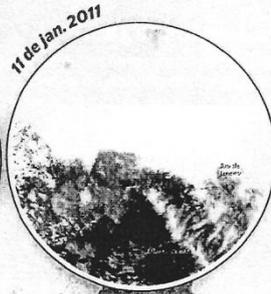
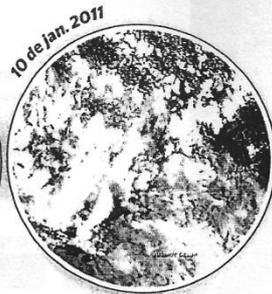
Na semana passada, ficou comprovada a falta de preparo das autoridades para se antecipar a desastres naturais. A previsão de chuva foi captada pelos radares do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), mas repassada de forma vaga pela Secretaria Nacional de Defesa Civil no início da tarde de terça-feira às prefeituras da região serrana, aos bombeiros e à Secretaria Especial de Ordem Pública. O alerta dizia "condições meteorológicas favoráveis à ocorrência de chuvas moderadas ou fortes". Não parece um aviso capaz de justificar uma retirada em massa dos moradores. "Não houve aviso de que poderia haver aquela tragédia", diz o prefeito de Teresópolis, Jorge Mário (PT). Mesmo nas cidades em que o alerta soou, como Nova Friburgo, onde um equipamento monitora o aumento do nível dos rios, a população não foi avisada. "Tem de haver um treinamento prévio para que as pessoas sejam avisadas", afirma o secretário do Meio Ambiente do Rio, Carlos Minc.

Os alertas são apenas um componente da prevenção. Antes deles, é preciso disciplinar a ocupação do solo de forma radical. Como disse a presidenta Dilma Rousseff, que sobrevoou a região com o governador do Rio, Sérgio Cabral, construções irregulares são a regra, e não exceção no país. Ao anunciar a liberação de R\$ 780 milhões emergenciais para ajudar as áreas atingidas, Dilma deixou claro que pretende endereçar a maior parte do dinheiro não para refazer o que se perdeu, e sim para obras de caráter preventivo.

A Proposta de Emenda Constitucional nº 285, de julho de 2008, prevê vincular entre 1% e 2% dos recursos orçamentários da União, dos Estados e municípios a seus Fundos de Habitação de Interesse Social. As moradias seriam tratadas como direito do cidadão. Só nas três cidades mais atingidas pelos deslizamentos há pelo menos 5 mil casas em áreas de risco. O governo do Rio já mapeou os locais onde deveriam ser feitas remoções, mas os moradores conseguem liminares na Justiça para não sair de suas casas. Uma ocupação mais racional das áreas de encosta poderia ter evitado centenas de mortes. Nas próximas páginas, apresentamos as principais causas da tragédia, alguns dramas que chocaram o país e o que especialistas recomendam para evitar que isso se repita.

BRASIL CHUVAS

Imagens de satélite da Nasa mostram a trajetória das nuvens na região do Rio



A origem da tragédia

A combinação de chuvas fortes, ocupação irregular e descaso do poder público resultou na maior catástrofe natural da história do Brasil.

São José do Vale do Rio Preto

Sumidouro

Nova Friburgo

Petrópolis

Rio de Janeiro

50 km

Região serrana

A região afetada pelas chuvas é cortada por dezenas de rios

NÚMEROS

As dimensões do estrago

537

mortos

Nova Friburgo.....	247
Teresópolis.....	231
Petrópolis.....	43
Sumidouro.....	16
São José do Vale.....	4

7.780

desalojados

Petrópolis.....	3.600
Nova Friburgo.....	3.220
Teresópolis.....	960

6.050

desabrigados

Petrópolis.....	2.800
Nova Friburgo.....	1.970
Teresópolis.....	1.280

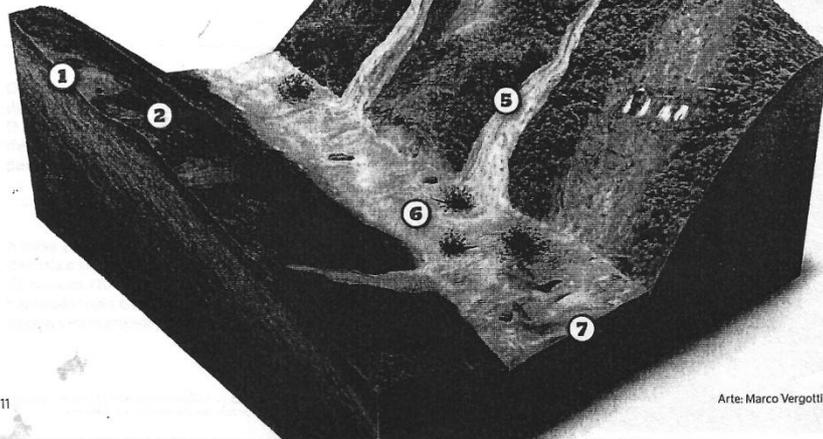
(1) Os números foram atualizados até as 19h30 do dia 14 de janeiro.
Fontes: governo do RJ

Um grande tsunami

Como a região serrana, formada por uma cadeia de montanhas íngremes, se comportou diante das chuvas

1 O morro é composto de duas grandes camadas: na superfície, uma faixa pouco espessa de solo misturado a blocos de rocha; abaixo, um lajedo maciço de rochas quase impermeável

2 Com as chuvas, a água satura a camada de terra. Incapaz de penetrar a rocha, fica acumulada



3 Forma-se uma espessa camada de lama entre uma e outra camada, que escorre morro abaixo ininterruptamente

4 A primeira camada faz pressão sobre a segunda. Com a declividade acentuada, o solo se desprende da rocha e desliza

5 Água e lama correm em alta velocidade até os vales. Eles se tornam depósitos de água e detrito

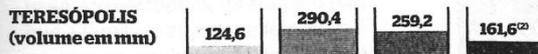
6 Depois de uma sucessão de deslizamentos, os pequenos riachos dos vales se transformam em rios caudalosos, com força bruta

7 No Vale do Cuicabá, próximo a Petrópolis, o rio subiu 6 metros a velocidade da água chegou a 80 km/h

Fontes: Rodrigo Santos, ex-coordenador de planejamento e gestão do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), e M. Ehrlich, professor de geotécnica da COPPE

CHOVEU DEMAIS?

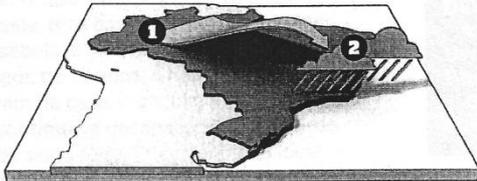
Há 45 anos não caía tanta água na região serrana. Em 24 horas, choveu o esperado para 25 dias em Nova Friburgo



(1) Em dezembro de 1966 (2) Em janeiro de 1961. Fonte: Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet)

COMO AS NUVENS SE FORMAM

O fenômeno responsável pelas chuvas intensas na região serrana é a zona de convergência do Atlântico Sul. É normal no verão. Segundo os meteorologistas, ainda não há uma relação entre a água que desabou no Rio e o La Niña, responsável por esfriar o Oceano Pacífico na altura do Equador



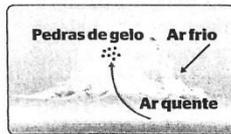
1 Uma concentração de nuvens formadas no sul da Bacia Amazônica se desloca pelo Centro-Oeste até o Sudeste, onde encontra um sistema de bloqueio

2 A evaporação em regiões montanhosas é grande, o que ajuda a engordar as nuvens recém-chegadas

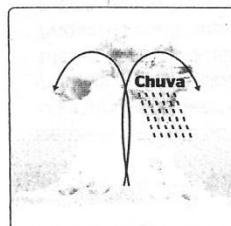
Como nasce uma tempestade



As nuvens (cúmulos-nimbos) se formam da evaporação em superfícies úmidas. As gotículas de vapor, mais quentes que o ar ao redor, tendem a subir em grande velocidade



O vento úmido chega a camadas geladas da alta atmosfera. O frio faz com que as gotículas de vapor se condensem e virem pedras de gelo ou flocos de neve



A neve e o gelo ficam pesados demais e se precipitam no interior da nuvem. Quando chegam às camadas mais baixas, se fundem e viram chuva pesada

Fotos: arq./AE (2), Custodio Coimbra / Ag. O Globo, Fernando Quevedo / Ag. O Globo e Guga Matos, JC Imagem/AE

Anos de desastre

Os deslizamentos e as enchentes que marcaram a história

Janeiro de 1967 | RJ, SP e Guanabara

Enchentes e deslizamentos de terra mataram 785 pessoas em São Paulo e no Rio de Janeiro. O Vale do Anhangabaú, na capital paulista, ficou encoberto pela água



Março de 1967 | Caraguatatuba (SP)

A cidade foi vítima de uma avalanche causada pelas chuvas na Serra do Mar. Toneladas de lama invadiram as ruas da cidade, causando a morte de 436 pessoas



Novembro de 2003 | Vale do Itajaí (SC)

A cidade de Itajaí teve 85% de sua área inundada. Outros 14 municípios sofreram com enchentes e deslizamentos, num total de 135 mortes e 34 mil desalojados

Dezembro de 2009 | Belo Horizonte (MG)

Um mar de lama invadiu a garagem de um prédio na capital mineira. O edifício foi interditado e mais de 40 famílias tiveram de deixar o local



Janeiro de 2010 | Angra dos Reis e Ilha Grande (RJ)

Uma avalanche desabou sobre uma pousada e casas de caixaras de Ilha Grande na madrugada do primeiro dia do ano. As chuvas também provocaram deslizamentos no centro de Angra dos Reis. Foram 53 mortes e 1.230 famílias desabrigadas

Abril de 2010 | Niterói (RJ)

Um deslizamento no Morro do Bumba soterrou dezenas de casas. Uma comunidade desapareceu e 168 pessoas morreram



Junho de 2010 | Alagoas e Pernambuco

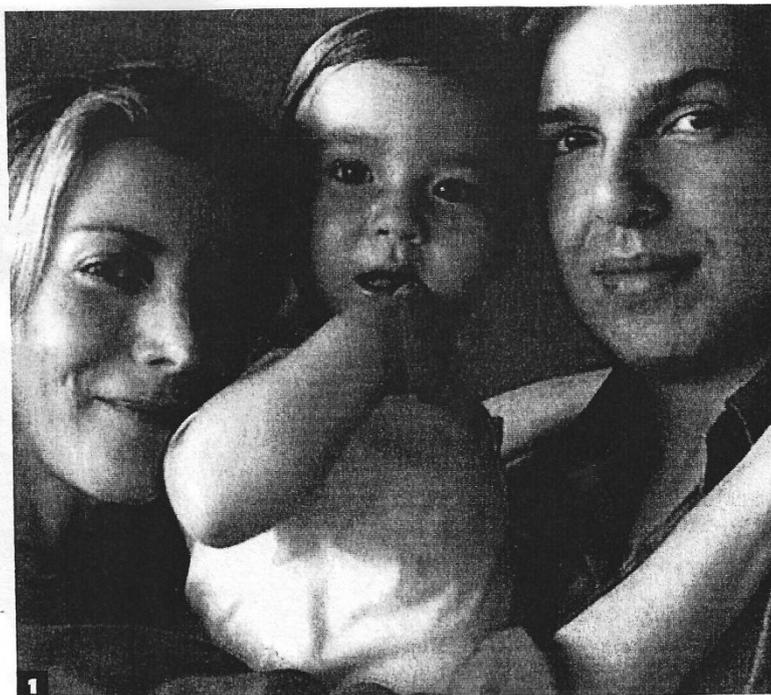
As chuvas de junho levaram destruição a dezenas de cidades do interior de Alagoas e de Pernambuco. Quase 50 mil pessoas ficaram desalojadas. Outras 53 morreram. Houve surtos de diarreia e leptospirose na região



Uma família dizimada pela chuva

A festa era para celebrar a vida, mas terminou com 14 mortes. O sítio no Vale do Cuiabá, região nobre de Itaipava, em Petrópolis, foi alugado para que a família e alguns amigos comemorassem o aniversário do empresário Armando Erick de Carvalho, ex-diretor da seguradora Atlântica Boavista. Na madrugada da quarta-feira, com as chuvas, um rio transbordou, invadiu a casa, derrubou paredes e matou o homenageado e parte de seus parentes. Morreram sua mulher, Kitty, a filha, Daniela Conolly, estilista de 39 anos, o marido dela, Alexandre França, e o filho do casal, João Gabriel, de 2. Erick Conolly, filho de Carvalho e executivo do grupo Icatu, não estava mais na festa, mas havia deixado lá a mulher, Isabela, e os quatro filhos. Dois deles, Igor, de 10 anos, e Nina, de 8, morreram na casa. O caçula, Axl, de 2 anos, continuava desaparecido até a tarde da sexta-feira. Erick voltou ao local de helicóptero e conseguiu resgatar com vida a mulher, Isabela, e a filha mais velha, Laila, de 14 anos, além do sogro. As duas foram internadas num hospital do Rio, em estado de choque. A família alugara o sítio, que pertence ao empresário Antônio Alberto Gouvêa Vieira, no início de dezembro. Na manhã da sexta-feira, no enterro de 11 das 14 pessoas da família no cemitério do Jardim da Saudade, no Rio, Erick Conolly chorava silenciosamente. Estava ali, sob o calor de 40 graus, para sepultar os pais, dois filhos, a irmã, o cunhado, o sobrinho, a sogra e outros parentes da mulher. O enterro foi dividido em quatro etapas. A pergunta que ecoava era: "Como o Erick aguenta?". Com pequenos intervalos para beber água e lavar o rosto, ele parecia firme. Até que desabou. Foi preciso achar uma cadeira para que pudesse acompanhar o final da cerimônia. Houve homenagens à estilista Daniela Conolly, irmã de Erick, durante o Fashion Business, que aconteceu na semana passada no Rio de Janeiro.

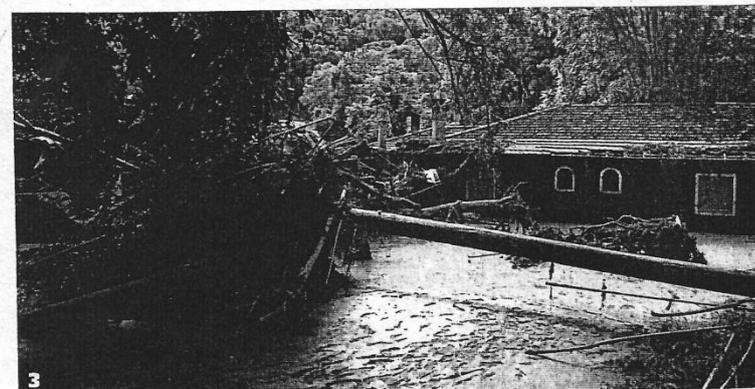
32 > ÉPOCA, 17 de janeiro de 2011

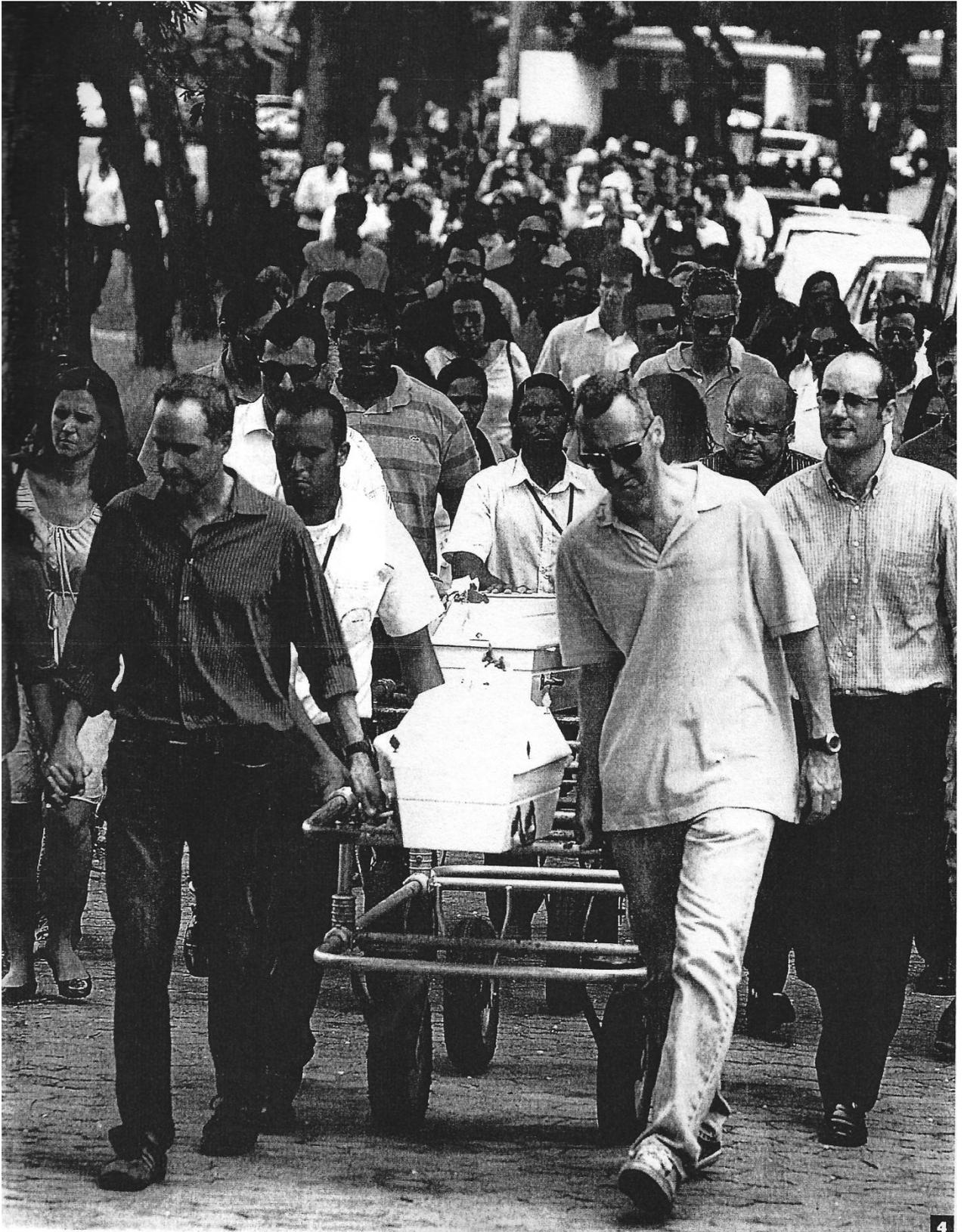


DEVASTADOS

A estilista Daniela Conolly com o marido, Alexandre França, e o filho do casal, João Gabriel. Os três morreram junto com familiares que haviam alugado um sítio no Vale do Cuiabá, em Petrópolis. Uma pousada da região, antes de ser invadida pelas águas.

O mesmo lugar, depois da destruição das chuvas. O enterro de 11 membros da família Erick Conolly (na foto à direita, de óculos escuros e camisa polo azul-clara) mortos na tragédia.





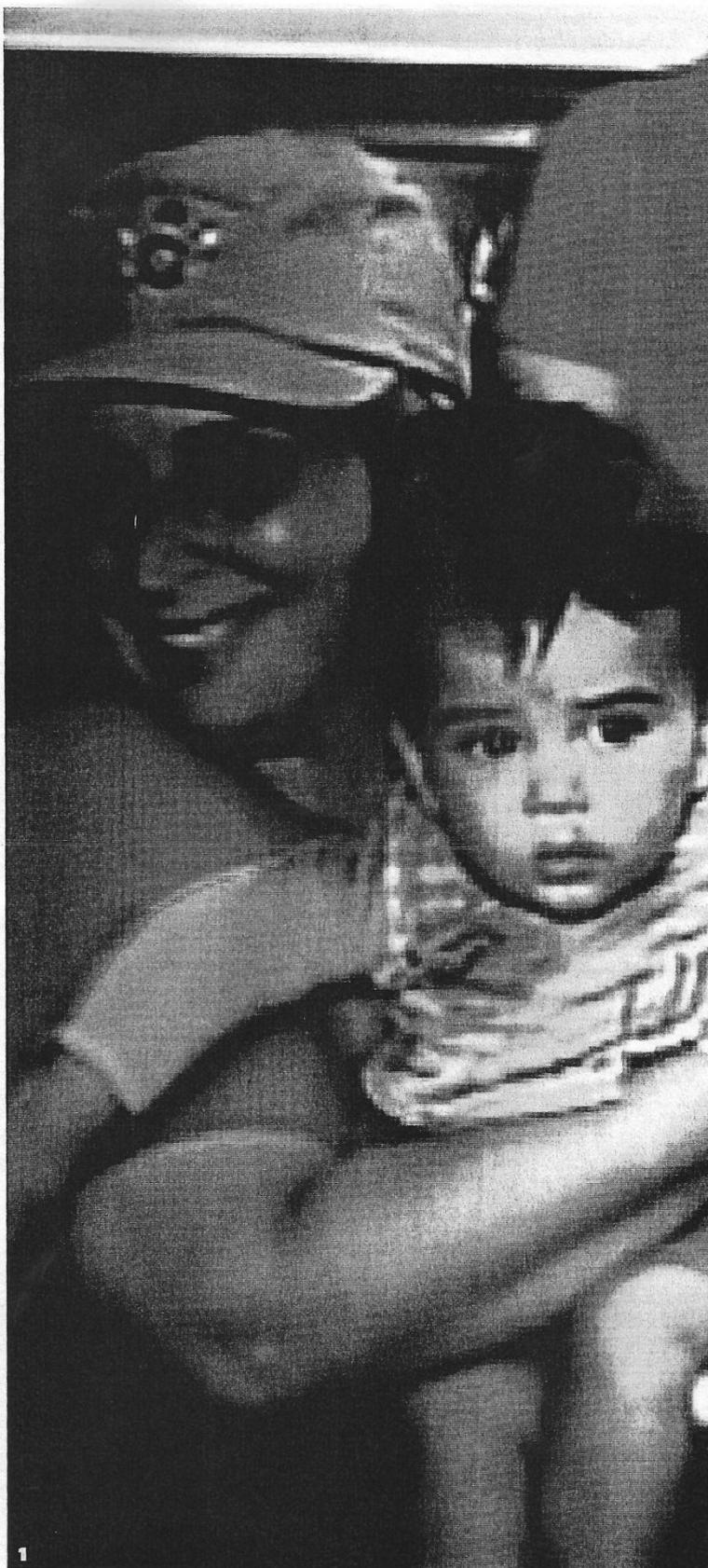
Uma esperança em meio às aflições

Pode ser impreciso, mas não há palavra melhor que milagre para descrever o acontecimento. Na noite da quarta-feira, em Nova Friburgo, o resgate do pequeno Nicolas, de apenas 6 meses, comoveu quem estava no local e deu esperanças a quem acompanhava as imagens da tragédia pela televisão. Os bombeiros vibraram quando conseguiram retirar o bebê dos escombros – um desfecho emocionante para um resgate que durou quatro horas. Nicolas sobreviveu abraçado ao pai, Wellington da Silva Guimarães, de 25 anos. Ambos ficaram 15 horas sob o que restou da própria casa, destruída. O pai foi salvo meia hora depois de Nicolas. O avô do menino, Ademilson Guimarães, chorou e agradeceu a Deus pelo milagre. “Agradeço a Deus, não estou acreditando”, disse. O bebê saiu sem arranhões e, de forma surpreendente, não chorou em nenhum momento. Os corpos da mãe e da avó de Nicolas, que também estavam na casa, foram encontrados na manhã da quinta-feira. Em Teresópolis, 1.200 desabrigados se instalaram no ginásio de esportes, nos prédios de três escolas e até no galpão de uma cervejaria. O trabalho de identificação dos corpos desafiou a estrutura do Instituto Médico-Legal (IML) da cidade. Feito para receber até dez corpos por mês, o IML ficou abarrotado com 175 cadáveres, que precisaram ser acomodados num caminhão frigorífico. Parentes tentavam identificar os corpos olhando fotografias, em mais um capítulo do drama.

VIDAS QUE SEGUEM

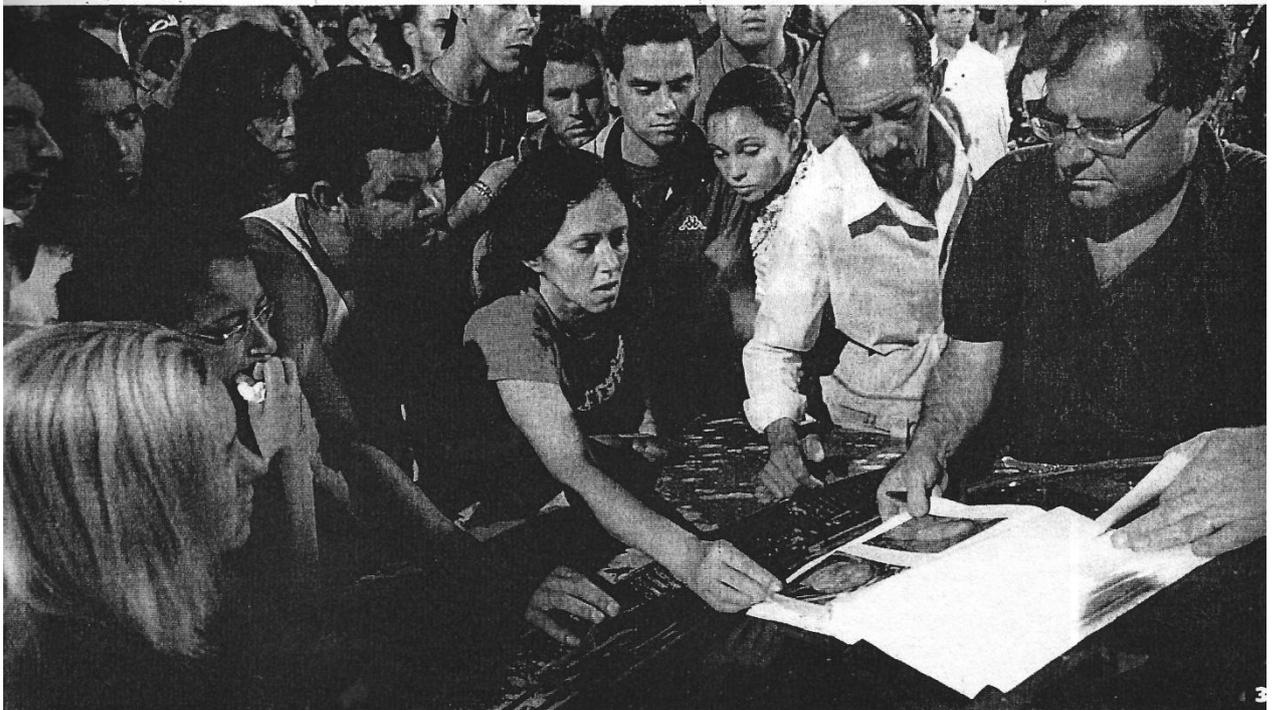
O bebê Nicolas ao ser resgatado por bombeiros depois de 15 horas sob os escombros. Ele sobreviveu abraçado ao pai, mas perdeu a mãe e a avó

O ginásio de esportes de Teresópolis, transformado em abrigo para quem teve de deixar suas casas. Familiares de quem desapareceu tentam identificar os corpos por meio de fotos





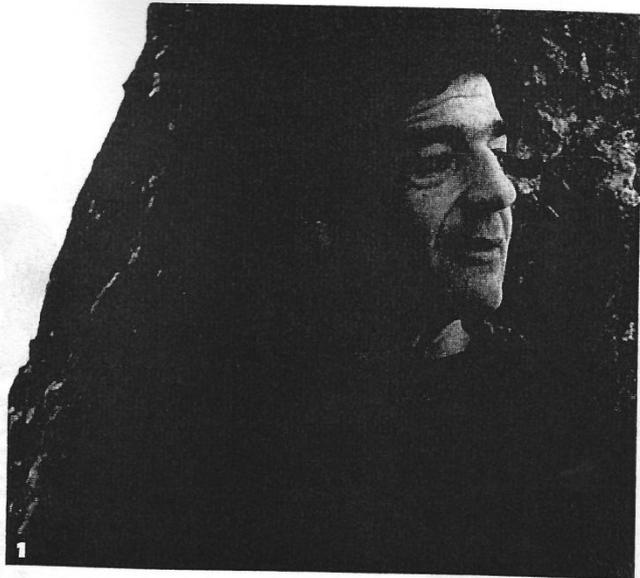
2



3

O drama dos resgates quase impossíveis

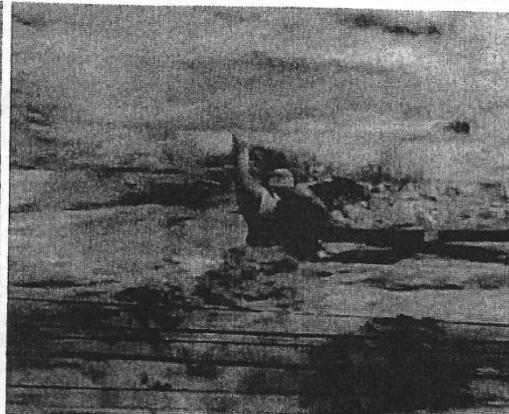
Eram 4 da madrugada da quarta-feira quando o músico George Israel, saxofonista do Kid Abelha, recebeu uma ligação do filho, Leonardo, de 15 anos. O adolescente e a irmã, Catarina, de 11, estavam na casa da família, no condomínio Fazenda da Paz, no bairro da Posse, em Teresópolis. Além deles, estavam na casa primos e uma tia, mãe de um bebê. A água já invadira todo o 1º andar, e eles não tinham como sair. Israel alugou um helicóptero. Quando chegou, na manhã da quarta-feira, a água já atingia o 2º andar. A família estava sem luz e enlameada. Todos foram salvos. Além de helicópteros particulares, foram usados seis aparelhos da Marinha e do governo do Estado nos resgates. No caso da dona de casa Ilair Pereira de Souza, de 53 anos, de São José do Vale do Rio Preto, o resgate foi feito no braço. Na manhã da quarta-feira, ela acabou ilhada na parte mais alta de sua casa, que foi sendo desmanchada como papel pela força das águas. As imagens assustadoras foram registradas pela televisão. "Pensei que ia morrer. Pedi a Deus que não me deixassem ali", disse ela. O vizinho Daniel Lopes lançou uma corda, ela agarrou-a e saltou valentemente na corredeira, tentando levar um cachorro. "Eu me agarrei como nunca na corda." O cão foi levado. Ela salvou-se.



SOBREVIVENTES

George Israel, o músico do Kid Abelha que alugou um helicóptero para resgatar a família em Teresópolis. Ilair de Souza, que se agarrou a uma corda lançada pelo vizinho para sobreviver.

Daniel, que teve seu dia de herói ao salvar dona Ilair da enxurrada. A sequência de imagens que mostra o resgate enquanto as águas destruíam a casa em São José do Vale do Rio Preto. Ela só não salvou seu cão. Uma equipe de salvamento carrega um sobrevivente.



9

causas da tragédia e o que fazer para evitar sua repetição

Especialistas apontam os fatores que contribuíram para ampliar as proporções do desastre e as ações preventivas que precisam ser adotadas com urgência

Aline Ribeiro, Maurício Meireles e Leopoldo Mateus

1. O que transformou uma chuva comum no verão em uma catástrofe?

Um acúmulo de umidade ronda os morros da região serrana do Rio de Janeiro. Seu nome: Zona de Convergência do Atlântico Sul. É uma concentração de nuvens que sai do sul da Amazônia, passa pelo Centro-Oeste, chega ao Sudeste e se move para o oceano. Ela ocorre nos meses quentes, entre outubro e março, e ajuda a formar a umidade dos verões. “Uma das principais características desse fenômeno é a longa permanência”, afirma Gustavo Escobar, coordenador do grupo de previsão de tempo do Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC). “Ele chega a ficar até cinco dias em uma mesma região.” Na semana passada, o fenômeno provocou um volume de chuva anormal. Num período de 24 horas, entre a terça e a quarta-feira, 182,8 milímetros de água caíram sobre Nova Friburgo – quase o total esperado para janeiro. E um volume de 124,6 milímetros castigou Teresópolis. Petrópolis não tem estação de medição. O volume de chuvas na região durante a madrugada da quarta-feira só perde para

um recorde registrado há 45 anos. “Áreas que não seriam tecnicamente mapeadas como sendo de risco foram totalmente destruídas pela força das águas”, afirma Luiz Firmino, presidente do Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro (Inea). “Houve escorregamentos de terra até em áreas intactas do Parque dos Três Picos, semelhantes ao que aconteceu com a pousada Sankay, no ano passado, na Ilha Grande.”

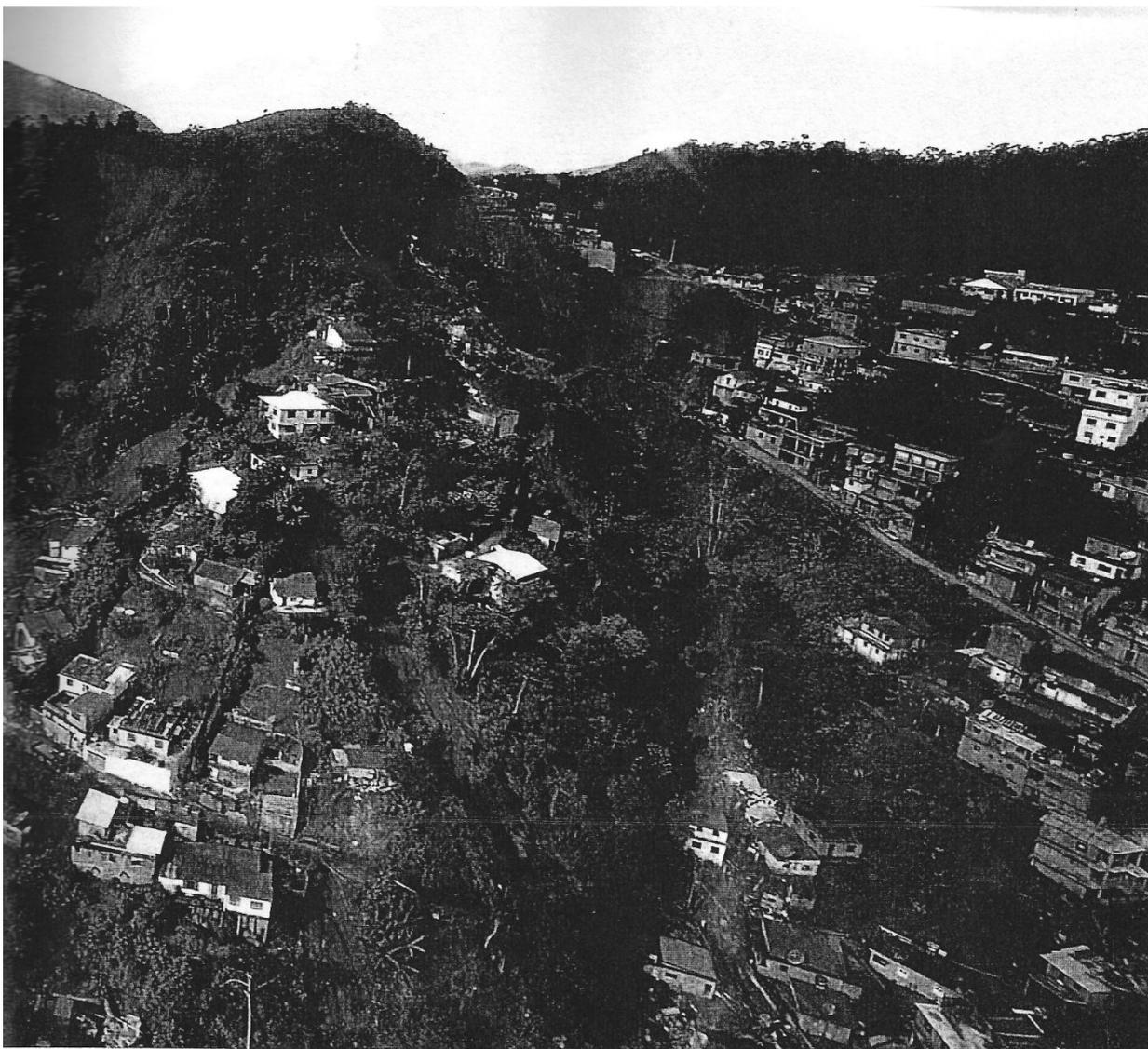
2. Como as características do solo influenciaram o desastre?

A explicação para a tragédia não se restringe apenas à quantidade de chuvas ou à geografia dos morros. Ela remonta à ocupação das áreas urbanas no Brasil. Durante a formação das cidades, pouco se respeitou o funcionamento natural do solo. As margens dos rios, responsáveis pela absorção da chuva, foram cimentadas. Os rios que corriam sinuosos viraram canais retos, pistas de corrida para as águas deslizarem com velocidade. Na região serrana, muitas construções recortam as encostas dos morros. Sem floresta



OCUPAÇÃO

Construções na encosta de um morro onde houve deslizamentos na região serrana do Rio. Organizar o uso do solo é fundamental para reduzir o impacto da intervenção humana sobre a natureza



nativa para fixar a terra às camadas de rocha, o solo fica mais frágil. Quando vem a chuva, ele não consegue absorver a água e arma a avalanche. “A região da Serra do Mar não é para ser ocupada”, afirma o geólogo Álvaro Rodrigues dos Santos, ex-diretor de planejamento e gestão do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT). “Mas as ocupações continuam aumentando sem nenhum rigor técnico.”

Durante as últimas chuvas, a região serrana do Rio registrou um fenômeno parecido com o ocorrido em Angra dos Reis, mas com uma sutileza – além dos deslizamentos, houve o que os especialistas chamam de corrida de lama. A água arrastou

detritos das montanhas para os rios dos fundos dos vales. O que eram pequenos riachos se transformaram subitamente em rios caudalosos que arrastaram o que havia pela frente. Em Petrópolis, o Rio Santo Antônio subiu quase 6 metros. A velocidade das águas chegou a 80 quilômetros por hora. “A tromba-d’água de uma corrida de lama forma uma avalanche com poder de destruição tremendo”, diz Santos.

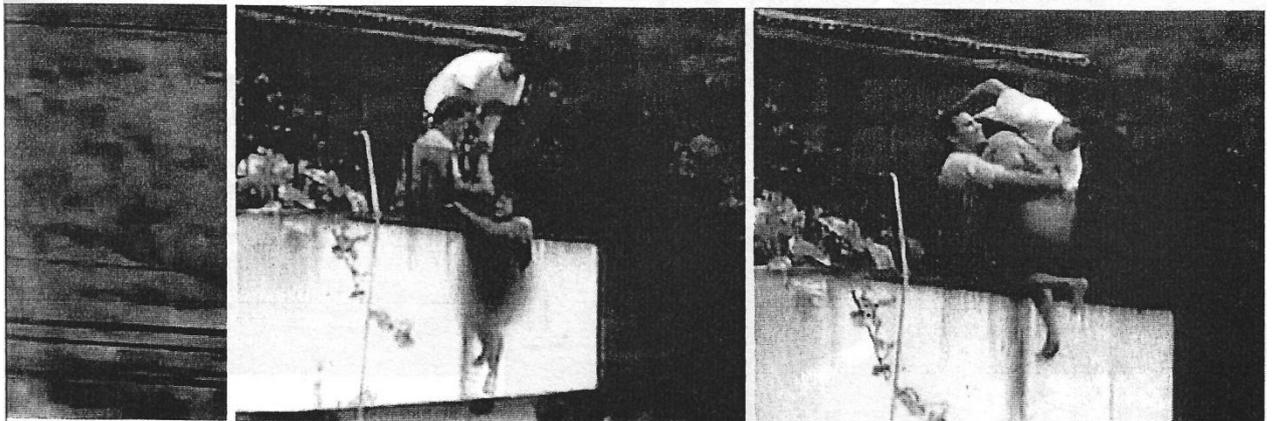
3. Um sistema de alertas mais eficaz teria poupado vidas?

Das cidades serranas atingidas, apenas Nova Friburgo conta com um sistema de medição pluviométrica capaz de pôr

em alerta a Defesa Civil. Ainda assim, o alarme só foi disparado quando os rios já estavam transbordando e não havia tempo de evacuar a população em área de risco. Mesmo zonas consideradas seguras, como o centro da cidade, viraram cenário de destruição, como se tivessem passado por um terremoto. “Famílias que vivem ali há um século jamais tinham testemunhado coisa parecida”, diz Luiz Firmino. Para evitar futuras tragédias, é preciso contar com um sistema que, além de prever, possa avisar as pessoas para deixar áreas de risco a tempo. O Japão tem uma tecnologia que detecta tremores e lança alertas contra terremotos. ►

Foto: Marino Azevedo/AFP

17 de janeiro de 2011. ÉPOCA > 41



Fotos: Mônica Imbuzeiro/Ag. O Globo e Vanderlei Almeida/AFP e reprodução (5)

A bravura encontra a solidariedade

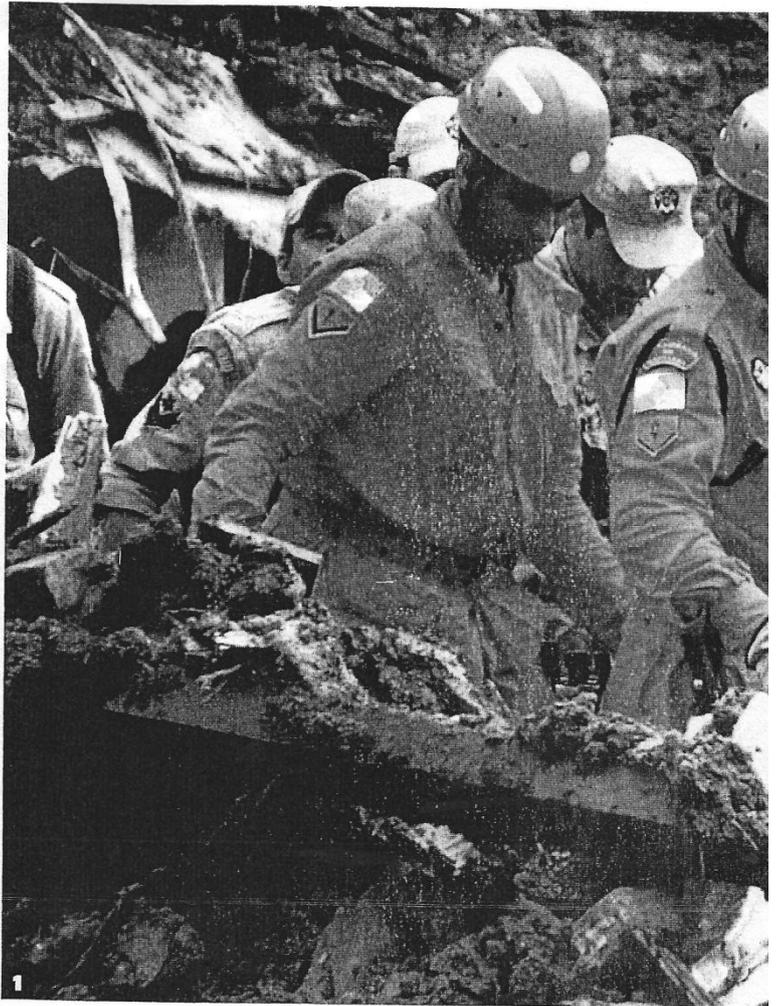
"Não somos heróis", diz o subcomandante do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro, coronel José Paulo Miranda de Queiroz. "Somos capacitados para exercer nossa profissão e sabemos que corremos risco de morte." Na madrugada da terça-feira, três bombeiros morreram em Nova Friburgo, quando se deslocavam para ajudar no salvamento a vítimas. Foram soterrados por uma encosta que deslizou. Muitos mais estão expostos. Quase 600 bombeiros foram acionados para atuar no resgate das vítimas. Além deles, voluntários anônimos tiveram seus dias de heroísmo ao ajudar com poucas ferramentas e muita coragem na busca de sobreviventes. Alguns salvaram pessoas que estavam ilhadas. Outros precisaram remover os corpos de amigos e parentes soterrados. Sem essa determinação, o saldo da enchente poderia ter sido ainda mais dramático. "Para viver em sociedade, o homem aprendeu a criar laços de solidariedade", afirma o psiquiatra Daniel de Barros, da Universidade de São Paulo (USP). O altruísmo, que produz gestos espontâneos de amparo, foi praticado de diferentes maneiras no país. No Rio de Janeiro, postos de coleta de sangue estiveram lotados. Os doadores esperaram mais de duas horas nas filas. Famosos como o ex-tenista Gustavo Kuerten fizeram doações em dinheiro. Pelo Twitter, o jogador Petkovic anunciou a abertura de uma conta bancária voltada para arrecadar fundos que serão doados às vítimas.

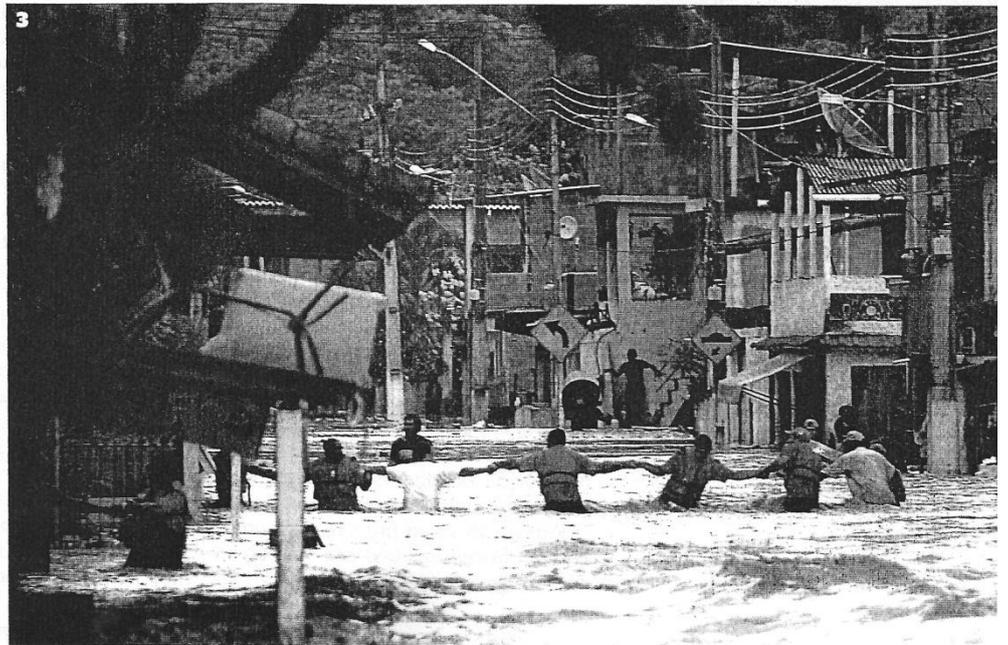
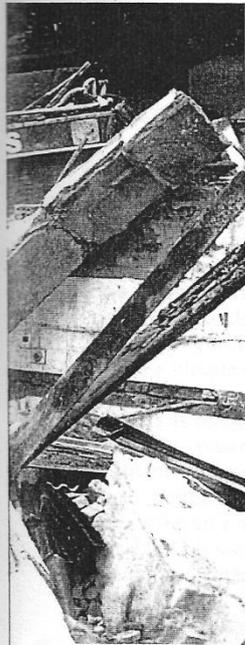
UM TRABALHO DE CORAGEM

Bombeiros retiram o corpo de um dos três colegas mortos na madrugada da terça-feira, em Nova Friburgo

Os três bombeiros morreram quando o veículo em que estavam foi atingido pelo deslizamento de uma encosta

Voluntários auxiliam os bombeiros no Rio Grande, no município de Santa Maria Madalena. Com a ponte destruída, o local ficou isolado





Fotos: Jadsom Marques/Parcelro/Ag. O Globo (2), e Gabriel de Paiva/Ag. O Glo

O aviso chega aos meios de comunicação até 20 segundos antes do abalo. Pode parecer pouco, mas é essencial para que as pessoas consigam se proteger e evitar danos maiores. Os Estados Unidos têm um sistema de previsão e alertas há 200 anos. Hoje, um site avisa a população das cidades sobre nevascas, furacões e outros riscos com até quatro dias de antecedência. “Por causa das mudanças climáticas, a volatilidade do clima está muito maior”, diz Carlos Nobre, chefe de Ciência Terrestre do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). “Uma das consequências é a concentração de águas em um período do ano. Se fosse mais espaçado ao longo do tempo, não causaria tragédias. Por isso é importante contar com um sistema de alerta eficiente.” Desde o dia 28, o órgão conta com um supercomputador para aumentar a precisão das previsões. Custou R\$ 50 milhões e espera-se que ajude a prever com mais eficácia os grandes temporais.

4. Os estragos seriam menores se não houvesse desmatamento nas encostas?

Solos montanhosos já são especialmente vulneráveis, mas, quando existem florestas conservadas, as encostas ficam mais protegidas pela vegetação. Em áreas de escarpas rochosas e solo muito fino, é difícil impedir o estrago. A água encharca o solo e faz com que ele deslize sobre a rocha, montanha abaixo, na forma de lama. No vale, a falta de drenagem, que já é um problema em circunstâncias normais, transforma-se em pesadelo com a descida repentina da lama e das águas. O potencial de destruição é enorme.

5. Como conter a ocupação irregular do solo?

Muitas casas são construídas sem levar em conta a vulnerabilidade do espaço. Por causa da pobreza e da deficiência do sistema de transporte, muitos se sujeitam a morar em áreas de risco. Essas ocupações costumam remover a cobertura vegetal do terreno e bloquear os canais por onde a água escorre. Sem falar na ocupação das planícies às margens de rios, áreas proibidas para construções por inundarem facilmente. Os moradores dessas áreas são as primeiras vítimas das chuvas. “Uma solução é as empresas terem responsabilidade social”, diz Willy Lacerda, engenheiro geotécnico da Coppe/UFRJ.

“Elas deveriam investir em moradias em áreas adequadas para seus funcionários quando se instalam numa certa região.”

6. Há como evitar novas tragédias mesmo sem remover as pessoas que vivem na região?

As chuvas fortes (e devastadoras) de verão não vão deixar de acontecer. Elas fazem parte do ciclo natural do clima – e, com o aquecimento global, deverão ficar ainda mais intensas. A cidade do Rio de Janeiro já começou a se mexer para evitar catástrofes. A Fundação Instituto de Geotécnica (Geo-Rio) terminou no final do ano passado um mapeamento dos imóveis em situação de risco da cidade. É um levantamento inédito. As autoridades agora sabem onde está cada uma das 21 mil casas em solos frágeis passíveis de desabar. É o primeiro passo para agir. A cidade também comprou um radar capaz de prever tempestades com antecedência de uma hora. O tempo é curto, mas pode ser suficiente para os moradores de áreas de risco deixarem suas casas. Orçado em R\$ 2,5 milhões, o equipamento vai servir a região metropolitana do Rio. O Estado ainda não tem nada parecido.

O governo do Estado também quer fazer um mapa das áreas de risco. Até agora, só seis cidades do Estado têm um levantamento do tipo (Nova Friburgo, Petrópolis e Teresópolis estão nessa lista). O Serviço Geológico do Estado do Rio de Janeiro quer ampliar esse número em mais 30 municípios. O trabalho vai custar cerca de R\$ 3 milhões. “Até o final do governo, a ideia é cobrir as 92 cidades do Rio”, diz Flavio Erthal, presidente do Serviço Geológico. “Temos um passivo imenso. Precisamos de uma estratégia rápida de enfrentamento.”

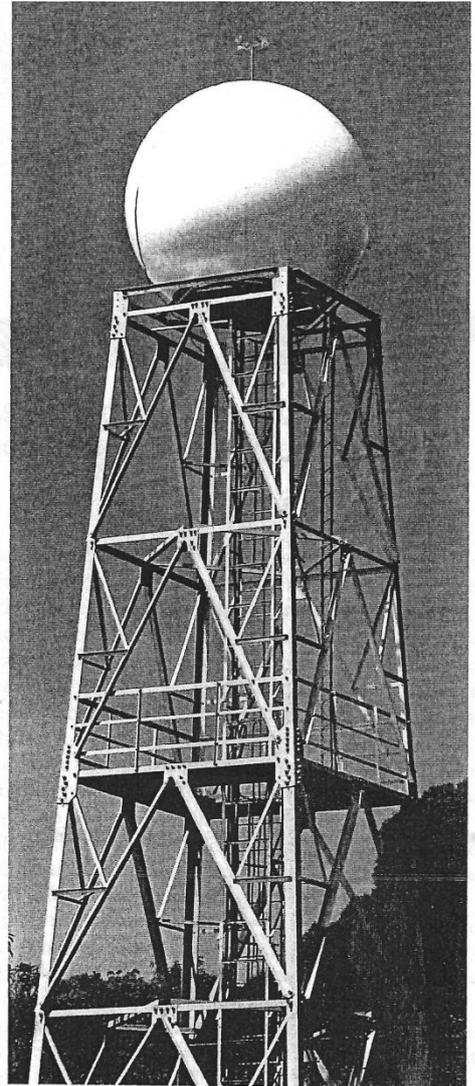
7. É justo culpar as prefeituras?

A maioria das prefeituras tem mapas de risco, mas o método com que esses mapas são produzidos é contestado por especialistas. Os cálculos são feitos com base em dados incompletos e desatualizados. Caso esses mapas fossem mais precisos e as pessoas fossem retiradas das áreas de risco, tragédias como a da semana passada poderiam ser evitadas. “É só ver o tamanho do desastre e constatar que é impossível que um mapa de diagnóstico decente não tenha observado fatores de riscos tão óbvios nessas regiões”, diz



RISCO E ALERTA

Acima, casas de luxo em área que não era considerada de risco. À direita, o radar instalado no Alto da Boa Vista, no Rio de Janeiro, que prevê temporais com antecedência suficiente para remover populações de áreas de risco. Equipamentos assim são necessários para salvar vidas



Ana Luiza Coelho Netto, pesquisadora do Instituto de Geociências da UFRJ.

8. Qual é a responsabilidade do governo federal?

As verbas federais precisam chegar aos municípios. No ano passado, o Ministério da Integração só repassou 39% dos recursos disponíveis para prever e evitar desastres naturais para as prefeituras. Uma parte desse valor serviu para pagamento de dívidas de anos anteriores e não para a realização de obras. O Rio de Janeiro recebeu 0,6% dessas verbas, que foram repassadas só para três municípios. Além disso, dados do Sistema Integrado de Gestão Financeira do Governo (Siafi) mostram que a União não repassou os

R\$ 21,7 milhões previstos para obras de drenagem. “Dependemos de vontade política. Existem tecnologia, recursos humanos, metodologia e técnicos para realizar o trabalho, mas a vontade ainda não chegou à área de prevenção”, afirma Moacyr Duarte, especialista em gerenciamento de riscos da Coppe/UFRJ.

9. Até que ponto as mudanças climáticas têm culpa na tragédia?

Os cientistas ainda não são categóricos ao relacionar as mudanças climáticas às catástrofes isoladas (como a da região serrana do Rio). Segundo eles, é preciso um período de 30 anos de eventos extremos para avaliar se há, de fato, alguma relação com o aquecimento do planeta. A despei-

to do conservadorismo, os especialistas do clima já dizem que as estiagens prolongadas e as chuvas severas vão ser mais frequentes e intensas. A partir de 2030, as elevações de temperatura causarão indiretamente cerca de 1 milhão de mortes por ano, segundo um estudo apresentado na Conferência do Clima, em dezembro, em Cancún, no México. O prejuízo ficaria em torno de US\$ 157 bilhões.

“Já sabemos que não vai levar mais tanto tempo para acontecer outra tragédia como essa”, afirma o economista Sérgio Bessermam Vianna, especialista em adaptação de grandes cidades às mudanças climáticas. “É obrigatório mapear as áreas mais frágeis e proteger as populações vulneráveis.” ◆

Por que não para de alagar?

A falta de investimentos em obras preventivas faz a capital e cidades do interior paulista reviver todos os anos o caos das enchentes

Rodrigo Turrer

Reduzir o impacto das cheias provocadas pelas chuvas fortes que atormentam o paulistano todo verão é uma promessa política recorrente. Em 1998, o governo de São Paulo começou o aprofundamento da calha do Rio Tietê, obra que durou de 1998 a 2006 e dragou R\$ 1,1 bilhão. A promessa era evitar novas enchentes por 100 anos. Pelo que se viu na semana passada, não funcionou.

Obras preventivas custam caro, mas os prejuízos das enchentes são maiores. A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) estima em R\$ 3,4 bilhões as perdas materiais provocadas pelas cheias no Estado. O governador Geraldo Alckmin prometeu milhões de reais em investimentos "para o próximo verão". No âmbito municipal, pelo terceiro ano consecutivo o prefeito Gilberto Kassab (DEM) responsa-

bilizou o excesso de chuvas pelo caos na cidade. De fato choveu muito. Entre 1º de janeiro e o dia 13, o volume de chuvas em São Paulo ultrapassou a quantidade prevista para todo o mês: um total de 247,54 milímetros de água, ou 103% da média histórica para janeiro, de 239 milímetros.

Mas a ideia não é rezar para chover menos, e sim estar preparado para quando chove demais. A administração municipal não investiu tudo o que estava previsto no orçamento. Em vez de R\$ 504 milhões destinados a obras de prevenção, foram gastos R\$ 430 milhões. A prefeitura afirma que as obras não entregues estão em fase de projeto, licitação ou em construção. As obras estaduais também estão paralisadas. Dos 41 piscinões previstos para diminuir as cheias em Franco da Rocha e Francisco Morato, na Grande São Paulo, e na Zona Norte da capital, apenas um foi construído. Outro projeto essencial não finalizado é o plano antienchentes da Bacia do Tamanduaí. Dos 37 piscinões previstos em 1998, só 15 funcionam, diz o Departamento de Águas e Energia Elétrica (Daee).

No Rio Tietê, especialistas apontam a falta de limpeza da calha como principal responsável pelos transbordamentos. "É preciso limpar a calha regularmente para evitar o assoreamento que diminui o espaço para ocupação da água", diz Júlio Cerqueira César Neto, especialista em engenharia hidráulica do Instituto de Engenharia. "A falta de investimento em piscinões e em desassoreamento aumenta a probabilidade de enchentes em mais de 20%."

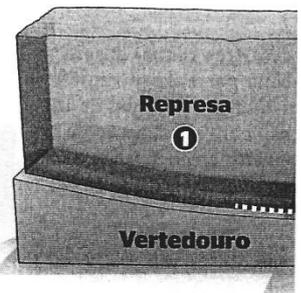
A falta de investimento facilita as enchentes, enxurradas... e mortes. No Estado todo, o número de mortes estava em 23 na madrugada da sexta-feira. As cidades de Mauá, Atibaia, Jundiá, Sumaré e São José dos Campos permaneciam em estado de alerta. Em Franco da Rocha, 20% da cidade ficou embaixo da água. A abertura das comportas da Represa Paiva Castro deixou ilhados os 130 mil moradores. A Companhia de Saneamento Básico de São Paulo (Sabesp) decidiu abrir as comportas devido ao "volume inédito" de chuvas. A decisão, tomada à meia-noite da terça-feira para a quarta-feira, aumentou de 1 metro cúbico por segundo para 80 metros cúbicos



Uma cidade submersa

O que provocou o alagar

1 Com as fortes chuvas, a represa atingiu 97% de sua capacidade na terça-feira. Para evitar transbordamento, a Sabesp abriu as comportas





OS RIOS TOMAM O ASFALTO

Acima, um trecho alagado da Marginal do Rio Tietê, onde uma obra que custou R\$ 1,1 bilhão deveria evitar enchentes por 100 anos. Abaixo, a cidade de Franco da Rocha alagada com a abertura das comportas de uma represa



por segundo a vazão de águas despejadas no Rio Juqueri, que corta o município.

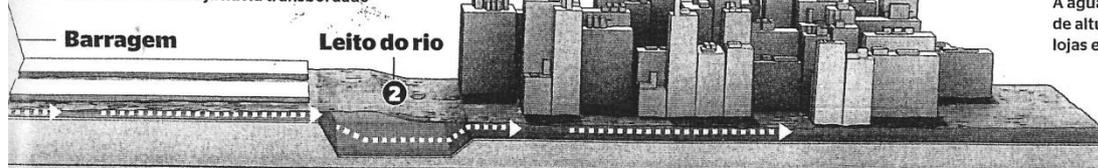
A Sabesp diz que a abertura evitou o transbordamento e danos à represa. “Caso a barragem fosse transposta pela água, haveria corrosão e risco de ruptura”, afirma o diretor da Região Metropolitana da Sabesp, Paulo Masato. A Sabesp diz ter avisado a Defesa Civil na terça-feira à tarde de que as comportas seriam abertas. “O aviso veio muito tarde e por telefone”, diz o prefeito Márcio Cecchetini. No período das cheias, as represas retêm boa parte da vazão de água que chega dos rios, para evitar ou reduzir o impacto das inundações.

Outro vilão apontado pelas autoridades como responsável pelas enchentes é o lixo despejado de modo irregular pela população.

A tese mascara a falta de políticas de saneamento básico e de coleta. Em pelo menos 50 cidades europeias há bocas de lixo nas ruas, que parecem escotilhas, conectadas a um gigantesco sistema de tubulação embaixo da terra. Ele aspira o lixo de hora em hora, o ano todo. O destino final é um centro de coleta, e depois uma usina de triagem. A ideia surgiu na Vila Olímpica de Barcelona, em 1992. O sistema custou caro, mas barateou a coleta de lixo na cidade ao dispensar os 160 caminhões que deixaram de circular todos os dias só para recolher o lixo. Talvez seja impossível que uma cidade como São Paulo, cortada por grandes rios e dezenas de córregos, jamais tenha enchentes. Mas é certamente factível reduzir, em muito, os transtornos com investimentos – antes das tragédias. ♦

em Franco da Rocha, onde o Rio Juqueri subiu 2 metros e deixou 20% do município embaixo d'água

2 O aumento da vazão da represa de 1 m³ por segundo para 80 m³ por segundo elevou ainda mais o nível do Rio Juqueri, que corta Franco da Rocha e já havia transbordado



3 O transbordamento deixou a cidade de Franco da Rocha ilhada. A água atingiu 2 metros de altura e inundou casas, lojas e prédios públicos

11) “A mesma cena. E cada vez mais dor sob os destroços” - Revista *IstoÉ*

ISTOÉ

A mesma cena. E cada vez mais dor sob os destroços

A chuva era prevista. Mas não houve prevenção, fiscalização nas ocupações das encostas nem planos de contingência. O resultado de tanto descaso foi a maior catástrofe da história do Brasil

Francisco Alves Filho, de Nova Friburgo; Wilson Aquino, de Teresópolis; e Rafael Teixeira do RJ



TRAGÉDIA: Barro e detritos cobrem vítimas em Teresópolis

Foi tudo muito rápido, como sempre é. Não se passou uma dúzia de horas entre o início do que parecia ser mais uma simples tempestade de verão e as avalanches de lama, pedras e paus que colocaram fim à vida de mais de 500 pessoas e devastaram cidades inteiras da região serrana do Rio de Janeiro. Foi assim, de repente, que a cadeia de montanhas que encantam os cariocas há mais de um século abandonou a aparência sólida e se liquefez. No caminho entre as escarpas íngremes e verdes da Serra do Mar até os vales que a formam, a terra em estado líquido não fez distinção e levou com ela tudo o que estava à sua frente: árvores, pedras, casas, carros e uma quantidade aterradora de vidas. Quando amanheceu, o mundo ali era outro. Em Teresópolis, onde antes havia casas, ruas, escolas, um macabro cemitério ao livre surgiu. O charmoso centro de Nova Friburgo deu lugar a uma camada espessa de lama, detritos e entulhos, escondendo sob ela dezenas de corpos. Em São José do Vale do Rio Preto, o riacho que corta a cidade e serviu de inspiração para Tom Jobim escrever os célebres versos de “Águas de Março” transformou-se em uma corredeira de águas caudalosas, que com sua

força destruiu casas, pontes e vidas. Foi assim, com uma rapidez e uma fúria impressionantes, que a maior tragédia natural da história brasileira encontrou seu desfecho numa típica noite quente e úmida de verão.



Sua gênese, no entanto, foi lenta e gradual, e o resultado, previsível. Marcada por características geológicas e climáticas instáveis, a região serrana do Rio de Janeiro está acostumada a recolher corpos sob a terra úmida. Tem sido assim desde as primeiras ocupações, mostram relatos de dom Pedro II, que, como faz hoje a elite carioca, subia à serra para fugir do calor inclemente que castiga a cidade do Rio de Janeiro no verão. Nem mesmo a carnificina de 1967, quando 300 pessoas morreram nas mesmas situações de agora, foi o bastante para se aceitar que, ali, a natureza não se intimida para determinar o curso da vida. Até agora, o resultado dessas tragédias se resume a uma ladainha cíclica de promessas que raramente se traduzem em ações concretas e que sempre terminam nos cemitérios. Foi assim em 1967, como foi em 2008, em Santa Catarina, ou no ano passado, em Angra dos Reis e em Niterói. “Não há desculpa para colocar a culpa nas chuvas, o Brasil não é Bangladesh”, diz a diretora do Centro para a Pesquisa de Epidemiologias da ONU, Debarati Guha-Sapir, em entrevista ao jornal “O Estado de S. Paulo” no mesmo dia em que a Organização das Nações Unidas colocava o acidente fluminense como o décimo mais letal entre os deslizamentos de terra da história.



“Resgatei o braço de uma criança”

O contador Luiz Otávio de Souza, 39 anos, foi procurar seus tios e uma prima, mas até a noite da quinta-feira 13 não havia localizado os corpos de seus parentes soterrados nos escombros de um edifício em Nova Friburgo. “Eles só podem estar mortos. Não há o que fazer”, lamenta Souza. “Até agora só consegui encontrar um homem morto e resgatei o braço de uma criança. É muito triste.” O contador imaginava que seus parentes estivessem seguros em uma área de classe média alta da cidade.

Debarati tem razão. Ao contrário do país espremido entre a Índia e Mianmar, há dinheiro, tecnologia e mão de obra farta no Brasil para evitar que tantas pessoas percam a vida em uma região tão propensa a acidentes. Dois casos recentes mostram como investimento, controle da ocupação do solo e preparação podem poupar vidas. Na Austrália, neste início de ano, choveu mais do que na região serrana do Rio. No entanto, apenas 19 pessoas perderam a vida por lá. Na Ilha da Madeira, uma região também montanhosa, choveu no ano passado tanto quanto choveu em Nova Friburgo, a cidade mais

atingida nesta última tragédia. O número de mortes em Portugal não chegou a 10% das vítimas fluminenses.



NO CENTRO DA CIDADE: Morro desabou em Nova Friburgo, destruiu partes de um edifício e soterrou casas, deixando os moradores entocados

Nesses tempos de pânico ambiental, as mudanças climáticas têm sido os algozes perfeitos dos governantes para justificar o injustificável. “Estamos falando de décadas e décadas de administrações omissas”, diz o cientista político Luiz Werneck Viana. “Faltou às prefeituras fiscalizar as zonas em que as ocupações irregulares acontecem, faltou aos Estados desenvolver planos para essas regiões, faltou ao governo federal priorizar a questão do planejamento urbano e da habitação.” A fatura pela falta de investimentos chegou, enfim, mais alta do que nunca. “Os governantes têm uma visão míope que só vale para os quatro anos de mandato”, critica David Zee, coordenador de mestrado em meio ambiente da universidade carioca Veiga de Almeida. “Estado, município e federação têm obrigação de trabalhar de forma integrada, mas todas essas esferas têm sido historicamente omissas.”



CORRENTE População se une a equipes de resgate em Santa Maria Madalena



PORÇA Ajuda ao trabalho dos bombeiros, em Nova Friburgo



“Morreu todo mundo”

Desesperada, a balconista Juliana Alves, 23 anos, amanheceu na quinta-feira 13 entre a multidão aglomerada na porta do IML de Teresópolis para tentar identificar avós, primos, pai, irmãos e sobrinhos entre os cadáveres enfileirados no pátio. “Morreu todo mundo. Só restaram minha mãe e um irmão, que estão em estado grave no hospital”, disse Juliana. Ela lembra que quando as chuvas começaram, todos correram para a casa de sua mãe, em um lugar mais alto. Nada adiantou. “Não deu tempo sequer para colocarmos os colchonetes na sala e veio a lama arrastando tudo e todos.”

Como foram, mais uma vez, neste início de ano. Não há quem conteste que o volume de chuvas que castigou as cidades fluminenses foi de uma intensidade rara. Em menos de 12 horas choveu praticamente o mesmo que era esperado para todo o mês em Nova Friburgo. Mas o inadmissível em um caso como esse é a absoluta falta de preparação e coordenação do poder público para mitigar os efeitos de um desastre iminente e, pior, a completa ausência de planejamento prévio para lidar com suas consequências. Tudo parece ser feito de última hora, como se as soluções só pudessem ser encontradas diante dos acontecimentos. Não há dúvida de que as chuvas da madrugada da quarta-feira causariam deslizamentos e inundações, mesmo que não houvesse ocupação irregular do solo. Os danos materiais também são justificáveis por conta da dimensão das chuvas. Mas, se um simples sistema de alerta funcionasse, o número de vítimas poderia ser reduzido de forma drástica. A tragédia fluminense é repleta de exemplos de como nada disso foi feito, nas duas pontas da incompetência administrativa. Na tarde de terça-feira, horas antes do início do temporal, o radar instalado pela Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro no ano passado já emitia dados mostrando que uma chuva de grande intensidade se aproximava da região serrana. O

equipamento, conhecido como Doppler, foi adquirido após as chuvas que mataram mais de uma centena de pessoas na região metropolitana da capital fluminense e tem capacidade de cobrir um raio de 250 quilômetros, quase duas vezes a distância que separa o Rio de Nova Friburgo. Mas, por razões que ainda não estão claras, não havia técnicos disponíveis ou capacitados para analisar esses dados e disparar o alerta. Já o Instituto de Pesquisas Aeroespaciais, o Inpe, informou à Defesa Civil do Estado do Rio de Janeiro que um grande temporal estava se formando na região serrana. O órgão recebeu o aviso por volta das 15 horas de terça-feira e diz que emitiu o alerta às cidades por meio de e-mail. Mas a comunicação parece não ter sido benfeita. Os agentes da Defesa Civil de Teresópolis, onde mais de 200 pessoas perderam a vida, garantem que não receberam nada.



TRAGÉDIA NA SERRA

Região serrana do Rio de Janeiro vira palco de uma das dez maiores catástrofes naturais do mundo

EM OUTROS ESTADOS

- PARANÁ**
As chuvas e enchentes que atingiram o Estado já provocaram a morte de cinco pessoas
- MINAS GERAIS**
Setenta cidades decretaram situação de emergência e pelo menos 10 mortes foram registradas
- PARANÁ**
Vinte e três pessoas morreram devido às chuvas e a cidade de Franco da Rocha chegou a ficar isolada
- PARANÁ**
39* mortes
- PARANÁ**
O sudeste de Minas e povoados sofisticados, no distrito de Itaipava, foi devastado pelas enxurradas
- PARANÁ**
39* mortes
- PARANÁ**
Moradores ficaram isolados, pois uma ponte de pessoas à cidade foi levada pelas águas. A outra teve a estrutura comprometida
- PARANÁ**
19* mortes
- PARANÁ**
Além das chuvas, o município localizado em um vale enfrentou a enxurrada vinda de Teresópolis e Nova Friburgo
- PARANÁ**
228* mortes
- PARANÁ**
Das 9h da terça-feira 11 até as 9h da quarta-feira 12 choveu 57% do esperado para todo o mês
- PARANÁ**
As chuvas abriram uma fenda de grandes dimensões em montanha coberta por 200 mil metros quadrados de floresta. Em junho, 41 pessoas morreram por causa das chuvas em Pernambuco e Alagoas

CARRECA D'ÁGUA
Onda de grande volume de água gerada pela precipitação abrupta de chuvas torrenciais na cabeceira de um rio

CORRIDA DE LAMA E DETRITOS
Série de deslizamentos que ocorre ao mesmo tempo e de forma rápida, soterrando ou arrastando o que encontra pela frente

TRISTE MEMÓRIA

- 1966**
Enchentes e deslizamentos na estrada Guanabara e no Rio de Janeiro mataram 250 pessoas
- 1967**
Em janeiro, cheias na região metropolitana do Rio de Janeiro provocaram a morte de cerca de 300 pessoas. Dois meses depois, grandes proporções deslizaram 430 vítimas fatais em Caraguatatuba, no litoral paulista
- 1974**
A cidade de Tubarão (SC) foi atingida por fortes chuvas, que fizeram 199 vítimas fatais
- 1983**
Enchentes na região do rio Itajaí-Açu, em Santa Catarina, culminaram com a morte de 49 pessoas
- 1988**
Em Petrópolis (RJ), 184 pessoas morreram soterradas por deslizamentos ou levadas por enxurradas
- 2001**
Temporais e enchentes mataram 60 pessoas no Estado do Rio de Janeiro, 45 delas em Petrópolis
- 2008**
Com inundações e deslizamentos de encostas, Santa Catarina registrou a morte de 133 pessoas
- 2009**
Cheias provocaram 39 mortes no Nordeste em maio e 29 mortes em São Paulo em dezembro
- 2010**
No início do ano, chuvas e deslizamentos mataram 232 pessoas em três Estados. Quatro meses depois, tragédia atingiu 200 vítimas fatais no Rio de Janeiro, 188 delas na cidade de Itaipava. Em junho, 41 pessoas morreram por causa das chuvas em Pernambuco e Alagoas

*Número registrado até as 17h da sexta-feira 14

A tragédia desta semana só é atípica no número de mortes. No mais, é uma simples repetição do que ocorre ali há mais de um século, e que vem se agravando com o aumento da população. No entanto, horas após mais de cinco centenas de corpos estarem espalhados por toda a região, o poder público parecia não ter nenhum plano para lidar com uma situação como essa. Não havia, por exemplo, tarefas predefinidas para os atores públicos, como é de se esperar em uma região que anualmente sofre com desastres exatamente iguais a esse. Tudo parece ter sido resolvido de última hora. E as autoridades pareciam se orgulhar ao informar que a Marinha havia emprestado dois helicópteros, que o Bope, especializado no combate armado contra traficantes, havia liberado ônibus ou que o Exército enviara caminhões frigoríficos para dar conta do número extraordinário de corpos que eram recolhidos.

“É preciso criar os agentes comunitários, as brigadas locais em cada distrito, em cada município. São essas pessoas que dão as diretrizes em situações como essa e mostram o que fazer até a chegada do socorro oficial”, diz a vereadora Andréa Gouveia Vieira (PSDB/RJ). A família do marido de Andréa é proprietária do sítio que fora alugado para a estilista e designer Daniela Conolly e parentes. Invadida por água, lama e entulho, a casa foi soterrada junto com Daniela e mais sete membros de sua família (leia quadro). “A casa existia há mais de 70 anos. Nunca aconteceu algo dessa magnitude lá. O rio subiu em uma velocidade enorme, foi um volume de água impossível de ser contido. Havia 18 pessoas na casa, 14 morreram”, disse a vereadora. Embora seja política, seu discurso é o mesmo de qualquer cidadão comum: cansaço com as

promessas nunca cumpridas de reflorestamento, limpeza dos rios, remoção de pessoas de áreas de risco.



Como em qualquer acidente, a causa não é uma só. É uma soma de erros de várias origens, entre as quais o inaceitável descaso com o meio ambiente. “Gerações foram criadas sem que houvesse uma preocupação ambiental. Houve uma ocupação desordenada com construção de residências em encostas”, aponta Luís Eduardo Peixoto, presidente do comitê de ações emergenciais de Petrópolis.

PERIGO : Trabalho de resgate num desabamento em Nova Friburgo



“Não sei nem para onde vou”

Com fome, o pintor Daniel Serafim, 47 anos, acordou na madrugada da quarta-feira 12. Foi sua sorte. Enquanto preparava um sanduíche de queijo, percebeu que um filete de água entrava na cozinha. “Achei que iria acontecer a tragédia. Acordei meu filho e corremos para a casa de um vizinho em um lugar mais alto”, lembra Serafim. “A casa que levei 20 anos para construir caiu em cinco minutos. Não sei se compro um chinelo para meu filho ou um quilo de arroz. Não sei nem para onde ir.” O pintor ainda ajudou a resgatar uma menina de cinco anos, mas não pôde segurar a mãe e dois irmãos da garota.

Aquecimento global e desmatamentos são algumas das causas de tragédias que têm acontecido no mundo. O aumento da população urbana é outra ponta do desequilíbrio. A pesquisadora mineira Waleska Marcy Rosa, 41 anos, do Centro Universitário Serra dos Órgãos, fez, em 2007, um estudo comparativo entre os municípios de Teresópolis e Petrópolis e concluiu que a ocupação das áreas de encosta dos dois municípios cresceu

demasiadamente a partir da década de 1960, à sombra da fraca atuação do poder público, que, além de não conseguir impedir as ocupações irregulares, muitas vezes até as regulamentou. “É a desgraça do populismo, a permissividade de deixar a ocupação de áreas de uma maneira irresponsável como se eles (políticos) fossem aliados dos mais pobres”, comenta o governador Sérgio Cabral, obviamente excluindo-se da culpa que aponta nos outros governantes.



Não há como, no entanto, negar que a responsabilidade maior é do poder municipal. “São as prefeituras que regulam o uso do solo, autorizam construções e fiscalizam regiões de risco”, diz o cientista político Ignácio Cano, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Para ele, a situação chegou a um ponto em que “é preciso uma política com um componente repressivo que impeça a construção irregular e remova quem está em área de risco”. A própria presidente Dilma Rousseff, que esteve na cidade na quinta-feira 13, reforça essa visão. “Ocupação

irregular no Brasil não é exceção, é regra.” Segundo o secretário-geral da ONG Contas Abertas, Gil Castello Branco, no ano passado foram gastos 13 vezes mais com a resposta do que com a prevenção. Ele afirma que

RESPONSABILIDADE COMPARTILHADA

O que cabe a cada poder na prevenção a tragédias como a do Rio

Municipal

Realização de levantamentos sobre a pluviosidade da região e a composição do solo

Organização da ocupação do solo através de um plano diretor e fiscalização da sua implementação

Retirada de famílias de áreas de risco

Contenção, recuperação e monitoramento das encostas

Estadual

Realização de projetos habitacionais para moradores de baixa renda

Investimentos em áreas de saneamento,

Construção de reservatórios temporários ou um sistema de tubulação que libere a água das chuvas nos rios apenas em áreas não habitadas

Fiscalização e proteção de áreas de mananciais e desassoreamento dos rios

Federal

Repasso de recursos para as esferas estadual e municipal para programas de habitação e medidas emergenciais

Acionamento das Forças Armadas para auxiliar na realocação de feridos e sobreviventes para hospitais e abrigos da região

houve um investimento de R\$ 2,3 bilhões para remediar e apenas R\$ 167,5 milhões para prevenir. Castello Branco critica também a má distribuição de recursos federais. “Do montante do ano passado, 50,5%, mais de R\$ 80 milhões, foram destinados à Bahia, enquanto o Rio ficou só com 0,6%, ou seja, R\$ 1 milhão. São Paulo teve 5,6% e Minas Gerais, 6,2%”. Ao contrário do Rio, a Bahia não é um Estado com histórico de desastres ambientais tão frequentes como o Rio. Mas a diferença entre os dois Estados é que o ministro responsável pela distribuição dos recursos, Geddel Vieira Lima, é baiano e tinha como objetivo principal no ano passado ser eleito governador do Estado que tanto privilegiou com a distribuição dos recursos.

APOIO : A presidente Dilma Rousseff e o governador Sérgio Cabral visitam Nova Friburgo

O resultado disso se vê em todas as esferas do poder público, que não consegue responder a uma crise das proporções da região serrana fluminense. Nos ineficientes e sucateados Institutos Médicos Legais das cidades atingidas, o cheiro da morte se espalhava pelos corredores e pelo entorno dos prédios. “Tenho que passar pomada com cheiro de menta no nariz para poder trabalhar. O mau cheiro está insuportável”, disse um dos funcionários responsáveis pelo transporte dos corpos em Nova Friburgo, que prefere não se identificar. Até a manhã da sexta-feira 14, a cidade chorava inacreditáveis 216 mortos na tragédia. A todo momento, caminhões e caminhonetes chegavam com corpos ao Instituto de Educação

de Nova Friburgo, improvisado para funcionar como Instituto Médico Legal. Dia e noite, a porta da instituição ficava tomada por pessoas que buscavam saber se entre os mortos há algum parente ou amigo. “Não saio daqui enquanto não souber notícia de minha avó”, disse, ainda em estado de choque, a comerciária Regina Soares, 28 anos. Com tantos cadáveres e condições precárias, o trabalho no local tem sido sacrificante em Nova



A vitória da vida

A enchente nas ruas de Nova Friburgo impediu que Wellington da Silva deixasse a casa de sua sogra junto com a mulher, Renata, e o filho, Nicolas, 6 meses, na terça-feira 11. O perigo de que procuravam se proteger, no entanto, acabou por se abater sobre eles de madrugada, quando a laje da casa cedeu e o imóvel desmoronou. Uma equipe de resgate dos bombeiros, comandada pelo coronel Loureiro, que fez trabalho semelhante no Haiti, identificou sinais de vida sob a laje. Na noite de quarta-feira, quatro horas depois de iniciado o trabalho de resgate e 15 horas após o desabamento, o pequeno Nicolas foi retirado com vida e sem ferimentos. Wellington, cujo corpo protegeu o garoto, foi resgatado meia hora depois. Um verdadeiro milagre, que só não ficou completo porque a mãe e a avó de Nicolas morreram soterradas.



Friburgo e mostra que não há nenhuma preparação para enfrentar problemas como esse. Nem mesmo um plano de contingência para lidar com um número de mortos tão grande, algo que não é inédito por ali, parece haver.

Sem a resposta rápida e eficaz do poder público, a população se divide entre um estado de absoluta catatonia e de desespero. No centro de Nova Friburgo, famílias de várias classes sociais perambulavam nos dias que sucederam ao desastre com bolsas e sacolas em punho, buscando refúgio. Uma delas era o pedreiro Andrei Silva, 26 anos, cuja casa,

localizada no bairro do Jardim Califórnia, foi inundada pela chuva e ficou prestes a desabar. Ele deixou o imóvel com sua mãe e duas irmãs. “Não sei para onde vou, mas para lá não volto mais”, prometeu. Não longe dele, a advogada Lia Vieira caminhava com os pés envoltos em sacolas de supermercado. “Perdi minha casa e meu carro no desabamento”, contou. “Agora, o que eu quero é sair daqui.”

Ao menos nesse momento, o desejo de Lia é compartilhado por milhares de famílias que perderam todos os seus bens e, principalmente, familiares. Assim, como nesse momento, os governantes prometem resolver os problemas emergenciais e criar condições para que tantas mortes não se repitam. Cabe agora esperar, e cobrar, que elas não sejam carregadas pelas águas de março que todos os anos fecham o verão

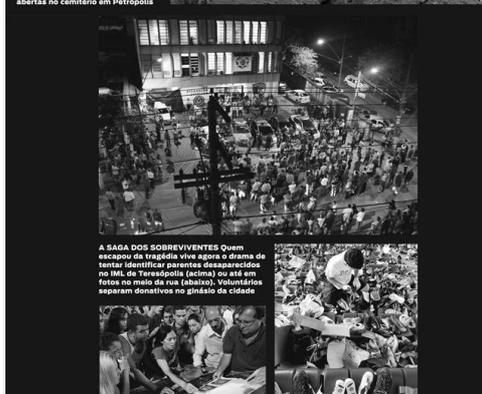


“Ela disse que não ia acontecer nada”

A pensionista Nely Xavier, 63 anos, não tira da cabeça a imagem de sua neta, Lohane, 6 anos. “Ouvi um barulho de árvore quebrando e avisei minha neta para sairmos dali. Ela disse que não ia acontecer nada”, lembra Nely. Em poucos minutos a casa foi arrastada pelas águas. Com os escombros, seguiram os corpos de Lohane e de sua mãe. “Moro aqui há 40 anos e nunca imaginei que algo assim pudesse ocorrer. Perdi minha casa, minha família e minha felicidade”, diz Nely. “Só restou uma parede azul, nem tenho mais fotografias.”



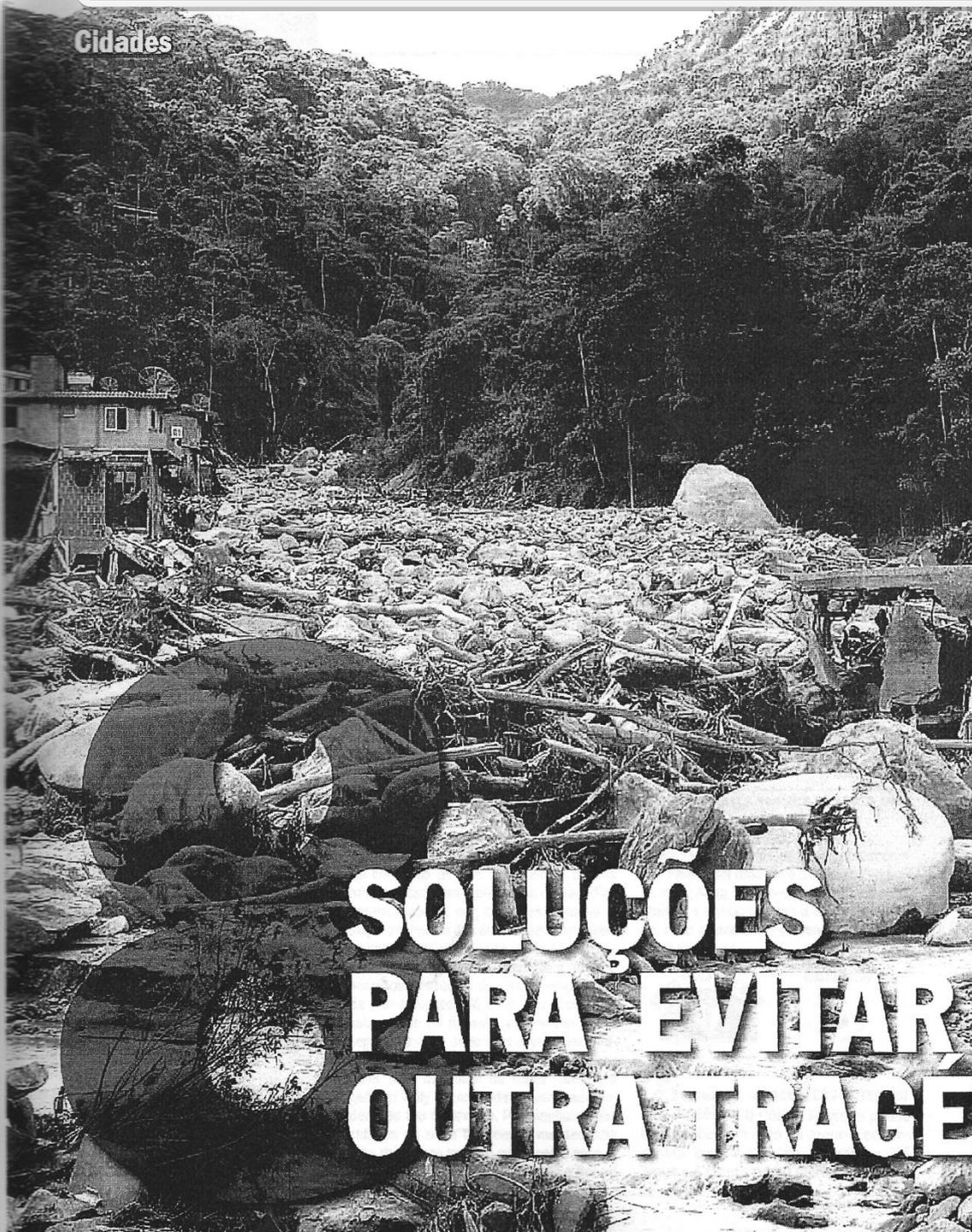
NA TERRA 300 novas covas foram abertas no cemitério em Petrópolis



A SAGA DOS SOBREVIVENTES Quem escapou da tragédia vive agora o drama de tentar identificar parentes desaparecidos no IML de Teresópolis (acima) ou até em fotos no meio da rua (abaixo). Voluntários separam donativos no ginásio da cidade

Colaboraram: Adriana Prado e Luciani Gomes.

Cidades



SOLUÇÕES PARA EVITAR OUTRA TRAGÉDIA



TERRA ARRASADA
O limão virou depósito de destroços,
pedras e lixo no bairro da Posse,
em Teresópolis: completo despreparo
para lidar com a catástrofe

Sempre que a fúria das águas deixa um rastro de destruição e mortes, o roteiro seguido pelos governantes brasileiros é muito semelhante. Proferem-se frases de efeito, adotam-se medidas paliativas, mas as grandes questões permanecem negligenciadas. O cenário de devastação provocado pela tempestade que desabou sobre a Região Serrana do Rio de Janeiro há duas semanas, ceifando 785 vidas segundo a contagem feita até a última sexta-feira, escancarou as velhas fragilidades — ocupação irregular de encostas, leniência na fiscalização, falta de investimentos em tecnologia e infraestrutura — e o completo despreparo para lidar com uma catástrofe de tal magnitude. Todos os sistemas eficientes de prevenção de desastres do mundo foram concebidos depois de eventos como esse. Que a tragédia da serra fluminense sirva para dar, enfim, o sentido de urgência para a tarefa que vem sendo irresponsavelmente postergada no Brasil. Situação que o secretário de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência e Tecnologia, Luiz Antonio Barreto, resumiu em sessão no Congresso Nacional, na semana passada: “Falamos muito, mas não fizemos nada”.

Não há que inventar a roda quanto ao caminho a ser trilhado. A experiência internacional mostra que, com a adoção disciplinada de um conjunto de medidas — algumas mais complexas e caras; outras até bastante simples —, é possível reduzir o número de mortos em desastres climáticos a níveis mínimos. As oito soluções propostas a seguir são consensuais para um grupo de especialistas ouvidos por VEJA, brasileiros e estrangeiros, que já puderam aferir sua eficácia em áreas com características semelhantes às da serra fluminense — caso do estado australiano de Queensland. Ali, um em cada 100 000 habitantes morreu em razão da última tempestade. A proporção registrada na serra do Rio é de noventa vezes esse número. Não dá para esperar a próxima temporada de chuvas para agir.

MALU GASPÁR, RENATA BETTI E ROBERTA DE ABREU LIMA

1 Mapear as áreas de risco — Existe um consenso de que o primeiro e o mais básico passo para a prevenção de tragédias desencadeadas por desastres naturais é traçar um retrato das áreas mais vulneráveis de cada cidade — fruto de um levantamento topográfico de altíssima precisão e de uma minuciosa pesquisa de campo empreendida por geólogos. Só com isso é possível saber onde as pessoas podem morar em segurança e de onde elas devem sair. “Trata-se de instrumento de primeira necessidade para minimizar os riscos”, afirma o geólogo Willy Lacerda, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pois nenhuma das cidades da serra fluminense varridas pela fúria das águas tem um mapa como esse. O Rio de Janeiro, apenas há um mês e depois

de muitas catástrofes, passou a contar com um. Para se ter uma ideia do atraso brasileiro, Hong Kong fez o mesmo quatro décadas atrás — e tornou-se, com a ajuda da medida, caso exemplar de prevenção aos estragos das chuvas.



CUSTO BAIXO



2 Fiscalizar a ocupação irregular do solo — O Código Florestal proíbe construções em topo de morros, em encostas com inclinação superior a 45 graus e a menos de 30 metros de distân-

veja | 26 DE JANEIRO, 2011 | 77

No lugar errado

As regras para a ocupação de terras previstas pelo Código Florestal não são cumpridas na maior parte da Região Serrana do Rio de Janeiro

É proibido erguer construções:

no topo de morros, montanhas e serras

em altitude superior a 1800 metros



*Com até 10 metros de largura

cia do leito dos rios — só que é amplamente desrespeitado no território nacional. O engenheiro José Alexandre Almeida, secretário de Planejamento de Teresópolis, uma das cidades fluminenses vitimadas pelo aguaceiro, dá o tom de como tais regras são encaradas — oficialmente: "Sabe, não podemos ser muito rigorosos na cobrança das normas de ocupação do solo. Do contrário, 80% dos habitantes teriam de deixar sua casa". É preciso que deixem. Centenas de mortes ocorreram justamente

Um bom exemplo

As chuvas que arrasaram Santa Catarina em 2008 poderiam ter passado à história como mais uma tragédia rapidamente esquecida pelos governantes. Pelo menos em Blumenau, um dos municípios mais atingidos, o desfecho foi diferente. Depois da tragédia, a prefeitura mudou as normas de ocupação das áreas de risco e criou leis

porque tanta gente não obedecia às normas, tanto pobres como ricos. Falta uma fiscalização efetiva, o que passa por uma completa mudança de cultura e métodos nas repartições públicas responsáveis. A tragédia da semana retrasada mostra que não nos resta outra opção.



CUSTO BAIXO



3 Remoções em áreas de risco — A cada nova tragédia, a imagem da água arrastando barracos morro abaixo lança luz sobre a ocupação irregular de encostas — prática que conta muitas vezes com o incentivo de políticos que fazem vista grossa à permanência das casas em troca de votos. Ninguém de bom-senso discorda de que quem vive nesses desfiladeiros deve ser retirado de lá pelo poder público, que precisa contar com uma política habitacional capaz de lhes prover um teto em local com infraestrutura básica. Remover as pessoas de sua casa não é fácil. A maioria resiste, mesmo correndo flagrante risco de vida — algo que a cidade de Blumenau tem conseguido minorar (veja o quadro abaixo). Não raro, os moradores obtêm até amparo legal para ficar. A experiência internacional mostra que nenhuma solução é tão eficaz na prevenção a tragédias em regiões de topografia acidentada quanto as remoções. Infelizmente, na serra fluminense elas são a exceção.



CUSTO ALTO

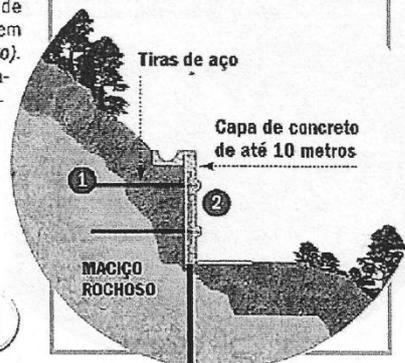


4 Contenção de encostas — O grupo de arquitetos e engenheiros ouvido por VEJA é unânime em afirmar que, caso na serra fluminense houvesse obras de contenção de encostas em extensão e qualidade suficientes, os deslizamentos teriam sido minimizados — poupando centenas de vidas. Alegam as autoridades que custa caro. De fato. Para se ter uma

Uma cortina de concreto

Como funciona a chamada cortina abirantada, uma das soluções mais eficazes para conter deslizamentos de terra em grandes maciços como o da Região Serrana do Rio de Janeiro

- 1 Tiras de aço resistentes a corrosão são afixadas em um ponto estável no interior do morro
- 2 Imobilizadas pelo cimento de um lado e pela terra firme do maciço de outro, as tiras mantêm a estabilidade na parte interna do relevo — que é justamente por onde a erosão começa, no caso dos grandes maciços



comprou apartamento novo: "Não quero correr nenhum risco jurídico". Das 2 600 casas que precisam ser demolidas, até agora 600 foram abaixo. É um processo demorado, mas necessário para prevenir uma nova tragédia.

IGOR PAULIN

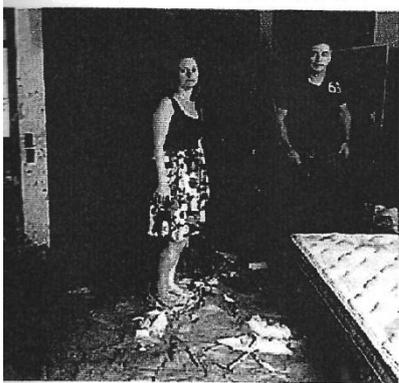
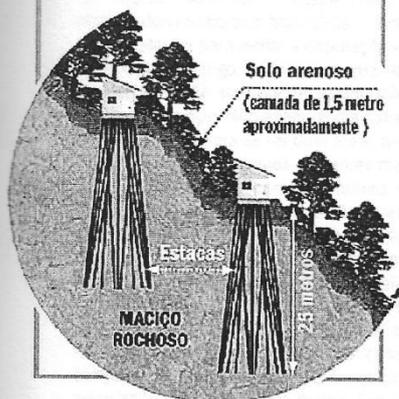
DE MUDANÇA DO MORRO O gerente industrial Elson Oliveira ao lado da mulher, Zita: são eles que vão bancar a demolição

ideia, o preço do metro quadrado da chamada cortina atirantada — enormes placas de concreto que sustentam até 100 toneladas, indicadas para dar estabilidade a relevos como os da serra do Rio — equivale ao valor do metro de pavimentação de uma estrada nova. Em outros casos, de morros menores suscetíveis à erosão, o melhor é utilizar o gabião, que faz a sustentação por meio de aramados. Também é caro. Dada a eficácia dessas obras de engenharia, no entanto, não res-

Casas firmes no chão

Uma resistente teia de estacas firmadas a uma profundidade de até 25 metros dá sustentação a casas construídas sobre terrenos inclinados e geologicamente instáveis — e minimiza o risco de elas serem arrastadas por avalanches como a da semana passada

São usadas em média vinte estacas para uma casa de 200 metros quadrados



ta dúvida de que o dinheiro público, em geral tão mal gasto, encontraria aí uma boa aplicação.



5 Construções mais seguras — Criar regras para a construção de casas e prédios é atribuição de cada município brasileiro. Espantosamente, na Região Serrana do Rio não existem leis a respeito. A maioria dos alvarás é concedida ali sem que se verifique sequer se a estrutura da edificação é capaz de suportar pressões ou o deslizamento do solo. Faltam normas para cobrar o essencial — que as casas firmadas em terrenos íngremes e instáveis sejam erguidas com base em sondagens minimamente confiáveis e com fundações que lhes proporcionem estabilidade. De novo, custa caro: em alguns casos, o preço de uma fundação chega a ser equivalente ao de todo o restante da obra. Para universalizar a prática, a alternativa adotada em regiões vulneráveis a terremotos nos Estados Unidos e no Japão foi trocar alvenaria por gesso na construção das casas. A estrutura fica em torno de um sexto mais leve, demandando fundações também mais simples — que custam até a metade do preço.



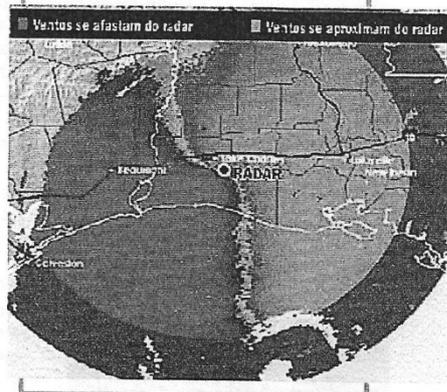
6 Sistema eficaz de radares — Todos concordam que a ausência no Brasil de um sistema integrado de radares de alta precisão aumenta a vulnerabilidade diante de fenômenos como a tempestade de duas semanas atrás. Na ocasião, o radar usado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), fideado na serra, estava quebrado. Apesar de existir um equipamento similar no Rio, que flagrou as chuvas, as autoridades dos municípios que viriam a ser atingidos não foram devidamente alertadas. É preciso investir para ter algo como os Estados Unidos, onde há uma rede de 155 radares interligados — todos com a avançada tecnologia Doppler, que permite estimar a direção e a velocidade dos ventos ante-

Radares de alta precisão

Como funcionam os radares doppler — em quantidade ainda reduzida no Brasil

- O radar emite ondas eletromagnéticas na atmosfera. Ao atravessar as nuvens, parte dessas ondas é refletida de volta à antena
- A potência com que o sinal é recebido permite estimar em que direção e com qual velocidade essas massas de ar se movem — informação especialmente valiosa em regiões como a serrana, onde os ventos mudam de rumo repentinamente. A cor verde informa que as nuvens se movimentam na direção do radar; a vermelha, que elas se distanciam do aparelho
- Esses dados são processados por um computador, que ajuda a prever com grau de precisão entre 80% e 90% quando, onde e com que intensidade a chuva vai cair — com até doze horas de antecedência

Imagem de um radar doppler nos Estados Unidos



vendo com precisão o local e a intensidade das precipitações (veja acima). O Brasil tem apenas vinte desses radares em todo o território nacional, um sétimo do que possuem os americanos. Seria necessário contar com pelo menos o dobro para que a cobertura fosse considerada razoável.



ISTOÉ

A dura vida numa região devastada

Falta tudo, menos desgraças. Mas, mesmo em meio ao caos, a população de Nova Friburgo teima em retomar sua rotina e preservar a esperança

por Francisco Alves Filho. Fotos: Daniela Dacorso



DESTRUIÇÃO: Bombas de gasolina arrastadas em Nova Friburgo

O movimento das nuvens ainda é acompanhado com apreensão. Em Nova Friburgo, a cidade mais afetada pelas enchentes que varreram casas e vidas na região serrana do Rio de Janeiro, olhar para o céu em busca de sinais de chuva virou coisa automática. No lugar, antes conhecido pelo ar puro, tornou-se comum o uso de máscaras que ajudam os moradores a respirar melhor, a se proteger do mau cheiro e da poeira que há poucos dias era lama e matou muita gente. Até a sexta-feira 21, tinham sido contados 762 mortos e mais de 400 desaparecidos. Em todos os sete municípios castigados pelo aguaceiro, entre os quais Teresópolis e Petrópolis, sumiram casas, lavouras, fazendas, pontes e ruas. Ainda há lugares sem luz e água, indústrias operam precariamente, hotéis estão fechados e comerciantes tentam recuperar suas instalações para voltar a funcionar. “Mesmo para quem não teve mortes na família a vida depois da enchente vai ser muito dura”, diz Elcio Machado, enquanto tira lama de sua loja de baterias de automóvel, que foi tomada pelas águas. Como recomeçar? Muita gente não consegue imaginar resposta para essa pergunta. “Minha casa foi arrasada, a lavoura onde meu marido trabalhava não existe mais. Não sabemos o que fazer”, diz Tatiana Janício, 19 anos. Por enquanto, Tatiana se concentra em embalar o sono da filha Giovana, de um ano e três meses, alojada numa escola que acolhe desabrigados. Em meio a um cenário desolador, a população ainda está longe de conseguir retomar sua rotina.

Há dificuldades de todo tipo. Em várias farmácias os remédios foram arrastados pelas águas. O fornecimento de combustível é insuficiente, já que alguns postos tiveram as bombas derrubadas. Faltam muitas coisas em muitos lugares. As indústrias de confecções e metalurgia, responsáveis por mais de 50% da geração de renda de Nova Friburgo, operam precariamente. “Alguns dos meus funcionários estão isolados, outros perderam

parentes e não têm condições de trabalhar. Estou operando com metade da produção”, diz Nelci Layola, dona da fábrica de lingerie Lucitex. “Não terei como honrar os compromissos deste mês”, prevê. A situação é ainda mais dramática para setores que não se dedicam a atividades essenciais. “Como a prioridade agora são os gêneros de primeira necessidade, não tivemos mais clientes nestes últimos dias”, conta Peterson Pereira, artesão de uma loja de artigos de festa. Comemorações, aliás, não existem na Nova Friburgo dos dias atuais. “Todos os casamentos e batismos que tinha agendado para este mês foram cancelados”, lamenta o fotógrafo Adriano José.



Tatiana Janício e a filha, Giovana, em um abrigo

A alegria é artigo escasso, mas a tragédia faz brilhar um comovente espírito de solidariedade. Os postos de doação de sangue bateram recordes históricos de colaboração e a mobilização em favor das vítimas abarrotou de roupas e alimentos vários galpões. “Se não fosse a ajuda das pessoas, não teria como sustentar a família”, diz o pedreiro Jair Farias, 67 anos, ao lado da mulher, Marta, e do filho, Felipe, 7 anos, que estão abrigados em um Ciep. Mas há também um lado escuro que costuma surgir em situações extremas como esta. Proprietários de imóveis de Teresópolis se armam de porretes para evitar que ladrões levem o pouco que resistiu às águas da chuva. Muitos cidadãos que ainda estavam em locais de risco resistiam em se mudar com medo de suas casas serem roubadas. Alguns hotéis que continuaram em pé depois das enchentes testemunharam problemas semelhantes. “No momento da tempestade, hóspedes aproveitaram para saquear quase tudo”, conta Ana Lúcia Barroso Nassif, dona do Vila Verde Hotel. “Levaram bebidas, R\$ 7 mil do caixa, laptops.” Um outro hotel, o Shangri-Lá, foi saqueado por moradores vizinhos.



DESALENTO: Morador carrega botijão de gás



Mais de uma semana após o temporal, friburguenses ainda procuravam cadáveres de parentes sob a lama seca. “Não poderia descansar enquanto não tirasse os corpos”, desabafou o sacoleiro Werner Souza, enquanto ajudava os bombeiros a carregar os corpos dos cunhados Leni e Gilmar, no distrito de Campo do Coelho. A angústia de muitos continua a mesma do dia seguinte à enchente. As listas de mortos e desaparecidos, afixadas à porta do improvisado Instituto Médico Legal da cidade, atraíam dezenas de pessoas a cada vez que são atualizadas.

“Estamos procurando minha prima, que ninguém sabe onde estava na hora da chuva”, conta Renata Poubel, ao lado do companheiro Marcelo Correa. As histórias de terror se repetem a cada grupo de conversas que se forma pelas esquinas da cidade. Os relatos sobre a maneira como cada um sobreviveu parecem um roteiro coletivo de um interminável filme de terror.

BALANÇO DA TRAGÉDIA



AJUDA: O pedreiro Jair Farias, com a mulher e o filho, num Ciep, agradece pelo apoio



Lista de desaparecidos consultada todos os dias

de recomeçar, tão notável na população, o principal combustível para crer que, se os governos não atrapalharem e a natureza permitir, Nova Friburgo e as outras seis cidades fluminenses vão se reerguer novamente.

Um passeio pela cidade ainda assombra pelos estragos. Há muitas casas soterradas e destruídas por pedras gigantescas, carros e até caminhões revirados permanecem como se a enchente tivesse acontecido na noite anterior. É tanta coisa por fazer que mesmo a união das três esferas de governo não dá conta do trabalho. A esperança, no entanto, teima em continuar de pé. “Vou tentar resgatar o que resta do salão de beleza da minha mãe”, diz Priscila de Souza, 20 anos, que, ao lado do primo Valdecir, usa a enxada para tirar uma enorme quantidade de lama.

“O que tiver em estado razoável vai ser guardado. Vamos abrir o salão em outro lugar.” É essa vontade